


**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

JULIANA MARQUES DE CARVALHO CAMARGO

**INVASÃO, REPRESSÃO E VIOLÊNCIA:** uma  
análise da cobertura do jornal Correio Braziliense sobre as  
invasões da Universidade de Brasília durante o regime  
militar



ARARAQUARA – S.P.  
2022

JULIANA MARQUES DE CARVALHO CAMARGO

**INVASÃO, REPRESSÃO E VIOLÊNCIA:** uma  
análise da cobertura do jornal Correio Braziliense sobre as  
invasões da Universidade de Brasília durante o regime  
militar

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Ribeiro do Valle

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA – S.P.  
2022

C172i

Camargo, Juliana Marques de Carvalho

Invasão, repressão e violência: : uma análise da cobertura do jornal  
Correio Braziliense sobre as invasões da Universidade de Brasília  
durante o regime militar / Juliana Marques de Carvalho Camargo. -- ,  
2022

201 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara,  
Orientadora: Maria Ribeiro do Valle

1. Sociologia. 2. Ditadura. 3. Universidade. 4. Imprensa. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JULIANA MARQUES DE CARVALHO CAMARGO

**INVASÃO, REPRESSÃO E VIOLÊNCIA:** uma análise da cobertura do jornal Correio Braziliense sobre as invasões da Universidade de Brasília durante o regime militar

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle

**Bolsa:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Data da defesa: 15/06/2022

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Luis Antonio Groppo  
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Reinaldo L. Lohn  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Pablo Emanuel Almada  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Araraquara

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

A Elias, Ivete, Gabriel, Isabella e Endrigo

## **Agradecimentos**

Considero uma vitória chegar ao doutorado em país como o Brasil, em que o incentivo à ciência é tão pequeno.

Agradeço aos meus pais Elias e Ivete, que na sua simplicidade e grande sabedoria me deram todas as condições e incentivos para seguir meus estudos, apoiando meus sonhos e muitas vezes acreditando mais em mim do que eu mesma. Vocês são um exemplo para mim, muito obrigada por tudo!

Agradeço aos meus irmãos Gabriel e Isabella, por todo apoio, conversas, por me animarem, terem sempre uma palavra de carinho e por me mostrarem, cada um com seu jeito, que a vida pode ser leve. Me sinto segura, pois sei que posso sempre contar com vocês.

Agradeço ao meu marido Endrigo, por toda a compreensão, amor e paciência neste processo que nem sempre foi fácil. Sou muito grata por toda sua dedicação, entendendo todas as vezes que precisei me ausentar e por sempre estar de braços abertos para me receber. Obrigada por compartilhar a vida, os sonhos e comemorar minhas vitórias como se fossem suas.

Agradeço a Professora Maria Ribeiro do Valle, que logo na minha primeira aula da graduação em 2007 me contagiou ao demonstrar sua paixão pela Sociologia e Ciências Sociais. A oportunidade, mais tarde, de realizar o doutorado sob sua orientação, foi um presente, pois seu profissionalismo, cuidado e atenção me inspiram não somente na profissão, mas na vida. Agradeço muito, por tudo!

Agradeço aos meus sogros Ana e Claudir por me acolherem em Araraquara sempre que precisei.

Agradeço aos professores Maria Teresa Miceli Kerbauy e Pablo Almada pelas ricas considerações na qualificação e agora pela participação na banca de defesa.

Agradeço aos professores Luis Antonio Groppo e Reinaldo Lohn por terem aceitado o convite para participar desta banca.

Agradeço as minhas amigas Carolina Modena, Nadia Carrasco, Sueli Dias, Leslie Chaves, Luciana Viana por todas as conversas, apoios e trocas que deixaram este processo um pouco mais leve. Agradeço também a todos os amigos que fiz durante o doutorado na pessoa de Ana Maria Suarez.

A todos da minha família, primos, primas, tias e tios por sempre acreditarem meu potencial!

Agradeço a FCL por tudo o que me proporcionou desde a graduação, que foi uma das melhores épocas da minha vida. Sou muito grata a todo aprendizado durante todos esses anos, este lugar permanece no meu coração por todos os amigos que fiz e por tudo que vivenciei.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais por todas as discussões e aprendizado.

Agradeço a todos que diretamente ou indiretamente colaboraram para que conseguisse concluir mais esta etapa da minha vida.

Agradeço a Deus por todas as pessoas maravilhosas que conheci durante este processo e por me dar forças sempre que precisei!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*“O Geólogo sempre viverá na nossa memória, Martin. A história não perdoará os assassinos.” (HATOUM, 2019, p.193)*



## Resumo

A criação da Universidade de Brasília na década de 1960 representou o modelo de um projeto inovador, que tinha como um dos objetivos estabelecer na nova capital do país uma universidade inédita. Com a ditadura militar esta passou a ser vista como um local de subversão, uma ameaça que precisava ser combatida, passando a sofrer com as invasões que ocorreram nos diferentes momentos do regime. Estes episódios geraram um clima de instabilidade e insegurança, a comunidade acadêmica inteira foi colocada em suspeição. A maioria dos jornais veiculavam notícias que difamavam a universidade, o seu corpo docente e discente, muitos não conheciam a UnB e nem buscavam fazê-lo. A partir deste cenário, e tendo como fundamentação teórica a perspectiva do esquecimento e silenciamento de Irene Cardoso, a presente pesquisa busca analisar a cobertura realizada pelo jornal *Correio Braziliense* sobre as invasões que ocorreram na UnB nos anos de 1964, 1965, 1968 e 1977, a fim de compreender como o jornal relatou esses episódios. A nossa análise evidenciou que prevaleceu um caráter oficialista nas reportagens, privilegiando principalmente notas oficiais dos órgãos de segurança e as falas dos diferentes reitores que ocupavam o cargo no momento de cada uma das invasões. A comunidade acadêmica teve pouco espaço e a palavra “invasão” foi amplamente utilizada somente em 1968, momento no qual notamos uma mudança na cobertura, se compararmos os anos de 1964 e 1965. Em 1977, embora destacasse as mobilizações do movimento estudantil, a cobertura do *Correio Braziliense* continuou minimizando a ação da polícia dentro do *campus*, muitas vezes dando ares de normalidade a ela.

**Palavras-Chave:** Ditadura Militar; Universidade; Imprensa; movimento estudantil.

## Abstract

The creation of the University of Brasília (UnB) in the 1960s represented the model of an innovative project, which had as one of its objectives to establish an unprecedented university in the new capital of the country. With the military dictatorship, this scenario changed, and UnB came to be seen as a place of subversion, a threat that needed to be fought, so it began to suffer invasions that occurred at different moments of the regime. These episodes created a climate of instability and insecurity, the entire academic community was placed under suspicion. Most newspapers carried the news that defamed the university, its faculty, and students, many did not know UnB and did not even seek to do so. From this context and having as the theoretical foundation the perspective of forgetting and silencing of Irene Cardoso, the present research aims to analyze the coverage carried out by the newspaper *Correio Braziliense* about the invasions that occurred at UnB in the years 1964, 1965, 1968 and 1977, to understand how the newspaper reported these episodes. Our analysis showed that an official character prevailed in the reports, privileging mainly official notes from the security agencies and the speeches of the different rectors who held the position at the time of each invasion. The academic community had little space and the word “invasion” was only widely used in 1968 when we noticed a change in coverage if we compare the years 1964 and 1965. In 1977, although it highlighted the mobilizations of the student movement, the coverage from *Correio Braziliense* continued to minimize police action inside the campus, often giving it an air of normality.

**Keywords:** Military Dictatorship; University; Press; student movement.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 1</b> Invasão policial na UnB em abril de 1964. Fonte: Universidade de Brasília<br>Arquivo Central AtoM Disponível em: <a href="https://atom.unb.br/index.php/00031">https://atom.unb.br/index.php/00031</a> ..... | 110 |
| <b>Figura 2</b> Invasão de Agosto de 1968. Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM<br>UnB. Disponível em: <a href="https://atom.unb.br/index.php/00007-01">https://atom.unb.br/index.php/00007-01</a> .....          | 132 |
| <b>Figura 3</b> Reprodução Correio Braziliense, p.8, 10/04/1964 .....  | 152 |
| <b>Figura 4</b> Reprodução Correio Braziliense, p.2, 12/10/1965 .....  | 156 |
| <b>Figura 5</b> Reprodução Correio Braziliense, p.3, 12/10/1965 .....  | 157 |
| <b>Figura 6</b> Reprodução Correio Braziliense, capa, 30/08/1968 .....   | 159 |
| <b>Figura 7</b> Reprodução Correio Braziliense, p.12, 30/08/1968 .....   | 162 |
| <b>Figura 8</b> Reprodução Correio Braziliense, p.3, 31/08/1968 .....  | 163 |
| <b>Figura 9</b> Reprodução Correio Braziliense, capa, 1/09/1968 .....  | 165 |
| <b>Figura 10</b> Reprodução Correio Braziliense, capa, 3/09/1968 .....   | 167 |
| <b>Figura 11</b> Reprodução Correio Braziliense, p. 5, 3/09/1968 .....   | 167 |
| <b>Figura 12</b> Reprodução Correio Braziliense, capa, 4/09/1968 .....   | 168 |
| <b>Figura 13</b> Reprodução Correio Braziliense, p.12, 03/06/1977 .....  | 170 |
| <b>Figura 14</b> Reprodução Correio Braziliense, p.3, 4/06/1977 .....  | 171 |
| <b>Figura 15</b> Reprodução Correio Braziliense, p.7, 19/07/1977 .....   | 174 |
| <b>Figura 16</b> Reprodução Correio Braziliense, capa, 26/07/1977 .....  | 176 |
| <b>Figura 17</b> Reprodução Correio Braziliense, p.8, 26/07/1977 .....   | 177 |

## LISTA DE SIGLAS

|              |   |
|--------------|---|
| <b>ABI</b>   | Associação Brasileira de Imprensa                                     |
| <b>AESI</b>  | Assessorias Especiais de Segurança e Informações                      |
| <b>AI</b>    | Atos Institucionais   |
| <b>ALN</b>   | Ação Libertadora Nacional   |
| <b>AP</b>    | Ação Popular  |
| <b>ASIs</b>  | Assessorias de Segurança e Informações                                |
| <b>ARENA</b> | Aliança Renovadora Nacional   |
| <b>CAF</b>   | Centro Acadêmico de Filosofia   |
| <b>CCC</b>   | Comando de Caça aos Comunistas  |
| <b>CGI</b>   | Comissões Gerais de Investigação                                      |
| <b>CIA</b>   | Central Intelligence Agency   |
| <b>CM</b>    | Correio da Manhã  |
| <b>CNBB</b>  | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil                             |
| <b>CPI</b>   | Comissão Parlamentar de Inquérito                                     |
| <b>CPDOC</b> | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| <b>CSN</b>   | Conselho de Segurança Nacional  |
| <b>DA</b>    | Diretória Acadêmico   |
| <b>DCE</b>   | Diretório Central de Estudantes                                       |
| <b>DEE</b>   | Diretório Estadual de Estudantes                                      |
| <b>DACAU</b> | Diretório Acadêmico de Arquitetura                                    |
| <b>DNE</b>   | Diretório Nacional de Estudantes                                      |
| <b>DPF</b>   | Departamento de Polícia Federal                                       |
| <b>DSI</b>   | Divisões de Segurança e Informação                                    |
| <b>ESG</b>   | Escola Superior de Guerra   |
| <b>FAFI</b>  | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras                             |
| <b>FEUB</b>  | Federação dos Estudantes Universitários de Brasília                   |
| <b>FMI</b>   | Fundo Monetário Internacional   |
| <b>GRUTA</b> | Grupo Universitário de Teatro Amador                                  |
| <b>IBAD</b>  | Instituto Brasileiro de Ação Democrática                              |

|                |  |
|----------------|--|
| <b>IPES</b>    | Instituto de Pesquisas Econômico Social          |
| <b>IPMs</b>    | Inquéritos Policiais Militares                   |
| <b>ISEB</b>    | Instituto Superior de Estudos Brasileiros        |
| <b>LDB</b>     | Leis de Diretrizes e Bases da Educação           |
| <b>MAC</b>     | Movimento anticomunista                          |
| <b>MDB</b>     | Movimento Democrático Brasileiro                 |
| <b>ME</b>      | Movimento Estudantil                             |
| <b>MEC</b>     | Ministério da Educação                           |
| <b>MR-8</b>    | Movimento Revolucionário de 8 de outubro         |
| <b>NOVACAP</b> | Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil |
| <b>OAB</b>     | Ordem dos Advogados do Brasil                    |
| <b>OESP</b>    | O Estado de S. Paulo                             |
| <b>PCB</b>     | Partido Comunista Brasileiro                     |
| <b>PCBR</b>    | Partido Comunista Brasileiro Revolucionário      |
| <b>POLOP</b>   | Política Operária                                |
| <b>PDC</b>     | Partido Democrata Cristão                        |
| <b>PSD</b>     | Partido Social Democrático                       |
| <b>PSP</b>     | Partido Social Progressista                      |
| <b>PTB</b>     | Partido Trabalhista Brasileiro                   |
| <b>SIAN</b>    | Sistemas de Informação do Arquivo Nacional       |
| <b>SISNI</b>   | Sistema Nacional de Informações                  |
| <b>SNI</b>     | Serviço Nacional de Informações                  |
| <b>SNRU</b>    | Seminário Nacional de Reforma Universitária      |
| <b>SBPC</b>    | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| <b>UB</b>      | Universidade do Brasil                           |
| <b>UDF</b>     | Universidade do Distrito Federal                 |
| <b>UDN</b>     | União Democrática Nacional                       |
| <b>UFES</b>    | Universidade Federal do Espírito Santo           |
| <b>UFRGS</b>   | Universidade Federal do Rio Grande do Sul        |
| <b>UFPB</b>    | Universidade Federal da Paraíba                  |
| <b>UH</b>      | Última Hora                                      |
| <b>UnB</b>     | Universidade de Brasília                         |
| <b>UNE</b>     | União Nacional dos Estudantes                    |

**UNICAMP** Universidade de Campinas

**URGS** Universidade do Rio Grande do Sul

**URJ** Universidade do Rio de Janeiro

**USP** Universidade de São Paulo

**VPR** Vanguarda Popular Revolucionária

**VAR-Palmares** Vanguarda Armada Revolucionário Palmares

## Sumário

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 16  |
| <b>1. O DESENVOLVIMENTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A CONSTRUÇÃO DA UNB</b> .....  | 20  |
| 1.1. A formação tardia das Universidades no Brasil .....   | 21  |
| 1.2. A autonomia universitária no Brasil .....   | 26  |
| 1.2.1. O movimento estudantil e a autonomia universitária .....  | 31  |
| 1.3. A criação da Universidade de Brasília: antecedentes e inauguração.....  | 36  |
| 1.3.1. A construção de Brasília e o espaço para uma nova universidade .....  | 36  |
| 1.3.2. A elaboração do projeto da Universidade de Brasília.....  | 39  |
| 1.3.3. Nasce uma nova universidade.....  | 44  |
| <b>2. O GOLPE DE 1964 E SEU IMPACTO NAS UNIVERSIDADES</b> .....  | 51  |
| 2.1. Os antecedentes do golpe militar de 1964 .....  | 51  |
| 2.2. A formação do aparato repressivo e suas consequências .....   | 62  |
| 2.3. As Universidades e a repressão .....  | 68  |
| <b>3. A IMPRENSA E A DITADURA MILITAR: RESPALDO E EMBATES</b> .....  | 79  |
| 3.1. A formação da imprensa no Brasil no século XIX: os jornais <i>Correio Braziliense</i> e <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> . ..... | 79  |
| 3.2. A expansão da imprensa no Brasil .....  | 83  |
| 3.3. O desenvolvimento do jornal <i>Correio Braziliense</i> e a sua inserção na imprensa nacional.....                               | 86  |
| 3.3.1. A fundação do primeiro jornal de Brasília.....  | 86  |
| 3.3.2. O <i>Correio Braziliense</i> e sua linha editorial .....  | 89  |
| 3.3.3. A inserção do <i>Correio Braziliense</i> na imprensa nacional.....  | 92  |
| 3.4. As contradições entre imprensa e ditadura militar .....   | 94  |
| <b>4. A UNIVERSIDADE INTERROMPIDA: AS INVASÕES À UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA</b> .....  | 105 |
| 4.1. UnB: de modelo universitário internacionalmente reconhecido a foco de subversão .....   | 105 |
| 4.2. 09/04/1964 “o dia da vergonha”: a primeira invasão à Universidade de Brasília<br>110  |     |
| 4.3. 10/10/1965 “o dia da diáspora”: A segunda invasão à Universidade de Brasília<br>114   |     |
| 4.4. A invasão à Universidade de Brasília em 1968.....   | 122 |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| 4.4.1.    | Os antecedentes da invasão em 1968.....   | 122        |
| 4.4.2.    | 29/08/1968 a data emblemática: a terceira invasão à Universidade de Brasília<br>132 |            |
| 4.5.      | 25/07/1977 o dia do retorno: A quarta invasão à Universidade de Brasília.....       | 138        |
| <b>5.</b> | <b>A COBERTURA DO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE SOBRE AS<br/>INVASÕES À UNB .....</b>  | <b>146</b> |
| 5.1.      | Pressupostos teóricos e metodológicos .....   | 146        |
| 5.2.      | A cobertura da invasão à UnB de 1964.....   | 152        |
| 5.3.      | A cobertura da Invasão à UnB de 1965.....   | 155        |
| 5.4.      | A cobertura da invasão à UnB de 1968.....   | 159        |
| 5.5.      | A cobertura da invasão à UnB de 1977.....   | 169        |
|           | <b>Considerações Finais .....</b>   | <b>180</b> |
|           | <b>Referências .....</b>  | <b>184</b> |



## INTRODUÇÃO

A ditadura militar de 1964 constitui-se como um evento chave para compreendermos a história do país nas décadas seguintes. Os vinte anos de regime resultaram num contexto de torturas, violências, desaparecimentos, mortes e perseguições. Além das repressões aos movimentos sindicais, estudantis, entre outros, as instituições também foram alvos do regime ditatorial, neste sentido destacamos as universidades, que sofreram com as constantes interferências em seus quadros e a instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária.

Os *campi* universitários, no final da década de 1950 até 1968, foram lugares de protestos no qual se desenvolveram novos modos de reflexão, expressão e práticas políticas (FERREIRA, 2014). Num primeiro momento, as lutas universitárias no Brasil estavam ligadas ao desenvolvimento nacional autônomo e às reformas sociais, a partir do golpe de 1964 foram um importante foco de resistência à ditadura, intensificando-se em 1968, principalmente com o confronto direto entre os movimentos contestatórios, sobretudo o estudantil, e os militares. O Estado autoritário via as universidades como uma ameaça, um ambiente dominado pela subversão, e, imbuído deste pensamento promoveu diversas operações de limpeza que consistiram na demissão ou aposentadoria de professores, perseguição de lideranças estudantis e da comunidade acadêmica, elaboração de leis e decretos que visavam limitar a atuação dos estudantes no espaço acadêmico, como por exemplo a proibição de manifestações e a necessidade de autorização prévia para a realização de eventos.

A repressão era intensa e não estava restrita somente ao controle das atividades acadêmicas, algumas universidades tiveram seus *campi* invadidos pelos militares. A primeira a sofrer este tipo de ação foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) de São José do Rio Preto, cuja invasão ocorreu no dia 1 de abril, imediatamente após a instalação do regime militar. No âmbito federal ocorreram intervenções nas reitorias da UFPB, UFRGS e URRJ. A UnB também fez parte desse grupo, constituindo-se como um dos casos mais emblemáticos, teve sua primeira invasão apenas oito dias após o golpe e, a partir de então, passou a sofrer com as constantes interferências em sua estrutura.

Inaugurada em abril de 1962, a proposta da UnB era modernizar o ensino superior brasileiro (FONSECA, 1997). Um dos seus propósitos, era atender as novas demandas

que surgiam com o desenvolvimento da sociedade. O projeto – desenvolvido por vários nomes, dentre os quais destacamos Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira – tinha como base a autonomia universitária, presente nas esferas administrativas, financeira e didática. O regime implementado foi o de Fundação, pois possibilitava uma estrutura mais flexível, em que era permitido o recebimento de doações de empresas privadas, havia também a intenção de ampliar a participação dos alunos e professores nas esferas decisórias.

Este novo projeto de universidade chocava-se frontalmente com a ditadura militar, tornando-se um alvo constante nas suas investidas. O campus da UnB se transformou num cenário de guerra com as invasões ocorridas em 1964, 1965, 1968 e 1977, o clima de instabilidade e insegurança era constante, a propaganda contra a universidade tomava a imprensa e os boatos eram permanentes, poucos a conheciam de fato. Foi difundida a ideia, principalmente pelos militares, de que ali havia um antro de comunistas reunidos por Darcy Ribeiro, e por isso deveria ser aniquilado. As invasões eram repercutidas principalmente pelos jornais da época, daí a importância de destacarmos o papel da imprensa nesse contexto.

As relações entre a imprensa e a ditadura foram marcadas pela ambiguidade (NAPOLITANO, 2020; MOTTA 2013). A maioria dos jornais que apoiou o golpe de 1964, pedia medidas mais “enérgicas” contra as manifestações estudantis de 1968. Contudo, com o AI-5 e o aumento da repressão, alguns passaram a criticar os atos de extrema violência. O papel desempenhado pela imprensa neste período foi objeto de diferentes pesquisas e estudos com um grande enfoque no eixo Rio/São Paulo, cidades de reconhecida importância no cenário nacional. Desse modo, a presente pesquisa propõe o deslocamento deste eixo, ao priorizar os acontecimentos da UnB e o jornal *Correio Braziliense*, criado na década de 1960 por Assis Chateaubriand, político e importante empresário no ramo das comunicações.

Considerando os aspectos acima abordados, este estudo tem como objetivo analisar a cobertura do jornal *Correio Braziliense* sobre as invasões que ocorreram na UnB em 1964, 1965, 1968 e 1977, cujas consequências foram o esvaziamento da universidade e a interrupção de seu projeto. Ao escolher um jornal como objeto de estudo é necessário compreendê-lo dentro de um contexto mais amplo, não considerando a imprensa como a um mero veículo de informações neutro e isolado da realidade político-social na qual está inserida (CAPELATO, 1980). Assim, esta escolha justifica-se na medida em que o *Correio Braziliense*, primeiro jornal de Brasília, além de ser parte de

um grande conglomerado, possuía uma proximidade com os fatos, em um contexto no qual a circulação de informações era um pouco mais restrita e não se dava de uma forma imediata.

A seleção dos períodos ocorreu, porque em cada uma destas invasões podemos observar uma fase distinta do regime, ou seja, o seu início em 1964, a formação do aparato repressivo em 1965, o aprofundamento da repressão e da violência no ano de 1968 e o começo da sinalização da abertura do regime em 1977.

O objetivo desta análise é verificar como o *Correio Braziliense*, caracterizou as invasões e a sua posição diante delas, num contexto em que a maioria dos jornais transmitiam a mesma imagem da UnB. Além disso, é significativo realizar uma reflexão sobre as consequências das invasões para a universidade, o impacto na sua comunidade e os desdobramentos políticos causados, principalmente em 1968. Ainda, retomar o projeto inicial da UnB, pioneiro no Brasil no final da década de 1950 e início dos anos 60, nos auxilia não só a pensar iniciativas possíveis, mas também contribuir quais demandas temos no presente, sobretudo na conjuntura atual, na qual as universidades públicas vêm sofrendo ameaças constantes.

Nossa hipótese é que a cobertura do jornal *Correio Braziliense* seguiu a tendência dos principais jornais da época das grandes cidades, como Rio e São Paulo, que criticavam a universidade e o movimento estudantil por colocarem em “perigo” a “Revolução” iniciada em 1964. O nosso argumento principal é que a cobertura das invasões realizadas pelo jornal não pode ser desconectada de um processo político mais amplo que estava ocorrendo no Brasil, assim, uma abordagem que considere o contexto, para além das invasões, se faz necessária.

Para tanto a tese está organizada em cinco capítulos. O capítulo 1 “O desenvolvimento das Universidades Brasileiras e a construção da UnB”, no qual busca-se contextualizar o quadro universitário brasileiro e as mudanças advindas com o projeto da UnB que, no momento de implementação do golpe de 1964, chama a atenção dos militares sendo bruscamente interrompido. O capítulo 2 “O golpe de 1964 e seu impacto nas Universidades” no qual abordamos os antecedentes do golpe militar, a formação do aparato repressivo e sua utilização nas Universidades e as consequências do seu uso nas instituições.

O capítulo 3 “Imprensa e a ditadura militar: respaldos e embates”, com a formação e a expansão da imprensa no Brasil, o desenvolvimento do jornal *Correio Braziliense* e

as contradições estabelecidas nas relações da grande imprensa com a ditadura militar. O capítulo 4 “A universidade Interrompida: as invasões à Universidade de Brasília”, em que contextualizamos cada uma das invasões e os seus desdobramentos. Por fim, o capítulo 5 “A cobertura do jornal Correio Braziliense sobre as invasões da UnB” trazendo a análise das reportagens e os pressupostos teóricos que envolveram as mesmas.

A presente análise foi fundamentada na perspectiva da memória e esquecimento (CARDOSO, 1999; 2001), no sentido de que a mídia ao construir um acontecimento seleciona e enquadra aquilo que pretende ser visto e lembrado, o que não é selecionado é relegado ao esquecimento, sua atuação, portanto, se dá como uma construtora e norteadora das percepções temporais do cotidiano (DIAS, 2012).

O referencial teórico metodológico utilizado foi o da análise do discurso, a qual apresenta ferramentas conceituais que permitem uma reflexão sobre o discurso como estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2008). Além disso, buscamos identificar as formas do silêncio (ORLANDI, 2007) presentes nas reportagens. Segundo Orlandi (2007) o silêncio recorta o dizer, constituindo-se como parte de uma instância significativa. Através dele, buscamos evidenciar a existência de um processo no qual há a produção de sentidos silenciados. Nesta perspectiva, “o silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido” (ORLANDI, 2007, p.68). O levantamento bibliográfico, análise documental e o recurso da entrevista também foram utilizados nesta pesquisa, estes forneceram os dados que estruturam a análise das reportagens, propiciaram o entendimento da posição do jornal e proporcionaram um amplo quadro do contexto da época.

Ao recuperar as invasões da UnB a partir da análise da cobertura do jornal Correio Braziliense, a presente pesquisa visa contribuir com as discussões sobre a ditadura militar, visto que o reconhecimento do passado nos permite estender o nosso conhecimento sobre o presente, que, no caso brasileiro, ainda carrega muitas consequências desse momento sombrio que deixou marcas profundas em toda sociedade

## **1. O DESENVOLVIMENTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A CONSTRUÇÃO DA UNB**

O presente capítulo tem como objetivo abordar o surgimento das universidades no Brasil e a fundação da Universidade de Brasília (UnB) em 1962, estruturada com base em um novo modelo que trouxe inovações em um cenário marcado por uma estrutura arcaica. Algumas questões importantes perpassam o surgimento da UnB, entre as quais a concepção de um projeto baseado na autonomia. Neste sentido, pensar o desenvolvimento deste conceito no quadro universitário brasileiro e nos diferentes momentos da história do país é relevante para compreendermos a importância desta universidade que se delineava no cenário nacional.

Pensar sobre a autonomia envolve uma abordagem ampla, que compreende diferentes aspectos. Primeiramente é importante estabelecer o que se compreende por universidade. Neste texto, a compreensão do que é universidade está fundamentada na premissa de que esta instituição se constitui como um espaço aglutinador e multiplicador do conhecimento, com enfoque na investigação científica e formação profissional (FÁVERO, 2004). A abordagem do contexto de sua fundação e organização, assim como a sua relação com a sociedade, também são importantes, visto que no Brasil a universidade é tida não só como produtora de conhecimento, mas também possui um papel específico de servir de consciência crítica em contraponto à alienação (MENDES, 1987).

## 1.1.A formação tardia das Universidades no Brasil

A constituição da universidade no Brasil ocorreu de modo tardio<sup>1</sup>, enquanto alguns países da América Latina tinham suas instituições formadas desde o século XVI e XVII, aqui o estabelecimento de universidades deu-se com maior efetividade no século XX, momento em que as instituições passaram a ser organizadas por critérios estabelecidos em lei possibilitando-as serem reconhecidas formalmente enquanto tal. As iniciativas ocorreram em diferentes contextos políticos, algumas permaneceram, outras foram extintas, os critérios foram se alterando, demonstrando a falta de consistência nos projetos de educação, principalmente da educação superior.

A primeira universidade foi a Universidade do Rio Janeiro (URJ) criada em 1920<sup>2</sup>, que apesar das críticas, foi a primeira instituição universitária concebida legalmente pelo governo federal (FÁVERO, 2006; ROMANELLI, 2001). A sua estrutura reunia Faculdades profissionais pré-existentes, voltada mais ao ensino do que a pesquisa e, de viés elitista, não representava uma alternativa ao sistema existente, formado por institutos e faculdades isoladas. Embora houvesse uma tendência centralizadora, a partir da década de 1930 ocorreu a fundação do Ministério de Educação e Saúde assim como algumas iniciativas na área da Educação. No ensino superior deu-se a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934<sup>3</sup>, e a Universidade do Distrito Federal (UDF)<sup>4</sup> em 1935, na qual Anísio Teixeira<sup>5</sup> (1900-1971) teve papel e atuação extremamente importantes.

A UDF, criada através de um decreto municipal<sup>6</sup>, não tinha prédio próprio, as aulas eram ministradas nos lugares de trabalho dos docentes – dentre os quais importantes nomes de nossa cultura, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Cândido

---

<sup>1</sup> No Brasil colônia era vedada a criação de instituições de ensino superior, essas foram criadas somente no século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil.

Ver mais em: CUNHA, L. A. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M.; FILHO, L. M.; VEIGAS, C.G. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 e OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: M. S. SOARES, *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre: Unesco, 2002, (pp. 31-42)

<sup>2</sup> Foi criada por meio decreto nº14.343, em 7 de setembro de 1920.

<sup>3</sup> Para os objetivos desta pesquisa focaremos na estrutura e formação das Universidades Federais.

<sup>4</sup> Na época a capital do país era o Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Anísio Teixeira foi personagem central na história da educação na primeira metade do século XX no Brasil. Defendeu a democratização do acesso ao ensino e necessidade de uma escola pública, laica e gratuita. Além da UDF, também fundou a escola parque em 1950 e teve importância central na criação da Universidade de Brasília, juntamente com Darcy Ribeiro.

<sup>6</sup> Prefeitura do Distrito Federal. Decreto municipal n. 5.513, 4 de abril de 1935. Universidade do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935.

Portinari e Mario de Andrade. Eles recebiam um pequeno complemento aos seus salários já pagos pelas instituições em que trabalhavam.

A ideia fundamental era ter uma universidade que cultivasse o espírito criador, dando ênfase à pesquisa em todos os ramos e atividades não devendo ser limitadas ao ensino. A fim de criar essa atitude de espírito, manteve desde o início cursos de graduação e pós-graduação, estes constituindo novidade naquela época, não somente no Brasil, mas também em países culturalmente mais avançados da Europa e dos Estados Unidos. (SALMERON, 2012, p.58)

Na visão do seu criador a UDF, além de prezar pela liberdade e o exercício da autonomia, deveria contribuir para a integração entre cultura, universidade e o aperfeiçoamento da sociedade brasileira, acabando com o isolamento que existia entre os intelectuais e a sociedade. Logo, competia a ela não só socializar a cultura, mas também os meios de adquiri-la. Isto posto, segundo Fávero (2008, p.165), “a UDF surgiu com uma definição clara e original do sentido e das funções da universidade, bem como dos mecanismos que se faziam necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos.”

A existência desta universidade era incompatível com o período autoritário – com ápice no Estado Novo – que se delineava no país e foi combatida pelo então ministro da educação de Vargas, Gustavo Capanema (1900-1985). De acordo com Fávero (2008) os argumentos contra esta instituição tinham caráter ideológico, atribuído pelos integralistas e católicos, como uma “Universidade esquerdista, senão comunista”. Nesse cenário, a perseguição à UDF se deu de modo intenso. Foi emblemático o fato de os professores terem sido obrigados a deixar seus cargos, quando um decreto proibiu a acumulação de cargos públicos<sup>7</sup>. A decisão de que só o ministro da educação tinha a autoridade de criar universidades, tornou a UDF ilegal, pois sua criação fora realizada pelo prefeito Pedro Ernesto. Sendo assim, ela foi extinta em 1939, com duração de pouco mais de três anos.

---

<sup>7</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº24 de 29 de novembro de 1937*. Dispõe sobre a acumulação de funções e cargos públicos remunerados, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-24-29-novembro-1937-351813-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 05 de maio de 2020.

Através do decreto lei nº1.063 de 1939<sup>8</sup>, os cursos da UDF foram transferidos para a Universidade do Brasil<sup>9</sup> (UB), antiga URJ, que iniciou suas atividades nesse mesmo ano, após um longo período de elaboração iniciado em 1935. O seu projeto, elaborado pelo ministro Gustavo Capanema, foi preparado de forma centralizada, já que toda a estrutura da universidade, incluindo os programas das disciplinas, foram apresentados de modo completo antes mesmo do início de suas atividades. Com uma estrutura baseada no sistema de cátedras e uma formação voltada para o profissional, a UB resultou numa estreiteza cultural e acesso limitado às elites. O seu modelo seria o único a ser seguido pelo ensino superior em todo o território nacional, demonstrando mais uma vez o momento de centralização autoritária no ensino superior brasileiro.

As universidades europeias foram os principais paradigmas até o fim do Estado Novo. Segundo Paula (2002; 2009), na primeira metade do século XX a formação das universidades brasileiras se deu basicamente sob influência do modelo francês e alemão, exemplificados respectivamente no caso da URJ e da USP.

O modelo francês napoleônico era caracterizado por escolas isoladas, de caráter profissionalizante, havia uma dissociação entre o ensino e a pesquisa; e também pela centralização estatal, ou seja, a universidade estava submetida ao poder do Estado (PAULA, 2002). O modelo alemão, por sua vez, tinha a preocupação centrada na perspectiva humanista, visava à união entre ensino e pesquisa científica, defesa da autonomia da universidade diante do Estado e dos poderes políticos, bem como uma concepção não pragmática e idealista da universidade (PAULA, 2002).

A partir dos anos 1950 houve a multiplicação das universidades no Brasil e o Governo Federal assumiu o protagonismo na redefinição organizacional, mediante a reunião de faculdades isoladas em universidades, culminando no surgimento de várias instituições. Neste cenário, começa a ganhar espaço o modelo norte-americano, marcado pelo vínculo entre educação e mercado de trabalho, parcerias entre universidades e setor produtivo, organização por meio do sistema departamental, regime de créditos, matrículas por disciplinas, criação da carreira docente e do regime de dedicação exclusiva. Defendia-se a necessidade de racionalizar a universidade.

---

<sup>8</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº1.063 de 20 de janeiro de 1939*. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1063-20-janeiro-1939-349215-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 07 de maio de 2020

<sup>9</sup> Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Em 1947 foi criado o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), uma escola de engenharia que ofereceria os cursos de Mecânica, Eletrônica e Aeronáutica, juntamente com um instituto de pesquisa que deveria apoiar a aviação comercial e a indústria. Apesar de ser denominado de instituto, o ITA se constituiu como o primeiro passo na modernização do ensino superior do país, uma vez que, entre as suas inovações acadêmicas, estavam: professores que não ocupavam cátedra vitalícia, pois eram contratados pela legislação trabalhista; uma organização departamental; professores e alunos, residentes no campus, dedicavam-se exclusivamente ao ensino e a pesquisa.

O currículo era flexível com o curso dividido em: parte fundamental, com duração de dois anos, na qual eram abordados os conteúdos comuns; e profissional, com três anos, concentrando as disciplinas que permitiam a especialização. Estas características, nas décadas de 1940 e 1950, não eram encontradas em outras escolas superiores (CUNHA, 2007). A existência do ITA, propiciou um ânimo àqueles que desejavam reformar o ensino, sendo uma possibilidade de estender uma estrutura inédita para outras universidades. Até então, a maioria delas estava organizada no sistema de cátedras, ou seja, era entregue a um professor uma “cadeira” de ensino e pesquisa de uma área específica do conhecimento, instituindo-se, muitas vezes uma relação de poder, já que o interesse dos catedráticos se sobrepunha ao dos outros, constituindo uma rede de privilégios por eles monopolizada.

Assim, as universidades brasileiras nas décadas de 1950 e 1960 eram fechadas, marcadas pelo sistema de cátedras e pela resistência à renovação (CUNHA; GÓES, 1985). Possuíam regime autárquico; a participação de alunos e professores se dava de uma forma restrita; era rara a existência de departamentos, embora existisse o decreto lei 8.393 de 1945<sup>10</sup>, que determinava a sua organização neste formato.

Em 1950, pela lei 1.254<sup>11</sup> houve a federalização dos estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos estados, municípios e particulares, aumentando consideravelmente o número de Institutos Isolados que se tornaram universidades. A sua

---

<sup>10</sup> BRASIL. *Decreto-Lei n°8.393, de 17 de dezembro de 1945*. Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências.

Disponível em :<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 20 de maio de 2020.

<sup>11</sup> BRASIL. *Lei n°1.254, de 4 de dezembro de 1950*. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19501969/L1254.htm#:~:text=LEI%20No%201.254%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201950.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20sistema%20federal,Art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19501969/L1254.htm#:~:text=LEI%20No%201.254%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201950.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20sistema%20federal,Art.) Acesso em 23 de maio de 2020.

aglutinação se constituiu como um dos principais processos para a formação das universidades no Brasil.

Nos últimos dez anos da república populista (1954/64), o ensino superior estava organizado de forma predominantemente universitária: a participação das universidades no total das matrículas era de 65%. As numerosas “federalizações” ocorridas em 1950 fizeram que houvesse nas capitais de certos estados um número tal de escolas isoladas mantidas pela União que propiciava sua aglutinação em universidades. O mesmo ocorreu com as faculdades católicas, as quais foram progressivamente se integrando em universidades. (CUNHA, 2007, p.79)

A década de 1950 foi marcada por um momento de crescimento e desenvolvimento do Brasil e a situação precária das universidades ficou evidente, desse modo foi dado início ao movimento de modernização do ensino superior no país, o qual não se restringiu a professores e alunos, mas diferentes setores da sociedade também passaram a reivindicar a necessidade dessa renovação. Assim, no final dos anos 50 tem-se o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com disputas definidas por posições ideológicas. Enquanto um grupo defendia a necessidade da escola pública, como impulsora do progresso, contribuindo para a redistribuição dos indivíduos em escala social; o outro priorizava as escolas privadas (CUNHA, 2007; ROMANELLI, 2001; ROTHEN, 2008). Neste contexto, também se delineou o movimento pela Reforma Universitária, que contou com a participação intensa da União Nacional dos Estudantes (UNE) responsável por promover debates importantes acerca da democratização das universidades, discussão esta que se aprofundou na década de 60 em que vários países passaram a realizar questionamentos sobre aquelas.

Após 14 anos de tramitação o projeto da LDB<sup>12</sup> teve seu texto aprovado em 1961. Segundo Oliven (2002) a promulgação desta lei não gerou mudanças substanciais no modelo das instituições de ensino superior vigentes no país, pelo contrário, acabou reforçando-o. As cátedras permaneceram, não houve enfoque no desenvolvimento da pesquisa, centralizou-se o sistema de educação superior ao conceder expressiva autoridade ao Conselho federal de Educação, que poderia autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e decidir sobre o currículo mínimo dos cursos superiores. A LDB

---

<sup>12</sup> BRASIL. *Lei n°4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.html>. Acesso em 21 de maio de 2020

deste período, para Cunha (2007), legitimou as reivindicações dos interesses privatistas baseados na “liberdade de ensino”.

A partir da criação da primeira universidade no Brasil em 1920 e dos anos seguintes, nota-se uma disputa entre o modelo a ser implementado no país, prevalecendo a forma burocrática, elitista e profissionalizante. Vale ressaltar que o momento político também influenciou no desenvolvimento universitário brasileiro, tendo sido emblemático o caso da UDF na década de 30, que, ao começar a se firmar como centro de pensamento autônomo, de produção de cultura e de formação de pesquisadores e de professores (FÁVERO, 2001), foi extinta, pois dificilmente uma universidade que afrontava as características centralizadoras nessa época conseguiria se desenvolver fora do controle e supervisão do Estado.

A legislação evoluiu para que fosse facilitado o processo de formação das universidades, dando-se por simples aglutinação de faculdades pré-existentes, o que resultou em reitorias e Conselhos Superiores extremamente burocráticos e formais, ademais, nem a produção científica nem a autonomia constituíam-se como seus traços marcantes (SGUISSARDI, 2006).

A modernização do ensino superior brasileiro, diante de um cenário de crescente desemprego entre os recém-formados, foi discutida por diferentes setores da sociedade nacional, outro tema constante nas discussões era o da autonomia universitária, daí a importância na sua abordagem que será realizada a seguir, a partir do contexto político e das diferentes reformas que sucederam em cada um dos governos.

## **1.2.A autonomia universitária no Brasil**

A reflexão sobre a autonomia universitária é um assunto que se fez presente desde o início da formação das universidades e segue atual. Ao pensarmos em instituições do Estado, a autonomia não é irrestrita, estando vinculada ao exercício de suas atribuições; sua referência não é o seu próprio benefício, mas outra finalidade que está relacionada à sociedade.

É importante ressaltar que a universidade não está acima do Estado ou da Lei, sua administração se dá em acordo mútuo com eles e deve ser realizada de modo independente, para não priorizar interesses políticos, ou que haja interferências em sua estrutura administrativa, financeira e acadêmica. Portanto, a garantia da autonomia

universitária assegura à instituição o cumprimento de sua função social (DURHAM, 2003). Ao observarmos o Brasil, vemos a presença desta questão antes mesmo da criação da primeira universidade em 1920, estando presente durante todo o seu desenvolvimento.

A questão da autonomia aparece pela primeira vez no decreto 8.659 de 1911<sup>13</sup>, que estabelecia a lei orgânica do Ensino Superior e Fundamental durante a República. Este decreto versava sobre a organização dos Institutos de Ensino Superior e do Ensino Fundamental, estabelecendo que sua organização estaria baseada na autonomia didática e administrativa. Do total de 140 artigos que versavam sobre sua organização e estrutura, três tratavam da autonomia

Art. 2º Os institutos, até agora subordinados ao Ministerio do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autonomas, tanto do ponto de vista didactico, como do administrativo. (...)

Art. 6º Pela completa autonomia didactica que lhes é conferida, cabe aos institutos a organização dos programmas de seus cursos, devendo os do Collegio Pedro II revestir-se de caracter pratico e libertar-se da condição subalterna de meio preparatorio para as academias. (...)

Art. 139. As Congregações dos institutos de ensino, por força da autonomia administrativa e didactica que lhes é garantida pela presente lei, ficam com a liberdade de modificar ou reformar as disposições regulamentares e as inherentes à intima economia delles. (...) (BRASIL, 1911)

Segundo Cunha (2005) este decreto tinha como objetivo frear a expansão do número de alunos das faculdades, propiciada pelo ingresso irrestrito dos concluintes do ensino secundário, possibilitando a autonomia didática e administrativa das instituições em questão. Além do que, as faculdades federais com recursos próprios suficientes estariam desobrigadas da fiscalização ou dependência governamental. No entanto, o efeito não foi o esperado, apesar do número de matrículas nas faculdades federais terem caído, passaram a existir faculdades privadas que ofereciam facilidades aos estudantes para ingressarem nos seus cursos.

Diante deste cenário, no ano de 1915 tem-se outra reforma, denominada de Reforma Carlos Maximiliano, ocorrendo uma outra reorganização do ensino superior e secundário. Houve uma restrição e supressão do termo autonomia, antes presente em três artigos no decreto anterior, neste passou a constar somente em dois:

---

<sup>13</sup> BRASIL. *Decreto nº8.659, de 05 de abril de 1911*. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21 de maio de 2020

Art. 1º O Governo Federal continuará a manter os seis institutos de instrução secundária e superior subordinados ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, dando-lhes autonomia didactica e administrativa de accôrdo com as disposições deste decreto. (...)

Art. 7º As taxas de matrícula e de frequencia e a metade das de exames, deduzidas as despesas pagas pelo cofre escolar por deficiencia da verba concedida pelo Congresso Nacional, constituirão o patrimonio do instituto, afim de lhe garantir a autonomia financeira, fundamento da administrativa. (BRASIL, 1915)

Apesar do artigo 1º estabelecer a autonomia didática e administrativa, nos artigos 29º e 113º<sup>14</sup> foi determinado que o Presidente da República seria o responsável por escolher tanto o Presidente do Conselho do Ensino Superior quanto os diretores dos Institutos de Ensino Superior, retirando o que antes era prerrogativa das próprias instituições.<sup>15</sup> Neste contexto, em 1920, é criada a primeira universidade do Brasil, como já exposto no item anterior, com reitor e diretores nomeados pelo Presidente da República.

Na década de 1930 foram baixados, por meio de decretos, o Estatuto das Universidades Brasileiras<sup>16</sup> e a Reorganização da URJ<sup>17</sup>. O primeiro estabelecia que o ensino superior no Brasil obedeceria ao sistema universitário, mas podendo ainda permanecer os Institutos Isolados, que seriam regidos por esse estatuto. De acordo com o artigo 6º, as universidades brasileiras poderiam ser criadas e mantidas pela União, Estados ou sob a forma de fundações ou de associações por particulares, constituindo-se em universidades federais, estaduais e livres. No artigo 7º estava determinado que

---

<sup>14</sup> “Art. 29. Compor-se-ha de um presidente, livremente nomeado pelo Presidente da Republica, dentre os cidadãos de indiscutível saber e familiarizados com todas as questões do ensino; dos directores dos institutos officiaes subordinados ao Ministerio de Justiça e Negocios Interiores, e de um professor de cada um dos referidos institutos, eleito biennialmente pela Congregação respectiva, em sessão especial convocada com a declaração desse fim.(...)”

Art. 113. Os directores são nomeados livremente pelo Presidente da Republica, dentre os professores cathedraicos effectivos ou jubilados, de cada instituto de ensino, e são demissiveis ad mitum. ” (BRASIL, 1915)

<sup>15</sup> “Art. 21. Cada instituto de ensino será dirigido por um director eleito pela Congregação para um periodo de dous annos.” (BRASIL, 1911)

<sup>16</sup> BRASIL. *Decreto nº19.851, de 11 de abril de 1931*. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21 de maio de 2020

<sup>17</sup> BRASIL. *Decreto nº19.852, de 11 de abril de 1931*. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em 21 de maio de 2020.

A organização administrativa e didáctica de qualquer universidade será instituída em estatutos, aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, e que só poderão ser modificados por proposta do Conselho Universitário ao mesmo ministro, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1931)

O artigo 9º estabelecia que as universidades teriam personalidade jurídica e autonomia administrativa, didática e disciplinar, respeitando os limites determinados pelo decreto. Contudo, ao observarmos o parágrafo único<sup>18</sup>, nota-se que mesmo com a autonomia prevista, as modificações que porventura ocorressem na organização administrativa ou didática dos institutos universitários só poderiam ser efetivadas com a sanção dos governos após ouvir o Conselho Nacional de Educação.

A escolha do reitor<sup>19</sup>, por sua vez, continuou sob a responsabilidade do governo, que agora teria uma lista tríplice organizada, em votação, pelo Conselho Universitário para realizar sua escolha. Da mesma forma o diretor dos institutos universitários, também nomeado pelo governo, decidido por uma lista tríplice, composta de dois nomes selecionados pela Congregação com votação uninominal; e um nome eleito pelo Conselho Universitário<sup>20</sup>. No que concerne aos estudantes, passou a ser admitida a criação de associações bem como a permissão de organizar um Diretório Central que, entre outras atividades, seria responsável por defender os interesses gerais do estudantado diante das autoridades superiores de ensino e perante os altos poderes da República.

O decreto nº19.852 de 1931, versava basicamente sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, cuja formação se deu pela Congregação, em unidade universitária, dos Institutos Superiores que existiam naquele momento: Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola Politécnica; Escola de Minas; Faculdade de Educação, Ciências e Letras; Faculdade de Farmácia; Faculdade de Odontologia; Escola

---

<sup>18</sup> “*Parapho unico*. Nas universidades officiaes, federaes ou estaduaes, quaesquer modificações que interessem fundamentalmente á organizacção administrativa ou didactica dos institutos universitarios, só poderão ser effectivadas mediante sancção dos respectivos governos, ouvido o Conselho Nacional de Educação.” (BRASIL, 1931)

<sup>19</sup> Art. 16. O Reitor, nas universidades federaes e estaduaes, será de nomeacção dos respectivos governos, devendo a escolha recahir em nome constante de uma lista triplice, organizada em votação uninominal pelo Conselho Universitario. (...)

Art. 17. A escolha do reitor nas universidades equiparadas será regulada nos seus estatutos, dependendo, porem, a posse efetiva no cargo de prévio assentimento do Ministro da Educação e Saúde Pública, que poderá vetar a nomeação quando o candidato não offerecer garantias ao desempenho de tão altas funcções. (BRASIL, 1931)

<sup>20</sup> De acordo com artigo 22º o Conselho Universitário era um órgão consultivo e deliberativo da universidade cuja presidência era exercida pelo reitor.

Nacional de Belas Artes; Instituto Nacional de Música. Além disso, estabelecia a organização, estrutura e a duração dos seus cursos.

A análise desses dois decretos demonstra que a autonomia das universidades ocorreu de modo relativo, com artigos que tratavam desta temática e aqueles que, em contrapartida, propunham a sua restrição. A justificativa do ministro da Educação era de que seria necessário realizar uma adaptação nas universidades, concedendo primeiro uma autonomia relativa, para num período posterior fornecê-la de modo total. Segundo Fávero (1999, p.43) esses dois decretos apresentaram uma ambiguidade “(...) ora a autonomia era assegurada na universidade, ora ela é admitida de modo restrito, alternando aberturas momentâneas e fechamentos, o que não deixa de ser uma forma de centralização.”

Com o passar dos anos e com a constituição de um governo autoritário em 1937, as diretrizes que passaram a vigorar na educação possuíam um viés centralizador e autoritário. Neste cenário, em que UB foi tida pelo governo como modelo central, as universidades não tinham qualquer autonomia e os serviços eram centralizados, instalando uma concepção de que o processo educativo poderia ser objeto de controle legal (FÁVERO, 1999). Diante desta circunstância, vale ressaltar que a Lei nº452 de 1937<sup>21</sup>, responsável por organizar mais uma vez a UB, no seu artigo 29 proibia professores e alunos de tomar qualquer atitude de caráter político partidário dentro da Universidade e no artigo 30 não permitia o uso, em solenidades ou aulas, de uniforme ou emblemas de partidos políticos<sup>22</sup>, ou seja, o autoritarismo presente na sociedade refletia naquela instituição.

Em 1945 o decreto-lei 8.393 de dezembro<sup>23</sup>, concedeu à Universidade do Brasil autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Ele determinava que o reitor

<sup>21</sup> BRASIL. *Lei nº452, de 05 de julho de 1937*. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1930-1949/L0452.htm#:~:text=LEI%20No%20452%2C%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201937.&text=Organiza%20a%20Universidade%20do%20Brasil.&text=Art.,e%20alunos%2C%20consagrados%20ao%20estudo.&text=3%C2%BA%20A%20Universidade%20do%20Brasil.que%20forem%20previstos%20em%20lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0452.htm#:~:text=LEI%20No%20452%2C%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201937.&text=Organiza%20a%20Universidade%20do%20Brasil.&text=Art.,e%20alunos%2C%20consagrados%20ao%20estudo.&text=3%C2%BA%20A%20Universidade%20do%20Brasil.que%20forem%20previstos%20em%20lei). Acesso em 21 de maio de 2020

<sup>22</sup> “Art. 29. Os professores e os alunos da Universidade do Brasil não poderão tomar oficialmente, nem coletivamente, dentro da Universidade, qualquer atitude de caráter político-partidário.  
Art. 30. Os professores e os alunos da Universidade do Brasil não poderão comparecer aos trabalhos escolares ou a quaisquer solenidades universitárias, com uniforme ou emblema de partidos políticos.” (BRASIL, 1937)

<sup>23</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº8.393, de 17 de dezembro de 1945*. Concede autonomia administrativa financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%208.393%2C%20DE%2017%20DE%20DEZEM>

seria nomeado pelo Presidente da República, escolhido dentre os professores catedráticos, eleitos em lista tríplice e por votação uninominal pelo Conselho Universitário, assim como ocorreu na reforma de 1931. Os diretores das unidades eram nomeados pelo reitor, com a prévia autorização do presidente república, cuja escolha também se daria por meio de lista tríplice.

Com o fim do Estado Novo as discussões sobre o ensino superior voltaram à pauta, intensificando-se a partir das décadas de 1950 e 1960, contando com a participação de diferentes setores da sociedade, tendo destaque o movimento estudantil que passou a realizar discussões e a produzir documentos expondo suas demandas.

### **1.2.1. O movimento estudantil e a autonomia universitária**

A democratização do Ensino Superior foi uma reivindicação de destaque nas manifestações realizadas nos anos 1960. Neste processo, a UNE<sup>24</sup> foi a responsável por organizar seminários nacionais que resultavam em documentos importantes, os quais traziam à tona questões sobre a reformulação do ensino superior brasileiro (GERMANO, 2000). Dada a sua importância neste cenário de luta estudantil, é relevante retratar como a autonomia universitária se fez presente nas organizações estudantis.

Em maio de 1961 foi realizado em Salvador, na Bahia, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU) organizado pela UNE que abordou três temas fundamentais: a realidade brasileira, a Universidade do Brasil e a Reforma Universitária. As discussões resultaram no documento denominado “Declaração da Bahia”, no qual os estudantes apresentaram suas conclusões sobre as temáticas e passou a ser referência na luta estudantil. Esta declaração mencionou os diferentes aspectos da sociedade brasileira e o papel dos estudantes neste processo da superação da estrutura capitalista dominante no país<sup>25</sup>.

---

[BRO%20DE%201945,Brasil%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias..](#) Acesso em 22 de maio de 2020.

<sup>24</sup> União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937, entidade de representação nacional dos universitários. Teve destacado papel nas lutas do movimento estudantil. Para ver mais consulte: FÁVERO, M.L.A. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; POERNER, A. J. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; MÜLLER, A. *O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

<sup>25</sup> Para os objetivos desta pesquisa, o enfoque será dado no tópico a Universidade do Brasil, principalmente no modo como os estudantes entendiam a autonomia universitária. Para ver mais consulte: UNE, I Seminário Nacional de Reforma Universitária – Declaração da Bahia, promovido pela União Nacional dos



Segundo aquele documento a universidade deveria estar totalmente integrada à sociedade e ao meio que a criou, assim, sua estrutura deveria ser flexível para acompanhar as transformações sociais em curso. Para isso, era necessária a democratização da universidade do ponto de vista da sociedade e da comunidade de trabalho. Ainda de acordo com ele, a universidade brasileira seria democrática apenas na sua forma, visto que o acesso era restrito a um baixo número de privilegiados, logo, não estava em consonância com o projeto histórico, pensado pelos estudantes, de priorizar o desenvolvimento na perspectiva do povo.

O documento elaborado no I SNRU, expunha que a universidade no Brasil era falha nas suas diferentes missões: a cultural, por não estar alinhada com a cultura nacional; profissional, pois não formava profissionais condizentes com as carências do país bem como não atendia as necessidades particulares das regiões em que estavam e nem o seu desenvolvimento. Para eles havia falhas também em sua missão social, em virtude de ela não assumir seu papel de liderança social e por formar profissionais individualistas, mantenedores do status quo (UNE, 1961). A reforma do ensino superior propiciaria a alteração dessas condições, configurando uma universidade próxima dos mais pobres e da classe trabalhadora. Outro ponto ressaltado pelos estudantes era o fim do sistema de cátedras, sendo substituído pelo sistema departamental, com a consequente estruturação da carreira do magistério.

Com relação à autonomia, nota-se dois aspectos. Primeiro, reivindicavam maior autonomia financeira, administrativa e didática, através da transformação das universidades em autarquias e fundação. A autonomia administrativa se daria com a escolha de membros da cúpula administrativa feita democraticamente pela própria comunidade universitária, cabendo ao governo somente sua nomeação, além disso a universidade também poderia modificar seu estatuto, dando ao Poder Federal a tarefa de formular os princípios mínimos que serviriam como diretriz para sua elaboração (UNE, 1961). Quanto à autonomia didática, seria de responsabilidade da própria instituição criar e suprimir matérias de currículos, conservando aquelas estabelecidas por lei como definidoras dos cursos. A autonomia financeira era defendida pelos estudantes, na perspectiva de a universidade elaborar livremente o seu orçamento e a prestação pública anual de contas.

---

Estudantes, 1961, Salvador – Bahia. In: FÁVERO, M. de L. de A. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

Embora defendessem a autonomia, os estudantes entendiam que esta não poderia ser desvinculada da ideia da Reforma, a qual deveria ser realizada para evitar a consolidação da estrutura antiga que se pretendia mudar. “Reformar uma universidade sem lhe dar o grau de autonomia por nós reivindicado é frustrar o processo iniciado de contínuas mudanças, adequações e depurações, é impedir o prosseguimento do movimento.” (UNE, 1961, p.XXX)

O II Seminário Nacional da Reforma Universitária<sup>26</sup> foi realizado em março de 1962, na cidade de Curitiba. Assim como o anterior, seu objetivo era o de mobilizar as lideranças estudantis para a discussão da Reforma Universitária. O resultado deste evento foi um segundo documento, denominado de “Carta do Paraná”, no qual os estudantes expressaram seu entendimento de que a reforma da universidade era integrante das reformas de base, constituindo-se como uma mudança da estrutura social.

Como todas as chamadas reformas de base, a reforma da universidade interessa fundamentalmente ao povo, pois somente para o povo o ensino superior é realmente problema, tanto quanto não tenham as chamadas classes populares acesso à universidade brasileira. (UNE, 1962, p.XL)

Este documento perpassava pelos seguintes temas: I) Fundamentos teóricos da Reforma Universitária, defendendo que a universidade deveria ser a expressão do povo, antidogmática e uma frente efetiva do processo revolucionário. II) Análise crítica da Universidade Brasileira, apontando para uma perspectiva da universidade sob o ponto de vista cultural, político-social e estrutural, nesta última tratando especificamente da questão da autonomia, demonstrando uma visão peculiar dos estudantes sobre ela. E o III) Síntese Final: esquema tático de luta pela Reforma Universitária, que definia como deveria ser a luta para alcançar a reforma.

Segundo a Carta do Paraná, a autonomia da Universidade não poderia ser total, uma vez que está condicionada pelo meio social. Na visão dos estudantes, “esta só será válida enquanto atender às exigências desse meio, pois se tal não se verificar cairá a Universidade num extremo oposto, aliando-se a realidade vigente” (UNE, 1962, LXIII). Os estudantes também dirigiram críticas a recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação

---

<sup>26</sup> Para ver mais consulte: UNE, II Seminário Nacional de Reforma Universitária – Carta do Paraná, promovido pela União Nacional dos Estudantes, 1962, Curitiba – Paraná. In: FÁVERO, M. de L. de A. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

(LDB)<sup>27</sup>, que no seu artigo 84<sup>28</sup>, limitava a autonomia Universitária, dando para o Conselho Federal de Educação poderes de suspendê-la de qualquer universidade caso esta lei fosse infringida.

O fato de a autonomia estar vinculada aos estatutos das universidades também consistia num fator de crítica, pois segundo eles “os estatutos é que devem estar pautados numa lei e no princípio da autonomia, e nunca o princípio compreendido, limitado, e talvez deturpado, dentro dos estatutos das universidades” (UNE, 1962, LXIV). Portanto, basicamente, com relação ao ensino superior, a LDB manteve o que tinha sido estabelecido na Reforma Francisco Campos.

A análise da Carta do Paraná evidencia que os estudantes reivindicavam cautela com relação à autonomia administrativa, devido a possibilidade de ela ser facilmente utilizada como elemento de discriminação dentro da universidade. Com relação ao reitor, a proposta era de que ele deveria ser eleito por uma Congregação formada de professores, alunos e funcionários. Para eles a autonomia didática só seria conquistada com a existência de um currículo voltado para as necessidades do Brasil, “pois a verdadeira autonomia é a que possibilita a adaptação dos currículos às necessidades do país e das diferentes regiões” (UNE, 1962, p. LXV). Já a autonomia financeira, deveria evitar o mau uso do dinheiro e situações que acarretassem o empreguismo e outras distorções, assim, a universidade deveria realizar a prestação pública de contas de modo anual, criação de fundos próprios e, por último, aplicação do princípio de dotação global. Os estudantes também reivindicavam a regulamentação de sua participação na direção das Universidades. Como pudemos observar os dirigentes estudantis e alguns intelectuais compreendiam de forma cautelosa a autonomia universitária, que poderia vir a ser um obstáculo para a implementação do projeto da universidade a serviço do povo.

Na Carta de Paraná, os estudantes revelaram-se desconfiados diante da ideia de uma universidade autônoma. Temiam que ela fosse mal utilizada na contratação de professores e funcionários, no uso dos recursos, na aplicação de penalidades e, inclusive, para aumentar as barreiras que dificultavam o acesso de estudantes de origem popular.” (CUNHA, 2005, p.45-46)

---

<sup>27</sup> BRASIL. *Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 de maio de 2020.

<sup>28</sup> “Art. 84. O conselho federal de educação, após inquérito administrativo, poderá suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infringência desta lei ou dos próprios estatutos, chamando a si as atribuições do conselho universitário e nomeando um reitor *pro tempore*.” (BRASIL, 1961)

Os estudantes se mobilizaram intensamente contra a aprovação da LDB que, mesmo assim, foi efetivada com um caráter privatista. Em 1963 a UNE realizou, em Belo Horizonte, o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, dando sequência às discussões apresentadas na Carta do Paraná. O resultado deste evento foi o documento “UNE: luta atual pela Reforma Universitária”, segundo o qual a luta deveria ser empregada para a conclusão da reforma universitária por eles concebida e debatida nos seminários anteriores. Assim, entendendo que a legislação vigente, naquele momento, era anacrônica e a necessidade de remoção destes obstáculos tanto para a democratização do acesso ao ensino superior quanto à democratização interna da universidade, os estudantes decidiram que a melhor forma de condução para Reforma Universitária seria encaminhar ao Congresso um projeto de Emenda à Constituição e outro de alteração da LDB (UNE, 1963).

Este contexto de reivindicações estudantis nos permite observar o cenário das universidades brasileiras, marcado por uma estrutura arcaica, cuja reforma, na visão dos estudantes, era fundamental para atender às novas demandas que surgiam, principalmente com o aumento do número de alunos. Assim, no caso brasileiro o momento político e as diferentes reformas que aconteceram em cada um dos governos também foram fatores importantes nas discussões sobre o ensino superior e, por consequência, da autonomia universitária. Segundo Cunha (2007b, p.14)

Ao contrário de outros aparelhos de hegemonia, a universidade encontra-se, no Brasil, no cruzamento da Sociedade Política com a Sociedade Civil, combinando de modo próprio a coerção com a hegemonia. A relativa autonomia resultante dessa posição peculiar propicia a ressonância das crises que abalam o conjunto do Estado, até mesmo setores específicos dele.

A autonomia universitária, embora estivesse presente em leis e decretos, nunca se efetivou de fato, ficando ainda mais comprometida a partir do golpe militar de 1964, quando as universidades passaram a ser submetidas a um período de terror, silenciamento (FÁVERO, 1987) e a constantes intervenções em sua estrutura, gerando casos de extrema violência. Dentre tantas situações, os acontecimentos da Universidade de Brasília (UnB) foram os mais emblemáticos no período da ditadura militar, pois desde seu início sofreu com invasões e intervenções na sua administração.

A UnB foi a primeira universidade federal criada sem a aglutinação de faculdades pré-existentes, sua concepção representou uma virada importante no ensino superior brasileiro, pois representava um projeto voltado para a reflexão das questões nacionais, de desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia. A sua organização se deu pelo inédito regime de Fundação<sup>29</sup>. Segundo Carvalho Filho (2009), as fundações públicas são responsáveis por desenvolver atividades que não são executadas por órgãos de direito político, são detentoras de um patrimônio personalizado, dirigido a um fim específico, tratando do desempenho de atividades do Estado, geralmente em setores vinculados à educação, trabalhos assistenciais, culturais e pesquisas. Com enfoque na autonomia, a UnB tinha como um dos seus objetivos a construção de um modelo de universidade novo para os moldes brasileiros e, até mesmo, internacionais, como veremos no item a seguir.

### **1.3. A criação da Universidade de Brasília: antecedentes e inauguração**

#### **1.3.1. A construção de Brasília e o espaço para uma nova universidade**

Após um período conturbado na história do Brasil, marcado por ditadura, tentativas de golpe e o suicídio de Getúlio Vargas, assume em 1956 a presidência da República Juscelino Kubitschek (1956-1961), que governou baseado no desenvolvimentismo. Esse período foi marcado pela estabilidade política que, segundo Benevides (1979, p.200), se concretizou, pois, “foi fruto de uma conjuntura especial, na qual militares e Congresso atuaram de maneira convergente, no sentido de permitir e apoiar a política econômica do governo.”

O projeto de Juscelino consistia em acelerar o desenvolvimento econômico do país, o seu desejo era romper com o que era considerado “atrasado”, ancorando-se em uma ideologia de desenvolvimento cujo símbolo máximo era a construção da nova capital do

---

<sup>29</sup> Até então a maioria das universidades eram consideradas como autarquias, configuradas como pessoas jurídicas de direito público, eram caracterizadas pelo desempenho de funções próprias e típicas do Estado.

Brasil, com uma arquitetura moderna diferente de tudo que existia até então, com o objetivo de promover a integração nacional.

Brasília não poderia e não deveria ser uma cidade qualquer, igual ou semelhante a tantas outras que existiam no mundo. Devendo constituir a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, um universo irrealizado, teria de ser, forçosamente, uma metrópole com características diferentes, que ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro. (KUBITSCHKEK, 2000, p.71-71)

O programa de metas foi elaborado com a finalidade de orientar a execução de obras bem como expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao desenvolvimento do país. Composto por 30 setores, algumas metas tinham o prazo de até o fim do mandato de Juscelino para serem atingidas, outras com uma duração maior, mas a entrega de Brasília estava prevista para ocorrer antes do final de seu governo, na data de 21 de abril de 1960.

O processo de construção da nova capital trouxe demandas à medida que famílias, de todas as partes, chegavam em busca de oportunidades de emprego. Assim, se deu a construção de escolas para atender os filhos dos trabalhadores, de modo que em 1959, antes mesmo de sua inauguração, a futura cidade já contava com 21 escolas públicas e 8 particulares. Anísio Teixeira e os técnicos Paulo de Almeida Campos e Nair Durão Barbosa Prata, foram os responsáveis por conceber o Plano Educacional de Brasília, que seria colocado em prática após sua inauguração. Segundo Kubitschek (2000, p.141-142) este plano possuía os seguintes objetivos

a) Distribuir equitativa e equidistantemente as escolas, quer na área urbana, quer nas cidades-satélites, de modo que as crianças percorressem o menor trajeto possível para atingi-las, sem interferência com o tráfego de veículos, assegurando-lhes, assim, maior comodidade e não causando intranquilidade aos pais; b) concentrar crianças de todas as classes sociais na mesma escola, de forma a permitir que um filho de ministro de Estado estudasse, lado a lado, com o filho de um operário; c) possibilitar o ensino a todas as crianças e adolescentes; d) romper a rotina do sistema educacional brasileiro, através da elaboração de métodos novos que proporcionassem à criança e ao adolescente uma educação integral; e) reunir num só Centro todos os cursos de grau médio, permitindo-se maior sociabilidade aos jovens da mesma idade, os quais, embora frequentando classes diferentes, tivessem em comum atividades na biblioteca, na piscina, nos campos de esporte, nos grêmios, no refeitório, etc; e f) facilitar o ensino particular, com fixação

de áreas para externatos e internatos, vendidas a preço muito baixo, com pagamento facilitado, inclusive através de bolsas de estudo.

O Plano de Construções escolares de Brasília<sup>30</sup>, de autoria de Anísio Teixeira, previa a construção de escolas que pudessem oferecer um exemplo para o sistema educacional do país, pressupondo em cada nível de ensino, do primário ao superior, um conjunto de edifícios com funções, formas e objetivos diversos, atendendo não só aos objetivos e necessidades específicas de educação bem como as de vida e convívio social (TEIXEIRA, 1961), por isso falava-se em Centro em vez de Escola.

Na educação primária, o programa determinava seu oferecimento em Centros de Educação elementar, compostos de Jardim de Infância, para crianças nas faixas dos 4, 5 e 6 anos; Escolas-Classe, compreendendo as faixas etárias dos 7 a 14 anos; Escolas-parques, enfocando o desenvolvimento físico e recreativo, complementando a tarefa das escolas-classe. Cada uma dessas estaria presente em uma quadra dos bairros projetados, com exceção da escola-parque que estaria restrita para cada grupo de quatro quadras.

Na educação secundária, teria lugar os Centros de Educação Média, com edifícios destinados a Escola Secundária Compreensiva, Parque de Educação Média, Núcleo Cultural, Biblioteca e Museu, Administração e Restaurante.

Este programa se mostrava inovador, por estabelecer uma relação entre o ensino intencional da sala-de-aula, com a autoeducação resultante de atividades que previam a participação de alunos, desenvolvidas nas escolas parques (TEIXEIRA, 1961). Além disso, o elemento da arquitetura escolar era integrado como um dos viabilizadores do projeto.

Já não se trata de escolas e salas de aula, mas de todo um conjunto de locais, em que as crianças se distribuem, entregues às atividades de “estudo”, de “trabalho”, de “recreação”, de “reunião”, de “administração”, de “decisão” e de vida e convívio no mais amplo sentido desse termo. A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da “escola tradicional” com os da “oficina”, do “clube” de esportes e de recreio, da “casa”, do “comércio”, do “restaurante”, do “teatro”, compreendendo talvez o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais. (TEIXEIRA, 1961, p.197)

---

<sup>30</sup> Para ver mais consulte TEIXEIRA, A. Plano de Construções Escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, V.35, n.81, p.195-199, jan-mar 1961.

No ensino superior, a princípio não estava prevista a construção de uma universidade. A construção da Universidade de Brasília, só começou a ser articulada por Darcy Ribeiro (1922-1997) no final da década de 1950, através de um processo de convencimento do Presidente da República, que foi alertado sobre a importância da criação de uma universidade na nova capital. Entretanto, alguns setores do governo tinham receio do que a junção entre universitários e trabalhadores poderia resultar. Dentro deste bojo desenvolvimentista e a modernização representada pela inauguração da nova capital federal, a criação da Universidade de Brasília representaria uma proposta de modernizar o ensino superior brasileiro (FONSECA, 1997). Segundo Fonseca (1997) fazia parte dos projetos desse governo enaltecer a mudança e essas ideias permearam e fundamentaram o projeto da UnB, que foi pensado, entre outras coisas, para atender às novas exigências do desenvolvimento tecnológico e de propiciar à Brasília um centro cultural autônomo próprio, desvinculado das grandes capitais já estabelecidas.

### **1.3.2. A elaboração do projeto da Universidade de Brasília**

A concepção da UnB começou a ser elaborada em 1959 quando os estágios da obra de Brasília já estavam em acabamento. De acordo com Mari (2015, p.209) a UnB “foi concebida e construída a partir de uma série de experiências desenvolvidas nos seus canteiros, canteiros de ideias novas e da construção da nova sociedade. [...]Era a perspectiva de futuro do Brasil.”

De acordo com Ribeiro (1978) a criação da UnB, no período que vai de 1959 a 1961, compreendeu um dos desafios mais importantes colocados à intelectualidade brasileira naquele momento. Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira<sup>31</sup>, tiveram grande importância neste projeto, ambos trabalhavam no MEC e participaram ativamente do movimento em defesa da educação pública no contexto da LDB. Até então, o projeto de educação que fora elaborado para Brasília não mencionava o ensino superior, levando Darcy Ribeiro a cogitar esta iniciativa.

Procurei, então, interessar meus amigos Vitor Nunes Leal, chefe da Casa Civil e Cyro dos Anjos, subchefe, na ideia da criação na nova capital de uma universidade tão inovadora no plano cultural, quanto o

---

<sup>31</sup> Além desses dois nomes importantes, também estiveram presentes neste projeto José Israel Vargas, Antonio Houaiss, Eduardo Galvão, Luiz Laboriau, José Leite Lopes, Florestan Fernandes, dentre outros.



era a própria Brasília no plano urbanístico e arquitetural. A tese acabou interessando o presidente, sobretudo depois que Vitor lembrou-lhe que Thomas Jefferson pediu que só se consignasse em seu túmulo que ele fora o criador da Universidade de Virgínia. (RIBEIRO, 1978, p.19)

A criação da UnB não ficou isenta de conflitos, tanto de professores reacionários, que temiam perder o privilégio de suas cátedras, quanto da elite intelectual conservadora, os quais expressavam sua oposição sobre a nova universidade. Entre os quadros do governo também havia resistência, sobretudo de Israel Pinheiro (1896-1973), líder das obras de construção de Brasília e presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil<sup>32</sup> (Novacap), na sua visão deveria ser afastado de Brasília duas ameaças terríveis: as manifestações estudantis e as greves operárias que poderiam colocar a perder o plano de interiorização do país (RIBEIRO, 1978).

O projeto da UnB foi presença constante nos debates de intelectuais sobre a universidade no Brasil. Assim,

O referido plano veio prover os meios universitários das bases que lhes faltavam, até então, para promover um vigoroso movimento de reforma universitária. Primeiro, porque proporcionava um diagnóstico objetivo e uma autocrítica severa, como nunca se tinha feito antes, sobre a situação precaríssima das nossas universidades. Segundo, porque oferecia um plano alternativo de organização de uma universidade planejada racionalmente, o qual funcionando como uma tábua de contrastes, permitia à comunidade universitária brasileira ver-se a si mesma com objetividade. Desencadeia-se, em consequência, um movimento nacional de intelectuais, professores e estudantes, que reclamava uma reforma universitária, argumentando contra o absurdo que representava manter uma universidade obsoleta numa sociedade que se esforçava por superar o atraso social e cultural através de uma reforma agrária e da constrição da exploração estrangeira. (RIBEIRO, 1978, p. 23)

A articulação realizada por Darcy Ribeiro foi intensa, e o seguinte episódio evidencia a sua disposição em levar adiante a construção de uma universidade na capital federal. Dom Hélder Câmara<sup>33</sup> (1909-1999) procurou Juscelino Kubitschek para dizer que os jesuítas tinham interesse em criar uma Universidade Católica em Brasília, inclusive de arcar com todos os custos para sua implantação. Juscelino ao falar das duas

---

<sup>32</sup> Companhia responsável pela execução das obras de construção da nova capital.

<sup>33</sup> Dom Hélder Câmara (1909-1999) foi um importante religioso ligado aos setores progressistas da Igreja Católica e no período da ditadura militar foi uma importante voz a denunciar tanto no Brasil quanto no exterior as violações dos direitos humanos cometidas naquele momento.

universidades declarou que não escolhia nenhuma (RIBEIRO, 1978), para Darcy havia aí uma ameaça ao projeto da UnB, já que a oferta dos jesuítas era praticamente irrecusável. Diante disso, ele dá início a mais uma articulação, entrando em contato com Frei Mateus Rocha<sup>34</sup> (1923-1985), que naquele momento era o geral da Ordem Dominicana, buscando, como ele mesmo registrou, uma aliança com os “Cães de Deus” (RIBEIRO, 1978, p.25), opositores tradicionais da Companhia de Jesus.

Darcy expôs a Frei Mateus seu plano de implantar um Instituto de Teologia Católica na UnB. A sua ideia não era só a criação do Instituto, mas ao entrar em contato com os dominicanos, num movimento político claro de levar adiante a construção de uma universidade pública na capital federal, tinha também o intuito de favorecer uma teologia apropriada ao contexto brasileiro do momento (PAULA, 2015). Frei Mateus aceitou a proposta e viajou para Roma na tentativa de obter patrocínio para a UnB junto ao Papa João XXIII, que concordou com esta ideia. Assim foi mantido o projeto de construir na nova capital uma universidade pública.

O envolvimento de setores de acadêmicos também foi importante para o avanço deste projeto. A participação mais ativa de Darcy Ribeiro na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>35</sup>, propiciou a criação de grupos de trabalho sobre a UnB, mesmo de maneira informal, prevalecia a ideia de que seria mais fácil fazer uma nova estrutura numa universidade ainda em elaboração, do que implantá-la nas existentes. E em 1960, na reunião anual da entidade, houve uma sessão especial dedicada à futura universidade da capital (SALMERON, 2012).

O diagnóstico realizado por Darcy Ribeiro e sua equipe, do que consistia até então as universidades brasileiras, demonstrava a existência de algumas características, dentre as quais: falta de cooperação e integração entre as universidades existentes; estrutura profissionalista e unitarista; dependência em relação às matrizes estrangeiras; elitismo; sujeição à hegemonia catedrática; falta de programas de pós-graduação; existência de poucos mecanismos que possibilitassem a participação de estudantes nas questões da universidade; isolamento, ou seja, a universidade não estava integrada nem com a cidade

---

<sup>34</sup> Frei Mateus da Rocha (1923-1985) era da Ordem dos dominicanos, além de ser chamado para organizar o Instituto Teológico em 1962, foi reitor da UnB entre 1962 e 1963 e vice-reitor na gestão de Anísio Teixeira entre 1963 e 1964. Com o golpe militar de 1964 foi afastado da UnB, passando a viver numa comunidade na cidade de Abadiânia, falecendo num acidente automobilístico em 1985.

<sup>35</sup> A SBPC foi fundada em 1948 na cidade de São Paulo, com atividades desenvolvidas em todos os ramos da ciência constituindo-se como um espaço de discussão em âmbito nacional de políticas públicas para Ciência e Tecnologia. A partir de 1956, a entidade passa a abrir um espaço para as ciências humanas, que contou com o auxílio de Darcy Ribeiro.

em que estava sediada nem com os problemas nacionais; e, por fim, a burocracia em excesso, transformando atos acadêmicos em rotinas cartoriais (RIBEIRO, 1978). Esses fatores ampliaram ainda mais as discussões sobre a universidade no Brasil e a necessidade de sua reforma.

Diante de todo esse cenário, o projeto da UnB surgiu em oposição ao modelo de universidade criado nos anos 1930, questionado, naquele momento, por setores das instituições ensino, pesquisa e por aqueles que pensavam uma universidade voltada para as transformações da sociedade brasileira (DIAS, 1991). A Universidade era tida como um instrumento de superação do atraso e estava no programa de iniciativas que tinham como objetivo contribuir para a modernização emancipatória do Brasil, ou seja, um projeto voltado não só para repensar o funcionamento da universidade brasileira, mas também entender a complexidade da função social desta na sociedade (MARI, 2015).

O documento Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura, de 16 de abril de 1961, é relevante para compreender a ideia da Universidade Brasília, uma vez que expõe a visão deste ministério não só sobre os propósitos daquela universidade, mas também em relação à estruturação do Ensino Superior. Segundo o documento,

O objetivo era dar a Brasília uma universidade que, refletindo a nossa época, fosse também fiel ao pensamento universitário brasileiro de promover a cultura nacional na linha de uma progressiva emancipação. Para tanto impunha-se dar ênfase a instituições dedicadas à pesquisa científica e à formação de cientistas e técnicos capazes de investigar os problemas brasileiros, com o propósito de dar-lhes soluções adequadas e originais. (SALGADO, 1991, p. 246)

O projeto da UnB também dialogava com documentos relevantes para a formação da educação superior na América Latina, dentre os quais destaca-se o Manifesto Liminar da Reforma Universitária<sup>36</sup> dos estudantes de Córdoba, de 21 de junho de 1918. Este movimento<sup>37</sup> se estendeu por toda a América Latina, visando promover uma reforma

<sup>36</sup> O manifesto dos estudantes de Córdoba está disponível na íntegra no site <<https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>> Acesso em 08/05/2020

<sup>37</sup> Para ver mais consulte SADER, E.; GENTILI, P.; ABOITES, H. (orgs). *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.* – 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2008. RIEZNIK, P. *La reforma universitaria de 1918: el primer cordobazo.* 2008. Disponível em: <http://files.prensalaclase.webnode.com.uy/200000144-85e5286de0/LA%20REFORMA%20UNIVERSITARIA%20DE%201918%20P.%20Rieznik.pdf> Acesso em:08/05/2020.

profunda na universidade, constituindo-se como o primeiro conflito entre uma sociedade que experimentava transformações em sua composição social e uma universidade fundamentada em esquemas obsoletos (BERNHEIM, 2008). Portanto, o planejamento da Universidade Brasília reuniu aquilo que tinha de mais moderno na concepção de uma universidade que almejava estar à frente do seu tempo, com uma estrutura inovadora diferente de todas as experiências nacionais e, até mesmo, internacionais.

Estávamos todos convencidos – isto em 1958, dez anos antes, portanto, dos ventos parisienses da renovação universitária – de que a universidade que frutificou com a revolução burguesa – e que permanecia a mesma até nos países socialistas – não servia a nossos propósitos libertários. Efetivamente, a universidade inglesa e a norte-americana, assim como a francesa e a alemã, e até mesmo a soviética, além de obsoletas, eram tão rígidas, hierarquizadas e elitistas que não nos podiam servir de modelo. Muitas delas, aliás, começavam já a revelar um crescente descontentamento consigo mesmas. A rigor, nenhuma delas ousaria apresentar sua própria estrutura como o padrão multiplicável de universidade e generalizar-se no futuro. (RIBEIRO, 1978, p. 65)

O intuito era construir uma universidade mais flexível, não restrita somente à formação profissional, mas que cultivasse as inteligências com currículos englobando diferentes atividades. A ambição era fazer da UnB “um foco de autêntico florescimento cultural e artístico” (RIBEIRO, 1978, p.66). A meta também era formar uma universidade menos elitista, organizada de tal modo que não mais reproduziria as formas das elites tradicionais, mas sim priorizaria o desenvolvimento de uma mentalidade inovadora, “(...) sem nenhum complexo de inferioridade colonial e sem nenhuma subserviência classista” (RIBEIRO, 1978, p.73), além de atuar no preparo de profissionais capazes de intervir na realidade nacional.

Após alguns desentendimentos de Darcy com os colegas que se opunham ao acordo de construir o Instituto de Teologia e, apesar de suas tentativas para aprovar o projeto de lei da criação da universidade antes do fim do governo de Kubitschek, o programa da UnB foi mandado ao Congresso Nacional como mensagem presidencial no dia da inauguração de Brasília e a lei de sua criação foi aprovada somente no próximo governo.

Com a posse de Jânio Quadros (1917-1992) na presidência da República em 1961, ocorreu a reestruturação da comissão de encaminhamento do projeto de lei, criada pelo então presidente Juscelino. Com isto, esta proposição foi submetida ao plenário e, apesar

das críticas aos recursos destinados à universidade, à sua autonomia, principalmente a que lhe era conferida pelo estatuto de fundação, ela foi aprovada nas comissões da Câmara sem grandes alterações.

A inesperada renúncia de Jânio Quadros, no final de 1961, fez com que Darcy Ribeiro, que estava em Brasília nesse momento, agilizasse a aprovação do projeto de lei, pois diante da situação política imprevisível os deputados começaram a encaminhar para o plenário diferentes projetos para serem aprovados com urgência.

Por feliz coincidência, Darcy Ribeiro estava em Brasília no dia da renúncia e na Câmara dos Deputados conseguiu que o presidente da sessão, deputado Sérgio Magalhães, juntasse aos muitos outros o projeto de lei relativo à criação da universidade. Era o 18º da ordem do dia! Foi aprovado praticamente sem discussão. (SALMERON, 2012, p. 76-77)

Dentro deste contexto de incertezas e sem nenhuma discussão, que deveria preceder tamanho ato de responsabilidade, foi aprovado o projeto que autorizou a criação da Universidade Brasília. O vice João Goulart ao assumir a presidência, assinou a Lei 3.998 de 15 de dezembro de 1961, autorizando a criação da Fundação Universidade de Brasília. Com o clima instável do ambiente político, o próximo desafio residia na implantação e inauguração daquela universidade, o que ocorreu no aniversário de dois anos da fundação da capital, no dia 21 de abril de 1962.

### **1.3.3. Nasce uma nova universidade**

A Lei que criou a Fundação Universidade de Brasília, como vimos, foi sancionada no final de 1961, após contornada a crise política que se instalou no país com a renúncia de Jânio Quadros. Assim, depois de um grande período de elaboração, nascia legalmente a Universidade de Brasília, iniciando um modelo inédito de universidade.

A Lei 3.998 de dezembro de 1961<sup>38</sup>, autorizava o poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília. De acordo com seu art. 2º a fundação seria caracterizada como uma entidade autônoma e de personalidade jurídica, tendo como objetivo criar e manter a UnB. O art. 4º determinava a constituição do seu patrimônio, dotado de ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional; terrenos no Plano Piloto, que foram destinados especificamente à construção de uma universidade; edifícios necessários para o seu funcionamento; também poderia compor o patrimônio da universidade “doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, pelo Distrito Federal e por entidades públicas ou particulares” (BRASIL, 1961).

A administração da Fundação também estava prevista na lei, de acordo com o art. 7º a Fundação seria administrada por um Conselho Diretor composto por seis membros e dois suplentes, escolhidos entre pessoas de “ilibada reputação”. Este tinha como uma de suas responsabilidades nomear o presidente da Fundação, que seria também o Reitor da Universidade. Neste sentido, vale ressaltar que o Presidente da República não escolhia o reitor, mas era o responsável tanto pela nomeação do primeiro Conselho Diretor quanto pela sua renovação, que se dava por escolha através de uma lista tríplice apresentada para cada uma de suas vagas. O artigo 9º estabelecia que a universidade seria uma unidade orgânica integrada por: Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisa e por Faculdades voltadas para a formação profissional.

Os Institutos Centrais tinham como função ministrar cursos introdutórios de duas séries para todos os alunos da Universidade, ou seja, os alunos teriam uma preparação intelectual e científica comum antes de seguirem para seus cursos específicos nas faculdades; também poderiam oferecer cursos de bacharelado com duração de seis semestres em qualquer disciplina para aqueles que desejassem seguir a carreira do magistério (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962). Além disso, era da competência dos mesmos oferecerem cursos de pós-graduação bem como realizar pesquisas e estudos nas especialidades ofertadas. A princípio, os Institutos Centrais seriam oito: Matemática, Física, Química, Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras e Artes<sup>39</sup>, com

---

<sup>38</sup> BRASIL. *Lei nº 3998 de 15 de dezembro de 1961*. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3998.htm) Acesso em: 7 maio 2017

<sup>39</sup> Ver mais em UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: UNB, 1962 Disponível em:

possibilidade de ampliação. Esta estruturação era importante, pois permitia a convivência entre estudantes de cursos diferentes, possibilitando uma formação ampliada antes de escolherem seu curso de especialização.

Havia também uma distinção entre os órgãos que estavam voltados às atividades de preparação científica ou humanística básica e aqueles de treinamento profissional, ficando esse desenvolvimento sob a responsabilidade das Faculdades. Elas teriam a incumbência de receber os alunos concluintes dos cursos preparatórios, dedicando-se à formação profissional, ou seja, os estudos iniciavam com uma formação comum no Instituto Central e depois de dois anos os alunos possuíam duas trajetórias possíveis: seguir o caminho profissional ou dedicar-se à pesquisa acadêmica. Seria competência das Faculdades de acordo com o art. 9º, inciso II

- a) Ministrando cursos de graduação para a formação profissional e técnica;
- b) Ministrando cursos de especialização e pós-graduação;
- c) Realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural. (BRASIL, 1961)

As Faculdades estavam divididas em: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Educação, Direito-Economia-Administração-Diplomacia, Ciências Agrárias e Ciências Médicas. Dentro das Faculdades e de cada Instituto Central operava uma microestrutura que substituiu as cátedras por núcleos colegiados, desempenhando atividades científicas e educativas da universidade. Assim, tem-se uma estrutura em forma de departamento, no qual cada equipe de professores era responsável pelo ensino e pela pesquisa no seu campo de saber.

Outro componente da estrutura da UnB eram os órgãos complementares, que funcionariam como centros de extensão, compostos por auditórios, Biblioteca Central, Rádio Universidade de Brasília, Televisão Universidade de Brasília, Editora Universidade de Brasília, Museu e Casas da Cultura. O auditório seria dotado de recursos audiovisuais, possibilitando a realização de reuniões e congressos internacionais, atendendo ao mesmo tempo uma demanda da universidade e da Capital Federal.

A Biblioteca Central coordenaria uma unidade principal com obras gerais e de referência, serviços de documentação e intercâmbio científico-cultural, além de dezesseis bibliotecas sediadas nos Institutos Centrais e nas Faculdades.

A Rádio Universidade de Brasília teria como função básica a difusão cultural e artística por meio de emissoras de ondas médias e curtas. A Televisão Universidade de Brasília era a responsável por elaborar e coordenar a difusão de programas de nível médio, através de redes nacionais de televisão.

A Editora Universidade de Brasília, por sua vez, realizaria a tradução para o português das principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico ainda não acessíveis em nossa língua e, além disso, editaria a produção elaborada pela própria universidade.

O Museu era constituído pelo Museu da Ciência, o Instituto de Artes e o Museu de Civilização Brasileira, pensado com o objetivo de vincular Brasília às tradições históricas e artísticas do Brasil. Por fim, as Casas da Cultura estavam destinadas ao ensino de línguas bem como o estudo da literatura e da tradição cultural das nações as quais estaríamos mais vinculados (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962). Esses órgãos complementares estavam destinados a atuarem como centros de extensão não só para a cidade, mas também para o país, estabelecendo, portanto, um diálogo com a sociedade brasileira.

A UnB foi organizada através de uma estrutura tríplice, marcando um novo padrão de organização universitária, segundo Ribeiro (1978, p. 104)

Graças a esta macroestrutura tríplice, as ciências básicas poderiam ser cultivadas nos Institutos Centrais por sua importância intrínseca, e não em razão de suas aplicações eventuais. Por outro lado, as Faculdades Profissionais, liberadas dos cursos introdutórios e do cultivo das ciências, poderiam se dedicar melhor à pesquisa aplicada de caráter tecnológico e ao ensino prático dos repertórios dos seus respectivos tirocínios profissionais. Os órgãos complementares, por sua vez, converteriam as atividades de extensão universitária, que se exercem habitualmente como uma demagogia cultural em programas concretos voltados para a elevação do nível cultural de toda população da nova capital. Para isto contariam com os necessários instrumentos de comunicação de massa, tal como o Rádio e a Televisão, sem os quais toda a difusão educativa é vã porque não pode competir sem os meios modernos de comunicação de massa.



A partir deste panorama é relevante ressaltar que as estruturas administrativa e financeira da Universidade foram amparadas no conceito de autonomia. Organizada como uma Fundação, a UnB deveria reger a si própria não como uma empresa, mas sim como um serviço público e autônomo. Como previsto no artigo 13º da Lei 3998, “a Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos” (BRASIL, 1961).

Dentre as estruturas que podemos destacar nesta perspectiva da autonomia estão: os órgãos normativos compostos por uma congregação de carreira, com atribuição de modificar o currículo e aprovar os programas das disciplinas; câmara dos decanos, com a função de delinear normas de trabalho para as congregações e encaminhar sugestões dos professores ao conselho universitário; e a câmara dos delegados estudantis, que tinha o poder de convocar, por intermédio do reitor, reunião extraordinária para tratar dos interesses daquele grupo.

Os órgãos de coordenação também devem ser ressaltados, constituídos de câmara dos diretores, eram responsáveis por encaminhar as proposições dos diretores para o Conselho Universitário e assessorarem a mesa executiva. As comissões diretivas, coordenavam os trabalhos das unidades; e, por fim, os conselhos departamentais, cuja competência era orientar o funcionamento de cada unidade, bem como eleger os seus diretores.

A direção e a supervisão ficavam a cargo da reitoria – o reitor era eleito entre os membros do conselho diretor<sup>40</sup> e o vice-reitor era escolhido sem restrição – coordenadores gerais, diretores de universidade, chefes de departamentos e uma mesa executiva também compunham essa estrutura<sup>41</sup>. Segundo Cunha (2007), a distribuição de poder observada nos textos legais da UnB evidencia a existência de uma estrutura dual

A primeira parte constituída pelo conselho diretor, reitor, vice-reitor, obtinha seu poder do Presidente da República, embora o mecanismo de cooptação para a renovação do conselho diretor pudesse vir a trazer com o tempo, maior independência da administração superior. A segunda parte, formada pela congregação de carreira, pela câmara dos decanos, pela câmara dos diretores, pelas comissões diretivas, pelos conselhos departamentais e seus componentes, isoladamente, obtinha seu poder

---

<sup>40</sup> Os primeiros seis membros do conselho diretor foram escolhidos pelo Presidente da República, sua renovação deveria ser realizada por cooptação.

<sup>41</sup> Para ver mais sobre a composição de cada um dos órgãos, consultar: CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 146-147.

junto aos professores. Eram eles que indicavam seus colegas, elegiam chefes de departamentos e, por via indireta, chegavam a determinar a escolha dos coordenadores gerais. O conselho universitário era instância onde se encontravam ambas as partes, tendo a segunda parte sustentada pelos docentes, a maioria dos cargos. (CUNHA, 2007, p. 147).

Essa configuração evidencia que a autonomia universitária era uma prioridade no projeto da UnB, visto que os corpos acadêmicos tinham a possibilidade de exercer um autogoverno democrático e independente das ingerências do Estado. Além dessa estrutura dual, vale ressaltar o art. 14º, segundo o qual a organização didática da universidade não estaria restrita às exigências da legislação geral do ensino superior, devendo seguir o mínimo por ela instituído.

As ideias básicas do projeto da Universidade de Brasília revelam o desejo de construir uma universidade que além de levar à modernização do ensino superior, proporcionasse a possibilidade de o Brasil se repensar enquanto projeto (RIBEIRO, 1978), pensar os problemas nacionais e instituir na nova capital um centro de conhecimento que fosse referência nacional e internacional.

A estrutura, as regras e a organização da UnB definidas no Plano Orientador de 1962, evidenciam a concepção de uma universidade pautada em novas bases, tendo como principais objetivos:

- a) formar cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta pelo desenvolvimento;
- b) preparar especialistas altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social pela aplicação dos recursos da técnica e da ciência.
- c) reunir e formar cientistas, pesquisadores e artistas e lhes assegurar os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à ampliação do conhecimento e à sua aplicação a serviço do homem. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p. 2).

Como se vê no item a, pela primeira vez foi proclamada, numa instituição de ensino superior no Brasil, a formação de cidadãos responsáveis (CUNHA, 2007). A ideia era que o país pudesse contar com uma universidade moderna, estruturada em novos moldes que atendessem às reivindicações feitas há tantos anos por professores e pesquisadores. Após

meses da publicação da lei que autorizava a criação da Fundação da Universidade Brasília, esta iniciou os seus trabalhos em abril de 1962.

O modelo inovador representado pela UnB foi duramente atacado durante a ditadura militar, a universidade sofreu várias invasões nesse período, culminando num clima de apreensão e no primeiro caso de demissão em massa de professores, momentos esses que serão abordados no decorrer deste trabalho. Ao mencionar a UnB, Ribeiro (1978, p. 83) ressalta, “o contexto político que corresponde a ela, como atmosfera em que pode respirar e viver, é o da democracia”, portanto, era compreensível a animosidade dos militares com a universidade, pois as ideias contidas em seu projeto não eram compatíveis com uma ordem ditatorial com objetivos repressivos.

O fato de iniciativas como a UDF, extinta em 1939 período do Estado Novo, e a UnB que sofreu, assim como outras universidades, com as invasões ocorridas na ditadura militar, evidenciam que, num ciclo autoritário, entre outros setores, as universidades são as primeiras a terem sua autonomia retirada, passando a sofrer interferências constantes com o intuito de minar qualquer tipo de raciocínio crítico que possa desvendar o retrocesso imposto. Tendo este fato em mente, a seguir trataremos dos antecedentes do golpe de 1964, a formação do aparato repressivo e a sua utilização nas universidades.

## 2. O GOLPE DE 1964 E SEU IMPACTO NAS UNIVERSIDADES

A UnB foi inaugurada em 1962, começou a funcionar em salas emprestadas pelo Ministério da Educação. O evento de inauguração ocorreu no auditório Dois Candangos, no qual o seu primeiro reitor, Darcy Ribeiro, anunciava que no período de 24 meses esta instituição ofereceria cursos noturnos e estaria aberta à população do Distrito Federal como um centro cultural.

Os acontecimentos que se sucederam a partir da renúncia de Jânio Quadros, a posse de João Goulart e o posterior golpe que implantou uma ditadura militar no Brasil, impactaram diretamente na recém-criada UnB. A partir de então, um clima de instabilidade foi instalado com as constantes invasões, perseguições de alunos e professores. Estas ações tiveram consequências significativas no desenvolvimento da universidade, ou seja, o projeto que fora delineado para ser um novo modelo ao Ensino Superior brasileiro, foi bruscamente interrompido.

Neste sentido, retomar o contexto e as questões que envolveram os antecedentes do golpe militar de 1964, o seu desenvolvimento e o impacto por ele deixado nas universidades é relevante, pois auxiliará o entendimento do cenário em ocorreram as invasões à UnB durante todo este período.

### 2.1. Os antecedentes do golpe militar de 1964<sup>42</sup>

A renúncia de Jânio de Quadros<sup>43</sup> (1917-1992) gerou uma movimentação atípica no cenário político brasileiro. No momento em que ele deixou a Presidência da República, João Goulart, o vice-Presidente, encontrava-se em missão na China, causando um desconforto tanto entre os políticos quanto entre os militares que manifestaram, por meio do ministro de guerra Odílio Denys (1892-1985) que não lhe seria permitido assumir a Presidência. Segundo D'Araujo (1996), a preocupação para que João Goulart não

---

<sup>42</sup> A literatura sobre os diferentes aspectos que engendraram o golpe militar de 1964 é vasta, assim como a interpretação sobre o mesmo. Para ver mais sobre as discussões de novas interpretações sobre ele consulte: TOLEDO, C. N. Teses revisionistas de 1964: democracia e golpismo. In: In: VALLE, M. R. (Org.). *1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p.27-40; FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

<sup>43</sup> Ver mais em CASTELLO, C. B. *A Renúncia de Jango*. Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Senado Federal, 2000.

assumisse este cargo ocorria devido à posição do seu partido PTB, defensor de um crescente intervencionismo estatal, além das desconfianças dos dois grupos, temendo as intenções socializantes daqueles.<sup>44</sup>

Alegavam que, na condição de ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart havia entregue cargos-chave nos sindicatos a “agentes do comunismo internacional”. O manifesto dos ministros terminava expressando o receio de que uma vez na presidência Goulart promovesse a infiltração das forças armadas, transformando-as assim em “simples milícias comunistas”. O fantasma de um conflito entre os trabalhadores e militares não podia ter sido mais bem descrito. (SKIDMORE, 1988, p. 23)

Ante esta ameaça à ordem constitucional, deu-se início à Campanha pela Legalidade<sup>45</sup>, encabeçada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (1922-2004). Este depois de estabelecer contato com generais, encontrou apoio no marechal Henrique Teixeira Lott (1894-1984) que, usando de seu prestígio político, distribuiu um manifesto pedindo a empresários, trabalhadores, intelectuais, estudantes e ao povo em geral que resistissem ao golpe dos ministros militares<sup>46</sup>.

Várias manifestações surgiram no país apoiando a posse de Goulart. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os governadores dos Estados mobilizaram-se em torno da manutenção da ordem democrática. A imprensa, cujo papel relevante nesse processo conspiratório será abordado com mais detalhes posteriormente, reivindicava uma solução constitucional para a crise. Os jornais “O Estado de S. Paulo”, “Tribuna da Imprensa” e “O Globo” foram exceção, dado que defendiam o veto dos militares (GOMES; FERREIRA, 2014).

No Congresso formou-se uma coalizão com o objetivo de preservar a ordem democrática. Os grupos de direita sob o apoio das forças armadas, especialmente os conservadores da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), iniciaram negociações, enquanto a esquerda reivindicava a posse imediata do Goulart. Diante deste impasse a solução encontrada foi implementar, pela primeira vez

---

<sup>44</sup> Para ver mais consulte D'ARAÚJO, M.C. Sindicatos, Carisma & Poder. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>45</sup> Ver mais em: FERREIRA, J. A Campanha da Legalidade. In: FERREIRA, J. A democracia no Brasil: 1945-1964. Coord. Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado. São Paulo: Atual, 2006.

<sup>46</sup> Além do Ministro de Guerra Odílio Denys, também eram ministros Grun Moss (1904-1989) e Silvio Heck (1905-1988). Respectivamente: Ministro da Aeronáutica e Ministro da Marinha.

na história republicana do Brasil, o regime parlamentarista. Dessa maneira, João Goulart assumiu a Presidência da República, em setembro de 1961, com poderes reduzidos. O Poder Executivo foi transferido para o gabinete que governaria com a maioria no Congresso.

A Emenda Constitucional nº4, responsável por instituir este regime de governo, determinava que o Presidente da República seria o responsável por nomear o Presidente do Conselho de Ministros, podendo exonerá-los somente com a autorização da Câmara dos Deputados; vetar projetos de lei e representar a Nação em outros países. De acordo com o art. 7º, “todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo ministro competente como condição de sua validade” (BRASIL, 1961)<sup>47</sup>.

A legislação elaborada para colocar em prática o regime parlamentarista era confusa, pois não seguia as determinações do parlamentarismo tradicional, dentre as quais a prerrogativa do Presidente da República dissolver o Congresso Nacional, que, no caso brasileiro, ficou restrito para a legislatura seguinte. Além disso, na existência de qualquer situação de risco a segurança nacional, ele poderia sofrer um impeachment. Portanto, havia uma limitação tanto para as ações do Presidente da República quanto às do Primeiro Ministro.

A situação brasileira era complicada não só no cenário institucional. Havia problemas econômicos, estruturais, os índices de inflação eram altos e a insatisfação da população cada vez mais crescente. De acordo com Bandeira (1978, p.43-44), Goulart estava preparado para assumir a Presidência

[...], no entanto, recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado, para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava. A renúncia de Quadros expressara essa necessidade. Ele julgara a Constituição estreita, inadequada, e tentou traumatizar a Nação, com aqueles gestos, a fim de compelir o Congresso a ampliar os poderes do Presidente da República. Falhou. E o resultado foi que a maioria conservadora do Congresso aproveitou a oportunidade para dar o golpe e reduzi-los, com a emenda parlamentarista, cujo hibridismo sacramentava o impasse constitucional. Nem Goulart nem o Conselho de Ministros, aprovado pelo Congresso, tiveram forças, assim, para enfrentar a situação, que a espiral inflacionária deteriorava.

---

<sup>47</sup> BRASIL. *Emenda Constitucional nº4 de 2 de setembro de 1961*. Institui o sistema parlamentar de governo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 05 de julho de 2020.

Na perspectiva de D'Araújo (1996) do ponto de vista daqueles que queriam impedi-la, a posse de Goulart poderia ser vista como um fracasso, indicando a necessidade de conseguir uma maior adesão da opinião pública, para “sensibilizar mais setores da corporação para uma solução de força” (D'ARAÚJO, 1996, p.141). Por outro lado, para os defensores da legalidade, o fato de Goulart ter assumido a Presidência, era uma vitória instável, “a menos que conseguissem desestabilizar o potencial de conspiração que se desenhava então (D'ARAÚJO, 1996, p.142).”

A partir desta perspectiva de conspiração, é importante ressaltar o papel do Estados Unidos. Segundo Bandeira (2014), desde 1961 os agentes da CIA (Central Intelligence Agency) passaram a executar no Brasil diferentes modalidades de operações políticas, ocasionando um agravamento da crise interna, gerando uma desestabilização. Desse modo, “a técnica consistiu em induzir a radicalização das lutas de classes, mediante a guerra psicológica de atos de provocação, de modo a socavar a base de sustentação social do governo e só lhe restasse o apoio da extrema esquerda.” (BANDEIRA, 2014, p.13)

Em um contexto marcado pela mobilização política das classes populares; a organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais; a ampliação do movimento sindical de operários e trabalhadores do campo; o acirramento da luta ideológica de classes, marcada também por uma intensa crise econômico-financeira e institucional, ocorre no início de 1963, após a realização de um plebiscito, a volta do regime presidencialista, tendo início de fato o governo de Goulart (GOMES; FERREIRA, 2014; TOLEDO, 2004).

Segundo Bandeira (1978) não houve quem se manifestasse publicamente em defesa do parlamentarismo, somente alguns empresários, mais representativos da burguesia comercial e de grupos internacionais, continuaram a se manifestar contra o governo que, neste cenário, dá seguimento à sua agenda reformista lançada em maio de 1962, denominada de Reformas de Base. O principal objetivo era estabelecer um novo tipo de economia, a partir da nacionalização e da distribuição de renda. Entre as iniciativas de reforma estavam: a Reforma Agrária, a Urbana, a Bancária, a Fiscal, a Universitária e a

Reforma Política/Eleitoral<sup>48</sup>. O governo também tinha o intuito de conduzir uma política externa independente, desvinculada dos Estados Unidos<sup>49</sup>.

Os altos índices de inflação eram agravados pelo déficit crônico na balança de pagamentos<sup>50</sup>. Perante a crise econômica, João Goulart recorreu ao Ministro do Planejamento, Celso Furtado (1920-2004), e ao Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas (1911-1964), que elaboraram uma proposta para combater o surto inflacionário através de uma política de desenvolvimento econômico e social denominada Plano Trienal, a fim de retomar as taxas de crescimento do país.

Para que isso fosse possível, o Plano propunha a desvalorização do cruzeiro, a contenção dos aumentos salariais e a necessidade de o governo dispensar empregados para a redução da dívida pública. Caso o plano fosse colocado em prática, os resultados seriam alcançados a longo prazo, uma vez que o objetivo era controlar a inflação. De acordo com Gomes e Ferreira (2014) o Plano Trienal era muito mais que um plano econômico, consistindo também em um pacto social, no qual todos teriam que ceder de alguma forma.

O país encontrava-se vulnerável não só economicamente, mas também politicamente. A polarização era intensa e o governo de João Goulart estava cada vez mais pressionado tanto pela direita quanto pela esquerda. Este grupo composto por diferentes organizações, entre os quais o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista, o Comando Geral do Trabalhadores (CGT), representando o movimento sindical, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as organizações de subalternos das Forças Armadas (FERREIRA, 2006), defendia a realização das Reformas de Base. A atuação do político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Leonel Brizola também deve ser destacada, visto que desde a Campanha pela Legalidade se constituiu como um dos principais nomes da esquerda brasileira.

Os grupos conservadores também exerciam sua pressão sobre o governo. Neste sentido, é importante ressaltar a forte atuação de dois grupos da direita: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas Econômico Social

---

<sup>48</sup> A Reforma Universitária tinha como objetivo a ampliação das vagas, democratização interna e a modernização dos currículos. Já a Reforma Eleitoral tinha o intuito de ampliar os votos aos analfabetos.

<sup>49</sup> Bandeira (2014) ressalta que os governos que se recusaram a manter uma política diplomática alinhada aos EUA enfrentaram a intervenção das Forças Armadas no processo político interno.

<sup>50</sup> Para ver mais consulte SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4<sup>o</sup>ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.



(IPES)<sup>51</sup>, patrocinados por empresários, foram criados respectivamente em 1959 e 1962. O IBAD foi concebido por um norte-americano, Ivan Hasslocher, sob a direção da CIA e visava financiar candidaturas de políticos conservadores, realizar campanhas contra o governo de João Goulart e promover manifestações anticomunistas, também em oposição ao Presidente.

Esse instituto, por meio de sua revista e de outros meios de comunicação, divulgava mensagens fortemente anticomunistas, criticando também a atitude moderada da imprensa contra o “esquerdismo”, como foi o caso da campanha contra o Jornal do Brasil. No entanto, ia muito além, recebendo fundos de empresas privadas brasileiras e dinheiro da CIA (Central Intelligence Agency) norte-americana – o que era uma absoluta ilegalidade, segundo a legislação brasileira –, para financiar candidaturas de políticos conservadores. (GOMES; FERREIRA, 2014, s.p.)

De acordo com Dreifuss (1981), diferentes empresas multinacionais financiaram o IBAD, dentre as quais Shell, Esso, Bayer, entre outras. Ainda segundo o mesmo autor, essa organização se infiltrou no Legislativo e nos governos estaduais, atuou em assuntos eleitorais, deu apoio a alguns sindicatos, promoveu determinados líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações das classes médias.

O IPES seguia uma linha de atuação parecida com o IBAD. Criado após a posse de João Goulart por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, também contava com o apoio de corporações norte-americanas. Produzia material contra o governo com os recursos dessas empresas, contratou militares para montar um serviço de inteligência para colher informações de comunistas infiltrados no governo, fornecia treinamento e manutenção para os agentes do Movimento anticomunista (MAC) e ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC). As suas bases estavam constituídas no setor empresarial e militar, principalmente por meio da Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>52</sup>, por conseguinte, o IPES era formado por grupos ideologicamente distintos entre si

O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado. Esses empresários

---

<sup>51</sup> Para ver mais sobre a atuação desses grupos consultar: DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe*. 3<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981

<sup>52</sup> A ESG foi criada em 1949 no Rio de Janeiro, a sua formação coloca o Brasil dentro de um modelo, no qual seria necessário combater um inimigo interno representado pelo Comunismo, desenvolvendo um conceito de Segurança Nacional.

visavam a uma liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática, pois, como foi observado, “a direção do país não podia mais ser deixada somente nas mãos dos políticos”. [...] Seu lançamento [IPES] foi recebido favoravelmente pelos diversos órgãos da imprensa, tais como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, o *Correio da Manhã* e a *Última Hora*. Contou também com o beneplácito do conservador Arcebispo do Rio Dom Jayme de Barros Câmara, enquanto outras figuras políticas eclesiásticas e intelectuais aplaudiram da mesma forma o seu aparecimento. Rapidamente o IPES se expandiu até Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores. (DREIFUSS, 1981, p. 163)

As interferências do complexo IPES/IBAD na política brasileira passaram a ser constantes<sup>53</sup>, acentuando o seu caráter golpista e conspiratório, sendo decisiva a sua ação nos movimentos contra o governo. Com a disseminação dos valores do capitalismo, livre mercado, anticomunismo, boatos e propaganda enganosa, tinham o objetivo de enfrentar o que eles acreditavam ser o perigo representado pelas ideias esquerdizantes que, em suas concepções, estavam avançando cada vez mais pelo país por meio do governo Goulart.

Diante das pressões e críticas ao Plano Trienal, o presidente decidiu abandoná-lo, aumentando o salário mínimo e rendendo-se às pressões dos empresários para que fosse expandido o crédito para a compra de veículos. Ao ceder a estas condições, o Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu que o governo brasileiro não tinha capacidade para controlar a inflação, levando os bancos internacionais e o governo norte-americano, a não realizarem mais as negociações para o financiamento da dívida (GOMES; FERREIRA, 2014). Nestas circunstâncias, o governo passou a defender mais fortemente a necessidade de se realizar as Reformas de Base, defendida amplamente pelos setores da esquerda, que viam na sua realização uma forma de fortalecimento e ampliação da democracia.

Os empresários, militares e setores da classe média não ficaram satisfeitos com o apoio de Goulart àquelas reformas, pois acreditavam que a sua implementação era o endosso do Presidente da República a ameaça comunista que estaria rondando o país.

Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua

---

<sup>53</sup> O financiamento ilegal de candidaturas, levou a Câmara dos Deputados a criar uma CPI para investigar tanto o IPES como o IBAD. O primeiro foi absolvido, sob a alegação de que não havia sido encontrada nenhuma irregularidade e o segundo foi fechado por meio de um decreto presidencial.

substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro. (TOLEDO, 2004, p.15)

Diante deste cenário de atribulação política, institucional, crescente insatisfação popular e a ação de grupos como o IPES/IBAD, é relevante ressaltar o fenômeno do anticomunismo<sup>54</sup> no contexto de 1964, que a nosso ver também está vinculado à repressão da ditadura nas universidades.

De acordo com Motta (2000; 2014) os estudos realizados não deram muita importância ao anticomunismo, sendo relegado a um segundo plano por historiadores e cientistas sociais. Para o autor, no período compreendido entre 1961 e 1964, o anticomunismo se constituiu como um fator principal para o golpe de 1964.

O ponto de vista aqui defendido é o de que o anticomunismo teve maior importância nos eventos de 1964 do que normalmente se aceita. O argumento anticomunista foi o principal elemento do discurso que levou ao golpe de 31 de março. Em outras palavras, a ideia de que o país corria o risco de ser dominado pelos comunistas constituiu-se como principal justificativa para a derrubada de Goulart. (MOTTA, 2014, p.11-12)

Ainda, segundo ele, o imaginário anticomunista ocorreu no Brasil antes mesmo do contexto da Guerra Fria e da Segunda Guerra, tendo como evento chave o Levante Comunista de 1935, também conhecido como Intentona Comunista<sup>55</sup>. Os fatos ocorridos nesse episódio foram apropriados de modo a consolidar representações do comunismo como um fenômeno negativo, permanecendo no decorrer dos anos uma narrativa que dava enfoque às suas características maléficas.

O contexto da Guerra Fria, a Revolução Cubana, a tentativa do Brasil em realizar uma política externa independente, que em alguns momentos se mostrou simpática a Cuba, às novas organizações esquerdistas, como a Ação Popular (AP)<sup>56</sup>, Ligas

---

<sup>54</sup> Para ver mais consulte MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>55</sup> Ocorrido em 1935, no Rio Grande do Norte, foi uma tentativa armada dos comunistas de tomar o poder durante o governo de Getúlio Vargas, contando com a participação de militares e de Luís Carlos Prestes (1898-1990), que foi um importante líder desse movimento. Ver mais em: CORTEZ, L. G. *A Revolução Comunista de 1935 em Natal*. Natal, 1985. ARAGÃO, J. C. *A intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

<sup>56</sup> Formada por cristãos progressistas ligados à ação católica, a AP nasce em 1962, com o objetivo de lutar por uma sociedade mais justa, condenando tanto o capitalismo quanto os países socialistas existentes (ARNS, 1985)

Camponesas e à Política Operária (POLOP)<sup>57</sup>, fez com que os grupos anticomunistas começassem a se organizar novamente, contribuindo ainda mais para a radicalização e polarização ideológica (MOTTA, 2000).

Esta radicalização começa a ser mais efetiva no segundo semestre de 1963, momento em que a CIA, juntamente com o Pentágono, elaborou os denominados *Brother Sam*. Estes consistiam em planos de contingência com o intuito de intervir militarmente no Brasil, caso Goulart reagisse de forma autoritária e ultranacionalista à pressão econômica dos EUA (BANDEIRA, 2014). O governo estava cada vez mais enfraquecido, principalmente por conta do fracasso do seu Plano Trienal, não ter aprovado a Reforma Agrária, que segundo pesquisas da época contava com o apoio da maioria da população; e a perda de apoio das suas bases. Outro elemento que contribuiu para sua desestabilização foi a rebelião dos sargentos<sup>58</sup>, interpretada, por alguns grupos, com base na ideia de que havia o crescimento da influência revolucionária no Brasil.

Além desse episódio, a tentativa do governo em decretar estado de sítio foi mais um motivo para agravar a conjuntura política no segundo semestre de 1963. O então governador do Rio de Janeiro Carlos Lacerda, em entrevista ao jornal Los Angeles Times publicada na *Tribuna Imprensa*, criticava severamente a CGT, menosprezava tenazmente o Presidente da República, pedia a intervenção dos Estados Unidos na política brasileira e dizia que os militares estavam discutindo o que seria melhor em relação ao governo João Goulart.

Estas declarações foram repudiadas pelos ministros militares, causando um mal-estar entre eles, que passaram a aconselhar o Presidente a pedir o estado de sítio, para evitar o desencadeamento de uma desordem absoluta. Porém, Goulart estava enfraquecido no Congresso e o pedido não fora aprovado. Vale ressaltar que tanto os setores de esquerda como os de direita se manifestaram contra esse pedido. Assim, mais uma vez Goulart saía derrotado, propiciando um ambiente favorável para que Carlos Lacerda, junto aos governadores de São Paulo, Ademar de Barros, e o de Minas Gerais, Magalhães Pinto, intensificassem ainda mais as críticas e a conspiração contra o governo.

---

<sup>57</sup> Criada em 1961, deu importância ao debate teórico e doutrinário dentro da esquerda marxista. Foi crítica a posição do PCB, recusando suas opiniões sobre uma aliança com a burguesia nacional, elaborando um Programa Socialista para o Brasil.

<sup>58</sup> Alguns militares da Marinha e da Aeronáutica localizados em Brasília, decidiram realizar um protesto armado, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que os sargentos não poderiam concorrer nas eleições, de modo que os eleitos em 1962 perderiam seus mandatos.

Ao final de 1963 e início de 1964, as sinalizações dadas por João Goulart evidenciavam que ele tinha deixado a sua política de conciliação, na tentativa de agradar tanto a direita como a esquerda (MOTTA, 2000). Assim, ele assumiu o compromisso com as Reformas, e, entre outras ações, assinou um decreto limitando as remessas de lucros, aumentando ainda mais a polarização existente.

A tensão atingiu níveis elevados e, a partir de fins de janeiro, a polarização se acirrou. O anticomunismo tornou-se um movimento forte, envolvendo expressivos segmentos do mundo social e político e abarcando um arco muito mais amplo que os tradicionais grupos da direita radical. Os setores esquerdistas, por seu turno, não arrefeceram suas atividades, mas, ao contrário, alguns elementos consideraram imperioso aumentar a mobilização para fazer frente à ofensiva conservadora. É interessante observar que os dois lados tinham percepções diversas da luta em curso: para a esquerda, tratava-se de um embate opondo nacionalistas e defensores do progresso social aos reacionários, anticomunistas fanáticos e “entreguistas”; na ótica dos antiesquerdistas, a luta era entre os democratas, comprometidos com a salvaguarda da liberdade e da pátria, contra os comunistas e seus aliados populistas e autoritários. (MOTTA, 2000, p. 320)

A realização de um comício, em março de 1964, para marcar a disposição do governo em realizar as reformas de base, preocupou os conservadores e acentuou a crise. Diante disso, as mobilizações anticomunistas e anti-Presidente foram intensificadas, unificando as direitas para as quais o golpe era cada vez mais iminente. Neste sentido, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada após o Comício Central, se constituiu como um importante evento da reação conservadora.

A “Marcha” levou um grande número de pessoas à Praça da Sé, para defender a moral, Deus, repudiar o comunismo e a reafirmar os valores da família. A participação de mulheres nesses movimentos foi relevante, muitas organizações femininas se formaram para manifestar não só contra o governo, mas também contra o perigo do comunismo que supostamente rondava o país.

Após a Marcha, a atitude de Goulart diante de um ato de indisciplina dos líderes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais<sup>59</sup>, a chamada Revolta dos Marinheiros, convenceu os setores conservadores e os oficiais militares que estava em curso um

---

<sup>59</sup> Ver mais em: ALMEIDA, A.S. A grande rebelião dos marinheiros de 1964 por outros faróis. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014, p.141-156.

processo revolucionário no Brasil (MOTTA, 2000). O então Presidente além de demitir o Ministro que pretendia conter e punir a indisciplina, cedeu aos “rebeldes”.

Neste contexto, nas primeiras horas do dia 31/04/1964 dava-se o curso de um golpe de Estado, com as tropas do general Olímpio Mourão Filho, saindo de Minas Gerais, rumo ao Rio de Janeiro. Sem grandes resistências, os militares tomaram o poder com o apoio das camadas dominantes e setores da classe média. A princípio o objetivo era instituir uma militarização provisória, com a finalidade de interromper a ascensão política das classes trabalhadoras e combater ao comunismo que, na visão de muitos, estava infiltrado na política brasileira. De acordo com Motta (2014) os atores políticos da direita que compunham este cenário não tinham tanto apreço pela democracia e pelas instituições, desse modo, o receio não era pela possibilidade de Goulart vir a tornar-se um ditador, mas sim de isso ocorrer sob o apoio da esquerda revolucionária.

Em 1/04/1964 o Presidente encontrava-se sitiado no Palácio das Laranjeiras no Rio de Janeiro, não conseguindo reverter o golpe, seguiu para a Brasília buscando segurança, gesto esse que foi interpretado como uma fuga por seus opositores. De Brasília Goulart prosseguiu para o Rio Grande do Sul, no mesmo momento em que o Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade (1915-1982), declarava vaga a Presidência da República, assumida pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (1910-1975). O Congresso Nacional legitimava, pois, o golpe de Estado.

A derrubada de João Goulart marcou a continuidade de um processo intervencionista que ocorreu sucessivamente no Brasil, visto que os militares constantemente interferiram nas questões políticas do país desde a Proclamação da República em 1889. A tortura, a violência, os desaparecimentos, as mortes, as perseguições em órgãos públicos e universidades, constituíram-se como elementos da ditadura militar desde o seu início, desencadeando a formação de um aparato repressivo responsável por promover ações violentas aprofundadas no decorrer da ditadura, como veremos adiante.

## 2.2. A formação do aparato repressivo e suas consequências

A ditadura militar foi marcada pela violência e repressão, intensificadas no decorrer do regime, sobretudo pelo desenvolvimento de mecanismos de coerção e tortura. Desde o seu início existiram atos repressivos, como o incêndio da sede da UNE no Rio de Janeiro, as intervenções nos sindicatos, a existência de navios que foram transformados em presídios, todos eles evidenciando o tipo de regime instaurado no país. Com a vacância da Presidência da República declarada, quem assumiu foi o denominado “Comando Supremo da Revolução” controlado pelo general Costa e Silva (1899-1969), que também tinha se automeado comandante do “Exército Nacional”. Este Comando foi um órgão transitório que passou a governar por meio dos Atos Institucionais (AIs).

Segundo Napolitano (2020), os AIs tinham como principal objetivo reforçar legalmente o Poder Executivo, consolidando um processo chamado pelo autor de “normatização autoritária”. De um certo modo, aqueles permitiam uma previsibilidade no exercício de um poder autocrático, além de dar um amparo jurídico na tutela do sistema político e da sociedade civil. Portanto, os atos tinham a finalidade de despersonalizar o exercício do poder.

O AI-1 foi decretado no dia 9/04/1964, estabelecendo o direito de alterar a Constituição, suspender os direitos políticos, além da possibilidade de demitir ou aposentar qualquer um que tivesse atentado contra a segurança do país. Nesse momento foram iniciados os expurgos nas universidades<sup>60</sup>, setores públicos, entre outros.

[...] o balanço inicial foi de 378 atingidos: três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado; dois senadores; 63 deputados federais e mais três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas. (ARNS, 1985, p. 61)

De acordo com Ridenti (2014), no período entre 1964 e 1965 foram destituídas diretorias de mais de trezentas entidades sindicais, realizadas intervenções nas confederações de empregados, revogação das conquistas dos trabalhadores e a quase extinção do direito de

---

<sup>60</sup> No tópico “Universidade e repressão” daremos atenção especial a situação das Universidades.

greve. Os trabalhadores acusados de subverter a ordem democrática foram presos e processados.

Escolhido por um Conselho Castelo Branco (1897-1967) assume, em 15 de abril de 1964, a Presidência da República. A partir daí houve a criação de diferentes órgãos, tais como o Sistema Nacional de Informações (SISNI), fundado em 1964, destinado a produzir informações voltadas para a política de segurança e desenvolvimento; o Conselho de Segurança Nacional (CSN), fundado na mesma época do anterior; Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela Lei 4341 de Junho de 1964<sup>61</sup>, todos compunham os serviços de informações e contribuíram para o aparato repressivo desenvolvido durante todo o regime militar.

O SNI, dirigido pelo General Golbery do Couto e Silva (1911-1987), centralizaria todo o volume de dados e informações produzidos, tendo a função basicamente de coordenar, em todo território nacional, as atividades de informações de interesse à segurança nacional. Em pouco tempo este órgão se ramificou, com agências regionais em diversos pontos do país. A partir de 1967 foram criados outros órgãos responsáveis também por recolher informações, tais como a Divisão de Segurança e Informação (DSI) e as Assessorias de Seguranças e Informações (ASIs). A primeira estava vinculada aos Ministérios para vigiar os funcionários públicos e identificar possíveis “inimigos” do regime, já as ASIs atuavam junto às empresas estatais e Universidades. Por fim, houve a criação em 1966 do Centro de Informações do Exterior (Ciex), que tinha como função acompanhar as atividades políticas dos brasileiros no exterior e de estrangeiros residentes no Brasil.

Esses órgãos não atuavam propriamente na repressão política. Entretanto, forneciam dados sobre indivíduos perseguidos, oferecendo instrumentos para uma condução mais eficaz dos interrogatórios realizados sob tortura pelos agentes repressivos. Enfim, conquanto funcionassem junto a ministérios e autarquias civis, eram todos comandados por oficiais superiores em sua maioria pertencentes ao Exército, com exceção do Ciex. (JOFFILY, 2014, p. 159)

---

<sup>61</sup> BRASIL. Lei N°4.341, de 13 de Junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-normaatualizada-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.341%2C%20DE%2013,O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20&text=1%C2%BA%20C3%89%20criado%2C%20como%20C3%B3rg%C3%A3o,do%20Conselho%20de%20Seguran%C3%A7a%20Nacional>. Acesso em 20 de jul. 2020.



Ainda de acordo com Joffily (2014), a partir da década de 1960 o armazenamento de dados e a coleta de informações assumiram grande importância no regime militar, sobretudo a partir da centralidade exercida, naquele momento, pela guerra contrarrevolucionária. Influenciados pelo contexto internacional de independência das colônias europeias na África e na Ásia, e no cenário da guerra da França com a Argélia, foram disseminados no Brasil, por meio da ESG, um conjunto de estratégias para vencer o que era denominado de guerra revolucionária<sup>62</sup>, ou seja, o país foi colocado dentro do modelo no qual seria necessário distinguir o inimigo interno, que poderia consistir em cidadãos comuns imbuídos dos ideais comunistas. A existência de um inimigo interno, colocava o Brasil dentro da perspectiva da doutrina de segurança nacional, desenvolvida nos EUA e apropriada pela ESG.

Sob essa ótica, o Brasil seria um aliado natural dos Estados Unidos na Guerra Fria movida contra as potências comunistas. A natureza do conflito levava à necessidade de controlar o território nacional, já que as políticas interna e externa passavam a se mesclar, e a segurança estava ameaçada pela ação dos próprios cidadãos do país, influenciados pelo comunismo internacional. Assim, havia uma indistinção entre as necessidades de segurança externa e da interna, bem como entre a violência preventiva e repressiva. A segurança nacional passava a ser responsabilidade de todos os cidadãos. Dessa forma, as Forças Armadas foram convocadas a atuar na frente da segurança pública, e as forças policiais militarizaram-se. (JOFFILY, 2014, pp. 160-161)

Diante da força política demonstrada pela oposição moderada com a vitória de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, no Rio e em Minas, foi editado por Castelo Branco, em outubro de 1965, o AI-2. Este acabou com os partidos políticos, permitia ao Executivo fechar o Congresso Nacional, estabelecia eleições indiretas para Presidente da República, o julgamento de civis pela justiça militar, a possibilidade de intervenção nos estados, permissão para declarar estado sítio por até 180 dias, além de novas cassações. Através do Ato Complementar nº4 foram instituídos apenas dois partidos: o Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), este último se constituía como uma espécie de oposição consentida. Essa estrutura bipartidária perdurou por catorze anos do regime. Neste cenário a ditadura se consolidava e a repressão ficava

---

<sup>62</sup> Para ver mais sobre a distinção entre Doutrina de Segurança Nacional e Guerra Revolucionária consultar MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23 nº 67, Junho de 2008

cada vez mais latente com as cassações e perdas de direitos políticos. Portanto, aqueles que apoiaram o golpe anteriormente viam sinais de que as eleições para presidente, programadas para ocorrer em 1966, estavam distantes de acontecer.

No início de 1966 é decretado o AI-3, o qual determinava que as eleições para governadores e vice ocorreriam de forma indireta, por meio de um colégio eleitoral formado pelos deputados estaduais. Os prefeitos de capitais, por sua vez, passariam a ser indicados pelos próprios governadores. Embora a repressão estivesse aumentando, nesse mesmo ano começaram as manifestações do Movimento Estudantil (ME), assim entidades e lideranças estudantis demonstravam o seu descontentamento com o Ministério da Educação e com a diminuição das vagas nas Universidades públicas. Cada vez mais os estudantes se tornavam os agentes de oposição mais visíveis do regime militar (MARTINS FILHO, 1987; VALLE, 2008), cuja política repressiva além de endurecer ficava mais concreta. Isto posto, a radicalização das lutas de massa e a organização da esquerda passam a atuar ativamente na resistência à ditadura.

Em 1967 ocorreram conflitos, como a repressão em Volta Redonda, em que trabalhadores, com o apoio da Igreja Católica daquela cidade, foram duramente reprimidos; o surgimento de organizações da luta armada também deve ser destacado. A reação da ditadura militar se deu pelo decreto do AI-4 e a convocação do Congresso para elaborar uma nova Constituição, sancionada em 1967. Esta além de incorporar os AIs anteriores, definiu o formato das eleições, que passariam a ser indiretas e permitiu ao presidente da República propor emendas constitucionais. Conforme Napolitano (2020), a partir desta Constituição foi selado o princípio da Segurança Nacional que nortearia todo este período.

De acordo com Ridenti (2014), o regime militar jamais se assumiu como uma ditadura, sempre preocupado em garantir uma fachada democrática, os militares governaram com a vigência de uma Constituição que, embora existisse, não impediu a elaboração de um aparato de perseguição, torturas e mortes dos opositores, à margem não só da lei, mas também do próprio regime.

Em 1967, assume a Presidência o general considerado “linha dura” Arthur Costa e Silva<sup>63</sup>, marcando um aprofundamento maior da violência e da repressão. O cenário econômico, com altos índices de inflação, não era dos melhores. Assim, o crescimento nesta área passou a ser o principal objetivo do novo Presidente, com isto, o seu intuito

---

<sup>63</sup> Que governou de 1967 a 1969.

também era alcançar uma legitimidade política, que diante dos acontecimentos estava longe de ocorrer. Apesar do clima, Costa e Silva fez promessa de redemocratização, inclusive se colocando disposto a estabelecer um “diálogo” com trabalhadores e estudantes (VALLE, 2008). No entanto, o que se viu neste período foi o desencadeamento de uma das fases mais repressivas da ditadura militar, que culminou na edição do AI-5 em dezembro de 1968, decretado após um momento de efervescência das manifestações do ME.

Neste momento é importante pontuar que, embora o movimento estudantil estivesse atuante desde 1966, em 1968 ele desponta como um grande opositor do regime militar, organizando lutas que tomaram as ruas do país em várias cidades<sup>64</sup>. O AI-5 inaugurou uma nova época, marcada pelo aprofundamento da repressão, fechamento do Congresso, censura, suspensão de *habeas corpus*, se constituindo como uma “reedição dos conceitos trazidos para o léxico político de 1964” (GASPARI, 2002, p.346).

Após o AI-5, por motivo de saúde, Costa e Silva foi afastado da Presidência da República, quem deveria assumi-la era o seu vice, o civil Pedro Aleixo, no entanto, este foi impedido por uma Junta Militar que ficou no comando do governo até outubro de 1969, quando o general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) foi escolhido Presidente, após um processo de sucessão marcado por conflitos entre os próprios militares<sup>65</sup>. De acordo com Vecchio (2014), Médici tinha como proposta a aceleração do desenvolvimento e o avanço para um regime político menos repressivo. Contudo, nota-se o prevalecimento de mecanismos de repressão e controle com a criação de diferentes órgãos, como os Centros de Informação de Segurança do Exército (CIE), da Aeronáutica (CISA) e da Marinha (CENIMAR), nos quais a escalada da violência ainda era presente.

O governo de Ernesto Geisel<sup>66</sup>, mesmo sinalizando a intenção de realizar uma “abertura, lenta, gradual e segura”, continuou registrando casos de desaparecimentos, mortes e censura à imprensa.

Quando olhamos para alguns dados isoladamente, o saldo repressivo do governo Geisel não autoriza a falar em democracia ou mesmo em distensão: durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi

<sup>64</sup> Abordaremos esses fatos com mais detalhes no tópico “Os antecedentes da invasão à UnB de 1968”, pois julgamos relevante situar o contexto ampliado de lutas em que ela está inserida.

<sup>65</sup> Para ver mais sobre os conflitos consulte MARTINS FILHO, J.R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Alameda Casa Editorial, 2020.

<sup>66</sup> Que governou de 1974 a 1979.

amplamente utilizada, abrandando-se somente em meados de 1976; o Congresso foi fechado durante 15 dias (NAPOLITANO, 2020, p.234)

A questão dos desaparecidos fez parte do debate público neste governo, o qual não reconhecia a existência de torturas, nem dos desaparecimentos, seguindo sem dar uma resposta à sociedade, esta atitude incomodava inclusive aqueles que se diziam contrários ao marxismo e à revolução (NAPOLITANO, 2020). Em 1975 o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, depois de ser intimado para depor no DOI-CODI, evidencia a continuidade da repressão, o caso teve grande repercussão na sociedade e, mesmo assim, nenhuma medida efetiva foi tomada.

Em 1977 após alguns anos da escalada repressiva, o movimento estudantil retoma as manifestações<sup>67</sup>, com enfoque principalmente nas liberdades democráticas, passando a ocupar as ruas mesmo sob repressão policial e ameaças. Somente em 1978 que a abertura se transforma numa agenda política voltada para a transição democrática. Ainda sob o governo de Figueiredo, sucessor de Geisel, os processos que levariam à distensão foram marcados por diferentes manifestações e segundo Napolitano (2020, p.272) “a batalha das ruas seria ainda mais dramática.”

Ao observarmos o aparato repressivo da ditadura militar, notamos que este prevaleceu por longos anos, sendo utilizado em larga escala em diferentes momentos, inclusive naqueles de aceno para a abertura. Nesta perspectiva, é importante ressaltar que não só a sociedade sofreu com este aparato, mas às universidades também foram impostos mecanismos de sanção e controle, como aprofundaremos a seguir.

---

<sup>67</sup> Estes eventos também serão retomados com maior profundidade no contexto da invasão à UnB de 1977.

### 2.3. As Universidades e a repressão

Como já foi observado, o regime militar de 1964, desde seu início, deu indícios da violência que o acompanharia ao longo de toda a sua duração. O ambiente universitário foi abalado por constantes intervenções, perseguições de estudantes e docentes, aposentadorias obrigatórias e a existência de órgãos criados especificamente para acompanhar a movimentação nos *campi*. De acordo com Silva (2014) guardadas as devidas proporções a comunidade acadêmica foi o setor da sociedade brasileira que mais sofreu com a violência repressiva da Ditadura Militar.

[...] não apenas como vítima da tortura, assassinato e desencaminhamento profissional de seus jovens estudantes, em particular os que optaram pela via armada para o combate à ditadura – como pela demissão, expulsão e perseguição de professores, pesquisadores e outros profissionais das Universidades e Instituições de Pesquisa.” (SILVA, 2014, p.63)

Já nos primeiros dias após o golpe, iniciou-se nas universidades um quadro de perseguições de docentes e estudantes. Estas ações não ocorreram somente nas universidades federais, mas também nas estaduais que foram seriamente atingidas pela repressão. Instituições como Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade de Brasília (UnB), cuja primeira invasão se deu oito dias após o golpe, Universidade de São Paulo (USP) e Faculdades de Filosofia no interior de São Paulo. Nesse sentido, merece destaque o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (FAFI) a primeira faculdade a ser invadida no Brasil<sup>68</sup>.

A FAFI representava um projeto inovador e foi pioneira em relação às decisões políticas, a contar com a participação de representação estudantil (VALLE, 2014) se tornando alvo da repressão já no primeiro dia do golpe. No município de São José do Rio

---

<sup>68</sup> Para ver mais consulte: FLORIDO, C. M. *Da efervescência cultural ao obscurantismo ditatorial: a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto sob o olhar de intervenção em 1964*. 2013. 214f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2013. E também: VALLE, M. R. *Tenho algo a dizer sobre a ditadura na Unesp*. In: VALLE, M. R.; CARDOSO, C. M.; FERREIRA, A. C. *Tenho algo a dizer: Memórias da UNESP na ditadura civil-militar (1964-1985)*. Cultura Acadêmica Editora, 2014.

Preto havia a atuação da Ação Popular (AP) e a invasão à FAFI aconteceu, porque acreditava-se que o Centro Acadêmico de Filosofia (CAF) e outros grupos, como o Movimento Popular de Cultura (MPC) e o Grupo Universitário de Teatro Amador (GRUTA), possuíam articulação com a AP. Este fato depois foi negado, pois não havia nenhuma referência nos informes e cartas destas entidades àquela organização.

O Centro Acadêmico da FAFI, ao defender as Reformas de Base, tornou-se alvo dessa invasão policial. Os estudantes foram presos durante uma assembleia, na qual decidiram encaminhar um telegrama manifestando solidariedade a João Goulart e dando o seu apoio às Reformas. A repressão foi brutal com estudantes e professores, muitos foram indiciados e demitidos. Após o golpe militar, diversas instituições tiveram em suas unidades a chamada Operação Limpeza, que contou com a participação dos organismos de inteligência militar norte-americana, desencadeando uma onda de prisões de cientistas e intelectuais de esquerda, intervenção nas reitorias, expurgos de livros considerados subversivos e invasão das editoras (FERREIRA, 2014).

Num primeiro momento, a Operação limpeza foi realizada principalmente para eliminar adversários políticos do regime, voltando-se depois contra a corrupção. De acordo com Motta (2014 c), neste início os professores presos relataram muito mais o uso de violência psicológica do que física, quadro este que se modificou a partir de 1968, quando a tortura estava instituída de modo generalizado.

Neste cenário ocorreu a implantação de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para a investigação de professores e intelectuais, alguns deles eram voltados para instituições de ensino específicas, como a UnB. Somente no ano de 1964 foram implantados 760 IPMs em todo o Brasil (MOTTA, 2014c). Em abril desse mesmo ano, foram criadas as Comissões Gerais de Investigação (CGI), que centralizavam centenas desses inquéritos, num processo que gerou várias demissões no país inteiro.

Como já assinalado, as intervenções atingiram várias instituições, no entanto, além do caso da UnB, vale ressaltar brevemente, o caso da Universidade de São Paulo<sup>69</sup>, que embora estivesse localizada no nível estadual, sofreu com o terrorismo cultural (ADUSP, 2004) promovido pelo seu próprio reitor com a conivência do seu corpo docente.

O período de 1960 a 1962, foi da gestão do reitor Antônio Barros de Ulhôa Cintra (1907-1998), marcada pela tentativa de modernização da universidade. O objetivo era o

---

<sup>69</sup> Para ver mais consulte: ADUSP. O controle ideológico na USP: 1964 -1978. São Paulo: Adusp, 2004

apoio à pesquisa, incentivo ao tempo integral e à proposição de uma política na qual a universidade se preocupasse com os problemas da Nação (ADUSP, 2004).

A eleição do seu sucessor Luiz Antônio Gama e Silva (1913-1979), que assumiu a reitoria em 1963, teve o apoio dos grupos conservadores e de outros que defendiam a modernização da universidade. De perfil considerado conservador e alinhado ao regime militar, sua atuação foi caracterizada não só por sua aproximação com a “Revolução de 64”, mas também por utilizá-la como um instrumento para a realização de suas ambições políticas. Assim, a repressão policial dirigida à USP não encontrou nenhuma forma de resistência por parte de sua gestão.

Os expurgos aconteceram nas Faculdades de Medicina e Filosofia, esta foi invadida e depredada, seus professores perseguidos, entre eles destacamos o caso do renomado professor Mario Schenberg, um dos maiores físicos brasileiros, que foi preso em sua residência e teve sua casa depredada e obras de arte destruídas.

A invasão na Faculdade de Filosofia foi de extrema violência, de acordo com Motta (2014c) houve quebradeira, conflitos, os policiais arrombaram portas a pontapés, invadiram as aulas para prender estudantes, rasgaram papéis e depredaram equipamentos. O ambiente era de temor devido aos atos violentos, às detenções arbitrárias e às ameaças de prisões, tudo isso aconteceu sem que a comunidade acadêmica contasse com o apoio da reitoria que concordava com esta ação.

O reitor organizou, sem o conhecimento do Conselho Universitário, uma comissão especial para a investigação de ações subversivas dentro da Universidade. O vazamento da presença desta Comissão, bem como o teor do seu relatório – que concluiu haver a infiltração de ideias marxistas nos seus diferentes setores, sugerindo o afastamento de 52 pessoas, sendo 44 professores e os demais funcionários e alunos - levou à indignação de alguns setores universitários. Estava instaurado, portanto, o terrorismo cultural na USP (ADUSP, 2004).

Esse processo obedecia à lógica própria de todo expurgo. Em primeiro lugar, o que está basicamente em questão é a existência de ideias. Trata-se de afastar e punir portadores de ideias consideradas marxistas ou subversivas, duas qualificações notoriamente elásticas e imprecisas, o que tornou o julgamento obrigatoriamente subjetivo. O próprio de todo expurgo é o vício fundante de envolver necessariamente no processo as referências pessoais, os ódios e antipatias, a parcialidade dos acusadores. Por isso mesmo é que o expurgo possui uma afinidade estrutural fundamental com o fascismo. Dependendo da denúncia anônima e da calúnia, mobiliza a mesquinhez, o espírito vingativo e

abre espaço para todo e qualquer tipo de oportunismo. Por sua própria natureza, o processo de expurgo constitui instrumento político que favorece a ascensão às posições de mando, de um lado, dos espíritos mais tacanhos e intolerantes, de outro, dos oportunistas, com o que não se quer dizer, obviamente, que as duas coisas sejam mutuamente exclusivas. (ADUSP, 2014, p.20)

Outras Universidades Federais, além da UnB, sofreram com as interferências do regime. De acordo com Motta (2014c) os expurgos realizados em Recife, se constituíram como um dos casos mais dramáticos das universidades brasileiras, visto que os perseguidos não conseguiram encontrar trabalho na região, sendo obrigados a mudar ou se exilar.

Na UFRGS, o então reitor José Carlos Fonseca Milano encaminhou a cada faculdade um ofício determinando a averiguação dos casos de subversão. Diante da resposta de que nada havia sido encontrado, montou-se uma Comissão Especial de Investigação Sumária, cujo resultado foi a exclusão de 17 professores, sendo 11 catedráticos, 3 instrutores de ensino e 3 contratados (CUNHA, 2007 b).

Inúmeros são os exemplos dos expurgos nas universidades depois do golpe de 1964. Estas ações tiveram como consequências a instalação de um ambiente de terror, desconfianças e perseguição; vários projetos foram paralisados e o exílio de alguns docentes que deixou um vácuo no jovem sistema universitário brasileiro.

Num balanço do expurgo de professores universitários em 1964, considerando o quadro nacional, chega-se ao número aproximado de cem punidos, entre demitidos e aposentados. Não foram contabilizados os professores que abandonaram o emprego para fugir à repressão, cujo número é difícil de estimar, embora decerto seja bem menor que o de demitidos. Nas listas figuravam professores experientes, mas predominavam jovens, alguns dos quais viriam a obter notoriedade acadêmica no futuro, como Luiz Costa Lima, Wanderley Guilherme dos Santos, Luiz Hildebrando e o próprio Darcy Ribeiro. Naturalmente, o número de investigados foi superior ao de “punidos”. Vários deles conseguiram escapar a esse primeiro expurgo e retomaram suas atividades com o passar do tempo, à medida que esfriava o ímpeto repressivo imediato ao golpe. Analisando a lista, fica a sensação de que nesse primeiro expurgo evitou-se atingir nomes muito prestigiados nos meios acadêmicos ou com notoriedade no exterior, mesmo que integrassem os quadros da esquerda. O primeiro governo militar desejava evitar certas críticas. Sobretudo, não gostaria de ser acusado de destruir as instituições acadêmicas brasileiras. Tais cuidados seriam deixados de lado na onda repressiva seguinte.” (MOTTA, 2014c. p.60)



O aparato repressivo não atingiu somente as universidades, mas também as representações estudantis através de leis e decretos, cuja finalidade era tanto a sua desarticulação quanto o controle de suas ações. Neste sentido, em novembro de 1964 foi editada a Lei 4.464, conhecida como Lei Suplicy, foi elaborada pelo então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983). Um dos seus principais objetivos era restringir a atuação do ME, proibindo a realização de atividades políticas e regulamentar a sua formação. No seu art.1º indicava a função dos órgãos de representação estudantil, determinando que teriam como finalidade entre outras,

- [...] c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
  - d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
  - [...] g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.
- (BRASIL, 1964)

Além disso, em seu art. 2º estabelecia quais seriam os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: Diretório Acadêmico (D.A.); cada universidade contaria com um Diretório Central de Estudantes (D.C.E.); Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), presente em cada capital de Estado ou em lugares com mais de um estabelecimento de ensino superior; e por fim o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), sediado na capital federal (BRASIL, 1964).

Os art. 5º e 6º estabelecias as normas a serem seguidas nas eleições do D.A., entre a quais estava a obrigatoriedade do voto. Os alunos que porventura não votassem e não tivessem uma justificativa para sua ausência, estariam impedidos de realizar o exame final ou parcial subsequente à eleição. O intuito desta legislação era controlar o ME, pois no seu art. 10º determinava que caberia ao D.N.E. cuidar da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação.

Ao D.N.E. cabia também a possibilidade de promover, no período das férias escolares, reuniões de estudantes com debates meramente técnicos. As reuniões de caráter extraordinário, poderiam ser feitas, em qualquer época – em lugar previamente designado – com a justificativa da maioria dos seus próprios membros, do Ministério da Educação ou do Conselho Federal de Educação.

O Art.14º estabelecia que “é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.” (BRASIL, 1964). Assim, as organizações estudantis além de terem restritas sua possibilidade de reunião, também foram impedidas de realizar qualquer ação de cunho político e partidário.

A Lei Suplicy gerou várias críticas por parte do movimento estudantil, que deveria seguir obrigatoriamente as diretrizes impostas, estas restringiam tanto sua forma de ação quanto de organização. Também cabia às universidades aplicá-la, pois de acordo com o seu Art. 17º “O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei.” (BRASIL, 1964). Considerando estes fatores,

A luta dos estudantes contra a Lei Suplicy foi bastante intensa e generalizada, reforçando-se com a tentativa de enquadramento de todas as entidades pelo decreto-lei 228/67. Um plebiscito chegou a ser realizado pela UNE, pelo qual os estudantes repudiaram a legislação que bloqueava seu movimento. (CUNHA, 2007 b, p. 61)

Os estudantes vão às ruas, pela primeira vez desde 1964, em setembro de 1966. Foram várias manifestações em cidades como Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, culminando no Dia Nacional de Protestos. Esse episódio, chamado de “Setembrada”, foi reprimido pelas forças militares.

Esse episódio, registrado então como “setembrada”, trazia à tona uma mistura de reivindicações específicas da área do ensino, como a defesa da UNE, do ensino gratuito, da autonomia universitária, da não vinculação da Universidade a órgãos norte-americanos, com denúncias políticas de ordem geral, reunidas no slogan “Abaixo a Ditadura”. (ARNS, 1998, p.133)

Diante deste cenário, em 1967 tem-se a edição do Decreto-lei nº228 para realizar uma reformulação da organização da representação estudantil promovida em 1964, evitando a rearticulação do ME. Este decreto elaborado pelo então Ministro da Educação Raymundo Moniz Aragão (1912-2001), estabelecia que somente o D.A. e o D.C.E eram os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e determinava prazo de um ano, sem direito à reeleição, para os mandatos do D.A.. O voto para eleger os seus

representantes continuava obrigatório. Este novo decreto-lei manteve a proibição do Art. 14º da lei anterior, vetando a realização de manifestações político-partidárias e greves. Os estudantes que desrespeitassem essas regras seriam suspensos ou diluídos o D.A. ou D.C.E..

O Art. 16º determinava que os estabelecimentos em desacordo com a Lei nº 4.464, deveriam ter eleições convocadas pelos Diretores e Reitores das universidades, na omissão destes ficaria a cargo do Ministro da Educação convocá-las. O Art. 18º instituía a “Conferência Nacional do Estudante Universitário”, para discutir os problemas universitários, todavia era vetado o debate de temas ligados a religião, político-partidário ou racial. As suas reuniões deveriam ser realizadas, obrigatoriamente, na capital federal. Ocorreu também extinção dos órgãos estudantis estaduais, determinada no Art.20º segundo o qual “ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.” (BRASIL, 1967)

Como já abordado no item anterior, apesar das tentativas do regime militar em controlar a ação do ME, o ano de 1968 foi marcado por várias manifestações que, como um rastilho de pólvora, seguiram por todo país com a repressão policial acontecendo em todos os Estados (ARNS, 1998). Diante deste cenário, foi aprovada em novembro a Lei nº5.540 de Reforma do Ensino Superior, como uma tentativa de aplacar a crise estudantil (MOTTA, 2014 b). É importante frisar que a Reforma Universitária já estava presente no debate nacional muito antes do golpe de 1964, neste momento ainda existiam discussões sobre o projeto de universidade desejada. No entanto, a partir de 1968 ela é imposta, ou seja, a foi realizada sem que houvesse de fato uma discussão com os seus maiores interessados: estudantes e docentes.

Esse momento, porém, é marcado também pela postura da tradição centralizadora do Estado brasileiro de desqualificação do debate e, no limite, de seu silenciamento pela repressão. No final dos anos 60, especialmente a partir de 1968, a exigência de discussão e o próprio debate eram desqualificados como “contestação da autoridade” e até mesmo como “guerrilha universitária”. Essa postura afirmava-se em contraposição à ideia da “autoridade e hierarquia”, fundadas no “mérito, na experiência e na maturidade”. (CARDOSO, 2001, p.57-58)

A reforma aprovada embora tivesse como base o modelo da UnB, não era fiel a este projeto, pois limitava a autonomia didática, financeira e administrativa da universidade. Além disso, abolia o sistema de cátedras; instituía mudanças nos exames

vestibulares; aumentou a possibilidade de participação da iniciativa privada no ensino superior; reorganizou a carreira docente e fomentou a pesquisa (FÁVERO, 1987; MOTTA, 2014b).

Na perspectiva de Motta (2014b) o termo adequado para caracterizar esta reforma universitária da ditadura é o de modernização conservadora autoritária. Pois ao mesmo que proporcionou todas as mudanças relatadas acima, sofria o impulso de forças conservadoras que não desejavam somente o expurgo da esquerda, mas também emplacar uma agenda conservadora mais ampla “que contemplasse a luta contra comportamentos morais desviantes, a imposição de censura e a adoção de medidas para fortalecer os valores caros à tradição, sobretudo a pátria e a religião.” (MOTTA, 2014b, p.52)

Na primeira fase o regime ditatorial oscilou entre assumir-se claramente como uma ditadura e respeitar alguns preceitos das instituições liberais (FERREIRA, 2014). No entanto, com o AI-5, sua face autoritária foi aprofundada marcando, no final dos anos 60, o começo de uma intensa repressão política e a criação de mais órgãos instituídos para esse fim.

Segundo Fávero (1987) o AI-5 e o decreto n° 477, de fevereiro de 1969, retiraram qualquer possibilidade de diálogo do governo com a universidade. Sobretudo com a vigência do 477, ocorreu a escalada da repressão aos integrantes do ME e aos professores.

O Decreto-Lei n.477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo. Ele tornou-se um símbolo da ditadura, sempre lembrado em manifestações que reivindicavam o retorno à democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e à generalidade das “infrações” nele previstas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito (MOTTA, 2014b, p.156)

Assim sendo, o Art. 1° deste decreto definia os atos cometidos por alunos, professores, funcionários dos estabelecimentos públicos ou privados, considerados como infrações, dentre os quais: incitação de movimentos de greve; organização de passeatas, movimentos subversivos ou comícios não autorizados; confecção ou distribuição de material subversivo; sequestro de integrante do quadro de gestão ou membro do corpo docente.

As punições estavam mencionadas no inciso 1°. Para funcionários era prevista a demissão ou dispensa e a proibição de contratação ou nomeação por cinco anos. Em se

tratando de alunos, a penalidade consistia no desligamento com a proibição de matrícula em qualquer estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos e caso o aluno fosse bolsista, ficava suspenso o recebimento de qualquer benefício durante cinco anos.

O Art. 2º estabelecia os julgamentos das infrações por meio de um processo sumário, que teria o prazo improrrogável de vinte dias para ocorrer. De acordo com o Art. 3º o processo seria realizado por um funcionário do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente. Ao ser citado no processo o infrator teria o prazo de 48 horas para apresentar sua defesa. Caso o acusado fosse um funcionário, ficaria suspenso de seu cargo até o julgamento, na condição de estudante estaria proibido de frequentar as aulas, se o encarregado do processo assim solicitasse.

A existência destes artigos nos leva a concluir que o regime militar passou a delimitar seus alvos, ou seja, professores, estudantes e funcionários das instituições de ensino. Os prazos curtos para apuração e punição dos infratores, evidencia que o aparato repressivo se utilizava de normas jurídicas para dar ares de legalidade à perseguição política. Entre as consequências desse decreto-lei, podemos citar o desaparecimento das manifestações, as poucas que ocorreram foram duramente punidas, demonstrando aos estudantes que dificilmente escapariam das penalidades.

Neste sentido as Divisões de Segurança e Informação (DSI) tiveram um papel relevante, criadas com o objetivo de reestruturar e ampliar o aparato de informações do governo federal, possuíam ligação direta com as universidades. De acordo com Fico (2001) entre os setores mais atuantes estavam as divisões do Ministério da Justiça e da Educação, pois lidavam com os militantes estudantes e a intelectualidade. A partir da década de 1970 ocorreu a criação de subdivisões da DSI, sendo criadas as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI).

Nas universidades as ASIs foram criadas em 1971. Cada região possuía a sua assessoria que, na maioria das vezes, estava localizada no seu interior. Uma de suas responsabilidades era o levantamento de informações sobre a comunidade universitária. De acordo com Fagundes (2013, p.303) “[...] o surgimento dessas assessorias teria como finalidade identificar e monitorar os chamados ‘elementos subversivos’, dentro de um espaço considerado crítico: o campus.”

Para Motta (2008; 2014c) a existência dessas agências contribuiu para retirar a liberdade acadêmica, visto que a sua atuação se dava no filtro das contratações de pessoal,

controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis; aplicação de punições previstas na legislação autoritária; controle da circulação internacional de docentes, proibição da disseminação de materiais que contestavam as informações produzidas pelas agências de governo. O decreto 477, a DSI/MEC, a presença das ASIs, a existência mecanismos específicos voltados para a vigilância constante da comunidade acadêmica e as interferências nos *campi*, demonstram que o regime militar foi implacável com as universidades e o movimento estudantil. Toda comunidade acadêmica foi colocada em suspeição e vista como uma ameaça a ser controlada.

A existência desses aparatos repressivos teve como consequência a instalação de um ambiente de terror que prejudicou a produção e reprodução do conhecimento. A realização de palestras era controlada, necessitando de uma autorização prévia para ocorrer; os professores precisavam de uma autorização para participar de eventos internacionais; os candidatos à contratação eram investigados, as correspondências violadas, ou seja, uma gama de ações voltadas para o controle do ambiente acadêmico e identificação dos “subversivos” que, na visão do regime, deveriam ser afastados dos quadros da universidade. Os expurgos, o primeiro em 1964 e o outro em 1968, deixaram marcas profundas à medida em que projetos foram interrompidos, professores forçados a deixar seus cargos ou saírem do país, isto causou uma grande “fuga de cérebros” com os pesquisadores indo desenvolver seus projetos em outros países.

As ASIs prevaleceram por um tempo considerável na estrutura das universidades, começando a enfraquecer em 1979 com a Lei de Anistia, neste momento os responsáveis por essas assessorias passaram a ser alvos dos setores organizados da comunidade universitária (MOTTA, 2008). Apesar disso, o seu processo de extinção não foi homogêneo, somente em 1986 foi expedida uma portaria do MEC extinguindo as que ainda existiam no interior das universidades.

De acordo com Motta (2014b) as universidades se constituem como espaço privilegiado para observar as ambiguidades do regime militar, como por exemplo, suas estratégias para aplacar os descontentes e seduzir as elites intelectuais. Para o autor, além da violência política que não pode ser minimizada, é preciso observar que as relações da ditadura com os meios acadêmicos também possuíram jogos de acomodação, transbordando a tipologia binária de “resistência X colaboração”. Entre os exemplos

dessas relações de acomodação, podemos citar a colaboração de vários reitores de universidades federais, estaduais e municipais.

Nesta perspectiva, o estudo sobre esse período da história brasileira envolve elementos complexos, marcados pela existência de diferentes grupos, interesses e ações. O que foi aqui exposto não pretendia abarcar todos os fatos que ocorreram, mas sim retomar os principais eventos que nos auxiliam na compreensão das invasões à UnB, inscritas entre os episódios mais emblemáticos da ditadura militar.

Além das universidades, outra preocupação do regime militar era o controle das informações que seriam difundidas aos cidadãos. De acordo com Aquino (1999, p.15), o controle da informação divulgada era necessário para manter a imagem do regime, “num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida”.

A imprensa também sofreu com o aparato repressivo durante este período e sua relação com a ditadura também foi marcada por complexidades e contradições. Portanto, é importante analisar como essas relações foram moldadas nas diferentes fases do regime militar e como os órgãos de imprensa reagiram diante das restrições impostas, antes e depois do AI-5. Entendendo o protagonismo assumido pela imprensa em algumas situações ocorridas no Brasil, a seguir retomaremos o contexto do seu surgimento e o papel por ela representado nos diferentes momentos da História país.

### **3. A IMPRENSA E A DITADURA MILITAR: RESPALDO E EMBATES**

O presente capítulo tem como objetivo abordar os principais fatos que marcaram o desenvolvimento da imprensa no Brasil, pois entendemos que esta teve atuação decisiva em alguns momentos da história do país. Os jornais possuíam grande influência na sociedade brasileira, principalmente em uma época na qual a televisão não existia ou não havia se consolidado. Em alguns períodos, a imprensa contribuiu na deposição de presidentes, defesas de golpes, ampliando cada vez mais sua capacidade de influenciar a opinião do público e da sociedade.

Em relação ao golpe militar de 1964 isto não seria diferente, os principais jornais do país agiram de modo distinto com relação a ele, muitas de suas posições estavam de acordo com atitudes tomadas em contextos anteriores, daí a importância de explorarmos a formação dos primeiros jornais no século XIX e o desenvolvimento de outros importantes no século XX, até a configuração da grande imprensa. Além disso, pensar o contexto de surgimento e o papel dos principais jornais do país, nos auxiliará na compreensão do lugar do objeto desta pesquisa o jornal *Correio Braziliense*, inspirado num dos primeiros jornais criados no Brasil no século XIX, no contexto nacional.

Neste sentido, vale ressaltar que o termo grande imprensa é usado a partir da perspectiva de Aquino (1999) que qualifica como grande imprensa órgãos de divulgação com veiculação diária, semanal ou outra periodicidade e tenha, em sua estrutura empresarial, uma dimensão que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para sua sobrevivência.

#### **3.1. A formação da imprensa no Brasil no século XIX: os jornais Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro**

A nação brasileira nasce com a imprensa (MARTINS; LUCA, 2020), uma explica a outra. Os primeiros periódicos que surgiram acompanharam a transformação da Colônia em Império, assim ocorreu nos diferentes períodos da história do país, em que a imprensa foi assumindo um papel cada vez mais importante, interferindo diretamente nas decisões políticas e econômicas do Brasil.



Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional. E os exemplos vêm da Colônia, passam pelo Império, persistem na primeira República, seguem no Estado Novo e chegam até nossos dias. (MARTINS; LUCA, 2020, p.8)

Há na literatura diferentes discussões sobre a origem da imprensa no Brasil e os motivos de seu atraso<sup>70</sup>. Segundo Hohlfeldt (2008) qualquer estudo que tenha como objetivo compreendê-la, deve levar em conta não só o contexto político-administrativo, mas também as razões culturais numa população marcada pelos altos índices de analfabetismo, existência da escravidão, ausência de urbanização e com poucas atividades industriais e de comércio. No início do século XIX, dois jornais começaram a circular no Brasil: o *Correio Braziliense* (1808-1822), idealizado por Hipólito da Costa (1774-1823) e a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) administrada por Frei Tibúrcio José da Rocha.

O *Correio Braziliense*, que circulou no período de 1º de junho de 1808 até o final de 1822, possuía um programa editorial que abarcava tanto ideias de seu idealizador, Hipólito da Costa, quanto da maçonaria, dentre as quais destacamos: monarquia constitucional, abolição da escravidão, defesa da imigração, independência do Brasil, instituição da universidade e mudança da capital para a região central do país (CARNEIRO, 1999). Visto como oposicionista, era impresso em Londres e distribuído aqui de forma clandestina, sendo lido sistematicamente apesar das perseguições sofridas pela coroa portuguesa. Com periodicidade mensal, chegava ao Brasil com três, até quatro meses de atraso, e em suas mais de cem páginas trazia um discurso informativo, opinativo e analítico.

A estrutura do jornal *Correio Braziliense* antecipou um padrão de jornalismo composto por ambições financeiras e empresariais, além de uma diversidade de práticas editoriais, atuando não só no campo político, mas também no cultural (RIBEIRO, 2008).

---

<sup>70</sup> Para acompanhar as discussões realizadas ver: BAHIA, Juarez. *Jornal. História e Técnica. História da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Ática, 1990; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)* Rio de Janeiro: Mauad, 2007; MELO, José Marques de. *Fatores que retardaram o surgimento da imprensa no Brasil*. Tese de Doutorado em Jornalismo. ECA/USP, 1976; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

As suas notícias tratavam de diferentes temas: guerras napoleônicas, ocupação francesa em Portugal, o curso das revoluções nas colônias espanholas e a política econômica portuguesa no Brasil, defendendo o livre-comércio no país. É importante ressaltar que Hipólito da Costa via com preocupação as revoluções nas colônias espanholas, pois, segundo sua visão, para que o Brasil estivesse livre dessa “ameaça” era necessário ao Estado desvincular-se do despotismo que o marcava política e administrativamente.

Outro jornal a ser destacado neste período é a *Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)* que, impresso no Brasil, marcava o início de uma circulação regular de periódicos acessíveis a um público mais amplo (BARBOSA, 2008). Com periodicidade semanal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, tida como jornal oficial da Corte, era produzida na Impressão Régia, que detinha o monopólio de qualquer impressão gráfica do país. Com quatro a oito páginas, aproximadamente, suas notícias vinham de variadas fontes, desde viajantes que embarcavam da Europa para o Brasil, cartas recebidas através dos navios e de outros periódicos de origem no exterior cujas notícias eram compiladas, sintetizadas e publicadas novamente. No início de 1822, este jornal mudou de nome transformando-se em *Gazeta do Rio* suas notícias passaram a ser retiradas do *Diário do Governo*, que o substituiu no final desse mesmo ano, encerrando assim o primeiro jornal impresso e editado no Brasil.

Embora ambos os jornais sejam vistos como opostos – a *Gazeta do Rio de Janeiro* como da corte e o *Correio Braziliense* como de oposição – Morel (2020) destaca uma convergência entre os dois, ou seja, defendiam ideais similares, entre as quais, a monarquia, o repúdio às ideias de revolução e ruptura, além de críticas à Revolução Francesa.

Além desses fatores, uma leitura sistemática indica como, a partir de meados de 1821 (após a Revolução do Porto e com o ministério de José Bonifácio e convocação da Constituinte brasileira), a *Gazeta do Rio* (o título é reduzido) passa a defender o liberalismo e a modernidade política (citando Rousseau e outros da mesma linha). E acompanha de perto o processo de separação entre Portugal e Brasil, posicionando-se a favor da independência deste antes mesmo do *Correio Braziliense*, que levava desvantagem da distância geográfica e das comunicações demoradas entre os dois Hemisférios. Ou seja, é possível enxergar nuances nessa polarização, às vezes maniqueísta, entre esses dois jornais luso-brasileiros, vistos mais tarde como brasileiros apenas. Os dois faziam parte do mesmo contexto político e mental e, ainda que com diferenças, partilhavam um universo de referências comuns. (MOREL, 2020, p.32)

Há também visões críticas que demonstram uma outra leitura sobre esses dois jornais. Segundo Sodré (1999) a *Gazeta do Rio de Janeiro* não teve nenhum papel específico que poderia lhe caracterizar como um marco inicial da imprensa brasileira, publicando somente notícias relativas à saúde dos príncipes da Europa. Com o controle constante de suas notícias, lidas e revisadas por condes, não havia espaço para críticas, sendo a principal finalidade agradar a corte portuguesa. Sobre o *Correio Braziliense*, segundo o autor, a sua inserção na imprensa brasileira também é discutível, principalmente por ter se mantido devido às condições externas. Sodré (1999) critica o modo como o jornal abordou os problemas nacionais, muito mais por um viés internacional.

A influência do *Correio Braziliense*, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada. E por isso é que só por exagero se pode enquadrar o *Correio Braziliense* no conjunto da imprensa brasileira. Quando começou a circular, com a clandestinidade obrigada ou não a que se submeteu – clandestinidade porque proibido ou clandestinidade porque pouco lido – não se haviam gerado aqui ainda as condições para o aparecimento da imprensa. O que existia era arremedo. Quando surgiram aquelas condições o *Correio Braziliense* perdeu a razão de ser. (SODRÉ, 1999, p.28)

Apesar das controvérsias, é importante ressaltar que tanto o *Correio Braziliense* quanto a *Gazeta do Rio de Janeiro*, estavam vinculados aos valores e procedimentos liberais, embasados principalmente na teoria de John Locke (1632-1704). Franco (1993), em seu texto “All the world was America”, ressalta que Locke além de definir uma nova qualidade para o “novo homem”, ou seja, ser proprietário, “fundou sua racionalidade e sua liberdade, tanto no sentido de minar as prerrogativas reais quanto de legitimar a dominação de classe e a disciplina dos inferiores” (FRANCO, 1993, p.35-36). Neste sentido, podemos traçar um paralelo entre essa perspectiva e o desenvolvimento da imprensa no Brasil, constatando que o viés liberal<sup>71</sup> esteve presente nela desde sempre: nos primeiros jornais criticando a Revolução Francesa e olhando com receio os

---

<sup>71</sup> Para ver mais consulte sobre a perspectiva liberal conservadora em contraponto com a tradição hegeliano marxista consulte: VALLE, M.R. *A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse: raízes e polarizações*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

movimentos da América Espanhola, e depois, como veremos a seguir, interferindo nas possibilidades de transformações sociais que fossem contra os seus próprios interesses e minando iniciativas que favorecessem a classe trabalhadora e a população em geral.

Os dois jornais acima, embora deixassem de existir em 1822, foram importantes no desenvolvimento da imprensa no Brasil, visto que possibilitaram a ampliação de circulação de informações, posicionando-se em questões políticas e inaugurando uma nova fase na história do país, que agora tinha a possibilidade de desenvolver e ampliar órgãos de imprensa mais atuantes.

### 3.2.A expansão da imprensa no Brasil

No final do século XIX e início do XX ocorreram diversas transformações na sociedade brasileira como: o fim da escravidão, o aumento do processo imigratório, a instauração da República, o crescimento das cidades, o aumento do preço do café, a extensão da malha ferroviária, a intensificação das atividades industriais, que propiciaram a circulação de informações, e, conseqüentemente, um desenvolvimento maior da imprensa.

Entre os jornais<sup>72</sup> fundados nesse momento citamos: *O Estado de S. Paulo (OESP)*<sup>73</sup>, *Jornal do Brasil (JB)*<sup>74</sup>, *Correio da Manhã (CM)*<sup>75</sup>, todos com relevância no cenário nacional. Este período foi marcado não só pela expansão da imprensa, mas também do público e o grande número de analfabetos na população brasileira, possibilitou o estabelecimento de uma relação entre o oral e o escrito (BARBOSA, 2008; MOREL, 2020), configurando um processo no qual o debate não estava restrito somente ao público leitor. As transformações de ordem técnica, também possibilitaram o avanço dos jornais.

Na leitura de Sodré (1999) o desenvolvimento da imprensa está relacionado com a expansão capitalista que no Brasil assumiu um contorno específico. Segundo este autor, a concentração se fez presente na imprensa desde o seu início, o número de grandes jornais ficou restrito devido ao processo de oligopolização (SODRÉ, 1999) e estes

---

<sup>72</sup> Para ver detalhadamente a multiplicação dos órgãos de imprensa consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro Mauad, 1999 e BAHIA, Juarez. *Jornal: História da imprensa brasileira*. Editora Atica, 1990.

<sup>73</sup> Fundado em 1875.

<sup>74</sup> Fundado em 1891.

<sup>75</sup> Fundado em 1901.

assumiram o papel de grandes empresas. A imprensa-empresa passava a disputar a preferência dos leitores, já que uma parte de sua receita vinha de anúncios (LUCA, 2020), ademais o que contava também era o prestígio e as ideias defendidas em suas páginas.

Ainda que tivessem adentrado o mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiram-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na autoimagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir. (LUCA, 2020, p.158)

No período de 1920, ocorreu uma ampliação ainda maior dos jornais e diários configurando a grande imprensa. Nesse cenário surgiram o jornal *O Globo*<sup>76</sup>, a *Folha da Noite*<sup>77</sup> que anos mais tarde se tornou *Folha de S. Paulo*<sup>78</sup>, além dos Diários Associados<sup>79</sup> de Assis Chateaubriand, empresário que iniciou um dos maiores impérios de comunicações no país, e do qual o jornal *Correio Braziliense (CB)* fazia parte. Todos eles se constituíram como conglomerados poderosos, com grande influência no cenário político e econômico.

Até a década de 1930 tínhamos no Brasil um Estado liderado por uma oligarquia, formada principalmente por uma elite rural, sobretudo plantadores de café cujos interesses comerciais se davam na exportação (DREIFUSS, 1987). A região sudeste, que já possuía grande influência antes dessa época, se consolidou e os novos grupos urbanos, juntamente com o poder político agrário e comercial, despontaram com uma importante liderança assumida por Getúlio Vargas. A partir da Revolução de 1930 foi criado o Departamento de Imprensa e propaganda (DIP), órgão específico para propaganda e controle de informações. Os periódicos que se identificavam com a velha ordem tiveram suas sedes invadidas e depredadas.

As crises contínuas, principalmente após 1932, contribuíram para o estabelecimento do Estado Novo, intensificando a polarização entre esquerda e direita. O medo da revolução social, levou os órgãos antigovernistas e defensores das liberdades

---

<sup>76</sup> Fundado em 1925 por Irineu Marinho.

<sup>77</sup> Fundada em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, em 1945 foi lançada *Folha da Manhã*, cujo controle acionário pertencia a José Nabantino Ramos em 1949 é criada a *Folha da Tarde*.

<sup>78</sup> Resultado da junção da *Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde* e controlada a partir de 1962 por Octavio Frias de Oliveira.

<sup>79</sup> Fundado em 1924.

democráticas (LUCA, 2020) a defender a perseguição dos inimigos políticos. Neste contexto, os proprietários das empresas jornalísticas mesmo apoiando estas medidas passaram a ser vítimas de censura e cerceamento de diferentes ordens.

Essa imprensa ajudara, pois, a criar o clima que tornara possível todas as violências e arbitrariedades, o estado de sítio, o estado de guerra, o Estado Novo como coroamento. E esse monstro, que ela embalara, voltara-se contra os jornais e revistas, fechara muitos, impedira a circulação de novos, cerceara a todos; com o DIP, aviltara o mister de informar e proibira o de discutir e opinar: a imprensa fora uma das grandes vítimas da ditadura estadonovista. (SODRÉ, 1999, p.395-396)

A partir da segunda metade do século XX, as ideias autoritárias, amplamente disseminadas no Brasil, estavam perdendo forças no mundo inteiro. Sem a censura imposta pelo Estado Novo, a imprensa passou a atacar o presidente chamando-o de ditador, fascista, tirano (FERREIRA, 2006), constituindo-se como uma parte ativa levando à saída de Getúlio Vargas do governo em 1945.

Com a volta de Getúlio Vargas à Presidência, em 1951, a polarização foi se acentuando cada vez mais. Os inúmeros jornais existentes com notória influência política, entre os quais destacamos o recente *A Tribuna Imprensa*, criado em 1949 por Carlos Lacerda (1914 – 1977), e o *OESP*, colocaram-se novamente em oposição à Getúlio Vargas. Entre os que não atacavam o Presidente estava o *Última Hora (UH)*, criado em 1951 por Samuel Wainer (1910 – 1980), teve sua fundação foi aliada aos créditos que recebeu do governo.

Getúlio sabia que a “*Tribuna*” era um jornal a serviço da “maçaroca de tendências” da UDN, e que Lacerda tinha boas relações com os Mesquitas d’O Estado e os Bittencourt do *Correio da Manhã*. Nessa conjuntura, tratou de financiar diretamente um jornal que se comprometesse a divulgar uma política intervencionista do Estado na economia e levasse a plataforma sindicalista do PTB aos leitores. De preferência para aqueles leitores que iriam preencher as vagas de trabalho abertas pelo Programa de Reparcelamento Econômico (novembro de 1951) que iria anunciar. (LAURENZA, 2020, p.190)

A pressão contra o então chefe do Executivo foi ficando cada vez maior, recaindo inclusive sobre o *UH* que o apoiava, já que a imprensa se dedicava em demonstrar que ele tinha se tornado possível graças aos empréstimos recebidos pelos órgãos oficiais de crédito do governo. Neste contexto conturbado, em agosto de 1954, se dá o suicídio de

Getúlio Vargas, deixando um cenário ainda mais caótico, com diversas tentativas de golpes concretizadas, como vimos, em 1964.

A década de 1960 foi o auge da grande imprensa tradicional (MOTTA, 2013). Os jornais e diários relevantes após passarem por reformas, consolidaram-se como empresas mais sólidas. É neste cenário que surge o *Correio Braziliense*, mais um associado no conglomerado de mídias de Assis Chateaubriand – importante personagem não só nas comunicações, mas também na política – que teve como inspiração o outro *Correio Braziliense* do século XIX, com objetivos alinhados ele, inclusive na defesa da nova Capital Brasília como será demonstrado a seguir.

### **3.3.O desenvolvimento do jornal *Correio Braziliense* e a sua inserção na imprensa nacional**

#### **3.3.1. A fundação do primeiro jornal de Brasília**

O empresário Assis Chateaubriand (1892-1968) foi o responsável por criar os *Diários Associados*, um dos principais conglomerados de comunicações existentes no Brasil. Iniciado em 1924, com a aquisição do primeiro jornal, Chateaubriand tinha como objetivo interligar capitais e promover um sistema de comunicação que superasse o isolamento enfrentado por vários estados. Este projeto era visto por diferentes políticos da época como uma ferramenta da união nacional (MIGUEL, 2000).

Assis Chateaubriand sempre foi uma figura influente na sociedade brasileira. Ele apoiou revoluções (como a de 1930 e a Constitucionalista), exerceu influência sobre o resultado das eleições, interferiu na composição dos ministérios, arrancou reformas na legislação, além de forçar renúncias parlamentares para se eleger senador (MIGUEL, 2000). Com mandato exercido no governo de Getúlio Vargas, ganhou as eleições para o senado no bico de pena, distribuindo dinheiro às pessoas em um comício (LAURENZA, 2020). Além de senador, foi nomeado embaixador do Brasil no Reino Unido no período de 1957 a 1959, no governo de Juscelino Kubitschek.

A Embaixada do Reino Unido seria o preço de um apoio a JK que, na verdade, fora obra do então ministro da Guerra, general Henrique Lott, ao garantir a posse do novo presidente em 1956. Com 36% dos votos, Juscelino seria surpreendido pela exigência golpista da oposição que

alegava não ter o candidato alcançado maioria absoluta, 50% mais um, para assumir a presidência. Mesma exigência feita por Carlos Lacerda a Getúlio Vargas, por ocasião de sua posse em 1951. Na busca de apoios, antes da intervenção decidida do general legalista, JK empenhou mais uma promissória futura ao poderio editorial dos Associados. (LAURENZA, 2020 p.186-187)

Os *Diários Associados*, segundo D'Amorim (1993), possuíam uma forte tradição governista, apoiando a maioria dos governos de acordo com seus interesses. Moraes (2016, s.p.) ressalta que, a suposta liberdade editorial presente nos *Diários Associados*, escondia uma tática praticada por Chateaubriand há pelo menos cinquenta anos, isto é, “acender uma vela para cada santo e, assim, garantir ao seu império sempre uma porta aberta em cada lado”. De acordo com Carneiro (1999, p.113), Chateaubriand seguia os passos do magnata de imprensa americano William Randolph Hearst (1863 – 1951), segundo o qual as três maneiras de um jornalista exercer a profissão eram “estático, aguardando as notícias chegarem à redação; em movimento, procurando-as ou provocando-as; em ação, participando diretamente dos fatos capazes de criá-las.”

A estrutura dos *Diários Associados* não era familiar, como a da maioria dos jornais fundados no Brasil, Chateaubriand inovou ao implantar, a partir de 1959, uma estrutura de condomínio doando 49% do patrimônio para um grupo de 22 empregados: “com uma visão inovadora, Chateaubriand criou um sistema de cotas intransferíveis, impenhoráveis e incomunicáveis, cuja administração fugia aos padrões da imprensa da época, por não ser familiar” (MORELLI, 2002, p.45-46).

Assim, desenvolveu-se um grande império da comunicação no Brasil com jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, precursores em diferentes aspectos. O ápice de expansão dos *Diários Associados* ocorreu na década de 1950, antes disso, foi inaugurada, em 1931, agência de notícias *Meridional*; a estação de rádio *Tupi*, fundada em 1935; e a primeira emissora de televisão da América Latina, a *TV Tupi* implantada em 1950.

Diante de todo esse pioneirismo, era de se esperar que a nova capital também contasse com algum órgão dos *Diários Associados* e, embora Assis Chateaubriand fosse crítico à construção de Brasília – manifestando sua insatisfação em artigos por ele assinados – prometeu a Juscelino Kubitschek que lá inauguraria um jornal e uma televisão. Isto se concretizou em abril de 1960, com a inauguração da *TV Brasília* e do *Correio Braziliense*, cujo nome foi sugerido para homenagear o antigo jornal do século XIX.



O então diretor-geral e vice-presidente do grupo, João Calmon (1916-1999), foi o responsável por viabilizar verbas, equipamentos e mão-de-obra para que a inauguração fosse possível. Também foram designados por Assis Chateaubriand, Ari Cunha (1927-2018) que ocupou o cargo de editor-chefe até os anos 70 e Edilson Cid Varela (1913-1990) diretor do jornal até 1990.

No dia 21 de abril de 1960 foi editado o 1º número do jornal *Correio Braziliense* do ano CLII, segunda fase, evidenciando uma continuidade em relação ao seu antecessor. No editorial de estreia, intitulado “Servir ao Brasil”<sup>80</sup>, anunciava que seus objetivos estavam alinhados aos de Hipólito da Costa,

[...] Na verdade, os nossos objetivos foram sempre os mesmos do *CORREIO BRAZILIENSE*: sustentar a independência, consolidar a união das províncias, soldar as regiões, alcançar dentro da democracia e da liberdade, o aperfeiçoamento social e a cultura que nos possam assegurar entre os povos civilizados uma posição compatível com a magnitude impressionante de nossa grandeza física.

Por isso, pensamos que ficaria bem aos nossos escopos, que são os mesmos de Hipólito José da Costa, retomar, não apenas o nome de seu jornal para reatá-lo na continuidade histórica do país, mas sobretudo, e principalmente, retomar as nobres inspirações do seu gênio, a sua incessante pregação das formas mais respeitáveis do convívio social, a democracia, o liberalismo, a devoção às bases constitucionais, a confiança na livre empresa e, primeiro que tudo antes de mais nada, a união indissolúvel e a perpétua unidade do Brasil.

Passados cento e trinta e sete anos, que foram um compasso de espera na marcha de ideais que nunca se interromperam, o *CORREIO BRAZILIENSE* reaparece em Brasília, num longo vôo através do tempo e do espaço para recomeçar a mesma faina gloriosa: “unicamente servir o Brasil”. (SERVIR, 1960, p. 1)

Assim surgiu o *Correio Braziliense*. Segundo Morelli (2002) sua origem não estava ligada a uma causa política nem a uma motivação comercial. Assim, tem-se um jornal que renasce na nova capital do país, com inspiração num jornal criado no século XIX. Com uma orientação vista por muitos como conservadora (CARNEIRO 1999), o novo *Correio Braziliense* esteve ligado à maioria dos governos, primeiramente com enfoque nas questões locais, como o dia a dia em Brasília, foi adquirindo com o tempo importância no cenário nacional, consolidando-se como um dos principais do país.

---

<sup>80</sup> SERVIR AO BRASIL. *Correio Braziliense*. Brasília, ano CLII (2º fase), n.1, p.1, 21 abr. 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=Hip%c3%b3lito%20da%20Costa&pagfis=17](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=Hip%c3%b3lito%20da%20Costa&pagfis=17) Acesso em: 11 dez 2021

### 3.3.2. O *Correio Braziliense* e sua linha editorial

Os primeiros jornalistas que atuaram no *Correio Braziliense* vieram de São Paulo para formar a equipe inicialmente composta por um secretário de redação, cargo ocupado em 1961 por José Queiroz Campo; em 1962 Adirson de Vasconcelos foi designado diretor de redação. Em 1965 passou a existir também o cargo de editor chefe, exercido, como já mencionamos, por Ari Cunha. O Sr. Adirson de Vasconcelos, em entrevista à autora<sup>81</sup>, ao ser perguntado sobre a linha editorial do *Correio Brasiliense* respondeu

Quero destacar a você que em princípio, desde 1953, quando comecei na imprensa do Recife (*Jornal do Commercio* e *Correio do Povo*) adotava como princípio jornalístico três fundamentos básicos para a notícia: 1) verdadeira; 2) de interesse público e 3) bem escrita para ser lida e compreendida. Assim, explico minha linha editorial e de princípios pessoais. Junto a isto, o pensamento do meu chefe Assis Chateaubriand (VASCONCELOS, 2021).

É importante ressaltar que desde sua inauguração em 1960 até 1968 Assis Chateaubriand, mesmo acometido por problemas de saúde, exercia grande influência sobre este jornal, como pudemos observar na resposta de Vasconcelos.

Nos anos 60 a cobertura do jornal era voltada para o âmbito local e a consolidação de Brasília como capital do país. A observação de alguns editoriais deste momento evidencia uma preocupação com o desenvolvimento da cidade que, após alguns anos de sua inauguração, ainda tinha obras por realizar. Havia também críticas ao *OESP* por defender a volta da capital para o Rio de Janeiro.

Segundo o editorial “Às vésperas de um aniversário”<sup>82</sup>, de 31/03/1964, Brasília estava, às vésperas de seu quarto aniversário, com todas suas obras paralisadas e coberta por um desânimo. O editorial reconhece todos os problemas enfrentados pelo governo de

<sup>81</sup> Entrevista concedida a autora no dia 30/11/2021. As perguntas foram enviadas por e-mail e o Sr. Adirson respondeu de próprio punho, enviando por correio, juntamente com um material de livros escritos por ele sobre a história de Brasília e algumas personagens como Assis Chateaubriand e Edilson Cid Varela.

<sup>82</sup> AS VÉSPERAS DE UM ANIVERSÁRIO. *Correio Braziliense*. Brasília, ano CLII (2º fase), n.1.183, p.4, 31 mar. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=interven%c3%a7%c3%a3o%20militar&pagfis=13865](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=interven%c3%a7%c3%a3o%20militar&pagfis=13865) Acesso em: 21/12/2021

João Goulart que, devido à implementação do parlamentarismo, não conseguiu executar um plano de consolidação da cidade, cobrando uma ação mais efetiva por parte da administração federal.

O que se impõe – isto é palpável – é que os escalões da administração federal entendam que Brasília é ponto de honra para a Nação, e que as tarefas de conclusão de obras não podem mais ser procrastinadas. É necessário que haja ação e constância. Constrange-nos saber que Brasília é quase uma cidade esquecida. (ÀS VÉSPERAS..., 1964, p.4)

Além de questões do âmbito local, o funcionalismo público também fazia parte da cobertura do jornal, com temas relacionados à educação, saúde, lazer e moradia. Num cenário mais amplo, abordava questões da política federal, notas sobre alguns acontecimentos nos estados e matérias sobre temas internacionais (MORELLI, 2002).

De acordo com D’Amorim (1993, p.104) do ponto de vista ideológico o *Correio Braziliense* poderia ser classificado como conservador, o que poderia ser observado “tanto nos editoriais (onde opina e toma partido) quanto no espaço supostamente neutro das notícias”, este autor o define como “conservador e governista por tradição, realista por instinto de sobrevivência [...]” (D’AMORIM, 1993, p.93).

Na perspectiva de Morelli (2002, p.57) a gênese do *Correio Braziliense* era “chapa branca, oficialista” alinhado com o governo local e federal, principalmente em um contexto marcado pelo seu desenvolvimento, no qual ainda dependia da publicidade oficial para a sua manutenção, porque suas vendas nas bancas ainda eram pequenas.

Muitos ex-jornalistas do *Correio* confirmaram o alinhamento do jornal com o governo local por muitos anos, os entrevistados oscilaram entre afirmar que naquela época era uma característica dos jornais estarem alinhados com o governo por tratar-se de um período de ditadura, ou que Brasília não tinha vida econômica suficiente para manter um jornal, fato que acabava comprometendo a sua independência e credibilidade, e houve ainda aqueles que não concordaram com a pecha. Mas alguns forneceram informações, sem a possibilidade de prova documental, de que os laços que uniam o *Correio* e os governos locais, principalmente, foram estreitos até a chegada do jornalista Ricardo Noblat à direção do jornal, em 94. (MORELLI, 2002, p.57)

Os destaques aos fatos locais podiam ser observados na coluna social denominada “Katucha”, cujo assunto era as pessoas influentes em Brasília e na “Visto, lido e Ouvido”, de Ari Cunha, que dava voz aos habitantes locais.

Na década de 70 houve alterações nos quadros do jornal, com Ari Cunha se tornando o diretor-responsável e Evandro de Oliveira Bastos nomeado diretor de redação. Neste sentido, foram realizadas reformas responsáveis por promover não só uma ampliação no número de anúncios, mas também dar credibilidade do jornal (MORELLI, 2002) que passava a ter repercussão em âmbito nacional. Ainda na perspectiva de Morelli (2002), Oliveira Bastos trouxe uma linha editorial mais voltada para o debate, reflexão e análise dos acontecimentos, com matérias muito mais interpretativas do que factuais.

Anteriormente não havia uma divisão da cobertura jornalística, todos eram responsáveis por tudo com a nova direção isto mudou, pois o aumento no número de jornalistas possibilitou-os a se dedicarem a assuntos específicos. Bastos também promoveu mudanças no setor cultural, cujo comando foi de Maria do Rosário Caetano que cobria os mais variados assuntos.

Grandes nomes foram chamados a colaborar, alguns amigos de Oliveira Bastos, como o poeta Ferreira Gullar, os poetas e críticos Haroldo e Augusto Campos e o cineasta Glauber Rocha. Atrás deles vieram outros. O *Correio* passou a ser um ponto de referência para os intelectuais do Rio e São Paulo. (D'AMORIM, 1993, p.97)

Apesar dessas mudanças em diferentes áreas, o apoio ao governo continuava o mesmo, e Oliveira Bastos, que tinha amigos poderosos como o general Golbery e alguns ministros, se constituía como um elo entre eles. Segundo D'Amorim (1993) o *Correio* via com bons olhos a proposta de abertura do governo Geisel e enquanto uma grande parte da imprensa fazia críticas ao governo, passou a apoiá-lo antes mesmo de sua posse à presidência.

As boas relações com o Governo permitiram ao *Correio* acesso privilegiado às verbas publicitárias federais. Mas também às verbas estaduais cujos Governos eram extremamente dependentes do Governo federal. Em resumo: desenvolveu-se uma relação de troca em que o jornal entrava com o “capital” político de apoio ao Governo e este com o capital financeiro de sustentação do jornal. Ou como afirma Oliveira Bastos: “o *Correio* passou a fazer o jogo do toma lá, dá cá, e ganhou muito dinheiro. (D'AMORIM, 1993, p.100)

O perfil de apoio ao governo, as boas relações de Oliveira Bastos e Edilson Cid Varela com o governo militar e a autocensura dos próprios jornalistas – que já sabiam o que era permitido falar e publicar – fizeram com que o *Correio Braziliense* não tivesse muitos

problemas com a censura e os incidentes que ocorreram, “[...] na maior parte das vezes eram resolvidos pela criatividade dos jornalistas ou através de visitas do superintendente do jornal, Edilson Cid Varela, ao departamento de censura” (MORELLI, 2002, p.62).

Ao olharmos para a história do jornal *Correio Braziliense* desde sua fundação em 1960, observamos sua proximidade aos governos, permanecendo a mesma postura durante o regime militar de 1964. Cobriu os tumultuados acontecimentos da década 60 com correção e sem ousadias (MORELLI, 2002), não desviando, portanto, de sua linha editorial. O seu alinhamento não se dava somente com o governo federal, mas também com os governos locais, isto o favorecia no acesso às verbas publicitárias provenientes dos órgãos oficiais. Com o passar dos anos e a realização de algumas reformulações, o *Correio* foi aumentando seu alcance, constituindo-se como o jornal mais vendido de Brasília e adquirindo importância também no contexto nacional.

### **3.3.3. A inserção do *Correio Braziliense* na imprensa nacional**

O jornal *Correio Braziliense*, como vimos, não possuía uma linha editorial independente em relação ao poder político e econômico, na maioria das vezes apoiou os governos locais e federais, mesmo durante o regime militar. Localizado na nova capital desde sua inauguração, foi ampliando seu alcance entre um público que era majoritariamente fora de Brasília e por isso preferia ter acesso às notícias de sua terra natal. Em sua edição de inauguração, em 1960, o jornal contou com oito cadernos, totalizando cento e oito páginas (MORELLI, 2002). Outro detalhe importante é que ele não era publicado às segundas-feiras e sua estrutura foi basicamente a mesma, ou seja, o editorial na página 4, assuntos políticos na página 3, colunas de serviços, classificados e esporte no caderno 2.

Com o passar dos anos e acompanhando o crescimento da cidade, houve um aumento em sua tiragem, assim, em 1963 eram por volta de 1.500 exemplares, subindo para 5.000 em 1965, 11.000 em 1970, chegando a 27.500 exemplares em 1978. Segundo D’Amorim (1993), no início da década de 1970 o *Correio Braziliense* era lido apenas por uma parte dos leitores de Brasília e, embora tivesse uma boa situação financeira, possuía uma equipe de redação pequena com características provincianas. Somente em 1974, com a aproximação da concorrência, foram promovidas reformas em sua estrutura.

Este jornal também introduziu importantes transformações de ordem técnica, foi um dos primeiros jornais a inaugurar um sistema de composição a frio ou fotocomposição, equipamentos que possibilitaram não só modificações gráficas, como o uso de cores e a utilização de mais fotos nas edições, mas também o aumento da capacidade de impressão dos exemplares. A sua renda vinha das vendas, assinaturas (a maioria de órgãos públicos) e, principalmente dos classificados, que eram “as galinhas dos ovos de ouro do *Correio Braziliense*” (D’AMORIM, 1993, p.102).

Na perspectiva de Alfredo Obliziner (CARNEIRO, 1999), que teve diferentes cargos no jornal, o *Correio* teve quatro fases distintas: a primeira de 1960 a 1968, quando era dependente do seu criador Assis Chateaubriand; a segunda de 1968 a 1985, no qual o jornal ganhou uma certa independência, embora fosse muito visado pelo governo militar e órgãos de segurança; a terceira fase foi com os sucessores de Oliveira Bastos, com pequenas mudanças; e a última fase foi quando Paulo Cabral assumiu a presidência e trouxe nomes como Ricardo Noblat, importante jornalista que imprimiu diversas alterações, inclusive adotando uma política editorial na qual o jornal saía da posição atrelada aos governos, promovendo o seu reconhecimento e respeito em todo o país.

O fato de o *Correio Braziliense* ter sido um jornal pequeno, a princípio sem pretensões nacionais, não retira sua importância e pioneirismo tanto por sua proximidade aos poderes Legislativos, Executivo e Judiciário quanto o fato de que o jornalismo local de Brasília ser, quase sempre, um jornalismo nacional (LIMA, 1993). Estas características demonstram a sua importância no cenário da imprensa nacional e a sua consolidação como um dos mais importantes de Brasília, estando entre os jornais mais sólidos no país.

A criação do *Correio Braziliense* se deu em um contexto de expansão e consolidação dos jornais como importantes veículos de comunicação. Ao observarmos o contexto após o golpe de militar de 1964, notamos que os principais jornais do Brasil, estabeleceram uma relação complexa com a ditadura militar, marcada por acomodações e rupturas; censura e autocensura; resistência e silêncio. Desse modo, é importante ressaltar que, embora a memória da atuação da imprensa seja construída no sentido de destacá-la como um ator importante na luta contra a repressão (MOTTA, 2013), esta não se configura como um grupo homogêneo lutando pela liberdade de expressão e valores democráticos.

Os mesmos jornais tiveram diferentes comportamentos de acordo com seus interesses e a fase na qual se encontrava o regime. Era grande a pressão para que João

Goulart deixasse o governo. Neste sentido, a maioria deles expressaram o seu apoio ao golpe militar de 1964 por meio de editoriais que pediam um basta e clamavam por esta intervenção militar. O que observou posteriormente foi uma mudança nestas relações, principalmente após situações de perseguição e censura, deixando clara as suas contradições.

### 3.4. As contradições entre imprensa e ditadura militar

A maioria dos grandes jornais do país apoiaram o golpe militar de 1964, que logo nos seus primeiros dias investiu contra os que representavam qualquer tipo de oposição à ditadura. As revistas consideradas nacionalistas e esquerdistas foram fechadas, o rádio e a televisão passaram a sofrer censura, jornalistas foram presos, torturados, exilados; alguns chegaram a ter seus direitos políticos cassados, o Brasil vivia mais um período autoritário.

O jornal *Última Hora*, no contexto pré-golpe, deu ampla cobertura à Revolução Cubana de 1959 e destacou as lideranças camponesas, considerado como um aliado de João Goulart e do PTB, teve sua sede invadida e depredada, estando dentro do grupo que sofreu com os ataques da ditadura. Em editorial intitulado, “Caminho Pacífico para a solução da crise”<sup>83</sup> de abril de 1964, o jornal pedia que fosse barrado tudo aquilo que oferecesse obstáculo às soluções pacíficas para a crise, deveria ser traçado um caminho livre de ações baseadas no ódio. O editorial encerra dizendo que preferia o desaparecimento a trair a confiança depositada pelo povo desde sua criação em 1951.

Outro importante jornal neste contexto foi o *Correio da Manhã* (CM), que a princípio expressou apoio ao golpe em dois dos seus editoriais: “Basta”<sup>84</sup> de 31 de março e “Fora!”<sup>85</sup> de 1º abril. O primeiro mencionava que as medidas tomadas por João Goulart, tinham como objetivo enganar o povo; o segundo, demonstrava a insustentável situação

---

<sup>83</sup> As edições do jornal *Última Hora*, encontram-se disponíveis no Acervo digitalizado do Arquivo Público do Estado de São Paulo <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados> podendo ser acessadas mediante um cadastro.

<sup>84</sup> BASTA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 1964, n.21.775, p.1, 31 mar. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docReader.aspx?bib=089842\\_07&pasta=ano%20196&pesq=Basta&pagfis=50167](http://memoria.bn.br/DocReader/docReader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Basta&pagfis=50167) Acesso em 25/01/2022

<sup>85</sup> FORA!. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 1964, n.21.776, ano LXIII, p.1, 01 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&Pesq=Basta&pagfis=50193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=Basta&pagfis=50193) Acesso em 25/01/2022.

do Presidente, que havia começado propositalmente uma crise política, social e militar logo após uma instabilidade financeira e aumento da inflação (FORA, 1964).

O seu apoio ao golpe não se estendeu por muito tempo, assim que o caráter ditatorial apareceu o *CM* instituiu-se como seu opositor. De acordo com Sodré (1999, p.435), este jornal teve sua fase gloriosa em 1964/1965 tornando-se “o baluarte das liberdades individuais, no protesto e na denúncia das torturas, das arbitrariedades que passaram a constituir o cotidiano da vida brasileira”. Os constantes ataques e episódios de violência contra o movimento estudantil, foram vistos por ele como uma violação do estado de direito, culminando no rompimento da democracia, pois suprimiam o direito à manifestação (VALLE, 2008).

Meses após os acontecimentos do Calabouço<sup>86</sup>, no editorial “Agressão interna”<sup>87</sup> sobre a invasão da UnB em 1968, que será abordada com profundidade posteriormente, o *CM* manifesta sua indignação com o episódio e com a escalada da violência contra os estudantes desde o assassinato de Edson Luís. Além dos atos violentos, o jornal critica o fato do então presidente Costa e Silva derrotar o projeto de anistia destinado aos jovens participantes dos protestos pela reforma universitária. Segundo o editorial, “não foi preciso que chegássemos ao fim do ano para ficarmos sabendo qual o tipo de anistia que o governo dá aos que manifestam inconformismo contra a sua inépcia e sua fatuidade” (AGRESSÃO, 1968, p.6).

O jornal se coloca ao lado dos estudantes, os quais não têm outra alternativa, senão se defender da repressão constante encampada pelo governo. De acordo com ele, o episódio do Calabouço deu início ao “esmagamento da juventude” e este, juntamente com a invasão da UnB, demonstra a linha política seguida pelo governo que, ao mesmo tempo que condenava a violência em Praga, agia de modo violento internamente (AGRESSÃO..., 1968). Ademais, questiona qual seria a intenção do governo ao realizar a invasão de uma universidade, vivendo em seu dia letivo normal, senão manter a nação inquieta, visto que os estudantes poderiam voltar às ruas.

Movidos pelo sentimento natural de revolta, o qual não abandona as vítimas, os estudantes, se se inclinarem a voltar às ruas, irão ser apontados como baderneiros. Mas está provado que a baderna vem do

---

<sup>86</sup> Este fato será relatado no tópico “Antecedentes da invasão de 1968”.

<sup>87</sup> AGRESSÃO INTERNA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 1968, n.23.126, p.6, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&Pesq=UNB&pagfis=95083](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=UNB&pagfis=95083) Acesso em 27/01/2022



outro lado, e não dos que não aceitam passivamente os desafios da violência e as intimações da brutalidade. (AGRESSÃO..., 1968, p.6)

A polarização da imprensa é observada no distinto posicionamento dos seus diversos veículos. Neste sentido, em oposição aos jornais acima, citamos *OESP*, *O Globo*, e o objeto desta pesquisa o *Correio Braziliense*, uma vez que apoiaram o golpe desde o início e no decorrer dos acontecimentos tiveram ações que merecem destaque.

O jornal *OESP*, defendeu de modo contundente o golpe de 1964. Ruy Mesquita (1925-2013)<sup>88</sup>, em entrevista a José Álvaro Moisés e Maria Victoria Benevides<sup>89</sup>, ao ser perguntado sobre o apoio do jornal ao golpe militar, disse que João Goulart era “completamente despreparado para algum dia ser Presidente da República” (A IMPRENSA, 1984, p.27). Segundo ele, João Goulart estava se “cercando” da esquerda e iniciando um projeto de reformas - aludindo às já citadas reformas de base – que na sua perspectiva constituíam-se como elementos suficientes para acreditarem que um golpe seria elaborado por ele.

Ainda nesta entrevista, Ruy menciona que em 1962 dois oficiais (Coronel Restell e Capitão Boson) procuraram-no com informações do serviço secreto do Exército. Estes o alertaram sobre a necessidade de se organizarem ante a possibilidade de um golpe de João Goulart que destruiria as instituições democráticas do Brasil. A partir disto e diante dos “riscos” de se implantar uma república sindicalista no país, Ruy relata que, com mais alguns amigos íntimos, passou a ter encontros com a “oficialidade pequena”, evidenciando a conspiração que existia contra o governo.

Segundo Pilagallo (2012) em 1962, Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), pai de Ruy, entregou um documento ao general Orlando Geisel, com as normas a serem seguidas pelos militares ao derrubarem o governo de João Goulart. No ano seguinte, em 1963, redigiu uma carta para Emílio Médici, cujo título era “Roteiro da Revolução”. Assim, “o papel de Mesquita em 1964, tinha o peso do jornal que ele dirigia. Esbanjando saúde financeira e prestígio editorial, *O Estado* vivia seu auge [...] não havia polo de influência mais forte” (PILAGALLO, 2012, p.163).

De acordo com Luca (2020) o jornal *O Estado de S. Paulo* sempre se manteve independente, orientando-se pela cartilha liberal seguida por Júlio de Mesquita. Esta

<sup>88</sup> Foi diretor do *Jornal da Tarde* e da empresa *O Estado de S. Paulo*.

<sup>89</sup> A Imprensa e a História. Entrevista concedida a José Álvaro Moisés e Maria Victória Benevides. Lua Nova: Revista de cultura e política, v.1, n.2, set.1984, p.26-31. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/PQM8xFYXjhCdvHh9GG4VVGQw/?lang=pt> Acesso em: Mai 2021.

liberdade era essencial, não somente para exercer livremente a crítica, mas também para o bom funcionamento do jogo democrático. Todavia,

Análises a respeito da trajetória do jornal bem evidenciaram os limites e as ambiguidades desse apregoador liberalismo, cuja fidelidade flutuava ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante de riscos efetivos de transformações sociopolíticas mais profundas. (LUCA, 2020, p.162)

Nos anos iniciais da ditadura militar a posição do *OESP* era de apoio à “revolução” – como eles chamavam o golpe militar – tida como legítima diante dos que eles acreditavam ser ameaças comunistas às instituições democráticas. Além disso, respaldava as ações repressivas com o objetivo de garantir a ordem social. Isto pode ser constatado no editorial intitulado “Os sucessos de Brasília”<sup>90</sup> de 31/08/1968 sobre a invasão da UnB neste período. Ao contrário do *CM*, o jornal falava que a invasão era resultado da “atitude subversiva dos estudantes universitários” (OS SUCESSOS, 1968, p.3). Segundo ele, as revoltas dos estudantes ocorreram naquele momento, porque estes aceitaram executar um plano vindo de Havana e Pequim contra as instituições democráticas e o resultado deste projeto era a existência de uma nova modalidade de conflito, ou seja, a guerra revolucionária. Ainda segundo este editorial, a ausência do governo era a culpada pelos “atos de rebeldia” dos estudantes e as cenas de vandalismo observadas em diferentes cidades do Brasil foram

[...] encorajadas pela ausência criminosa do governo, que a tudo isso assistiu quase sempre de braços cruzados, estenderam esses **energúmenos**<sup>91</sup> as suas brutalidades à própria cidade, atacando a tiros e com bombas Molotov o edifício desta folha, depois de haverem tentado invadir a sede do First Nacional City Bank New York, para reduzir a escombros. (OS SUCESSOS, 1968, p.3)

Neste trecho podemos observar a animosidade do jornal com os estudantes, chamando-os de energúmenos. Diante de todo este cenário e a inação do governo, de acordo com o editorial era inevitável que ocorresse o episódio da UnB. E embora o *OESP* classifique-o como “lamentabilíssimo” e “gravíssimo”, culpa os estudantes, o Reitor que não fez nada

<sup>90</sup> OS SUCESSOS DE BRASÍLIA. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 89, n.28.648, p.3, 31 ago. 1968. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680831-28648-nac-0003-999-3-not/tela/fullscreen> Acesso em: 11 dez 2021.

<sup>91</sup> Grifo nosso

perante os mandados de prisão, os governadores e o Presidente da República que não cumpriam a lei com efetivo rigor.

É com o que a opinião pública nacional não pode conformar-se. São os estudantes os primeiros a alardear a maturidade que supõem ter atingido, julgando-se mesmo em condições de influir nos destinos da nacionalidade. Quando, o que é raro, abrem a boca para justificar as suas inqualificáveis atitudes e também para protestar contra a situação de minoridade a que são relegados – segundo dizem – pelas gerações adultas, eles próprios, entretanto, repelem, por palavras e atos, a posição de privilegiados que lhe vêm reconhecendo governadores de Estados e até o sr. Presidente de República. Não podemos, assim, deixar de concluir pela culpa que pesa sobre os chefes dos Executivos estaduais e do titular do Alvorada, pois, desde que se iniciou este triste período de desordens, não se dispuseram nunca s. exas. a cumprir com o necessário rigor as leis que defendem os direitos da coletividade e sobretudo a integridade da propriedade estatal e privada. Fugindo a esse imperativo das funções exercidas, o que pretenderam foi capitalizar em benefício próprio as simpatias desses predadores de próprios públicos e dos bens de todos quantos, com seu esforço diuturno, contribuem com somas enormes para sustentar ou financiar laboratórios e as bibliotecas, bem como as magníficas construções da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira de que, de resto, são os desordeiros os grandes beneficiários. (OS SUCESSOS, 1968, p.3)

Notamos uma crítica do jornal à incompetência do governo militar em controlar a crise que assolava o país nesse período. De acordo com Motta (2017) embora o jornal demonstrasse discordar da guinada autoritária do governo, continuaram a seguir a linha editorial construída por eles de apoio à intervenção militar de 1964 e a defesa de medidas que garantissem a ordem social, fossem elas repressivas ou não. Mesmo com a censura, ele não resistiu ao AI-5, pelo contrário, fez concessões e se acomodou à situação (MOTTA, 2017).

*O Globo* também foi um grande apoiador do golpe de 1964. Segundo o jornalista Carlos Chagas (2014, p.41) que trabalhava neste jornal, tanto Roberto Marinho quanto Júlio de Mesquita Filho estavam metidos “até o pescoço na conspiração”. O primeiro, enquanto diretor e proprietário do jornal *O Globo*, participou ativamente das articulações políticas contra o presidente João Goulart, colocando o jornal e o rádio das organizações *Globo* à disposição dos golpistas (GÂNDARA, 2021). As críticas ao governo eram constantes, recaindo inclusive ao programa de alfabetização de adultos, que segundo o jornal tinha como principal objetivo a comunização dos analfabetos.

Em editorial de março de 1964, o jornal sugeria que as forças armadas realizassem o golpe quando o mesmo ocorreu, publicou, no dia 02/04/1964, o editorial intitulado “Ressurge a democracia”<sup>92</sup>, no qual buscava ressaltar o caráter democrático da “revolução”.

Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

[...] Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos igualmente, externar a gratidão de nosso povo. (RESSURGE, 1964, p.1)

Motta (2013) ao analisar a ditadura nas representações da grande imprensa evidencia que *O Globo* não só apoiou a revolução, como manteve-se fiel a ela no decorrer dos anos, mesmo após o aumento da repressão, “ele foi o único entre os seis diários<sup>93</sup> a não manifestar discordância com o novo surto autoritário em preparação desde abril de 1968” (MOTTA, 2013, p.79). Assim como o *OESP*, *O Globo* criticou as manifestações de 1968, pedindo à ditadura que fosse mais “enérgica” com os manifestantes, como observamos no editorial intitulado “Violência e energia”<sup>94</sup> de julho de 1968.

Infelizmente, a moderação tem sido, frequentemente, interpretada como fraqueza. Chegou a existir até uma entidade formada de políticos proscritos, que pretendeu fazer as vezes de partido político.

Ora, o Brasil já colhe os primeiros frutos das correções de rumo impostas pela revolução. E o prenúncio de boas colheitas custou muitos sacrifícios a toda comunidade nacional. Não se admite, portanto, que, nesta hora, responsáveis pelo quase naufrágio procurem agir em busca da reconquista de um poder que não honraram.

<sup>92</sup> RESSURGE A DEMOCRACIA. *O Globo*. Rio de Janeiro, ano XXXIX, n.11.S25, p.1, 2 abr. 1964. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640402> Acesso em: 11 dez 2021.

<sup>93</sup> Os seis diários referidos pelo autor são: *O Estado de S. Paulo (OESP)*, *Jornal do Brasil (JB)*, *Folha de S. Paulo (FSP)* e *O Globo*, e *Correio da Manhã (CM)* e *Última Hora (UH)*.

<sup>94</sup> VIOLÊNCIA E ENERGIA. *O Globo*. Rio de Janeiro, ano XLIV, n.12.953, p.1, 30 julh.1968. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019680730> Acesso em: 11 dez 2021.

Seria preferível que o Governo atalhasse com maior senso de oportunidade as tentativas contra-revolucionárias. Mas o erro da omissão não pode justificar a inação em momentos cruciais.

[...] A Revolução não pode tornar-se violenta; para isso deve ser enérgica. (VIOLENCIA, 1968, p.1)

A invasão da UnB de 1968 também foi objeto de editorial<sup>95</sup>, e embora criticasse a ação da polícia no caso, dizia que ela se tornava cúmplice da agitação, já que agora os “baderneiros” de todo o país tinham um pretexto para continuar com as manifestações.

Se por um momento prevalecesse a sensatez, a polícia esperaria fora do “campus” uma oportunidade para cumprir o mandado de prisão contra os estudantes acusados por atividades subversivas.

Mas não agiu assim. A ordem recebida era prender “de qualquer maneira” os cinco. Seria previsível que o ingresso de policiais no recinto universitário provocasse incidentes. Assim aconteceu.

[...] Em troca dos cinco a polícia acabou convertendo toda a comunidade – em maior ou menor grau – às teses dos cinco. E simultaneamente ofereceu aos baderneiros de todo o país um excelente pretexto. Donde se conclui que a polícia de Brasília tornou-se cúmplice da agitação.

O governo acaba de equacionar em bases práticas, o problema do ensino superior. Portanto, abriu-se oportunidade a um proveitoso entendimento entre a Revolução e os estudantes. Nada mais inoportuno, por conseguinte, do que essa estúpida exibição de força a que se assistiu em Brasília [...]. (BRUTALIDADE, 1968, p.1)

A posição do *Correio Braziliense* neste contexto também deve ser ressaltada. O jornal publicou editorial do dia 25/03/1964 intitulado “Em defesa da Constituição”, que falava sobre a união dos governadores, liderados por Ademar de Barros (governador de São Paulo) e Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais) para formar uma Frente Única de governadores para defesa da Constituição e a favor da democracia “contra os intuítos totalitários das chamadas esquerdas”. Além de demonstrar a necessidade dessa frente contra os “obstinados adeptos de Marx”, ressaltava o sucesso da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, vista como um “gesto de soberania do povo” contra as ameaças democráticas.

---

<sup>95</sup> BRUTALIDADE. *O Globo*. Rio de Janeiro, ano XLIV, n.12.981, p.1, 31 ago. 1968. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019680831> Acesso em: 11 dez 2021.

Os adeptos de Marx, com a alma minada pelo ópio dessa filosofia nefanda, mostram-se obstinados, e supõem estrangular as liberdades públicas de que os cidadãos democratas, e mesmo esquerdistas, se tornaram usuários. O espetáculo legalista do Largo da Sé, em São Paulo, veio confirmar solenemente ser o povo brasileiro enriquecido com a energia da resistência democrática. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade impôs-se diante da consciência nacional como um gesto de soberania do povo – definitivamente contrário a todos os propósitos que visem a demolição do arcabouço constitucional da Pátria. Os demais Estados da Federação, sejam quais forem eles, mantém a mesma chama democrática, e não relutarão a seguir o exemplo de São Paulo, na preservação dos sentimentos cristãos do homem brasileiro. E a Frente Única de Governadores Para a Defesa da Constituição, surge agora como organização de alta categoria. O patriotismo é tônica que a define no campo social da República. Como instituição cívica, vem essa Frente única juntar-se ao povo, para salvar a dignidade da Democracia brasileira. (EM DEFESA..., 1964, p.4)

O jornal seguia a linha editorial dos *Diários Associados* que eram pró governos e também apoiaram o golpe de 1964. Segundo Carneiro (1999), Assis Chateaubriand foi um importante personagem na aliança contra o presidente João Goulart e embora estivesse acometido pelas sequelas de uma trombose cerebral ocorrida em 1960, continuava ativo e escrevendo. Tanto Chateaubriand quanto João Calmon apoiaram a intervenção militar de 1964 contra o então presidente, chegando a lançar uma campanha para recolher doações de ouro da população para ajudar a ditadura militar no pagamento da dívida externa do país.

De seu lado, João Calmon tornara-se um dos maiores líderes da resistência aos desvarios do governo Goulart e alinhava-se dentre os primeiros políticos a apoiarem integralmente o novo regime. Após a vitória do movimento, em abril de 1964, os Associados lançaram em São Paulo a Campanha do Ouro para o Bem do Brasil, convocando a população a doar joias para auxiliar o governo militar a pagar a dívida externa do país.” (CARNEIRO, 1999, p.432)

Seguindo esta linha o *Correio Braziliense* também apoiou o golpe militar, como podemos observar no editorial intitulado “O que a Nação deseja” publicado na edição de 4/04/1964<sup>96</sup>, no qual afirmava que a causa da democracia havia sido vitoriosa no Brasil

---

<sup>96</sup> O QUE A NAÇÃO DESEJA. *Correio Braziliense*, Brasília, ano CLIII (2º fase), n. 1.186, p.1, 04 abr. 1964. Disponível em:

e com isso o Congresso votaria reformas e extirparia os erros cometidos até então. O jornal também alertava para o fato de que estas reformas deveriam ser realizadas antes que os marxistas espalhassem seus ideais entre as massas insatisfeitas da sociedade.

A justiça social não é iniciativa de comunistas. Ao contrário, ela é uma inspiração do mundo livre, que sente o imperativo inadiável de adotá-la, de modo que os desajustes da sociedade moderna cedam à racionalização do “modus-vivendi” brasileiro. Negar as reformas, julgá-las inúteis ou lesivas, representa a estagnação nacional, e dessa obstinação resultará abertura de campo receptivo à exploração de agentes marxistas, que não perderão ensejo em difundir ideias entre as massas insatisfeitas. (O QUE DESEJA, 1964, p.1)

Além disso, apresentava os diversos problemas que o país deveria enfrentar em áreas como infraestrutura, saúde, agricultura, altas taxas de mortalidade infantil, ressaltando que “aí estão providências válidas, plenamente capazes de restaurar a vida brasileira. Nutrimos a convicção de que os homens públicos que atualmente exercem o Poder Central compreenderão a grandeza do momento” (O QUE DESEJA, 1964, p.1).

Ao observarmos estes jornais, notamos suas posições ambíguas e contraditórias na relação com a ditadura militar. O fato de o *OESP* ter defendido a intervenção militar de 1964, conflui com a sua postura de liberal convicto. Segundo Aquino (1999) a posição deste grupo é justificável se compreendida dentro dos limites das ideias liberais de John Locke<sup>97</sup>

John Locke admite que para viver coletivamente e, ao mesmo tempo, defender os direitos naturais do indivíduo, para que o estado de natureza não se converta em estado de guerra, os homens igualmente livres estabelecem um pacto social que cria a sociedade civil. O governante, entretanto, apenas deve executar as leis naturais preservando a vida, a liberdade e a propriedade. Seu poder de governante é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso de mando. Assim, apesar de defender a democracia, *OESP* entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada do governante e usurpação dos direitos

---

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=interven%c3%a7%c3%a3o%20militar&pagfis=13894](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=interven%c3%a7%c3%a3o%20militar&pagfis=13894) Acesso em 27/01/2022

<sup>97</sup> Para ver mais sobre a discussão realizada pela autora consultar AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

naturais dos indivíduos, portanto, como alvo de resistência da sociedade civil. (AQUINO, 1999, p.39)

A partir de 1968, com a instauração do AI-5 e o fechamento do regime, há uma repressão ainda maior aos jornais, alguns passaram a ter suas redações ocupadas por oficiais. O *Correio da Manhã* teve sua sede invadida e dois de seus diretores presos, fechando em setembro de 1969. O *OESP* teve uma edição confiscada ao se manifestar contra este ato, portanto, diversas partes do país e redações de diferentes jornais foram atingidas por ações da repressão.

De acordo com Kushnir (2001) a maior parte da grande imprensa brasileira se submeteu à autocensura, aceitando as determinações do que poderia ser publicado ou não. Embora antes do AI-5 já existissem ações autoritárias e o ataque à liberdade de imprensa, a sua existência levou a uma intensificação da onda repressiva e a censura decretada.

Antes do AI-5, a censura estava incluída entre as medidas que poderiam ser adotadas se “necessárias para a defesa [do regime]”, assim como em estado de sítio. Posteriormente, essas medidas coercitivas foram postas em prática sem que fosse declarado o estado de sítio. Com o AI-5 a situação piorou consideravelmente: no mesmo dia da publicação do Ato, o *Jornal do Brasil* foi ocupado por dois oficiais; no dia seguinte, os jornalistas substituíram o material aprovado, publicando o material proibido; no dia 15, cinco oficiais passaram a censurar o jornal, o que fizeram durante três semanas (DINES, 1975). (SOARES, 1989, p.22)

Em 1970, sob o governo de Garrastazu Médici, houve a regulamentação através do decreto 1.077 da censura prévia. De acordo com Soares (1989) a censura variou de acordo com o período, prevalecendo até 1978. Segundo o autor, o seu efeito não foi o mesmo sobre os jornais, os grandes diários tiveram sua circulação pouco afetada e aqueles que eram essencialmente políticos e se demonstravam amplamente contra a ditadura militar foram muito mais atingidos.

Como pudemos notar, a relação dos jornais com o regime militar foi marcada pela ambiguidade, os que compunham a grande imprensa tanto apoiaram o golpe de 1964, como, principalmente diante dos acontecimentos de 1968, defendiam ações por parte do governo ditatorial para controlar as manifestações. A contradição nas páginas da imprensa era perceptível, pois pediam o rigor do governo contra o “terrorismo de esquerda”, mas quando essa solicitação era atendida assustavam-se com os efeitos colaterais da repressão (NAPOLITANO, 2020).



Neste cenário, é relevante destacar algumas exceções, como o *Última Hora* que sempre se colocou como oposição ao regime e sofreu diversas represálias. O *Correio da Manhã*, embora tenha defendido o golpe, passados apenas alguns dias se distanciou do mesmo, e após pressões de ordem econômica e repressiva, fechou em 1969.

Entre os apoiadores destacamos os *OESP*, *O Globo*, os *Diários Associados* e o *Correio Braziliense*. No primeiro, observamos uma relação marcada por contradições (MOTTA, 2017). O *OESP* não só apoiou, como participou das conspirações para o golpe, defendendo uma intervenção somente até o final do mandato de João Goulart em 1965, o que não ocorreu na prática. Criticou, mesmo em tom moderado, o autoritarismo do governo (MOTTA, 2017); foi censurado previamente e somente depois de quase dois anos de presença ininterrupta, os censores foram retirados de sua redação em 1975.

*O Globo*, por sua vez, permaneceu apoiando a ditadura militar, realizando editoriais em sua defesa, e diversas vezes pedia o endurecimento na repressão às manifestações estudantis. Foi um dos poucos que não criticou o autoritarismo excessivo instalado após o AI-5. Praticou a autocensura, visto que a TV Globo conservou um grupo interno de censura, mantendo-se como cúmplice do regime (SOARES, 1989).

A relação da imprensa com a ditadura militar foi marcada por nuances e complexidades, principalmente se olharmos para os interesses dos grandes grupos neste processo. Diante deste panorama, vimos que o *Correio Braziliense* também se uniu aos jornais da grande imprensa que defenderam o golpe, inclusive por meio de editoriais que davam suporte à “Revolução.

Considerando estes aspectos, o presente estudo propõe sair do eixo Rio-São Paulo para analisar a cobertura do jornal *Correio Braziliense* sobre as invasões à UnB, acontecimentos emblemáticos que marcaram o cotidiano de Brasília e a universidade. Neste sentido, abordaremos primeiramente os contextos em que estas ocorreram para depois seguirmos para análise do jornal.

## **4. A UNIVERSIDADE INTERROMPIDA: AS INVASÕES À UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

O presente capítulo tem como objetivo retomar as invasões à Universidade de Brasília ocorridas em 1964, 1965, 1968 e 1977. Antes de entrarmos na análise das reportagens é importante observar o contexto em que elas ocorreram bem como o impacto das invasões no corpo docente, discente e na estrutura da universidade.

A UnB possuía uma história recente entre as universidades, fundada em 1962 ela despertava interesse, especialmente por conter a essência da inovação em sua concepção, e também suspeitas, sobretudo ao que ocorreria na cidade de Brasília com a convivência de trabalhadores e estudantes de modo tão próximo.

No decorrer das invasões a universidade foi esvaziada, o clima era de insegurança e perseguição. Interventores assumiram como reitores e cogitou-se até fechá-la devido à crise desencadeada pela demissão de grande parte do corpo docente e da invasão de 1968. Diante de todas essas ameaças, os estudantes não arrefeceram, resistiram e mesmo com o seu projeto original desconfigurado, a universidade permaneceu.

### **4.1.UnB: de modelo universitário internacionalmente reconhecido a foco de subversão**

A criação da UnB na década de 1960, como evidenciamos anteriormente, representou uma tentativa de transformação no Ensino Superior brasileiro. O fim do sistema de cátedras, a presença dos Institutos Centrais e órgãos complementares, assim como outras inovações, permitiram a ela se constituir como a portadora da ideia de renovação dentro do ainda jovem quadro universitário brasileiro. Segundo Miglievich-Ribeiro (2017, p.587) esta universidade “(...) serviu como um laboratório dos rumos possíveis do Ensino superior e da pesquisa na conexão com a Educação Básica, inspirando uma reforma universitária que, paradoxalmente, veio a se dar em condições inóspitas.” O objetivo não era só instalar uma universidade na capital federal, mas transformá-la num polo de cultura assim como outras capitais do país.

Inaugurada em 21 de abril de 1962, sob inspiração de um grupo liderado por Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Frei Matheus Rocha e contando com a colaboração de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, a Universidade

de Brasília representou, no contexto brasileiro, uma revolução na vida acadêmica. Em torno dos que conceberam a Universidade, reuniram-se professores comprometidos com as reformas de que o país necessitava para se modernizar, para se democratizar e para construir uma sociedade melhor, mais justa e mais igualitária. Era o protótipo da universidade cidadã (DIAS, 2013, p. 15).

O projeto da UnB foi fundamentado em aspectos modernizantes, ou seja, a preocupação era estabelecer uma universidade que estivesse engajada na busca de soluções dos problemas nacionais, contribuindo para que o Brasil deixasse sua condição de subdesenvolvimento e integrasse o rol dos países desenvolvidos. Mesmo com poucos anos de existência, ela era reconhecida internacionalmente como um importante modelo universitário. Isto pode ser evidenciado em documentos consultados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)<sup>98</sup>, nos quais o educador, economista e político Joseph L. Fisher (1914-1992) e o assessor da Comissão de Planejamento da Universidade de Honduras Alberto Mendoza, tratam de sua importância.

O primeiro documento<sup>99</sup> mostra uma troca de correspondência entre Fisher e Anísio Teixeira em dezembro de 1962, no qual o primeiro relata a produtiva reunião com Darcy Ribeiro sobre a UnB e sua impressão positiva da nova universidade, ressaltando que ela poderia desempenhar um papel significativo não somente na educação superior, mas também no desenvolvimento geral do país. O segundo<sup>100</sup> foi a troca de correspondências entre Anísio Teixeira e Alberto Mendoza, no período de maio de 1966 e maio de 1967, no qual Mendoza solicitava que Anísio enviasse alguns documentos sobre a UnB, para que esta constasse numa pesquisa, desenvolvida pela Universidade de Stuttgart na Alemanha, cuja temática era a universidade mundial. Segundo Mendoza, esta universidade brasileira por suas novas modalidades estruturais era um dos mais importantes feitos da vida universitária da América Latina, por isso não poderia ser deixada de fora numa descrição da universidade desta região.

Embora inaugurada num período de polarização, a UnB estava começando a se movimentar politicamente. Com a formação do Diretório Acadêmico de Arquitetura (DACAU), que organizou a sua primeira greve em 1962, solidária à greve dos estudantes

---

<sup>98</sup> Documentos consultados no CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=UnB&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nItens=30>

<sup>99</sup> Identificação do documento: Classificação AT c 1962/12/20 Data: 20/12/1962.

<sup>100</sup> Identificação do documento: Classificação AT c 1966.05.11 Data: 11/05/1966 a 09/05/1967.

do Brasil inteiro que defendiam a representação de 1/3; e a Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), importante organização estudantil responsável por promover vários protestos em anos posteriores. Nelas os estudantes demonstraram a sua insatisfação com relação aos estatutos que os dividiam entre graduandos e estudantes de pós-graduação, tendo estes últimos uma posição privilegiada.

Além das representações estudantis, os professores criaram a “Associação dos professores Universitários do DF”, e por meio dela demonstravam o seu descontentamento com a direção exercida por Anísio Teixeira. As reivindicações solicitavam uma maior rapidez no processo de institucionalização e implementação das instâncias decisórias coletivas, as queixas ao restrito diálogo com a reitoria também estavam presentes e a insatisfação de professores e alunos era crescente.

Segundo o professor Lamounier, estes eram os fatores responsáveis pela “administração tumultuada” da UnB e propunha uma solução: formação dos colegiados visando uma maior aproximação entre coordenadores e professores, estudantes e funcionários; estruturação dos organismos departamentais para que pudessem participar do plano orçamentário e preservação da liberdade de ensino e da unidade coletiva, únicas disposições, de acordo com ele, que ainda não haviam sido feridas. (APARECIDA, 1991, p.43)

Segundo Aparecida (1991), esta movimentação política começou a chamar a atenção de setores externos à universidade. O principal comentário era que nela existia uma tendência marxista, liderada principalmente por jovens professores. O parlamentar Abel Rafael, deputado federal por Minas Gerais, solicitou a abertura de uma CPI para analisar este suposto problema que há muito já afligia os políticos. Podemos observar essa preocupação em uma transcrição dos debates parlamentares do Senado Federal sobre a fundação da UnB, ocorridos em 1961, em que o senador Mem de Sá<sup>101</sup> (1905-1989) expressava sua apreensão sobre qual seria a orientação filosófica da universidade. O fato de o corpo docente ser formado pelo Reitor levantava suspeitas do senador, pois aquele poderia constituir-lo de acordo com suas preferências. Conforme suas palavras,

É evidente que não estou, neste momento pensando em pessoas. Situo o problema em caráter rigorosamente impessoal e mantendo essa impessoalidade, direi que, se for escolhido para Reitor um materialista ou marxista, ele organizará toda essa Universidade com um corpo docente que tenha a mesma orientação. Se, ao contrário, for escolhido

---

<sup>101</sup> O Senador Mem de Sá, votou contra o projeto de criação da Universidade de Brasília.

um reitor espiritualista, a orientação será exatamente oposta. (BRASIL SENADO FEDERAL, 1961, p.386)

Assim, notamos que desde o seu início a UnB foi colocada em suspeição e os seus mecanismos de autonomia despertavam a desconfiança de alguns quanto à possibilidade de barrar qualquer movimentação que fosse considerada anormal, num contexto em que estudantes e trabalhadores não eram vistos com bons olhos, principalmente nos anos 1960, que havia uma tendência de massificação das universidades (BERNARDO, 2008) e a conversão desses estudantes em trabalhadores. Neste sentido, vale ressaltar que, segundo Groppo (2016), um dos grandes dilemas do movimento estudantil neste período, principalmente na América Latina, era a sua relação com os trabalhadores. Com causas que extrapolavam as questões acadêmicas em países como o Brasil, México, França, Alemanha, especialmente a partir de 1968, o ME tentou, segundo o autor, ir ao encontro das “classes populares”.

O movimento estudantil oscilava entre conceber o operário e o camponês como líderes de uma revolução em que o estudante deveria se engajar (na visão ortodoxa da luta de classes), ou conceber a si mesmo – estudante – como mobilizador e educador das massas populares (em uma visão elitista do populismo). (GROPPO, 2016, p.130)

Diante desta possibilidade e do início da organização política no campus, o pedido de realização da CPI reafirmou as desconfianças sobre a universidade. Ele foi discutido na Comissão de Educação da Câmara Federal, onde o autor da solicitação fez várias acusações ao corpo docente da UnB, questionando inclusive suas capacidades profissionais (APARECIDA, 1991). A CPI não foi instalada, pois alguns deputados se manifestaram contra sua realização, uma vez que os professores possuíam liberdade de cátedra e não deveriam ser investigados por exercerem sua função. Caso a investigação prosseguisse, abriria uma brecha sem precedentes para questionamentos de diversas ordens.

Alguns deputados pronunciaram-se a favor da UnB, principalmente aqueles que frequentavam os cursos de extensão oferecidos pela instituição. Eram contra a CPI, argumentando que sua instalação era inconstitucional, por ser garantida pela Constituição a livre expressão de pensamento. Caso fosse aprovada, pela primeira vez na história da Câmara, uma CPI estaria examinando uma ordem absolutamente

imaterial, ou seja, uma suposição de ordem ideológica. (APARECIDA, 1991, p.44)

A campanha contra a UnB se intensificou, principalmente na ocasião do golpe militar de 1964. As invasões ocorridas no *campus* foram atos de extrema violência, com graves violações dos direitos humanos, instalou-se um clima de terror, com prisões arbitrárias, torturas, espancamentos, demissão de professores, expulsões de alunos, substituição de reitor por interventores e interferências constantes no seu cotidiano.

O tratamento dado à UnB pela ditadura militar ocorria pela imagem que esta tinha nos meios conservadores, ou seja, considerada como um lugar repleto de comunistas reunidos por Darcy Ribeiro, cujo objetivo principal era desencaminhar a juventude (MOTTA, 2014).

De fato, entre os professores contratados pela UnB havia gente de esquerda, incluindo alguns intelectuais ligados ao PCB, como Oscar Niemeyer, Claudio Santoro e Fritz Teixeira de Salles, por exemplo. Porém, para os defensores do projeto da universidade, a presença de professores de esquerda era coincidência, e não fruto de um plano perverso. Haveria uma convergência entre os fatores juventude, simpatia por reformas sociais e entusiasmo pelo projeto acadêmico arrojado da UnB. De qualquer forma, a imagem de ninho de subversão era francamente exagerada, pois a maioria dos professores não tinha a militância política. Os receios que a UnB gerava deviam-se, em parte, à ousadia e à audácia do seu projeto, pois fora planejada para servir de ponta de lança para a reforma das universidades brasileiras. (MOTTA, 2014, p.32)

Este cenário evidencia o tratamento que seria dispensado às universidades, vistas como inimigas do regime e que deveriam ser neutralizadas. Os fatos ocorridos na UnB, embora tenham uma dimensão local, podem ser comparados com a evolução política do regime observada no país. Nesta perspectiva, antes de realizarmos a análise da cobertura do jornal *Correio Braziliense* sobre as invasões, é significativa a retomada dos contextos em que estas ocorreram, abordando tanto os seus antecedentes como os seus desdobramentos.

#### 4.2.09/04/1964 “o dia da vergonha”<sup>102</sup>: a primeira invasão à Universidade de Brasília



**Figura 1** Invasão policial na UnB em abril de 1964. Fonte: Universidade de Brasília Arquivo Central Atom Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/00031>

A primeira invasão à UnB contou com um grande efetivo composto por 14 ônibus lotados de soldados e 3 ambulâncias. No dia 09/04/1964 os militares adentraram na universidade em busca de armas e outros tipos de materiais, mas como nada foi encontrado, passaram a uma revista na reitoria e posteriormente na biblioteca.

Assim, no dia 9 de abril, o campus da Universidade de Brasília foi invadido por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais, transportadas em quatorze ônibus e acompanhadas de três ambulâncias. As tropas, preparadas para um confronto violento, fizeram buscas pelo campus universitário e traziam nomes de 12 professores, os quais, com outras pessoas, foram presos e levados ao Batalhão da Guarda Presidencial. 9 de abril, note-se, que foi o mesmo dia em que se instituiu o primeiro Ato Institucional, no qual os autores do golpe armado se autoproclamavam poder revolucionário, reivindicando assim a legitimidade de poder constituinte. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015, p.60)

A consulta de documentos no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) do Fundo Serviço Nacional de Informações<sup>103</sup>, nos permite levantar a hipótese de que o

<sup>102</sup> Esta expressão é utilizada por Darcy Ribeiro (1978) para se referir a esta primeira invasão.

<sup>103</sup> Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações [BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_AAA\\_64095787\\_d0001de0001](https://arquivo.nacional.gov.br/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_64095787_d0001de0001).

grande efetivo encaminhado para a UnB na primeira invasão, devia-se a que acreditavam existir dentro dela uma organização clandestina de inspiração comunista denominada Polope (Polícia Operária Estudantil)<sup>104</sup>. De acordo com o informe nº145/64 do Comando militar de Brasília, os integrantes desta suposta organização, na noite do dia 1º de abril de 1964, tentaram invadir a “Casa Barata” para pegar armas e munições disponíveis na sua vitrine, mas não conseguiram. Nele além de constar o relato de que alguns estudantes da UnB, diziam que “a Universidade era intocável” e que a polícia jamais a invadiria, apresentava o fato que a Polope teria distribuído “bombas de molotov” entre os trabalhadores da universidade, um professor, cujo nome não é citado, teria transportado até ela metralhadoras portáteis e munições.

O fato de a invasão ocorrer alguns dias depois desse suposto fato, o tamanho do efetivo direcionado para esta ocorrência e a busca pelas armas reforçam nossa hipótese de que eles acreditavam que existia um pesado armamento nas dependências da UnB e que os estudantes reagiriam à invasão. Ademais, este informe também confirma o que demonstramos no decorrer desta pesquisa, a suposição pela ditadura de que havia uma forte presença comunista dentro da universidade. Embora os militares estivessem preparados para o confronto, é importante ressaltar que não houve resistência por parte da comunidade universitária, não foram encontradas armas e munições.

[...] Aliás, como era de se esperar, ninguém da comunidade acadêmica estava armado para resistir ou sequer os aguardava. Todos da universidade foram surpreendidos com o assalto repentino. Passado o susto, toda a comunidade universitária, o que incluía professores, alunos e funcionários foi investigada por suspeita de subversão. (MARI, 2015, p.216)

O resultado desta primeira invasão foi a apreensão de alguns livros, que poderiam ser encontrados nas bibliotecas de qualquer universidade; uma bandeira do Japão, que foi confundida pelos militares como bandeira da China, a prisão de doze professores sem que soubessem os motivos; a demissão do reitor Anísio Teixeira e a destituição do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília<sup>105</sup>. Com saída de Anísio Teixeira da

---

<sup>104</sup> É importante ressaltar que no documento consultado consta exatamente esta grafia POLOPE, segundo o ele esta organização funcionava na sala 408 do Edifício Ceará.

<sup>105</sup> Este Conselho era formado por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Hermes Lima, Abgar Renault, Oswaldo Trigueiro, frei Mateus Rocha, Alcides Rocha Miranda e João Moojen de Oliveira.



reitoria, foi nomeado como reitor Zeferino Vaz<sup>106</sup>(1908-1981), que se autodenominava interventor. De acordo com Toledo (2015), Vaz destacou-se como uma figura controversa, mas na Unicamp adquiriu papel fundamental e “tem prevalecido a imagem do notável construtor a quem toda a comunidade universitária tem admiração e reverencial respeito” (TOLEDO, 2015, p.118). Diferentemente da UnB, na qual é *persona non grata*, na Unicamp ele é visto com admiração.

A atuação de Vaz foi permeada por diferentes ações, pois embora em alguns momentos demonstrasse defender os interesses da UnB, sua gestão estava estritamente vinculada aos órgãos militares, como podemos ver a seguir em outro documento consultado no SIAN.

O documento DI ACE 96158/64<sup>107</sup>, de agosto de 1964, contém o alerta dado pelo CSN sobre a aproximação do vice-reitor Almir de Castro com o comunismo e elementos da subversão. Zeferino Vaz, um dos responsáveis por sua indicação, responde ao alerta primeiro prestando esclarecimentos do seu passado de combate ao comunismo, citando que enquanto Conselheiro da USP e Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto realizou uma luta aberta contra os estudantes comunistas; ressaltou suas denúncias sobre a tentativa de comunização da Faculdade de Filosofia de Araraquara, induzindo, segundo suas próprias palavras, o governador Adhemar de Barros a demitir o diretor Paulo Guimarães da Fonseca; além disso, nessa mesma instituição impediu a contratação de Caio Prado Júnior. Portanto, Vaz fez questão de se distanciar de qualquer possibilidade de vínculo com o comunismo ou com os comunistas. Outro ponto por ele ressaltado foi seu apoio ao que ele chama de “nosso movimento revolucionário”, enfatizando o discurso que realizou contra o comunismo e contra o governo de João Goulart.

Este documento também evidencia o quanto a atuação de Zeferino Vaz estava alinhada aos órgãos militares, pois de acordo com suas palavras a indicação de Almir de Castro como vice-reitor só se deu com a permissão do Ministro da Educação e depois de averiguação cuidadosa dos seus antecedentes, como podemos observar no seguinte trecho

---

<sup>106</sup> O professor Zeferino Vaz era catedrático de zoologia médica e patológica, desenvolveu sua carreira na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. Organizou a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, sendo seu primeiro diretor. Além disso, participou da Comissão Organizadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na qual implementou o mesmo modelo da UnB e hoje em dia dá nome a sua cidade universitária.

<sup>107</sup> Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações  
BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_64096158\_d0001de0002

Vossa Excelência sabe bem por outro lado que apesar da indicação unânime do Conselho Diretor da Universidade e apesar da consulta prévia que lhe fizeram através do Senador Mem de Sá, tomei como era meu dever e antes de efetivar a indicação, a preocupação de consultar Vossa Excelência sobre se tinha qualquer objeção à nomeação do Dr. Almir de Castro e foi com satisfação que ouvi de Vossa Excelência que não tinha qualquer objeção pedindo-me apenas que retardasse por algum tempo a nomeação porque a presença do Dr. Almir de Castro na CAPES era ainda necessária à vista da nova estruturação que lhe dera Vossa Excelência (ARQUIVO NACIONAL, 1964, p.3-4).

No início de sua gestão Zeferino Vaz buscou manter um diálogo com a comunidade acadêmica, com a finalidade de dar andamento ao projeto da universidade. Conseguiu a liberação de professores e alunos que tinham sido presos durante a invasão, entretanto, a campanha contra a UnB se intensificou (APARECIDA, 1991). O deputado Abel Braga que anteriormente sugerira uma CPI para investigá-la – agora possuía o apoio do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, de outros setores do governo e da imprensa – passou a pressioná-lo para que fosse fiel aos ideais defendidos pela “Revolução”.

A rotina universitária foi abalada e a tentativa de instaurar um clima de normalidade acabou diante da expulsão de nove professores<sup>108</sup> e quatro instrutores. Considerando a análise do documento DI ACE 96158/64, citado anteriormente, pudemos observar que estas expulsões tiveram principalmente motivações políticas, pois Zeferino Vaz relata que dispensou professores cujas informações disponibilizadas pelos órgãos de controle evidenciaram elementos concretos de participação em atividades subversivas. Assim, criou-se uma atmosfera de insegurança, a interferência na vida acadêmica da UnB era arbitrária, juntamente com a difamação da comunidade acadêmica por órgãos repressivos e meios de comunicação.

Com o cotidiano da universidade duramente atingido, o corpo docente passou a questionar se conseguiria desenvolvê-la diante de um contexto de fragilidade tão grande após a invasão. Alguns cogitaram a demissão, contudo, isso não significaria somente a interrupção da estrutura que estava sendo implantada, mas também a interrupção da própria UnB e o corpo docente, apesar das dificuldades, decidiu seguir com os trabalhos (SALMERON, 2012).

---

<sup>108</sup> Os professores demitidos foram: Francisco Heron de Alencar, José Zanini Caldas, José Albertino Rosário Rodrigues, Edgard de Albuquerque Graeff, Eustáquio Toledo Filho, Ruy Mauro de Araújo Marini, Lincoln Ribeiro, Jairo Simões e Perseu Abramo (SALMERON, 2012)

A partir deste momento a UnB passaria a sofrer constantemente com as intervenções e perseguições características de todo o período ditatorial. Os atos de violência praticados contra ela eram divulgados como necessários, passando a ser considerada oficialmente como um foco de subversão. Embora o campus não apresentasse nenhuma anormalidade, este discurso da universidade enquanto ameaça constituiu-se como uma justificativa para as interferências policiais e acompanhou todas as invasões que sucederam nos anos seguintes.

A primeira invasão, como vimos, ocorre de modo deliberado, devido à imagem que se tinha da UnB, ou seja, um “antro de comunistas”. Os policiais buscavam materiais subversivos e foram preparados para o confronto, entretanto, encontraram uma universidade funcionando num dia letivo normal. Neste cenário, o anticomunismo também pode ser considerado como um elemento que motivou as primeiras invasões, que tiveram como consequência a instalação de um clima de incertezas intensificado com o passar do tempo, culminando no aprofundamento da crise que se instalou na universidade a partir de 1965.

#### **4.3.10/10/1965 “o dia da diáspora”<sup>109</sup>: A segunda invasão à Universidade de Brasília**

A crise na UnB não foi atenuada após a primeira invasão, mesmo com Zeferino Vaz declarando que nela não havia um foco de agitação como se afirmava. O reitor entendia a importância deste projeto, em um cenário marcado por universidades com uma estrutura arcaica e, para ele, a organização da UnB deveria ser adotada por outras universidades<sup>110</sup>. No entanto, a sua defesa não surtiu efeito, pois prevalecia a ideia de que ela representava um perigo à manutenção da ordem e deveria estar sob constante fiscalização. O documento SSNJ/MEM/100/65<sup>111</sup> elaborado pelo SNI em 1965 expôs, na visão deles, o que seria a situação da UnB, ou seja, ainda dominada por grupos próximos a Darcy Ribeiro. Por isso dava sugestões do que deveria ser feito para sanar os seus problemas, dentre as quais destacamos

---

<sup>109</sup> Este termo é utilizado por Darcy Ribeiro (1978) ao tratar da segunda invasão à UnB

<sup>110</sup> Zeferino, enquanto membro da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas (UNICAMP), estruturou-a nos mesmos moldes da UnB.

<sup>111</sup> Arquivo Nacional, Seção de Segurança Nacional  
BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0008\_d0001de0001.pdf

- a. A mudança da reitoria não é suficiente para garantir uma mudança de filosofia e objetivos da UNB. Os grupos diretores e chefes subalternos afinados com a administração de Darcy Ribeiro, eficientes e capazes, envolvem a reitoria através do assessoramento técnico, estabelecem laços de amizade e condições de indispensabilidade, envolvem o novo grupo dirigente nitidamente minoritário e, a partir daí voltam a dominar a reitoria;
- b. Torne-se necessário, por conseguinte, paralelamente à mudança da reitoria, a substituição (imediate, em alguns casos, e progressiva em outros), de todos os detentores de cargos-chave que passariam, na atual conjuntura, a ser considerados cargos de confiança;
- c. Enfeixar nas mãos da reitoria, através de uma organização de tipo Centro Social, todas as vantagens e benefícios/ que são proporcionados aos alunos, professores e pessoal da administração;
- d. Só amparar e prestigiar os órgãos de representação estudantil legalmente constituídos e não dominados pelos elementos subversivos ou anti-revolucionários (...) (ARQUIVO NACIONAL, 1965a, p.8)

A contratação de docentes era controlada por fatores externos. Como um dos exemplos dessa vigilância podemos citar o caso do professor Ernani Maria Fiori<sup>112</sup>, que havia sido demitido e aposentado da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) devido ao AI n°1. Apesar de saber desta demissão, o reitor não via problemas na sua contratação (SALMERON, 2012) e assim o fez, no entanto, começaram as pressões para que Fiori fosse dispensado, sob a falsa alegação de que sua admissão seria ilegal, por ter sido demitido de uma universidade pública. Vaz sucumbiu às pressões e assim o dispensou, elevando o clima de tensão entre os professores, sobretudo pelo receio de ocorrer mais demissões.

Esse caso abalou o prestígio de Zeferino Vaz, fora e dentro da universidade, assim como sua autoconfiança.

A demissão de Ernani Maria Fiori teve um desastroso efeito psicológico, que as autoridades não se interessaram em conhecer. Fez voltar o sentimento de insegurança, tanto para os professores como para os estudantes e os funcionários. (SALMERON, 2012, p.202)

Além do caso acima, podemos citar outras interferências na contratação de docentes e funcionários da universidade, como a da funcionária Edna Soter de Oliveira, que estava alocada na UnB e, por ter muito contato com os alunos, foi chamada para

---

<sup>112</sup> Para ver mais detalhes sobre o caso de Fiori, consultar SALMERON, R.A. A universidade interrompida: Brasília 1964-1965. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. Nas páginas 193 a 197 o autor trás detalhes da troca de correspondências entre Fiori e o Reitor Zeferino Vaz.

retornar ao Ministério da Educação. Estas questões impactavam o cotidiano da universidade, o clima de tensão era permanente, pois os professores viam a possibilidade de serem demitidos sem nenhuma explicação aparente. Segundo Salmeron (2012), os dois casos citados influenciaram a decisão de Zeferino Vaz de deixar a reitoria, pois havia sido desacreditado por duas vezes.

Os problemas enfrentados pela UnB não eram só no plano administrativo, mas também no orçamentário, as verbas que deveriam ser repassadas não chegavam e as suas dificuldades financeiras eram cada vez maiores. Esta situação preocupou os congressistas que decidiram implementar uma CPI para investigar a paralisação das suas obras, a existência de um movimento para impedir a sua consolidação e os cortes no seu orçamento. Foram convidados para depor os reitores Zeferino Vaz; Laerte Ramos de Carvalho<sup>113</sup>, seu substituto; o diretor do Ensino Superior no Ministério da Educação e Cultura, Raimundo Muniz de Aragão; o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Oswaldo Pinto da Veiga; o coordenador-geral dos Institutos Centrais, Roberto Salmeron, e o Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda, que não compareceu para testemunhar.

O depoimento de Zeferino Vaz à CPI<sup>114</sup> demonstrava que havia diferentes perspectivas da UnB. Na primeira, era evidente a falta de boa vontade do Ministério da Educação e Cultura com a universidade, cujo elemento burocrático, nas palavras do reitor, não compreendia às necessidades daquela instituição. E a outra era um ataque a estudantes e professores, sugerindo inclusive a existência de um grupo organizado responsável por “fazer a cabeça” dos alunos contra a reitoria.

Contrariamente às suas atitudes construtivas durante um ano e meio de apoio aos docentes e de esforços louváveis à testa da UnB, em poucas horas de declarações na CPI, algumas semanas depois de ter deixado a reitoria, destruiu a imagem da universidade que tinha ajudado a restabelecer, atacando violentamente professores e estudantes. Porque, embora dissesse que fossem *poucos os subversivos, os desrespeitosos à hierarquia, os medíocres*, suas agressões verbais foram retomadas, generalizadas e ampliadas por pessoas interessadas em denegrir a universidade, como o ministro da Educação e certos jornalistas que aceitaram essa lamentável tarefa. (SALMERON, 2012, p.308-309)

---

<sup>113</sup> Laerte Ramos de Carvalho, era diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, quando foi nomeado reitor da UnB ficando nesta função de 1965 a 1967. Em 1969 foi o primeiro diretor da Faculdade de Educação da USP.

<sup>114</sup> Para consultar os depoimentos dos reitores na íntegra consultar Salmeron (2012).

A posse, em 1º de setembro, de Laerte de Carvalho como reitor aprofundou ainda mais a tensão na UnB. Ele passou a justificar as demissões e as revisões nos currículos dos professores a partir da tática da mediocridade, ou seja, aqueles considerados medíocres eram demitidos. O novo reitor tinha contato estreito com os órgãos de informação da ditadura e suas decisões estavam vinculadas às informações por ele recebidas (UnB, 2015). Assim, os reitores respondiam primeiro aos órgãos de segurança e informação e depois à universidade. Como exemplo disto, podemos citar o que ficou conhecido como “o caso Las Casas”.

O professor Roberto Las Casas era funcionário do Ministério da Educação e da Cultura que tinha sido colocado à disposição da UnB, por solicitação do ainda reitor Zeferino Vaz. Depois de apenas três meses na universidade, foi solicitado a volta de Las Casas ao Ministério, o que causou uma certa estranheza, devido ao pouco tempo de sua atuação. A permanência ou não do professor gerou imbróglio que perdurou por alguns meses. Laerte de Carvalho nomeou-o como secretário executivo do Instituto Central de Ciências Humanas, chegando a enviar um memorando para o ministro da Educação sobre a necessidade de mantê-lo na universidade. Apesar de todas as tentativas e com a pressão dos órgãos externos, o professor foi retirado da folha de pagamento da UnB, concretizando mais uma interferência nas questões da universidade.

O Reitor apresentou vários motivos sobre o veto à permanência do professor Las Casas, entre os quais que este era bacharel e não poderia dar aulas sem o título de licenciado. Outro argumento era de que ele não possuía o título de mestre e por isso não poderia ocupar aquele cargo, isto não era verdade, porquanto havia outros professores na mesma condição. De acordo com Salmeron (2012, p.229)

O verdadeiro motivo do veto à permanência de Roberto Las Casas na UnB foi, portanto, o fato de ele ser considerado politicamente *persona non grata* por órgãos policiais. Nada a ver com diplomas universitários, nada a ver com os pretextos que os dois reitores apresentavam.

A partir deste momento, Laerte Ramos começou a ficar isolado e na comunidade acadêmica prevalecia a certeza de que as intromissões ainda perdurariam por um longo período. O clima na UnB, que já era de instabilidade, foi ficando insustentável. E diante das desconfianças, os coordenadores decidiram pedir demissão e encaminharam uma carta ao reitor com o pedido. Segundo eles,

Persistem, pois, as evidências de que as ingerências externas tendem a continuar. E, na reunião de agora, disse Vossa Magnificência que é necessário erradicar as causas de intranquilidade, o que, na situação atual, é interpretado pelos Coordenadores como atribuir legitimidade às interferências externas. Estas, desde a gestão de seu antecessor, comprometeram a autonomia do trabalho intelectual dos professores, sempre realizado dentro do mais rigoroso acatamento às leis do país, do estatuto às normas de funcionamento da Universidade de Brasília. (...) Devem acrescentar que permanecem respondendo pelo expediente de seus cargos respectivos, apenas no cumprimento do dever de assegurar a continuidade existencial da Universidade, pela qual estão dispostos, como sempre, a todos os sacrifícios, menos aos que importam na quebra dos padrões intelectuais, éticos e legais que constituem sua razão de ser. (ARQUIVO NACIONAL, 1965b, s.p.)<sup>115</sup>

Os coordenadores buscaram dialogar com diferentes setores da sociedade, com o intuito de evidenciar a situação da universidade. Eles não tinham um contrato com a UnB, não havia nenhum documento oficial comprovando que eram funcionários da Fundação Universidade de Brasília (SALMERON, 2012) e diante destes acontecimentos passaram a questionar que também poderiam ser demitidos a qualquer momento.

A demissão de mais um professor, Pompeu de Souza, igualmente sem nenhum motivo aparente, fez com que os professores fizessem no dia 08/10/1965 uma assembleia em que foi decidida a realização de uma greve de 24 horas. No dia seguinte, os estudantes que anteriormente já tinham decidido encaminhar uma nota à imprensa, decretaram greve por tempo indeterminado em solidariedade aos professores.

No dia 10/10 o reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou ao Departamento Federal de Segurança Pública que desse ordem para a ocupação do *campus* da UnB, ocorrendo assim a segunda invasão da universidade e, desta vez, com um agravante: o próprio reitor solicitara a presença da polícia. Vários professores foram presos e levados para prestarem esclarecimentos, alguns relataram que sofreram ameaças durante os interrogatórios. Outros ao chegarem à universidade foram impedidos de entrar pelo forte aparato policial que a cercava e inclusive professores visitantes foram presos.

Na segunda-feira, dia 11, o *campus* estava cercado pela polícia, com aparato reforçado. O acesso de quaisquer pessoas à universidade estava vetado, inclusive de parlamentares e representantes estrangeiros. Policiais assediavam ostensivamente qualquer pessoa que passasse, com intimidações e ameaças. Então, mais dois professores foram

---

<sup>115</sup> Arquivo Nacional, Fundo Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília [BR\\_DFANBSB\\_AA1\\_0\\_MPL\\_0003\\_d0001de0001.pdf](#) 30/09/1965

presos, o professor visitante Michel Paty, do Instituto Central de Física, e o arquiteto e pesquisador indiano Shyam Janveja, que escrevia uma tese sobre a arquitetura de Brasília. (UnB, 2016, p.87)

A situação se agravava, porque agora o próprio reitor solicitou a presença da polícia sob a justificativa de perigo de depredação de patrimônio, o que não era verdade, pois tanto professores quanto alunos manifestavam-se de modo pacífico.

Uma semana após a invasão da polícia, o reitor resolveu demitir mais 15 professores<sup>116</sup>. Perante este cenário 223 professores, ou seja, 80% do corpo docente decidiram também pedir demissão.

Chegara o momento em que devíamos escolher com lucidez entre somente duas alternativas: aceitar as interferências externas ou recusá-las. Mas o único meio de recusá-las seria partir da universidade, não havia outro. Mesmo que quiséssemos, com cinismo, deixar de lado a moral e a dignidade, seria ilusório pensar que a aceitação de expulsões arbitrárias poderia contribuir para eliminar as tensões e restabelecer as condições normais da vida universitária. A experiência, em todos os lugares do mundo, mostra que não é assim que tais situações são resolvidas. Pessoas que exercem arbitrariedades, protegidas pelo poder, continuam a exercê-las cada vez mais, até serem excluídas de suas funções devido a injunções políticas fortes. (SALMERON, 2012, p.244)

Esta crise foi de grandes proporções, pois uma universidade que contava com 305 docentes, agora se via com um número muito reduzido. Durante a ocorrência desses fatos, alguns deputados se manifestaram em plenário, uns defendiam a postura do reitor como podemos observar na fala do deputado Herbert Levi (UDN),

É de estranhar e de lamentar que número elevado de professores, da Universidade, de coordenadores, assim chamados, se tenha julgado no dever e se considerado no direito de protestar, afastando-se dos seus cargos, contra as decisões do Reitor ratificadas pelo Conselho Diretor da Universidade, e com apoio das autoridades superiores do ensino. O que estamos vendo, Senhor Presidente, é uma deturpação dos fatos, da verdade. Os professores que com ideias esquerdistas, mas que cumprem as formalidades da lei, que preenchem os requisitos de professor universitário e não usam a cátedra para impor as suas ideias aos alunos, esses não estão sendo incomodados. Os atingidos são os que, conforme a lei, não se acham em condições de exercer a cátedra na Universidade da Capital brasileira.

---

<sup>116</sup> Entre os demitidos estavam: Roberto Pompeu de Souza Brazil, Jorge da Silva Paula Guimarães, José Reinaldo Magalhães, Rodolpho Azzi, Flávio Aristides Freitas Tavares, Carlos Augusto Callou, Luiz Fernando Victor, Alberto Gambirásio, José Gerardo Grossi, José Paulo Sepulveda Pertence, Antonio Rodrigues Cordeiro, Antonio Luiz Machado Neto, Eduar Enéas Gustavo Galvão e Hélio Pontes.



É preciso, portanto, que se fixem os fatos, a realidade, e tenho a certeza de que, uma vez desmanchadas essas explorações, os elementos sinceros que se estão afastando vão reexaminar sua posição para reconhecer a autoridade dos dirigentes do ensino superior, porque aqueles que não sabem obedecer às determinações superiores, não têm autoridade para serem obedecidos e não terão condições para exercer o magistério superior.

Esta palavra de esclarecimento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que desejava trazer ao conhecimento da Casa e da Nação e peço permissão para ler, para conhecimento de todos, o admirável curriculum vice do Professor Laerte Ramos de Carvalho, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília [...] (BRASIL - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1965, p.8862)

Na mesma sessão houve também manifestação de apoio à decisão dos professores, como podemos observar na fala do deputado federal Paulo Macarini do PTB

A Nação não se interessa pelo *curriculum vitae* do Reitor da Universidade, que demonstrou não ter capacidade para dirigir esse estabelecimento de ensino, que não cumpriu a palavra assumida com professores e coordenadores, que iniciou, com a demissão de mais 15 professores, o terrorismo cultural que envergonha a Nação brasileira e que se reflete em diversos países, em entidades culturais de outras nações que subvencionam nossa Universidade. E tudo isto apenas com objetivo de liquidar aquela Universidade, que como disse em outras ocasiões se compõe de um sistema integrado de pesquisas tecnológicas e científicas e representa um clarão para o Brasil e para a América Latina. Tudo isso não preocupa o atual Reitor da Universidade, que não tem condições para dirigi-la, como demonstrou até aqui, porque lhe faltaram forças, mesmo com o apoio do Sr. Presidente da República, para reabrir a Universidade e fazer com que os alunos e professores voltassem às aulas.

O objetivo dele é o fechamento da Universidade de Brasília, e esse fechamento está obedecendo a uma sequência: primeiro, as poucas verbas votadas pelo Congresso Nacional; segundo, o plano de economia adotado pelo Ministério da Fazenda; terceiro, o não pagamento dos dividendos pela Companhia Siderúrgica Nacional; quarto, a demissão de 16 professores, antes do Professor Laerte Ramos. E agora, Sr. Presidente, a demissão de mais 15 pelo atual Reitor. Como sinal de protesto, cento e sessenta professores formalizaram seu pedido coletivo de demissão enquanto o mundo inteiro está de braços abertos para recebê-los, porque têm condições e capacidade já demonstradas em outros países. [...]

Ao finalizar, Senhor Presidente lamento a repercussão desse ato de terrorismo cultural que, mais uma vez, envergonha o Brasil no estrangeiro e deploro esta página negra da história deste País, responsabilizando o Governo da República pelo fechamento da Universidade de Brasília.

E a nossa voz se levanta aqui em solidariedade aos professores e estudantes de Brasília, em solidariedade à mocidade estudiosa desta Nação, num protesto dirigido ao Senhor Presidente da República, do

Senhor Ministro da Educação e a todos aqueles que tem contribuído para o aniquilamento e fechamento da Universidade de Brasília. É o nosso protesto, Senhor Presidente, em defesa da mocidade estudiosa deste País. (BRASIL DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL, 1965, p.8864)

Foi grande a dificuldade de encontrar professores para substituir os que saíram, principalmente porque ninguém queria entrar nos seus lugares. Assim se deu o esvaziamento da universidade que contava apenas com 20% do seu corpo docente, interrompendo totalmente seu projeto inicial.

Neste contexto a UnB é ratificada enquanto foco de subversão, principalmente se observarmos os depoimentos dos reitores prestados à CPI. Laerte Ramos de Carvalho<sup>117</sup> chegou a descrever o quadro da universidade como de “indisciplina generalizada”, um fator de “intranquilidade” tanto para a população de Brasília quanto para o Brasil. Ele, que ficou na universidade até novembro de 1967, assumiu sem conhecer a realidade desta instituição, suas decisões obedeciam às pressões externas, o que demonstrava seu vínculo com o regime militar. Também recebia informações dos órgãos oficiais, recolhidas dentro do contexto de vigilância constante da comunidade acadêmica, vigiada não só por militares, mas também por civis (SALMERON, 2012).

A troca de reitor, no final de 1967, não melhorou a situação da UnB. Caio Benjamin Dias<sup>118</sup> assumiu a intervenção na reitoria, o seu período foi marcado por momentos conturbados na história da universidade. O contexto nacional também estava marcado pelas mobilizações estudantis e cada vez mais o regime militar buscava estabelecer mecanismos para dificultá-las.

Os estudantes do Brasil, por sua vez, estavam cada vez mais engajados em suas reivindicações que agora não estavam mais restritas somente às questões educacionais, mas também à contestação da ditadura e às restrições das liberdades. O ano de 1968 compreendeu o auge das revoltas ocorridas na década de 1960 (GROPPO, 2016), marcado pela intensificação dos protestos e da repressão, este cenário se constitui como uma das grandes distinções da invasão à UnB ocorrida neste ano para as anteriores. Como veremos a seguir, 1968 foi decisivo e a invasão da UnB neste contexto simbólica,

---

<sup>117</sup> O depoimento de Laerte Ramos de Carvalho pode ser consultado na íntegra no livro de Salmeron (2012)

<sup>118</sup> Caio Benjamin foi reitor da UnB de 1967 até 1971. Médico, participou da elaboração do projeto para a reforma do ensino médico, foi membro do conselho da Universidade Federal de Minas Gerais, dirigiu o Hospital da Cruz Vermelha de Minas Gerais, fundou diferentes diversas sociedades médicas, saiu da reitoria da UnB quando foi nomeado Secretário da Educação do estado de Minas Gerais.

sobretudo pelos desdobramentos que a sucederam, entre os quais destacamos: parlamentares que se levantaram e fizeram discursos inflamados demonstrando sua insatisfação, várias críticas da imprensa direcionadas à atuação do governo e uma mudança dos rumos do próprio governo militar.

#### **4.4.A invasão à Universidade de Brasília em 1968<sup>119</sup>**

##### **4.4.1. Os antecedentes da invasão em 1968**

1968 foi marcado por acontecimentos que o transformaram num ano ímpar, com mobilizações estudantis espalhadas por várias partes do mundo que reivindicavam, cada uma em seu contexto e com suas peculiaridades, a transformação de uma sociedade calcada no autoritarismo; os estudantes rebelaram-se contra as desigualdades sociais, assim como questionaram os costumes e tradições. De acordo com Weber (2008, p. 21), “um novo ator histórico faz sua irrupção em cena, e não se trata de uma classe social, de uma categoria social, mas sim de uma categoria de idade”, nesse momento a juventude assumia o protagonismo.

O movimento atingiu um alcance internacional, mas, apesar da simultaneidade (CARDOSO, 1999; WEBER, 1999), ele não se desenvolveu de forma homogênea (BROSSAT, 1999). Na Europa ocidental, tomando como exemplo a França – lugar em que o movimento se difunde culminando no denominado maio francês<sup>120</sup> –, havia uma crítica ao capitalismo, seguida por greves operárias e da luta dos estudantes, vinculada à esfera cultural, artística e comportamental, o questionamento do “*american way of life*”, do autoritarismo e stalinismo.

---

<sup>119</sup> As manifestações ocorridas em 1968 foram um marco deste ano no Brasil, para entender a invasão da UnB é relevante compreender todo o contexto daquele momento no país, no qual a sucessão de acontecimentos marcou o aprofundamento de uma violência que já existia desde o início do regime bem como a perseguição dos estudantes. Por isso optamos por dividir a invasão de 1968 em duas partes: os antecedentes da invasão e a invasão e os seus desdobramentos.

<sup>120</sup> Para ver mais consulte: MORIN, E.; LEFORT, C., ; CASTORIADIS, C., *Maio de 1968: a brecha*. Organizado e Traduzido por Anderson Lima da Silva, Martha Coletto Costa.. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. E também CORRÊA, E.; MHEREB, M. T. (orgs) 68: como incendiar um país. São Paulo: Veneta, 2018.

Na França e somente na França, a revolta dos estudantes se torna amplamente juvenil e social, arrastando estudantes secundaristas, jovens operários, agitando a *intelligentsia*, levando o mundo do trabalho a uma grande greve geral, paralisando o Estado por um mês. Em síntese, o Maio de 68 francês se distingue por sua característica de deflagração social generalizada, e isso numa sociedade que não era perturbada por nenhuma crise, econômica ou política.” (MORIN, 2018, p. 177)

Nos Estados Unidos, havia manifestações contra a guerra do Vietnã, a luta pelos direitos LGBT e o aumento das tensões raciais com a morte de Martin Luther King (1929-1968), importante ativista no movimento negro. Na América Latina, e não só no Brasil, existiam várias ditaduras militares, que levaram os estudantes a se organizarem, na luta pela volta da democracia. No Leste Europeu, a crítica ao comunismo da União Soviética; no Japão, assim como em outros países da Ásia, ocorria o mesmo processo de organização e reivindicação, portanto, apesar das especificidades de cada país, vigorava em todos um desejo de transformação do status quo.

É uma grande diversidade, mas, mesmo assim há uma grande unidade dentro dele. Creio que essa unidade se deve ao fato de que 1968, em todos os países, combina três grandes aspirações, realiza três grandes avanços: a primeira é uma grande aspiração democrática e libertária. O movimento de 1968 é dirigido contra todas as formas autoritárias de poder, em todas as instituições: na escola e na universidade, é claro, mas também na família, no casamento, nas empresas, em todas as organizações e, evidentemente, na sociedade política. É a rejeição de toda forma de poder legítimo do que for baseado no consentimento dos indivíduos, seja porque eles reconheçam o poder como competente, seja porque eles mesmos o designaram mediante eleições. É a aspiração ao direito de participação para todos igualmente, à tomada de decisões. Essa é a grande aspiração de maio de 1968, grande avanço democrático. (WEBER, 1999, p. 22).

A abrangência da contestação ao status quo deste movimento foi significativa, aqueles que buscam compreender os seus fatores destacam diferentes motivos para tamanha adesão. De acordo com Garcia (1999), em 1968 combinaram três dimensões de um processo revolucionário mais amplo em desenvolvimento no mundo: a dimensão anti-imperialista, anticapitalista e a crise das experiências socialistas no mundo. A primeira dimensão, anti-imperialista, se deu pela revolução em curso do denominado “terceiro mundo”, um dos maiores exemplos foi a Guerra do Vietnã, que se transformou numa referência de resistência e exemplo para o mundo inteiro; muitas foram as mobilizações que contestavam esta guerra, tanto dentro dos Estados Unidos, que participavam

diretamente do conflito, como em países da Europa. A “necessidade de existir vários Vietnãs” foi o mote de vários movimentos de resistência ao status quo, evidenciando o caráter emblemático que tomou esta guerra.

A dimensão anticapitalista se dava no cenário dos países industriais avançados (GARCIA, 1999), nos quais os desdobramentos da reconstrução europeia do pós-guerra, marcada pela polarização da Guerra Fria, reforçava a convicção de alguns intelectuais de que as classes trabalhadoras foram incorporadas no processo de desenvolvimento do capitalismo, perdendo sua dimensão revolucionária e de contestação.

A última dimensão é a crise das experiências socialistas no mundo, este fator delineou movimentos importantes tanto no Leste Europeu como na China. Na Tchecoslováquia, o movimento resultou num conturbado processo de crise do modelo socialista, abalando a ditadura instaurada naquele país desde 1948 e ameaçando os fundamentos do modelo burocrático de socialismo praticado pela União Soviética (URSS). A Tchecoslováquia estava desenvolvendo um socialismo diferente do da URSS, com divisão de poder, livre expressão, permitindo a organização de grupos de trabalhadores, ou seja, um socialismo mais democrático (PERRONE, 1988). Este fato foi interpretado pela URSS como uma ameaça, que realizou uma intervenção armada. A Primavera de Praga gerou um impacto, pois a invasão soviética produziu uma frustração nas esquerdas do mundo inteiro.

Vistos em perspectiva, os acontecimentos de 1968 na Tchecoslováquia permitem pensar o desdobramento da crise ulterior do socialismo soviético.

Com o fracasso da experiência da Primavera de Praga frustram-se as possibilidades reais de uma autotransformação do socialismo que conduzisse a uma reforma política indispensável para uma correção dos rumos econômicos. (GARCIA, 1999, p. 15).

Na perspectiva de Groppo (2016) entre os elementos explicativos para elucidar o caráter mundial das revoltas ocorridas em 1968 estão: a Guerra Fria, a Descolonização, Era de Ouro da Economia mundial, a massificação do Ensino Superior e a possibilidade de crise do compromisso fordista.

A Guerra Fria, segundo o autor, foi marcada pela existência de duas potências com dois sistemas socioeconômicos distintos. Esses países disputavam constantemente em diferentes setores, vigorando uma ordem irracional no planeta que não havia sido incorporada como normal entre a nova geração que se formava (GROPPO, 2016). Já a

Descolonização significou a contestação da ordem colonial, promovendo ideologias e práticas que motivaram os manifestantes nas diferentes partes do globo (GROPPO, 2016).

A Era de Ouro, ocorrida entre o final da II Guerra e início dos anos 1970, possibilitou uma certa superação da economia de escassez (GROPPO, 2016), favorecendo demandas de bem-estar e a possibilidade de controle do processo produtivo. A massificação do Ensino Superior permitiu o aumento de jovens na Universidade, o que, segundo Groppo (2016), provocou uma das principais crises da universidade moderna, neste sentido, “significou a formação da própria “massa” juvenil que se rebelara ao longo dos anos 1960” (GROPPO, 2016, p.113). Por último, a crise do compromisso fordista, transformou o capitalismo em de tipo flexível, neoliberal e global, assim, “1968 anunciou a crise que daria origem ao mundo em que hoje vivemos” (GROPPO, 2016, p.114)

Os acontecimentos de 1968 colocaram em evidência as aspirações dos jovens diante de uma sociedade em que o capitalismo se aprofundava; a negação da sociedade de consumo; as mudanças comportamentais; a ampliação das reivindicações incorporando o feminismo, questões ecológicas, minorias étnicas, movimentos homossexuais, que mais tarde vieram a se desenvolver com mais força, demonstrando que este ano se estendeu por vários outros e, portanto, a sua análise deve ser estendida para além dele. (RIDENTI, 1999)

De acordo com Almada (2020) as interpretações posteriores sobre 1968 assumem diferentes sentidos, assim, segundo o autor, as reflexões em torno deste ano o referenciam como rebeliões sociais, juventude, repressão política, protagonismo estudantil e operário, contracultura, individualismo e resignação da modernidade, modernidade e pós-modernidade, entre outros. Para Morin (2018), Maio de 1968 pode ser considerado um momento de transição, uma “Páscoa”, “por onde todo um reprimido, todo um inconsciente, todo um marginalizado, todo um anseio, toda uma libido irromperam.” (MORIN, 2018, p.182)

Os acontecimentos se estenderam mundialmente, redefiniram a sociedade, comportamentos, a política e o lugar da juventude nas reivindicações. Segundo Morin (2018), a brecha aberta em 1968 não se fecha nunca e a partir do momento que se entende este ano como revelador da crise, e não seu gerador, deve-se concebê-lo como um catalisador, acelerador de uma transformação que tem seu início na década de 1960.

A juventude foi elemento caracterizador e unificador das revoltas de 1968 (GROPPO, 2016), os episódios mundiais marcaram o seu protagonismo nas ações.

1968 foi uma onda mundial de revoltas que teve como seu principal combustível a rebeldia que emergiu, de modo inesperado e flamejante, desta dialética condição juvenil, desta possibilidade de as juventudes, reunidas em prol da integração social e acolhimento passivo dos fundamentos da ordem social vigente, subvertem por completo o motivo pelo qual foram acolhidas em instituições socializadoras tais como escolas, grupos juvenis religiosos e políticos de diversas ordens e, em especial a partir dos anos 1960 entre as chamadas classes médias, as universidades. (GROPPO, 2016, p.111)

No Brasil este cenário não foi diferente, as manifestações ocorridas adquiriram extrema importância no cenário nacional de resistência contra a ditadura militar, que via os estudantes e as universidades como uma ameaça, um foco de subversão e enquanto tais deveriam ser duramente combatidos.

Tratava-se, como num ritual da Inquisição, de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais. Para que esse objetivo “geopolítico” do “mundo ocidental-cristão” fosse alcançado, e eternizado na celestial “*pax americana*” descrita pelo falecido Carpeaux, valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das nações dos estudantes nos Estados e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país, onde ela começava a se capacitar para o fornecimento dos técnicos, pesquisadores e cientistas indispensáveis a um desenvolvimento nacional independente. Toda essa repressão era favorecida pela indulgência plenária que entre si distribuíam os cruzados do “combate ao comunismo”. (POERNER, 1995, p.204)

É importante ressaltar que desde o início do golpe militar o movimento estudantil era atuante e foi alvo da repressão. Entretanto, foi com a sua explosão em 1968 que se aprofundou um clima de ruptura e combatividade, marcado por cenas de violência e repressão, que tornaram a resistência mais latente e necessária.

Nacionalmente, o início de 1968 foi marcado por manifestações de estudantes, que reivindicavam ensino público e gratuito para todos, a democratização do ensino superior e a melhora na sua qualidade, bem como o aumento de sua participação nas decisões e mais verbas para as pesquisas. Embora a pauta estivesse voltada para melhorias

educacionais, os estudantes também contestavam a ditadura implantada e a restrição das liberdades. Vale a pena contextualizar que, no ano de 1967, eles se mostraram extremamente insatisfeitos com a Política Educacional do Governo, cujas diretrizes ficariam mais claras no ano seguinte. Entre as críticas por eles realizadas estão os acordos MEC-USAID<sup>121</sup>, estes sofreram forte oposição do movimento estudantil, que se colocou contra as políticas de cunho imperialista na educação e a intervenção do governo americano no Brasil, pois sua influência colocava em risco o ensino público e gratuito.

Segundo Poerner (1995), os convênios entre o Ministério da Educação e Cultura e o USAID representavam uma escalada cultural do domínio norte americano no país, facilitando assim, sua penetração no sistema de ensino. Neste cenário, em que o diálogo era cada vez mais distante, os estudantes tinham como um dos únicos recursos aprofundar suas lutas e protestos. Desse modo, “as perspectivas só seriam de enrijecimento da rebelião dos jovens, já que os acordos MEC-USAID, não podiam coexistir com o mais elementar diálogo estudante-autoridades governamental.” (POERNER, 1995, p.233)

No início de 1968, no governo de Costa e Silva, os estudantes continuaram suas reivindicações, prosseguindo com greves e organizando passeatas. Assim, a tensão com o governo foi se aprofundando e eles foram colocados no âmbito da segurança pública e os seus problemas tratados como questão militar.

A partir do assassinato, em 28/03/1968, do estudante Edson Luís de Lima Souto no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, os estudantes tomaram a frente da luta contra o regime militar. Esse foi um dos primeiros casos, que marcou a passagem do movimento estudantil ao enfrentamento (VALLE, 2008), pois o restaurante foi invadido pela polícia para reprimir os manifestantes que reivindicavam melhorias em sua estrutura e a ampliação de vagas nas universidades. Muitos ficaram feridos e o assassinato de Edson Luís gerou comoção por todo Brasil, várias passeatas aconteceram e milhares de pessoas compareceram ao seu enterro.

[...] O episódio do Calabouço, que desencadeou uma série de manifestações de protestos que iriam culminar com a lendária Passeata dos 100 mil, três meses depois, ficou na história como um marco.

Pode-se dizer que tudo começou ali – se é que se pode determinar o começo ou o fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como

---

<sup>121</sup> Firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*, tinham como objetivo reestruturar o ensino superior no país através do enfoque na formação técnica e estimulando a privatização do ensino.



cinicamente lembrava a direita, “era o cadáver que faltava.” (VENTURA, 1988, p. 105).

A comoção provocada pela morte do estudante Edson Luís levou centenas de milhares de pessoas às ruas, tanto para acompanhar o seu enterro, quanto depois nas manifestações que se seguiram. Principalmente no aniversário do golpe militar, quando os estudantes começaram a se associar com o povo que estava indignado com o assassinato. É importante ressaltar que a repressão ainda era grande, mesmo após esta tragédia.

Alguns meses depois, o movimento estudantil voltaria às ruas novamente. No Rio de Janeiro, em 21/06/1968, ocorreu a Sexta-feira Sangrenta, com quatro mortos, muitos feridos e centenas de presos. A adesão de setores populares na luta estudantil continuava e a imprensa passou a relatar o conflito de populares e estudantes contra a PM; este apoio impõe uma nova dinâmica às manifestações (VALLE, 2008) e o confronto passa a ser uma realidade.

Policiais “sem comando” e população agindo “espontaneamente” expressam a imprevisibilidade de uma “guerra”. De acordo com a versão dos estudantes e do *Correio da Manhã*, a polícia é quem parte para o “ataque”. No entanto, iniciada a “batalha campal”, tornar-se difícil identificar “agressores” e “agredidos”. É a hora e a vez do “imprevisível”. (VALLE, 2008, p. 115).

Poucos dias após esse confronto, no dia 26/06/1968 ocorreu a “Passeata dos cem mil”, o mais importante evento do movimento estudantil em 1968 (GROPPO, 2016), na qual estudantes, artistas, intelectuais, religiosos e pessoas que não tinham ligação com nenhum movimento, foram protestar contra a repressão que havia se instalado até então.

Foi uma marcha pacífica de uma multidão formada não só por estudantes, mas pela população da metrópole, com o apoio de diferentes categoriais sociais, em destaque as classes médias intelectualizadas. Notas de solidariedade aos estudantes foram feitas por organizações das mães de alunos, professores, jornalistas, servidores públicos, a Ordem dos Advogados do Brasil, setores do clero etc. (Dirceu: Palmeira, 1998) (GROPPO, 2016, p.134)

Devido à comoção das manifestações anteriores e à grande pressão da opinião pública, a “Passeata dos Cem mil” se dá de um modo pacífico, sem a intervenção da polícia. De acordo com Ridenti (1999, p. 57), “uma comissão ampla foi indicada para iniciar um

diálogo com o governo, sem sucesso. Um impasse estava colocado ao movimento estudantil: as autoridades não faziam concessões e intensificavam a repressão.”

Após meses de manifestações e repressão intensa, o início do segundo semestre é marcado por mais um ato de violência do governo, que reprimiu com bombas de gás lacrimogênio um protesto em São Paulo no qual reivindicavam liberdade. A terceira invasão à Universidade de Brasília, sob o pretexto de prender os estudantes que tinham mandado de prisão também ocorreu neste período. Como veremos no próximo tópico, esta invasão foi peculiar e os seus desdobramentos marcados por atos violentos do governo que queria encontrar alguma justificativa para a sua intenção de endurecer ainda mais o regime. Acompanhando alguns autores, entre os quais Valle (2008) e Ventura (1988), partimos da hipótese de que a invasão foi um dos antecedentes para a instalação do AI-5, decretado em dezembro deste mesmo ano.

Mais uma vez notamos a tentativa da “linha dura” de criar “fatos políticos” buscando inverter a sua autoria. Tanto que, em nota oficial, a Polícia Federal justifica a invasão com o fato de autoridades da universidade, até mesmo o reitor Caio Benjamin Dias, estarem cedendo salas para reuniões de “caráter altamente subversivo”. Os conflitos ocorrem, segundo esta fonte, em virtude do fato de os agentes federais serem recebidos com pedras e outros objetos lançados pela “turma de segurança” dos estudantes e ser alvos de disparos de “armas de fogo”. Por outro lado, a infiltração de agentes do DOPS incitando estudantes à violência a fim de ter um pretexto para que a repressão policial seja intensificada, segundo depoimento de vários professores presentes no *campus*, confirma também nossa hipótese. (VALLE, 2008, p. 171).

Mesmo com a toda a repercussão que a invasão de 1968 teve, as violências não cessaram. A descoberta de um plano, em setembro, em que oficiais e sargentos da Aeronáutica seriam utilizados em operações paramilitares com o objetivo de eliminar os líderes da oposição ao regime, aumentou a tensão entre os próprios militares. De um lado observou-se uma inquietação entre a oficialidade, do outro ocorreu o fortalecimento de setores dentro do Estado favoráveis ao aprofundamento da militarização (MARTINS FILHO, 1995). A partir deste fato, evidenciamos a escalada da violência e a tentativa de utilização de planos terroristas por parte do Estado, que buscava a qualquer custo controlar os “subversivos”.

Coincidindo com os protestos de junho de 1968, o plano ficou conhecido como “Caso Para-Sar”, e teve grande repercussão nacional. Além de eliminar os líderes da oposição, seu objetivo era realizar atentados cuja culpa seria atribuída aos comunistas, propiciando uma justificativa para o aumento da repressão.

Começava a ser desvendado naquele início de mês um dos mais sinistros planos terroristas da nossa história contemporânea. Se tivesse tido sucesso, a operação provocaria não só a execução de personalidades políticas, mas também a morte de cerca de 100 mil habitantes do Rio, já que previa a explosão de um gásômetro no início da avenida Brasil, às 18 horas, isto é, na hora do *rush*, e a destruição da represa de Ribeirão das Lajes. A responsabilidade pelos atentados seria atribuída aos comunistas. (VENTURA, 1988, p.312-313)

Ainda segundo Ventura (1988), o brigadeiro João Paulo Burnier, em uma reunião com mais de 40 pessoas, informava que entre as tarefas do Para-Sar estariam: matar, no caso de uma guerra para cumprir sua missão; eliminar, em caso de guerra civil, os revolucionários compatriotas; desempenhando a mesma missão em caso de agitações de rua.

Denunciado no Congresso Nacional, este caso só não foi colocado em prática por ter sido impedido pelo então capitão paraquedista Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, que sofreu diversas retaliações por sua ação. Outros denunciantes também sofreram punições, Itamar Rocha responsável por instalar uma sindicância para investigá-lo foi preso por dois dias e demitido. Burnier, por sua vez, negava participação nos fatos. O desenrolar deste caso evidenciou a tendência do governo para uma radicalização ainda maior da que estava ocorrendo até então. Com os delatores do caso demitidos ou presos, o fechamento do regime ia ficando cada vez mais evidente e a disposição das Forças Armadas para a escalada repressiva mais explícita (VALLE, 2008). Além do caso Para-Sar, o confronto entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e grupos de extrema direita do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) da Universidade Mackenzie marcou o início de outubro.

De acordo com Valle (2008) o episódio, que ficou conhecido como a Batalha da Maria Antonia, começou quando os universitários da USP e secundaristas faziam um pedágio com o intuito de recolher fundos para realizar o XXX Congresso da UNE. Eles foram agredidos com ovos e pedradas que vinham do prédio da Mackenzie, localizado em frente ao da Faculdade de Filosofia. Neste enfrentamento um estudante da USP, José Guimarães, foi assassinado. Diferente da morte do estudante secundarista Edson Luís, que morreu durante uma invasão da polícia, a morte de José Guimarães se deu, supostamente, devido à luta entre os próprios estudantes.

Poucos dias depois, o ME sofreria ainda um outro revés: o desmantelamento do XXX Congresso de Ibiúna. Considerado clandestino, todos os que estavam presentes foram presos, ou seja, mais ou menos 700 universitários e os líderes do movimento, Vladimir Palmeira, José Dirceu, liberados em 1969, e Luís Travassos. Mesmo após essas prisões, ocorreram manifestações do movimento estudantil em diversos estados.

Em Salvador, Recife, Florianópolis, Belém, Maceió, Natal, Fortaleza, Ribeirão Preto, Campinas, Vitória, Belo Horizonte e Brasília voltam a ocorrer passeatas e comícios relâmpagos em protesto contra as prisões de Ibiúna. Na maioria, há choques com a polícia, que, utilizando-se de forte esquema repressivo, acaba efetuando novas prisões. (VALLE, 2008, p. 241).

Todos os acontecimentos acima expostos marcaram o ano de 1968 no Brasil. De acordo com Valle (2008), é veiculado um alerta por meio de fontes do governo de que os últimos episódios, inclusive o ocorrido na UnB que veremos a seguir, já estavam previstos em um “plano”, que contava com o auxílio do exterior, cujo objetivo era o recrudescimento do regime. Os conflitos entre Legislativo e Executivo, após a invasão da Universidade de Brasília, foram constantes e deixavam evidentes as intenções do governo com relação ao Congresso Nacional. Este ano termina com o Ato Institucional nº5, no qual o endurecimento do regime passou a ser uma realidade.

#### 4.4.2. 29/08/1968 a data emblemática: a terceira invasão à Universidade de Brasília



*Figura 2* Invasão de Agosto de 1968. Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/00007-01>

Até aqui acompanhamos os principais episódios que ocorreram no ano de 1968 sobre a atuação do movimento estudantil. Esta contextualização foi necessária, pois permite a localização desta invasão da UnB num cenário mais amplo de luta e repressão, marcado pelo aprofundamento tanto da violência como do terrorismo de Estado e da esquerda, principalmente após o AI-5.

Diante de todo este cenário de lutas estudantis, em Brasília não seria diferente. Segundo Gurgel (2002), o movimento estudantil da capital federal foi um dos mais intensos do Brasil, especialmente pelo fato da UnB ser uma das primeiras universidades a reunir em um único campus todas as suas unidades. Além disso, o seu projeto chamava a atenção dos militares “eles não queriam a UnB como caldeirão cultural e científico formador de homens livres” (GURGEL, 2002, p.39).

Em outubro de 1967, Honestino Guimarães<sup>122</sup>, importante líder estudantil, foi eleito presidente da FEUB e passou a ser perseguido pela repressão. As mobilizações dos estudantes eram constantes, o clima era de intranquilidade e a vigilância permanente. A

<sup>122</sup> Honestino Guimarães foi o primeiro lugar geral do vestibular, ingressando na UnB com 17 anos, em 1965. Foi uma liderança estudantil importante, sendo presidente do Diretório Acadêmico de Geologia, vice-presidente da Federação dos estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Em 1966 foi eleito presidente da FEUB. No decorrer da ditadura, foi perseguido e indiciado várias vezes, sendo preso no dia 29/08/1968 durante uma das invasões mais emblemáticas sofridas pela UnB. Honestino, após passar vários anos na clandestinidade, foi preso pela última vez em outubro de 1973, estando desaparecido desde então.

comunidade acadêmica sofria com as coações constantes e as tentativas de impedir a sua organização.

Em 1968 o campus da UnB foi invadido em uma operação conjunta da Polícia Militar, DOPS<sup>123</sup>, Polícia Federal, SNI<sup>124</sup> e Polícia do Exército com o objetivo de prender 7 estudantes que tinham a prisão preventiva decretada: Mauro Mota Burlamarqui, José Antonio Prates, Nilson Curado, Lenine Bueno Monteiro, Paulo Speller, Paulo Sérgio Ramos Cassis, Samuel Yuzuru Baba e o líder estudantil Honestino Monteiro Guimarães, (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015). Esta invasão foi emblemática não só pela extrema brutalidade por parte dos policiais, mas também pela sua repercussão nacional e os seus desdobramentos.

A invasão ocorreu de forma violenta, como aponta o relatório da Comissão de Sindicância, composta por professores e funcionários, realizada em setembro de 1968 a pedido do então reitor Caio Benjamin Dias, com o intuito de levantar os danos sofridos pela universidade.

Neste relatório consta que, na manhã do dia 29/08/1968, a UnB funcionava normalmente, com alunos, professores e funcionários desempenhando suas respectivas funções até o momento em que o campus se transformou em palco de graves ocorrências (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968). Um grupo de policiais em trajes civis adentrou o campus em viaturas com chapa fria, e por isso não foram percebidas pelos que estavam próximos; sem serem notados, deram continuidade à invasão, desceram dos carros, entraram no prédio da FEUB e em seguida saíram com o líder estudantil Honestino Guimarães, empurrando-o com violência para um dos carros, que já estava preparado para deixar o local (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968).

Após a prisão do líder estudantil, os policiais ainda se encontravam na UnB; algumas pessoas, que não foram identificadas, viram a prisão, começaram a gritar por socorro e atiravam pedras em direção à viatura, as quais reagiram com tiros, atingindo um estudante na perna. Outros grupos de policiais chegaram em dois caminhões de transporte de tropas, lançaram bombas de gás lacrimogênio e continuaram a disparar com armas de fogo em direção ao edifício da reitoria, que logo foi invadido.

---

<sup>123</sup> Departamento de Ordem Política e Social

<sup>124</sup> Serviço Nacional de Informação.

Ainda de acordo com o relatório, os policiais seguiram pela universidade, arrombando portas, entrando em todas as dependências, identificando funcionários e todos que nela se encontravam. Percorreram os vários prédios portando armas, bombas, cassetetes; alguns estudantes atiravam pedras, e os soldados respondiam disparando suas armas de fogo. Os professores, por sua vez, tentavam manter a calma impedindo os alunos de saírem de onde estavam, enquanto os policiais continuavam entrando em laboratórios, salas, agindo com extrema violência com toda a comunidade universitária que tentava se proteger, o pânico era geral.

Os disparos realizados no mezanino da Faculdade de Tecnologia atingiram um estudante na cabeça<sup>125</sup>, mesmo assim os disparos continuaram na direção daqueles que ali estavam buscando proteção. Apesar da resistência de alguns soldados, o estudante atingido foi socorrido por um professor e levado ao Hospital Distrital (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968).

Alguns deputados, ao saberem do ocorrido, se dirigiram à UnB, no entanto, uns foram espancados pelos policiais, outros ouviram expressões desrespeitosas; assim, os policiais foram proibidos de estabelecerem qualquer tipo de diálogo com os parlamentares.

Nessa altura, vários parlamentares já estavam no campus, ou para prestar solidariedade aos estudantes ou à procura de filhos. Um dos primeiros a chegar foi o deputado Santili Sobrinho, acompanhado do filho, em busca da filha. Foi logo cercado por soldados e, enquanto se identificava o cassetete descia sobre a cabeça do filho. Abraçou-se então ao rapaz para protegê-lo e passou a apanhar também. “Eu sou deputado”, apelou, e foi pior. “É por isso mesmo”, gritaram as dez vozes que brandiam os cassetetes. O deputado Davi Lerer teve um cano de metralhadora encostado no umbigo. “Senti o frio do aço”, revelou depois. Os seus colegas Mario Covas, Martins Rodrigues, Amaral Peixoto, entre outros, passaram por situações parecidas. Covas estava traumatizado: “Dessa vez ninguém me contou, eu vi tudo. Foi horrível.” Mais sintomática, porém, foi a reação do deputado Clóvis Stenzel, da Arena, conhecido por suas posições radicais. Estarrecido com o que estava assistindo, disse: “Eu, que sou identificado como homem da linha dura, acho tudo isso uma barbaridade.” (VENTURA, 1988, p. 194-195).

---

<sup>125</sup> O estudante era Waldemar Alves da Silva Filho, estudante de engenharia mecânica, foi atingido com um tiro de revólver calibre 38 quando se debruçou no parapeito do Instituto Central de Ciências para ver o que estava ocorrendo. O tiro atingiu sua cabeça e a bala se alojou perto do olho esquerdo, ficou nove dias em coma e após meses internado no hospital, saiu com sequelas: perdeu 60% da visão do olho direito e tinha dificuldades de raciocínio. Waldemar acabou sendo jubilado da universidade por não conseguir acompanhar as aulas.

Os detidos foram encaminhados para uma quadra de basquete, sendo acompanhados pelos deputados, professores, funcionários e alunos que ficaram do lado de fora. Lá foram identificados e transportados para viaturas. A polícia deixou a UnB por volta das 12 horas.

O decorrer da invasão da Universidade de Brasília gerou uma crise entre o poder Executivo e o Congresso. Principalmente após o discurso do deputado Márcio Moreira Alves<sup>126</sup> condenando os atos do governo, convocando a população a boicotar o desfile de 7 de setembro que se aproximava, e às moças, para que elas não dançassem com os cadetes.

Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares devem cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos que não compactuam com os desmandos de seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Cratêus que tiveram a coragem e a hombridade de publicamente se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário de seus superiores. (BRASIL..., 1968)

Embora não tenha tido ampla cobertura na imprensa, o discurso do deputado Márcio Moreira Alves teve grande repercussão entre os militares. Segundo Gaspari (2002), o ministro Lyra Tavares encaminhou um ofício a Costa e Silva contendo sua indignação com a fala do deputado, pedindo que o Presidente proibisse aquele tipo de manifestação com agressões verbais. Outros ministros também se manifestaram contra o discurso, por isso Costa e Silva solicitou ao ministro da justiça uma forma jurídica para punir Márcio Moreira Alves e a sugestão foi a de pedir à Câmara de Deputados uma licença para processá-lo. Aqui é importante evidenciar que este tipo de manobra não poderia ser realizado, somente quem poderia julgá-lo era a própria Câmara dos Deputados.

Em defesa das imunidades parlamentares ameaçadas e pela restauração das abaladas prerrogativas de autonomia e dignidade do Legislativo, o MDB conseguiu sensibilizar e atrair setores da Arena, enquanto o governo confiava em sua maioria no Congresso para ver aprovado o pedido de licença, encaminhado pelo ministro da justiça, a fim de que o deputado fosse processado e tivesse cassado o seu mandato. O governo garantiu, contudo, inclusive através de conversações informais

---

<sup>126</sup> O discurso pode ser acessado na íntegra em: <https://www.camara.leg.br/tv/191631-discurso-historico-do-deputado-marcio-moreira-alves-completa-40-anos/>



que chefes militares mantiveram com parlamentares, que respeitaria a decisão do Congresso. Muitos congressistas julgaram, assim, que o Executivo se “arrependera” das pressões anteriores e acabaria cedendo à contestação legal, premido pela crescente impopularidade interna e pela opinião pública internacional. (POERNER, 1995, p.295)

A votação de cassação ocorreu em dezembro, foram 216 votos contra e 136 a favor, portanto ela havia sido rejeitada pelos deputados. A invasão da UnB e os desdobramentos do caso Para-Sar deixavam evidente a postura do governo, segundo a qual os militares radicais passavam a agir mais explicitamente rumo ao recrudescimento do regime; os que não faziam parte dessa ala e, porventura, criticassem as ações violentas eram punidos. Para Ventura (1988), ao longo dos anos foram levantados indícios de que nesta altura as forças radicais não deixariam de utilizar medidas de exceção, e a própria invasão à Universidade de Brasília estava dentro desse plano que geraria um impasse cuja solução seria o endurecimento.

A partir deste cenário acima relatado, a invasão da UnB de 1968 pode ser inserida como um antecedente do AI-5, na medida em que observamos a premeditação desta ação através de alguns elementos como o alerta das fontes governamentais de que a atuação dos estudantes estava dentro de um plano maior cujo objetivo era a derrubada do regime. Com isto, o intuito era manter a população atenta sobre os incidentes que seriam provocados no regime por estes “subversivos” (VALLE, 2018). Nesta perspectiva, a tentativa de inverter os fatos deve ser levada em conta, pois as notas divulgadas pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) diziam que os policiais foram recebidos a tiros pelos estudantes. Outro elemento ressaltado por Valle (2018) foi a denúncia de que a Polícia Federal buscou certificar-se, no dia anterior ao conflito, da ausência do reitor na universidade e avisou ao Hospital de Brasília que este receberia vários feridos.

Martins Filho (1995) ao analisar a crise de 1968 resalta o quanto as relações entre governo e Congresso já enfrentavam um processo de desgaste que se aprofundou após este fato. Neste sentido, é importante ressaltarmos alguns dos aspectos apontados pelo autor, que auxiliam a corroborar nossa hipótese. O senador do Arena Daniel Krieger, em carta enviada ao Presidente da República, defendeu a tese de que o governo, para se manter fiel à Constituição de 1967, deveria prestigiar o Congresso e o partido governista (MARTINS-FILHO, 1995). Neste cenário, no qual os Arenistas reivindicavam sua participação nas decisões, o desconforto do governo era crescente. Segundo o autor, esse mal-estar poderia interferir no processo de sucessão, cujo caminho deveria passar por um

Colégio Eleitoral constituído pelo próprio Congresso Nacional. Assim, não parece casual que após a discussão sobre os rumos do regime, travada no final de agosto, no Conselho de Segurança Nacional, um ato repressivo tenha resultado no choque frontal entre Congresso e governo (MARTINS FILHO, 1995).

Refiro-me à invasão policial-militar do campus da Universidade de Brasília. Seja pelo escopo dos organismos repressivos envolvidos em sua preparação, seja por sua articulação com altos escalões do aparelho do Estado seja, enfim, pelas repercussões que operação desse tipo previsivelmente teria nas áreas da imprensa e do Congresso, a invasão da UNB reunia as características de ação patrocinada pelos grupos que, no interior do governo, fundavam seu projeto sucessório na retomada da militarização. (MARTINS FILHO, 1995, p.147).

Aprofundaram esse impasse a indignação da Câmara e do Senado; a defesa dos estudantes, inclusive por Senadores do Arena; e a manifestação das mães e esposas de Brasília, indignadas com os atos de violência. Segundo Martins Filho (1995, p.149), o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves estabeleceu “previsível rota de choque entre as Forças Armadas e o Congresso Nacional, ao colocar na alça da mira o instituto da inviolabilidade parlamentar.” Assim, o núcleo “duro” do governo não só se mostrava disposto a construir uma crise institucional com os parlamentares, mas também a adotar medidas que garantissem a retomada e a continuidade da “Revolução”.

E assim, em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5), ou seja, o golpe dentro do golpe, que determinou o fechamento do Congresso por tempo indeterminado, foram suspensos os direitos políticos, o *habeas corpus*, a possibilidade de intervenção nos Estados e Municípios sem as limitações previstas na Constituição, cassação de mandatos, proibição de realização de manifestações de natureza política e demissões ou aposentadorias de funcionários públicos.

O AI-5 imprimiu uma nova realidade às manifestações estudantis e de outras ordens, os protestos diminuíram consideravelmente ante as proibições. A partir de 1969, tem-se a fase mais repressiva da ditadura militar, com o aumento dos riscos de tortura e morte, abrindo um novo ciclo repressivo, atingindo de modo particular a comunidade acadêmica e os meios intelectuais (MOTTA, 2014).

#### 4.5. 25/07/1977 o dia do retorno: A quarta invasão à Universidade de Brasília



**Imagem 1** Invasão de Julho 1977. Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/00029-03>

A partir do AI-5 tem-se uma nova configuração, na qual as atividades acadêmicas passam a ser fortemente controladas com o objetivo de impedir a movimentação estudantil. A vigilância era constante na medida em que eventos deveriam ter a autorização prévia do MEC para ocorrer, docentes foram expurgados, houve a disseminação da violência, a moradia da USP foi invadida, ficando dois anos sob intervenção (MOTTA, 2014). Neste cenário as movimentações estudantis diminuíram, principalmente após o decreto 477, que previa várias infrações em diferentes níveis, como vimos anteriormente.

Segundo Poerner (1995) as ações do ME ocorreram de modo isolado, com protestos contra a presença de Nelson Rockefeller no Brasil, atos pelo segundo aniversário de morte do estudante Edson Luís, em 1972 diretórios acadêmicos denunciaram as prisões de estudantes. Também ocorreram manifestações contra a tortura, prisão e assassinato do estudante Alexandre Vanuchi Leme, que culminou com a realização de uma missa pelo cardeal D. Evaristo Arns na Catedral da Sé, com a participação de 4 mil pessoas. Em 1975 greves contra o assassinato do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI de São Paulo; a realização do 1º e 2º Encontro Nacional do Estudantes na cidade de São Paulo e, em 1976 campanha nacional pelo voto nulo.

Na UnB as manifestações também diminuíram após a crise de 1968, muitos cogitaram o seu fechamento que logo foi descartado. No início de 1969, um total de 250

alunos foram excluídos da universidade, no período de junho de 1969 a maio de 1976 não ocorreu nenhum problema disciplinar (APARECIDA, 1991). Segundo Dias (2013), no período entre 1969 e 1976, vigorou um acordo tácito na UnB, na qual os professores deveriam abster-se de participar de movimentos políticos. Apesar das tentativas para a sua reconstrução, os problemas gerados com o afastamento de professores e a expulsão de alunos ainda persistiam gerando um clima de crise permanente (DIAS, 2013).

Com a invasão de 1968 assumiu um novo vice-reitor, provindo de um estabelecimento de ensino da Marinha, entre as suas funções estabelecidas pelo Ato da Reitoria n.1.047/68 estavam “orientar, coordenar e controlar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de todas as unidades universitárias” (ATO REITORIA, 1968). Desse modo, nota-se um contexto em que ocorreu uma transferência de funções, ou seja, o vice-reitor assumia amplos poderes na instituição.

A área de segurança não admitia perder o controle da UnB e fazia de tudo para garantir sua predominância na Instituição. Este poder se esvaziaria, caso a UnB efetivamente funcionasse de maneira autônoma como determinava a lei e se, no caso concreto, o vice-reitor, oriundo da Marinha, passasse a ter sua ação limitada a atos burocráticos, sem maiores poderes no domínio das finanças, ou em questões de substância. (DIAS, 2013, p.111)

Aqui é importante frisar que as perseguições à FEUB e seus líderes se intensificaram, vários foram os pedidos dos órgãos de segurança sobre a frequência de determinados alunos, estando o nome de Honestino Guimarães em todos eles. Em setembro de 1968, mais ou menos um mês após a invasão e dois meses antes de se formar geólogo, Honestino foi excluído da UnB sem oportunidade de defesa, sob a justificativa do reitor de resolver os problemas da vida universitária (ALMEIDA, 2016). Com as perseguições, muitos estudantes foram expulsos ou proibidos de ingressar na universidade. Diante deste quadro, alguns deles não tiveram outra escolha senão partir para a clandestinidade.

O vice-reitor Azevedo, muitas vezes em nome do reitor Caio Benjamin Dias, mantinha correspondência regular com autoridades militares e com o próprio chefe do SNI sobre os alunos. Listas iam e vinham, com notas e recomendações. Depois do AI-5, a Reitoria da UnB oficiou ao diretor da faculdade de Medicina da UnB, Luís Carlos Galvão Lobo, desligando as alunas do curso de Medicina Ivonette Satingo de Almeida e Maria José da Conceição (Maninha, ex-deputada distrital e federal pelo PT, atualmente filiada ao PSOL) por sua participação no movimento estudantil. As duas protocolaram um pedido de explicações

sobre os motivos da proibição, que não foi atendido. Mesmo assim, continuaram a assistir às aulas por três meses. Azevedo ameaçou demitir os professores que as deixassem participar. Elas pararam de ir às aulas, pois não queriam prejudicar seus professores, mas não aceitaram a exclusão. Impetraram na justiça federal o mandado de segurança 231-M contra o desligamento. Para afastá-las, o vice-reitor Azevedo chegou a oferecer-lhes bolsas de estudo na Espanha e em Portugal, que elas recusaram, alegando não quererem sair do jugo da ditadura brasileira para ficar sob o tãco de Franco ou cair nas mãos da PIDE de Salazar. As duas continuaram a lutar na justiça durante um ano inteiro, até conseguirem voltar para a UnB em 1970. (ALMEIDA, 2016, p.141)

Honestino<sup>127</sup>, que era um dos que haviam partido para a clandestinidade, passou a ser amplamente procurado pela ditadura militar, várias fotos suas foram espalhadas em diferentes lugares. Ele, que era militante da Ação Popular (AP), recebeu diversos conselhos para deixar o país, mas não o fez para participar ativamente da luta e resistência contra a ditadura.

Apesar da constante vigilância e diminuição das manifestações, foram observados conflitos em alguns setores da UnB: crise no Departamento de Música em 1971, com tensão entre professores e alunos. Em 1973, na Faculdade de Ciências da Saúde, os estudantes de medicina elaboraram um documento no qual relatavam todas as dificuldades por eles sofridas, denunciando a precariedade de funcionamento da Unidade Integrada de Saúde de Sobradinho e a redução do corpo docente, o que prejudicava a realização das atividades. Portanto, nesse momento as reivindicações se davam de modo localizado.

Em outubro de 1973, no final de governo Médici, ocorreu a prisão de Honestino Guimarães, sem saber ao certo o seu paradeiro sua família iniciou as buscas para tentar localizá-lo. Várias foram as informações sobre onde ele poderia estar, mas nenhuma se confirmou verdadeiramente.<sup>128</sup>

Muitas histórias circularam. Honestino teria sido visto desmemoriado ou teria sido encarcerado em um navio-prisão. Teria sofrido uma

---

<sup>127</sup> Além das constantes ameaças de morte desferidas pelos órgãos de repressão, Honestino foi condenado a 26 anos de prisão.

<sup>128</sup> É importante ressaltar que diante de tantas contradições e informações desencontradas, assim como outras deste período, a morte de Honestino não foi solucionada. Somente em 1995, por meio da Lei nº9.140, que reconheceu como mortos os desaparecidos em razão da participação ou acusação de participação em atividades políticas no período de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que houve a emissão de sua certidão de óbito. Portanto, passaram-se mais de vinte anos para que o Estado reconhecesse formalmente a morte de Honestino e sua responsabilidade neste fato.

lobotomia e teria sido abandonado na cidade de Fortaleza. Valdemar Alves da Silva Filho, o estudante que em 29 de agosto de 1968 levou um tiro na cabeça quando a Universidade de Brasília foi invadida, disse a Guaíra Índia Flor e Janine Russczyk ter sido informado por amigos da Aeronáutica do assassinato de Honestino por oficiais da Marinha. Seu corpo teria sido jogado de helicóptero na Serra da Mantiqueira. Ainda em 1973, algum tempo depois de sua prisão, dizia-se que Honestino estava destruído, física e mentalmente. O fato é que nunca foi esclarecido o que realmente aconteceu com ele depois de sua prisão em outubro de 1973. (ALMEIDA, 2016, p.364-365)

Em 1974, com a promessa de distensão política houve uma incipiente reorganização do ME na UnB, contudo com o aparato de repressão e vigilância constantes, vários integrantes da FEUB sofreram perseguições, foram presos ou vítimas de torturas, como relataram alguns de seus ex membros em depoimentos à Comissão da Verdade Anísio Teixeira da UnB. A rede de informações era grande e a vigilância permanente, a reitoria tanto passava como recebia informações dos órgãos de controle, identificavam os estudantes considerados como subversivos e suprimiam qualquer possibilidade de organização estudantil.

Nos anos de 1975 e 1976, observa-se uma nova fase do ME, os estudantes buscavam organizar suas demandas de um modo mais local e de forma que suas solicitações não fossem enquadradas como subversão. Além disso, na UnB a administração universitária ainda previa a possibilidade de existência de um Diretório Universitário (D.U.) e para fazer parte dele, os estudantes tinham que cumprir diferentes exigências, o que restringia as possibilidades de candidaturas. Em maio de 1976, Amadeu Cury, antes de deixar a reitoria, cancelou as eleições para o D.U. e assinou um ato determinando a suspensão de quinze alunos, que participaram de uma Assembleia para discutir o diretório.

Em maio tomava posse como reitor o comandante José Carlos de Almeida Azevedo<sup>129</sup> (1932-2010), que até então era o vice-reitor, com amplos poderes e mais uma vez representando o sistema militar. Sua chegada ao cargo foi marcada por novas punições aos estudantes, com suspensões que variavam entre 30, 15, 10 e 5 dias, cancelou bolsas e os proibiu de usar ou renovar o uso do alojamento estudantil. Após apuração, Azevedo decidiu expulsar os principais integrantes das chapas que concorriam para a

---

<sup>129</sup> Oficial da Marinha, José Carlos de Almeida Azevedo ficou na reitoria da UnB de 1976 a 1985, ocupando este cargo por duas gestões consecutivas. Foi vice-diretor do Instituto de Pesquisas da Marinha, assumindo, a vice reitoria da UnB no final da década de 60.

representação do D.U., gerando uma intensificação das mobilizações. É importante ressaltar que o retorno da mobilização estudantil não estava restrito somente à UnB, de uma maneira geral a volta dos estudantes às ruas se deu no início de 1977 acentuando a luta contra a ditadura militar.

É evidente que a volta às ruas não se deveu apenas à tradição democrática e progressista do movimento estudantil. Nem as manifestações que, a partir de março de 1977, se estenderam a todo país constituíram apenas um ritual de protesto “próprio da idade”, como queriam crer os mais paternalistas. Os estudantes voltaram às ruas com reivindicações bem concretas: mais verbas para a universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular (com a limitação dos aumentos aos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação); a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; a revogação das punições impostas a colegas (sobretudo na PUC do Rio); o fim da aplicação indiscriminada – principalmente na Universidade de Brasília – da pena de jubramento aos estudantes de menor rendimento (em geral, os mais pobres, que trabalham para custear os estudos) e a libertação de colegas presos. (POERNER, 1995, 302)

A impopularidade do governo, os escândalos de corrupção, altos níveis de desemprego, inflação e a constante repressão favoreciam o reaparecimento do movimento estudantil, que contava com o apoio de diferentes setores da sociedade. Assim em 1977, as manifestações se espalhavam por todo o país, aconteciam em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador entre outras cidades. A fim de tentar controlar os protestos, o governo ameaçava fechar o regime, todavia, “(...) 1977 não era 1968, apesar da visível preocupação do governo em impedir a volta das entidades estudantis proscritas, como a UNE, e os grandes encontros organizativos” (NAPOLITANO, 2020, p.260).

Na UnB o movimento se estruturou em torno de suas bandeiras de luta, e assim como no restante do Brasil, o dia 19/05/1977 foi definido como Dia Nacional de luta. Desde o início de 1977 os estudantes de Brasília já realizavam ações de reivindicações por suas demandas locais. Em janeiro, protestaram contra o aumento do Restaurante Universitário, boicotavam o “Bandejão”, ao preparar, vez por semana, suas próprias refeições. Durante essa ação, alguns estudantes que arrecadavam dinheiro para o preparo das comidas foram presos e fichados.

O uso político do jubramento de estudantes também estava na pauta das reivindicações. Eles deveriam apresentar alta média acumulada, ausência de reprovações

e trancamentos em semestres seguidos, e aprovação em determinados números de disciplinas obrigatórias senão seriam desligados da universidade (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015).

Os estudantes também realizaram de um plebiscito em que se mostraram contrários aos critérios de jubramento impostos pela reitoria, elevando o nível de tensão. Eles também se mostraram contra as prisões de estudantes em São Paulo. Estas questões marcaram o dia Nacional de Luta na UnB, no qual foi realizada uma passeata até o gabinete do reitor. Em resposta aos atos, Azevedo puniu disciplinarmente 16 participantes das manifestações. Assim, a UnB se tornou o centro de irradiação das manifestações de 1977 (POERNER, 1995), sendo a primeira a declarar greve por tempo indeterminado, em protesto contra esta decisão do reitor.

Diante deste cenário, o reitor Azevedo passou a recorrer constantemente a recessos, decretando-os para evitar que o movimento estudantil se fortalecesse. Ocorriam tentativas de intimidação com severas punições, dentre as quais expulsões, suspensões e cancelamentos de bolsas. Isso não foi suficiente para frear as mobilizações, os estudantes seguiam com a paralisação e no início de junho realizaram uma assembleia em que votaram a continuidade da greve e também a entrega de uma carta para a Primeira dama dos Estados Unidos, Rosalynn Carter, sobre a situação de repressão vivida por eles em Brasília, além da denúncia das constantes violações dos direitos humanos no Brasil. Antes mesmo dos estudantes entregarem a carta para a primeira dama, o *campus* foi invadido, no dia 07/06/1977, resultando na prisão de diversos manifestantes.

Os estudantes da UnB seguiram nos protestos, com manifestações e piquetes, pedindo que as punições fossem revistas, o que não ocorreu. Foram realizadas várias assembleias com um número de participantes cada vez maior. Diante deste quadro, e com o fim do segundo recesso imposto pelo reitor, alguns alunos contrários ao movimento grevista conseguiram um *habeas corpus* para que pudessem assistir às aulas. Foi o que a reitoria precisava para solicitar a repressão policial. Sendo assim, mais uma vez o *campus* foi invadido, dando início em 25/07/1977 a uma brutal repressão e um cerco policial que durou por várias semanas (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015).

Em 25/7 e nos dois dias seguintes, a Secretaria de Segurança Pública do DF realizou, ao todo, a prisão de 153 estudantes. Por meio da Informação nº 075/77 ASI/UnB, de 1º/9/77, a Universidade encaminhou à DSI/MEC a relação nominal dos presos; com a Informação nº 092/77 ASI/ UnB, de 2/9/77, enviou 147 fichas individuais dos alunos presos nesses dias, seus dados de identificação e



qualificação, comprometendo-se a enviar as restantes em breve. A respeito do motivo das prisões, a ASI/ UnB esclareceu: “todas se deu (sic) por estarem ativando e participando do Movimento Estudantil, sob o pretexto de darem continuidade a greve deflagrada na UnB”. Acrescentava, sem plena certeza: “pelo que sabemos, todos foram liberados após identificados pela SEP/DF.” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015, p.190)

Assim, mais uma vez a UnB foi invadida, sob o pretexto do reitor de que as reivindicações dos estudantes nada tinham a ver com questões acadêmicas, mas sim de cunho político, constituindo-se como um dos motivos para a solicitação das tropas. Segundo Dias (2013), para alguns esta operação não passava de cortina de fumaça, pois do modo como as coisas foram conduzidas e segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, esta decisão já estava tomada há dias e o *habeas corpus* que fora concedido pelo juiz teve apenas o efeito de dar um sentido legal àquele ato já programado.

Esse momento marcado pela retomada do movimento estudantil, levou o ministro da Justiça, Armando Falcão, a comparar a situação da UnB com o que ocorreu em 1968, ficando implícito, portanto, a ideia de que diante desta semelhança, as táticas utilizadas deveriam ser as mesmas de anteriormente. Apesar da greve e das manifestações dos estudantes, a expulsão dos trinta estudantes foi aprovada pelo Conselho Universitário, assim seus membros cederam às pressões da reitoria.

Houve um diretor, com filhos estudando na Universidade, que regressou a sua residência apoiado em uma bengala. Tinha somatizado o transtorno profundo que vivera naquele dia. Outros chegaram em casa arrasados. Sentiam terem sido obrigados a caucionar uma punição injusta e lamentavam não ter tido condições ou coragem de reagir ao pesado ambiente de pressão. Alguns tiveram, naquele dia, momentos difíceis ao enfrentar os filhos que estudavam na UnB. Um deles, cientista social famoso, dizia que pretendia abster-se, mas na hora de votar, teria sido impedido pelo colega que estava sentado a seu lado. Um outro, finalmente, revelou ter sido abordado na entrada do anfiteatro onde se realizou a reunião e foi informado de que a Reitoria estava a par de sua intenção de se opor ao ato de violência contra os estudantes. Uma conversa sua com o vice-reitor de então, o autor deste depoimento, teria sido gravada e, caso o professor em questão confirmasse sua intenção, o preço a pagar seria alto. (DIAS, 2013, p.155)

Os estudantes foram punidos sob a acusação de liderar uma manifestação que denunciava a falta de professores, o rigor com que os jubileamentos foram realizados, a impossibilidade de ampla defesa e o excessivo controle das organizações estudantis, os

quais também apoiavam a campanha da anistia e as liberdades políticas. O clima de tensão entre estudantes e reitoria levou o Senado Federal a instalar uma comissão para mediar esse conflito.

No cenário nacional as manifestações estudantis eram igualmente reprimidas. Citamos como exemplo o caso da invasão da PUC de São Paulo. Em setembro, as lideranças estudantis realizaram clandestinamente um encontro nesta universidade, os policiais ao saberem do evento invadiram-na, numa ação marcada pela violência, deixando quatro estudantes gravemente feridos e salas destruídas.

As manifestações de 1977 tiveram grande repercussão na imprensa, segundo Napolitano (2020, p.262) “não houve dia, naquele ano, em que a imprensa não publicasse notícia sobre ‘siglas da democracia’”. Na UnB repercussão das invasões na imprensa, pode ser dividida em manifestações contra e a favor, alguns acreditavam que estas dariam munição aos estudantes para que seguissem as suas manifestações. Tendo essa questão em mente e partindo da perspectiva conservadora, já explicada, do *Correio Braziliense*, realizaremos a seguir a análise da cobertura deste jornal às invasões acima relatadas.

## 5. A COBERTURA DO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE SOBRE AS INVASÕES À UNB

O presente capítulo traz a análise da cobertura do jornal *Correio Braziliense* sobre as invasões à UnB, identificando a narrativa construída em torno desses acontecimentos e a posição do jornal diante deles.

A fundamentação teórica para a realização da análise será a da perspectiva da memória e do esquecimento (CARDOSO, 2001; 1999), visto que principalmente nas mídias, e com relação ao discurso da grande imprensa escrita, nota-se a utilização do passado para garantir inteligibilidade às suas narrativas.

A metodologia utilizada foi a análise do discurso, segundo a qual construção de um discurso é dependente e determinada pelas circunstâncias e contextos em que ele se insere.

### 5.1. Pressupostos teóricos e metodológicos

No tópico sobre as relações entre a ditadura militar e a imprensa vimos que a maioria dos jornais se aliaram às críticas ao governo de João Goulart numa resistência aos sindicatos, às mudanças sociais, às demandas dos trabalhadores e toda uma possibilidade de transformações que poderiam ocorrer naquele momento (BIROLI, 2009). É importante ressaltar que, enquanto empresas privadas, os jornais objetivam o lucro e defendem os interesses dos grupos que representam. Portanto, a imprensa brasileira não hesitou em defender golpes de estado ou soluções autoritárias em momentos de ameaça à ordem social (NAPOLITANO, 2017).

De acordo com Valle (2008) entre os protagonistas de 68 estão o movimento estudantil, a ditadura militar e a grande imprensa; esta última exerceu um papel significativo durante todo o contexto, ora apoiando a chamada “Revolução de 64”, ora se colocando como guardião e defensora da volta da democracia após o AI-5, quando jornais tiveram suas redações invadidas<sup>130</sup>, editores presos<sup>131</sup> e a censura foi estabelecida de fato. Segundo Napolitano (2017), ao voltar-se para a observação da imprensa, a construção de

---

<sup>130</sup> Como o *Correio da Manhã* e o *Jornal da Tarde*, os quais foram violentamente invadidos e censurados.

<sup>131</sup> Oswaldo Pereira, editor do *Correio da Manhã*, e Carlos Castello Branco, colunista do *Jornal do Brasil*.

um regime autoritário mais dividiu do que uniu os jornais, por isso, na sua visão, os jornais brasileiros constituem fonte e um objeto historiográfico instigante.

Neste sentido, considerando que a apreciação do que escreviam os jornais revela aspectos de momentos relevantes da nossa história, a análise da cobertura do jornal *Correio Braziliense* sobre as invasões da UnB é bastante reveladora, uma vez que a repercussão nacional deste episódio se dava por meio da imprensa. De acordo com Salmeron (2012), os jornais podiam ser identificados em três grupos: os que defendiam os docentes; os que atacavam docentes e estudantes em apoio ao ministro da Educação e aos reitores; e aqueles que não escreviam nada sobre as crises, como se elas não existissem.<sup>132</sup>

A mídia ao escrever os acontecimentos produz memória, ocupando um lugar central nas sociedades. Neste sentido a análise das reportagens do *Correio Braziliense* sobre as invasões à UnB nos permite compreender o seu posicionamento diante do regime militar, o seu papel na divulgação das informações, suas ideias e valores num contexto marcado pela polarização. Segundo Napolitano (2017), a memória construída pelos jornais ajudou na constituição de uma imagem heroica, ou seja, de resistência e luta pela democracia, isto contribuiu para inocentá-los de qualquer ligação com o regime.

O *Correio Braziliense*, assim como a maioria dos grandes jornais, possuía ligações com a ditadura militar e alguns dos seus dirigentes tinham proximidade com militares membros do regime, o que pode explicar algumas de suas posições. Ademais, a princípio a cobertura do jornal estava voltada para questões locais de Brasília, passando a adquirir contornos nacionais a partir da invasão de 1968.

Segundo Cardoso (2001), o aspecto da memória e do esquecimento é problemática central para compreendermos os acontecimentos de 1968. Para a autora é necessário considerar os registros como questões que estabelecem as dificuldades para a construção de uma memória coletiva sobre os acontecimentos, entre eles estão: a dificuldade de simbolização, representação ou mesmo a interdição do passado; a proposição da anistia e a prática da normalização da sociedade; e, por último, o esquecimento como um meio de sobrevivência social e individual quando imperava a violência.

---

<sup>132</sup> De acordo com Salmeron (2012, p.423) entre os jornais que defendiam a UnB os principais eram a Folha de S. Paulo, Correio da Manhã, Última hora, Jornal do Brasil e Diário Carioca. Os que mais agrediam eram o Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

O esquecimento ocorreu na sociedade brasileira principalmente pela repressão política e cultural, impedindo a existência de uma memória coletiva, sobretudo dos acontecimentos retratados no decorrer desta pesquisa; a censura e o silenciamento da sociedade também compõem este cenário. Outro fator importante é o Projeto da Anistia, que determinou a não abertura de investigação do passado, assim como a transição lenta e gradual para a democracia, uma das mais longas entre os países que passaram por ditaduras, contribuindo para a diluição dos fatos no decorrer do tempo, ocasionando realidades que passaram ser vistas como inexistentes:

A imposição do esquecimento, nas formas que tomou na experiência brasileira, produziu um efeito importante e singular, o da produção do “inexistencialismo” (VIDAL-NAQUET, 1988), realidades que passaram a ser consideradas inexistentes: o não-sucedido, o não-nomeado, o não incluído no âmbito da linguagem e da história, a pura e simples abolição simbólica dos acontecimentos. Este inexistencialismo pode ser evidenciado na questão dos desaparecimentos de pessoas, a inexistência da própria morte, e na questão relativa a alguns acontecimentos, como o do caso do massacre coletivo na guerrilha do Araguaia, pelas forças de repressão política, até hoje não reconhecido oficialmente como tendo existido (CARDOSO, 1993). E possivelmente inúmeros outros não-registros, de que não se têm sequer notícia. (CARDOSO, 1999, p. 138).

Além disso, para a autora a negação da história e da memória faz perder o sentido de herança, o que prejudica o estabelecimento de uma relação da singularidade passada com a singularidade do presente.

Esta negação da história e da memória significa ainda a perda de qualquer sentido de herança, de um modo muito preciso, não o de uma memória que retira do acontecimento o que pode haver de comum para uma confirmação do presente, mas daquela que pode trazê-lo na sua singularidade passada, permitindo pensar, então a diferença que instaura no presente, e formular a questão de até que ponto essa herança nos concerne ou não, a partir de uma posição que pode pensar, também a singularidade do nosso presente. (CARDOSO, 2001, p. 203).

Nesta perspectiva, a análise das reportagens objeto desta pesquisa, nos permitirá, a partir da identificação da singularidade deste evento no passado, ter instrumentos para compreender o presente e estabelecer sua semelhança ou não com o passado. De acordo com Ventura (1999), deve-se ter cautela ao olhar para o passado. Num país como o Brasil, que ainda possui muitos fatos obscuros, principalmente relacionados à ditadura militar,

entendê-lo é extremamente importante. Deste modo, não se pode correr o risco de idealizá-lo, muito menos de deixá-lo em total esquecimento.

A relação entre memória e esquecimento é marcada por nuances, principalmente quando se trata dos acontecimentos relacionados a 1968, daí a relevância de problematizá-la. De acordo com Cardoso (2001), quando a interpretação histórica do passado se dá como uma construção, deve-se considerar que as análises das ciências históricas e sociais podem se constituir na configuração da memória coletiva das sociedades, mesmo que não haja uma relação explícita entre memória e história.

A escolha dos temas a serem abordados, a variação temática, a retomada ou o silenciamento de outros, a emergência de novos estão relacionados a modos de percepção da história, datados historicamente, que podem significar os modos diversos de expressão de configurações da memória coletiva das sociedades. (CARDOSO, 2001, p. 25).

Portanto, a historiografia ou as ciências sociais, segundo a autora, estão constituídas numa historicidade e referidas a movimentos diferentes da temporalização da história e da memória.

Considerando estas relações, a realização desta análise se dará a partir dos pressupostos da Análise do Discurso (AD), a qual apresenta ferramentas conceituais que permitem uma reflexão sobre o discurso como estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2008). Nesse sentido, partimos da premissa de que o discurso não é independente das redes de memória e de trajetos sociais, mas, por sua existência, marca tanto a possibilidade de desestruturação como de reestruturação dessas redes e trajetos (PÊCHUEX, 2008). Ainda de acordo com Pêcheux (2008), por meio das descrições regulares de montagens discursivas, pode-se identificar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição.

Segundo Orlandi (ORLANDI, 1988, p.17) “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc”. Além de considerar que as palavras adquirem determinado sentido de acordo com a posição do enunciador no plano social, é significativo compreender que o sentido não existe em si, “mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 1999, p.42). A retomada de todo o contexto em que as invasões estão inseridas é relevante, pois nos auxiliam a compreender o momento de produção das reportagens.

A análise do discurso é um instrumento que ao ser utilizado transforma tanto o ponto de partida, ou seja, conceitos e pressupostos teóricos, como o de chegada, que são as consequências analíticas (ORLANDI, 2008). A historicidade é a do texto, que se constitui na materialidade linguística (ORLANDI, 2008). Portanto, a análise do discurso trata “de pensar a materialidade do sentido e do sujeito, seus modos de constituição histórica” (ORLANDI, 2008, p.35). Ela também oferece ferramentas conceituais para a análise dos acontecimentos discursivos, ao tomar como objeto de estudo a produção de efeitos de sentidos realizadas por sujeitos sociais inseridos na história (GREGOLIN, 2007). Assim, nos estudos de mídia a AD se constitui como um recurso metodológico importante, na medida em que contribui para a compreensão do papel do discurso na construção de identidades sociais.

A AD é uma relação com a linguagem, e além de considerar a questão de sua materialidade, que é linguística e histórica, pode-se também pensar o silêncio em sua importância fundamental (ORLANDI, 2007). Desse modo, considerando o contexto de ditadura militar em que as reportagens foram realizadas, a nossa análise levará em conta o conceito de Orlandi (2007) formas de silêncio.

As próprias palavras transpiram silêncio (ORLANDI, 2007) e o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção dos sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito. Segundo Orlandi (2007), compreender o silêncio não é uma tarefa fácil, deve-se levar em conta a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, bem como seus traços e pistas.

Compreender o silêncio não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação com o dizer (“traduzir” o silêncio em palavras), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer seus modos de significar. (ORLANDI, 2007, p.50)

Por trabalhar nos limites das formações discursivas, o silêncio determina os limites do dizer, nesse nível acontece o que Orlandi (2007, p.74) determina de “forclusão” do sentido, ou silêncio constitutivo, um mecanismo que coloca em funcionamento o “conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer”. A partir do momento que toda denominação apaga outros sentidos possíveis, o dizer e o silenciamento são inseparáveis. Junto do silêncio constitutivo, segundo a autora, temos o silêncio local, que se coloca como a manifestação mais visível da política do silêncio, ou seja, a interdição do dizer. Em um contexto de repressão e censura é relevante considerar não só os aspectos

discursivos, mas também o silêncio que, muitas vezes, permeia as palavras, pois a partir dele poderemos identificar as intenções das reportagens, seus interesses, ou seja, ir além da análise da superfície das informações relatadas.

A coleta das reportagens para a análise buscou privilegiar aquelas que abordavam as invasões, principalmente na semana dos acontecimentos. Todavia, diante do cenário de crise apresentado na UnB, julgamos por bem considerar alguns desdobramentos que o jornal abordou, principalmente os ocorridos após a invasão de 1965, com a demissão de mais de 80% do corpo docente e após os atos de violência de 1968, com toda a sua repercussão nacional. Vale ressaltar que, neste momento, as reportagens do jornal não eram assinadas, não sendo possível identificar o seu autor.



## 5.2.A cobertura da invasão à UnB de 1964

Como vimos anteriormente, a primeira invasão à UnB ocorreu em 09 abril de 1964, e a reportagem do jornal *Correio Braziliense* sobre ela ocorreu na edição do dia 10/04, na página 8, sob a seguinte manchete “Material de Propaganda Comunista é apreendido pelo Exército na UNB”<sup>133</sup>.



Figura 3 Reprodução *Correio Braziliense*, p.8, 10/04/1964

De acordo com esta notícia, farto material de propaganda comunista cubana, russa e chinesa havia sido apreendido nas dependências da biblioteca da universidade por elementos do Serviço Secreto, oficiais do Exército da Polícia Militar de Minas e do Departamento Federal de Segurança pública. Os policiais souberam, por meio de um telefonema interceptado pela censura, que os universitários estavam ateando fogo em

<sup>133</sup> MATERIAL DE PROPAGANDA COMUNISTA É APREENDIDO NA UNB. *Correio Braziliense*, Brasília, ano CLII, n. 1.191, p.8, 10 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=13963](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=13963) Acesso em: 01/10/2021

livros de literatura “subversiva”, diante disso foi solicitada a ajuda da polícia militar que se deslocou para o local (MATERIAL..., 1964, p.8) e juntamente com as tropas do Exército, cercaram os prédios da UnB colocando metralhadoras em posição de fogo.

A prisão de professores e estudantes que, mesmo sem provas concretas, foram apontados como agentes comunistas também foi relatado, assim como os materiais apreendidos na biblioteca, entre os quais livros que destacavam a personalidade de Lenin, Stalin e Fidel Castro e algumas bandeiras de países “socionacionalistas”, como a China Comunista, cuja foto ilustra a reportagem.

Notamos que o jornal relata o acontecido sem mencionar a palavra invasão e não destaca a violência explícita desta ação, ao citar com naturalidade o cerco à universidade, o uso de armas de fogo e a prisão de estudantes menores de idade. O relato, sem nenhum estranhamento por parte do jornal, de uma conversa dos oficiais de que “levariam os estudantes logo, antes que os familiares soubessem” (MATERIAL..., 1964, p.8), também deve ser destacado. Outro ponto significativo, foi não ter ocorrido questionamentos da legitimidade desta iniciativa, somente os oficiais que participaram da ação foram ouvidos, nenhum dos membros da universidade foram procurados para dar sua versão. Assim, observamos que não é somente o silêncio que atravessa as palavras (ORLANDI, 2007), mas também o silenciamento, presente na ausência de declarações da comunidade universitária sobre o assunto.

A observação das edições seguintes não trouxe mais nenhum desdobramento desta primeira invasão. No entanto, é importante ressaltar que no dia 11/04 na seção de editorial, o texto denominado “Posição Histórica”<sup>134</sup>, defendeu o expurgo dos quadros políticos daqueles que eram ligados às potências totalitárias estrangeiras, uma menção clara aos países comunistas. Ademais, o texto enfatiza a crença na Revolução e nas Forças Armadas que salvaram o país de uma iminente guerra civil.

Outro texto nessa mesma seção, dessa vez publicado no dia 14/04, intitulado “O Novo Governo”<sup>135</sup>, demonstra o apoio do jornal ao governo do general Castelo Branco, definido como detentor de “um currículo vitae brilhante e honroso” (O NOVO..., 1964, p.4). Mais uma vez é salientada a necessidade de extirpar o comunismo do Brasil a partir

---

<sup>134</sup>POSIÇÃO HISTÓRICA. *Correio Braziliense*, Brasília, ano CLII, n.1.192, p.4, 11 abr. 1964 Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=13972](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=13972)> Acesso em: 01/10/2021

<sup>135</sup>NOVO GOVERNO. *Correio Braziliense*, Brasília, ano CLII, n.1.194, p.4, 14 abr. 1964. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=13999](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=13999)> Acesso em: 01/10/2021

de uma “operação sanitária”, na qual os agitadores, que antes eram amparados pelo oficialismo, não mais tumultuariam o quadro socioeconômico brasileiro (O NOVO..., 1964). Nesta mesma edição, foi publicada uma errata da reportagem do dia 11/04 sobre a apreensão de material subversivo na UnB. O então diretor do jornal Edilson Cid Varela recebeu uma carta do vice-reitor que se encontrava no exercício da reitoria, Almir Castro, esclarecendo o erro praticado no dia 11/04. A carta foi divulgada na íntegra, numa pequena nota na página 5 sob o título “Bandeiras na Universidade”<sup>136</sup> como podemos observar abaixo

A propósito da reportagem publicada na edição de ontem desse conceituado matutino, sob o título “Material de propaganda comunista apreendido pelo Exército na UNB”, na qual, sob o tópico “Material”, se noticia a apreensão de “algumas bandeiras de países socialistas, como a China Comunista, cujo clichê ilustra a presente reportagem”, cumpre-me informar Vossa Senhoria de que, tendo em vista as relações internacionais da Universidade de Brasília, dispõe esta de 35 bandeiras estrangeiras, as quais nas ocasiões próprias são hasteadas no campus. Entre as mesmas, entretanto, não existia a da China Continental. A bandeira que figura no clichê em apreço é a do Japão, país com o qual esta Universidade mantém excelentes relações e não a da China Comunista, como por equívoco foi noticiado. Ficaria muito grato a Vossa Senhoria pela publicação deste esclarecimento nas colunas do “Correio Braziliense” para boa informação de seus numerosos leitores a bem da verdade. Atenciosamente Almir de Castro. Vice-Diretor no exercício da Reitoria (BANDEIRAS NA UNIVERSIDADE, 1964, p.5)

Desse modo, ressaltamos que o jornal pouco se dedicou à checagem dos fatos ao dizer que a bandeira do Japão era a da China Comunista. Como destacamos no tópico anterior, o que foi apreendido eram livros e materiais que poderiam ser encontrados em qualquer biblioteca particular ou universitária existente, mas foi denominado pela reportagem de material subversivo.

---

<sup>136</sup> BANDEIRAS NA UNIVERSIDADE. *Correio Braziliense*, Brasília, ano CLII, n.1.194, p.5, 14 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=14000](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=14000) Acesso em: 01/10/2021

### 5.3.A cobertura da Invasão à UnB de 1965

Em 1965, o agravamento da situação na UnB e a demissão de vários professores foi o tema da matéria intitulada “Afastamento de professor da UNB gera Demissão Coletiva”<sup>137</sup>, que além de fazer referência à demissão dos coordenadores, trazendo uma parte da carta por eles elaborada, trata da possível greve organizada pelos estudantes. Um trecho da fala do reitor Laerte Ramos aos jornalistas também foi reproduzido, ele dizia estar agindo dentro da lei diante do, já mencionado, caso do professor Las Casas (AFASTAMENTO..., 1965, p.3). Esta reportagem se dedicou à exposição dos fatos e desta vez trouxe tanto a explicação dos coordenadores para a demissão como a posição do reitor diante de toda a crise.

A invasão de 10 de outubro de 1965 só aparece em reportagem na edição do dia 12/10, pois o *Correio Braziliense* não era publicado às segundas feiras. Na primeira página uma nota denominada “Primeiro, a Universidade”<sup>138</sup>, chama a atenção para a tensão na UnB, destacando que os coordenadores que entraram em greve tinham seus direitos, mas que antes de tudo está a Universidade, portanto “a hora era de união e não de privilegiar interesses individuais” (PRIMEIRO..., 1965, p.1). Ainda classificou como extremas e precipitadas as medidas tomadas pelo reitor que, segundo eles, deveria ter buscado o diálogo. A nota encerra, dizendo que o futuro da Universidade estava em jogo “e a responsabilidade recairá sobre aqueles que não tiveram a paciência e a superioridade para aceitar uma situação diferente da que satisfaria aos seus interesses individuais” (PRIMEIRO..., 1965, p.1)

Como podemos observar a seguir, no inferior da página 2, tem-se a notícia “Polícia mantém ordem e guarda patrimônio da UnB”<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> AFASTAMENTO DE PROFESSOR DA UNB GERA DEMISSÃO COLETIVA. *Correio Braziliense*, Brasília, ano CLII, n.1.643, 1º caderno, p.3, 8 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20456](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20456) Acesso em: 06/10/2021

<sup>138</sup> PRIMEIRO, A UNIVERSIDADE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.646, capa, 12 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20504](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20504) Acesso em: 06/10/2021

<sup>139</sup> POLÍCIA MANTÉM ORDEM E GUARDA PATRIMÔNIO DA UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.646, 1º caderno, p.2, 12 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20505](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20505) Acesso em: 06/10/2021



Figura 4 Reprodução *Correio Braziliense*, p.2, 12/10/1965

Dividida em partes, esta tratou primeiro da presença da polícia no campus para garantir a proteção do patrimônio; a suspensão das aulas, até que a situação voltasse à normalidade e o clima de tensão e de expectativa que pairava na UnB. As três partes seguintes de subtítulo “Indisciplina”, “Retorno” e “Subversão” citam, respectivamente, a entrevista dada por Laerte Ramos, que classificou como indisciplina a greve dos professores e alunos, enfatizando que os policiais estavam na universidade por medida de segurança. A seguinte destaca o comentário do reitor sobre o caso do professor Las Casas, que segundo ele, nada poderia fazer a não ser atender à solicitação ministerial de retorno ao MEC. A última ressaltando a existência de um ativo reduto de subversão na UnB, que até aquele momento não tinha sido dissolvido pela revolução, ou seja, mais uma vez reforçava a ideia de que a universidade era tomada por comunistas.

Também estava presente o posicionamento do ministro Suplicy Lacerda, que dizia estar atento àquela situação, recebendo constantemente informações do reitor. Em “Pompeu acusa” traz a afirmação feita pelo professor Pompeu de Souza, na CPI da UnB, de que o próprio reitor era subversivo e estava a serviço “de forças do obscurantismo antidemocrático”. Por fim, “No Supremo” descreve a ida de professores e alunos ao

Supremo Tribunal Federal, solicitando a interferência do Ministro Ribeiro Costa para que fosse normalizada a vida estudantil. Diante do pedido, Ribeiro recomendou que os professores procurassem o Chefe de Polícia, ou alguma autoridade para expor seu problema a fim de encontrar uma solução (NO SUPREMO, 1965, p.2).

Embora apareçam diferentes relatos, ainda prevalecem os de representantes dos órgãos oficiais, tais como reitor e o ministro Suplicy. Mais uma vez a comunidade acadêmica não foi ouvida, só há menções de situações específicas, como o depoimento de um professor à CPI e a ida de professores e alunos ao STF.

Ainda nesta edição de 12/10, na página 3, há a seguinte manchete “Parlamentares abordam crise da Universidade”<sup>140</sup>, com os discursos de alguns deputados sobre a apreensão existente na UnB. A maioria das falas destacadas demonstravam indignação com a solicitação da presença da polícia e protestos contra as prisões dos professores, ou seja, eram contra as atitudes do reitor. Alguns apelaram a Castelo Branco, para que “salvasse a universidade” (PARLAMENTARES..., 1965, p.3). Aqui, destacamos o uso da palavra crise pelos parlamentares e pelo próprio jornalista ao mencionar a situação da universidade.



Figura 5 Reprodução *Correio Braziliense*, p.3, 12/10/1965

Embora não houve um grande enfoque na invasão, retratada apenas em uma reportagem sem grandes desdobramentos, durante todo o mês de outubro a crise da UnB

<sup>140</sup> PARLAMENTARES ABORDAM CRISE DA UNIVERSIDADE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.646, 1º caderno, p.3, 12 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20506](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20506) Acesso em: 06/10/2021

foi assunto nas reportagens do jornal. Elas destacavam a liberação dos professores estrangeiros presos<sup>141</sup>, os pedidos do Senado para a solução da crise<sup>142</sup>, a recomendação do Conselho Diretor para a reabertura da universidade<sup>143</sup>, editorial sobre a persistência da crise<sup>144</sup>, no qual houve críticas às atitudes do reitor por não privilegiar o diálogo e atuar estimulando a polêmica; a confiança do presidente Castelo Branco na recuperação da crise, afastando os rumores de fechamento da universidade<sup>145</sup>; o pedido de demissão de 180 professores<sup>146</sup>, tanto com o posicionamento da reitoria, quanto com a nota dos professores demissionários. Por fim, no final de outubro destacou-se a volta das aulas<sup>147</sup> e o retorno da normalidade depois de dias de suspensão das atividades e instabilidade.

Todas as reportagens citadas acima possuem um elemento comum: tratam da crise que se abateu sobre a UnB, principalmente após a demissão dos professores. Em alguns momentos ressaltou a inaptidão do reitor em contorná-la, pouco se falou a respeito da presença da polícia no campus, destacada como uma proteção ao patrimônio da universidade diante do clima de instabilidade e “ameaça”; assim como as consequências no cotidiano da comunidade acadêmica que ficou impedida de entrar nas suas dependências. Neste sentido identificamos o silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007), pois ao destacar a presença da polícia desta forma, o jornal apaga o verdadeiro sentido

<sup>141</sup> CHEFE DE POLÍCIA LIBERTA PROFESSOR E ALUNO DA UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.647, p.2, 13 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20521](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20521) Acesso em: 06/10/2021

<sup>142</sup> SENADO PEDE AO GOVERNO SOLUÇÃO PARA CRISE: UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.648, p.2, 14 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20537](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20537) Acesso em 07/10/2021

<sup>143</sup> CONSELHO APOIA O REITOR E RECOMENDA REABERTURA DA UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.649, capa, 15 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20550](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20550) Acesso em 07/10/2021

<sup>144</sup> CRISE PERSISTE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.649, p.4, 15 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20553](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20553) Acesso em 07/10/2021

<sup>145</sup> CASTELO CONFIA NA UNB E ESPERA SOLUÇÃO DA CRISE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.650, p.2, 16 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20565](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20565) Acesso em 08/10/2021

<sup>146</sup> 180 PROFESSORES DEIXAM A UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.652, capa, 19 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20594](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20594) Acesso em 08/10/2021

<sup>147</sup> AULAS DE DIREITO E BIBLIOTECONOMIA FUNCIONARAM NORMALMENTE NA UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.1.661, p.8, 28 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=20745](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=20745) Acesso em 08/10/2021.

desta ação. Assim, além da palavra invasão não ser citada, podemos notar o quanto, neste caso, o processo do dizer e do silenciamento estão presentes nesta reportagem.

Até este momento prevaleceu o silêncio com relação à ação policial. Contudo, em 1968 constatamos uma mudança nas reportagens, que passaram a utilizar o termo invasão desde início da cobertura, desta vez realizada de modo amplo com capas e diferentes reportagens numa mesma edição.

#### 5.4.A cobertura da invasão à UnB de 1968

A invasão de 1968 ganha visibilidade logo no dia seguinte à ação, assim no dia 30/08/1968 a capa traz como destaque a manchete “Deputados e estudantes apanham na Universidade”<sup>148</sup>, como podemos observar na imagem abaixo.



Figura 6 Reprodução *Correio Braziliense*, capa, 30/08/1968

<sup>148</sup> DEPUTADOS E ESTUDANTES APANHAM NA UNIVERSIDADE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.670, capa, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35624](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35624) Acesso em 16/10/2021



Esta trouxe notas oficiais do Departamento de Polícia Federal (DPF)<sup>149</sup>, contando que alguns estudantes tinham mandados de prisão e por estarem no interior da universidade foi apresentado ao reitor um pedido de busca, informado negativamente por ele. Ainda segundo a nota, os policiais foram recebidos com pedradas e disparos de armas de fogo de dentro da universidade. O DPF declarou estar ciente de que as autoridades da UnB cederam as salas para “reuniões altamente subversivas” naquela semana e diante das repetições, os Poderes Públicos não permitiriam mais a sua realização (NOTAS..., 1968, p.1). Compõem esta capa a nota do Hospital sobre o estado de saúde do estudante Waldemar Alves da Silva Filho, baleado na cabeça e a posição oficial da reitoria sobre a suspensão das aulas devido “à invasão do campus pela Polícia”.

Na página 3 desta mesma edição há o relato<sup>150</sup> que os deputados do MDB Amaral Peixoto, Martins Rodrigues, Hermano Alves, Chagas Rodrigues, Doin Vieira e Caruso da Rocha encaminharam para sua liderança. Os parlamentares visitaram a universidade logo depois dos acontecimentos e citaram a destruição de laboratórios por bombas, a utilização de bombas de efeito moral, salas de coordenadores reviradas, manchas de sangue do estudante baleado e o espancamento de modo indiscriminado de estudantes e professores.

A página 5 trouxe a repercussão na Câmara dos Deputados com a matéria “Câmara tumultua com acontecimentos”<sup>151</sup>, constando as manifestações dos parlamentares no plenário sobre a invasão. A maioria das declarações, incluindo de membros do ARENA, foram contra a ação policial e a violência empregada, muitos diziam que diante dos graves fatos a Câmara não ia se calar. Os ânimos estavam exaltados, inclusive houve o relato de uma tentativa de agressão entre os próprios deputados, quando um deles, Cantídio Sampaio, tentou desferir um soco no deputado David Lerer, ao ser chamado de mentiroso por dar a versão da polícia dos fatos.

---

<sup>149</sup> NOTAS OFICIAIS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.670, capa, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35624](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35624) Acesso em 16/10/2021

<sup>150</sup> DEPUTADOS DO MDB DESCREVEM PARA O PARTIDO OS FATOS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.670, p.3, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35626](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35626) Acesso em: 16/10/2021

<sup>151</sup> CÂMARA TUMULTUA COM ACONTECIMENTOS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.670, p.5, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35628](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35628) Acesso em: 16/10/2021

Na página 6 foi divulgada uma segunda nota do Departamento de Polícia Federal, explicando o ocorrido<sup>152</sup>. Segundo ela os policiais se dirigiram à UnB para cumprir o mandado de prisão, o que foi negado pelo vice-reitor em exercício, mesmo com a negativa os agentes federais localizaram e prenderam Honestino Guimarães, o que deu início às agressões por parte dos estudantes, inclusive com disparos de armas de fogo, ferindo vários policiais (2º NOTA DPF, 1968, p.6). Ainda de acordo com esta nota, a depredação das dependências das salas e laboratórios ocorreu pela ação dos próprios estudantes, com o intuito de responsabilizar os próprios policiais por estes atos. Além das prisões, consta que foram apreendidos na sede da FEUB e em outros locais da universidade “farto material altamente subversivo” (2º NOTA DPF, 1968, p.6).

Esta mesma página trouxe na íntegra o manifesto dos professores e funcionários<sup>153</sup>, que buscavam levar ao conhecimento da Nação o estado de insegurança da universidade e a necessidade de punição dos responsáveis por tamanha brutalidade. Em destaque a manchete “Caio diz que é solidário mas não assina manifesto” (*sic*), a respeito da realização de Assembleias por professores, funcionários e estudantes, cujo documento não foi assinado pelo reitor Caio Benjamin Dias, alegando que precisava se inteirar mais sobre os fatos, e daria uma nota individual sobre eles.

O protesto do Senado<sup>154</sup> também esteve presente em reportagem que trouxe a maioria dos senadores manifestando-se contra as ações na universidade. Algumas fotos de estudantes rendidos com as mãos na cabeça, acompanhados por policiais também estavam presentes nesta página. Observamos que, diferente das outras invasões, esta teve ampla cobertura do jornal que se dedicou na exposição dos fatos com declarações dos órgãos oficiais, manifestações da comunidade universitária e a repercussão entre Senado e Câmara que, de acordo com os trechos selecionados pelos repórteres, se mostravam indignados.

---

<sup>152</sup> 2º NOTA DPF. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.670, p.6, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629) Acesso em 16/10/2021

<sup>153</sup> MANIFESTO DOS PROFESSORES. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.670, p.6, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629) Acesso em 16/10/2021

<sup>154</sup> O SENADO PROTESTA *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.670, p.6, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629) Acesso em 16/10/2021

Somente na página 12 com a manchete “UnB outra vez tomada de Assalto”<sup>155</sup> observamos uma página inteira com o relato do próprio Jornal sobre a Invasão.



Figura 7 Reprodução Correio Braziliense, p.12, 30/08/1968

Nela houve uma exposição dos fatos que aconteceram, desde os motivos, a ação policial, o tumulto gerado com a prisão de estudantes, as agressões sofridas pelos deputados e a repercussão entre a comunidade acadêmica, que iria realizar grupos de trabalho para debater “as agressões físicas, política e moral” (UnB...,1968, p.12) por eles sofridas. É importante ressaltar que pela primeira vez observamos a utilização da palavra invasão no texto do próprio jornal, ou seja, não houve a reprodução de nenhuma nota, fala ou entrevista. Embora cite os alunos que foram ouvidos, não traz o nome, o curso ou se eram ou não participantes do ME. Um breve trecho ressalta uma pequena divergência entre os estudantes, enquanto os representantes do Grêmio falavam da possibilidade de realizar uma passeata, o outro grupo, não nomeado pelo jornal, dizia não ter condições para manifestações públicas.

<sup>155</sup> UNB OUTRA VEZ TOMADA DE ASSALTO. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.670, p.12, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%3%a3o%20UNB%22&pagfis=35635](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%3%a3o%20UNB%22&pagfis=35635) Acesso em: 16/10/2021

No dia 31/08 a cobertura segue e na capa é destaque a declaração do então Ministro da Justiça Gama e Silva<sup>156</sup> que disse desconhecer quem havia determinado a invasão e faz críticas aos jornais *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo* por terem insinuado que a ordem partira dele. Ao ser questionado sobre medidas de exceção, o ministro disse que não ocorreriam, pois o episódio da UnB teria sido um caso isolado e a capital federal estava em perfeita calma. A repercussão na Câmara mais uma vez foi destaque, com a manchete “Câmara continua reagindo a Invasão”<sup>157</sup>, tem-se uma página inteira de reportagens repercutindo não só as reações no plenário e no senado, mas também a reunião entre o presidente Costa e Silva e o reitor Caio Benjamin Dias que aconteceria posteriormente.

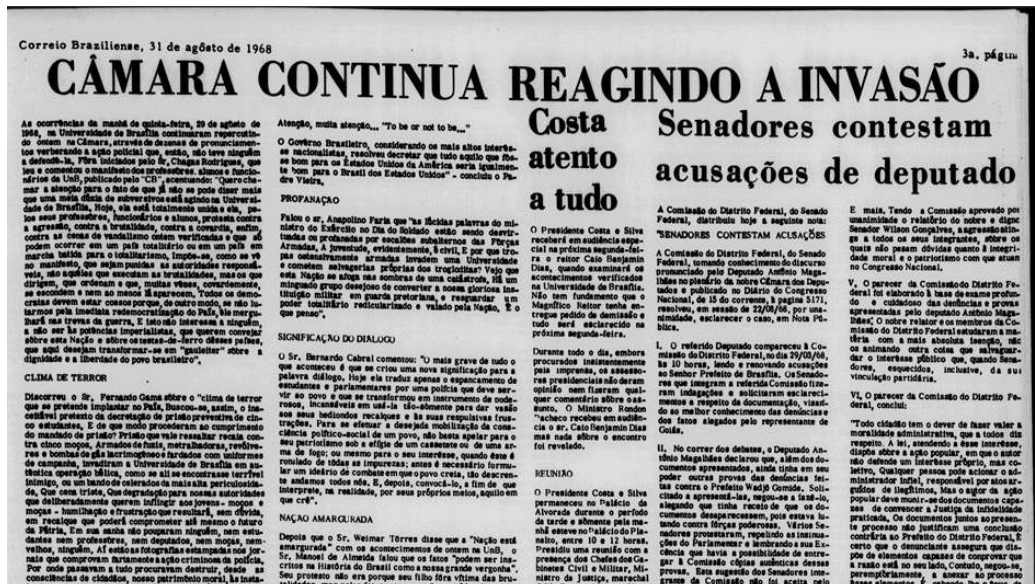


Figura 8 Reprodução *Correo Braziliense*, p.3, 31/08/1968

Os duros discursos realizados pelos deputados no plenário corroboravam o clima de embate entre Legislativo e Executivo, as falas selecionadas pelo jornal evidenciavam que a maioria deles cobrava ações efetivas do presidente para punir os reitores daquela ação. Uma reportagem presente na página 5 também dava enfoque aos deputados e,

<sup>156</sup> GAMA IGNORA QUEM DEU ORDEM DE INVADIR UNB. *Correo Braziliense*, ano CLII, n.2.671, capa, 31 ago. 1968. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35648](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35648) Acesso em: 16/10/2021

<sup>157</sup> CÂMARA CONTINUA REAGINDO A INVASÃO. *Correo Braziliense*, ano CLII, n.2.671, p.3, 31 ago. 1968. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35650](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35650) Acesso em: 16/10/2021

embora o título da manchete fosse “Governo apura ocorrências com Rigor”<sup>158</sup>, esta mencionava a desolação de alguns políticos da ARENA com o ocorrido na UnB e ressaltou a revolta do Senador Milton Campos com o governo, que dizia ser “tudo premeditado para conduzir o País um impasse definitivo” (GOVERNO..., 1968, p.3).

Por fim na página 6 tem destaque a reportagem “Brasília permanece traumatizada com as ocorrências desenroladas na Universidade”<sup>159</sup>, na qual observamos a atualização dos desdobramentos da invasão entre a comunidade acadêmica que se organizava em comissões e assembleias. Ressaltamos a divulgação do relato da professora Lêda Maria Cardoso que presenciou a prisão de Honestino Guimarães. Segundo a professora, o líder estudantil ao ser capturado foi espancado pelos policiais e os colegas, ao presenciarem tal fato, começaram a atirar pedras ao que a polícia revidou com armas de fogo. A exposição da professora termina com sua declaração de que estaria disposta a comparecer perante o presidente Costa e Silva e às demais autoridades para denunciar as barbáries por ela presenciadas naquele 29/08 (BRASÍLIA..., 1968, p.6). Além dos relatos e o manifesto de diferentes diretórios acadêmicos, havia ainda a atualização do boletim médico do estudante Waldemar Alves, cujo estado ainda era delicado naquele momento.

Aqui observamos que dessa vez o jornal procurou escutar a comunidade acadêmica. Apesar disso, não houve uma confrontação entre as notas dos órgãos oficiais e os relatos dos professores que testemunharam a invasão. Assim, apesar da fala da professora contradizer a versão dada pelo DPF, na qual os estudantes teriam recebido a tiros os policiais, não observamos nenhuma menção do jornal a este fato. Além disso, notamos que privilegiou-se ouvir os professores, já que nenhuma reportagem aborda especificamente a visão dos estudantes sobre a invasão. Por conseguinte, o processo de produção de sentido que poderia ser produzido por este grupo com relação à invasão acaba sendo silenciado pelo jornal. As mudanças na cobertura sobre as invasões nos sinalizam uma mudança nas relações da imprensa, setores políticos e da própria sociedade com o regime.

<sup>158</sup> GOVERNO APURA AS OCORRÊNCIAS COM RIGOR. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.671, p.5, 31 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35652](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35652) Acesso em: 16/10/2021

<sup>159</sup> BRASÍLIA PERMANECE TRAUMATIZADA COM AS OCORRÊNCIAS DESENROLADAS NA UNIVERSIDADE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.671, p.6, 31 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35653](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35653) Acesso em: 16/10/2021

A edição de domingo 01/09 com a manchete de primeira página “Mães protestam contra a polícia”<sup>160</sup> continuava a repercutir a invasão e trazia o protesto das mães e esposas de Brasília contra os episódios de violência.



Figura 9 Reprodução *Correio Braziliense*, capa, 1/09/1968

O texto não assinado intitulado “Culpa cabe a quem?” ressaltou o clima de intranquilidade e a insegurança dos pais em mandarem seus filhos para a escola diante dos riscos que poderiam correr. Ademais, realizou críticas à ação da polícia e fez questão de ressaltar que, do contrário ao que foi noticiado, a Polícia do Exército (PE) não estava presente aos fatos e os presos só tiveram segurança quando chegaram aos quartéis da PE.

Nesta edição o *Correio Braziliense* passou a trazer reportagens que repercutiam as invasões no país e não mais numa perspectiva local como nos números anteriores. Assim na página 3 a matéria intitulada “A Invasão da UnB repercute no país”<sup>161</sup> menciona as reações do movimento estudantil fora de Brasília, que passou a realizar comícios e passeatas relâmpagos, cuja principal finalidade era protestar contra a invasão. Com a situação de Brasília, o movimento, que buscava se organizar para a realização do XXX

<sup>160</sup> Mães protestam contra a polícia. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.672, capa, 1 set. 1968. A consulta desta página no site, não se dá de modo legível. Por isso não disponibilizaremos o link para esta reportagem.

<sup>161</sup> A INVASÃO DA UNB REPERCUTE NO PAÍS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.672, p.3, 1 set. 1968. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35674](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35674) Acesso em: 17/10/2021

Congresso da UNE, passou a ser acompanhado ainda mais de perto pelos órgãos de repressão (A INVASÃO..., 1968, p.3).

Em “A reação dos Congressistas”<sup>162</sup> o posicionamento dos parlamentares foi pautado, desta vez as discussões giravam em torno da responsabilidade ou não de Costa e Silva na invasão. Alguns Arenistas colocavam a culpa em grupos extremistas, que conspiravam para o endurecimento do regime e alertavam para a necessidade do isolamento desses elementos radicais.

As reportagens encerraram nas páginas 8 e 9 com a seguinte manchete “Está latente a crise na universidade”<sup>163</sup>, em que foi realizado um balanço das comissões e o encontro em uma assembleia do reitor Caio Benjamin com os professores. Segundo a reportagem, o reitor afirmou que somente continuaria a frente da reitoria se tivesse condições mínimas de segurança, “capazes de manter digna e íntegra a comunidade universitária” (ESTÁ..., 1968, p.3). Assim, buscou-se destacar os desdobramentos da invasão enfatizando a demissão ou não do reitor. O fato deste aparecer de surpresa na assembleia dos professores e o seu comprometimento em restabelecer a normalidade também foi abordado.

No dia 3 de setembro, na edição n. 2.673, um dos destaques da capa é o estado de saúde do estudante Waldemar<sup>164</sup>, que ainda estava no hospital. Outro caso, desta vez do estudante Alduízio Moreira, também foi ressaltado. Ele tinha deixado o hospital depois de sofrer graves torturas, segundo a nota “o estudante está enlouquecido e poderá ou não recobrar a lucidez, com o tempo” (VALDEMAR BEM, 1968, p.1). Com isto, o jornal muda um pouco o tom de sua cobertura, que até então destacava a violência sofrida por parlamentares e seus filhos, ao divulgar, também na capa, o bilhete deste estudante que alegava ter sido torturado e pela primeira vez temos em destaque o relato de um estudante sobre esta invasão, como podemos ver abaixo

---

<sup>162</sup> A REAÇÃO DOS CONGRESSISTAS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.672, p.3, 1 set. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35674](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35674) Acesso em: 17/10/2021

<sup>163</sup> ESTÁ LATENTE CRISE NA UNIVERSIDADE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.672, p.3, 1 set. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35679](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35679) Acesso em: 17/10/2021

<sup>164</sup> VALDEMAR BEM. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.673, capa, 3 set. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35706](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35706) Acesso em: 18/10/21



Figura 10 Reprodução *Correio Braziliense*, capa, 3/09/1968

Na página 5 desta mesma edição tem-se mais uma reportagem sobre a repercussão das invasões no Congresso intitulada “Caso da UnB deixa Congresso inquieto”<sup>165</sup>.

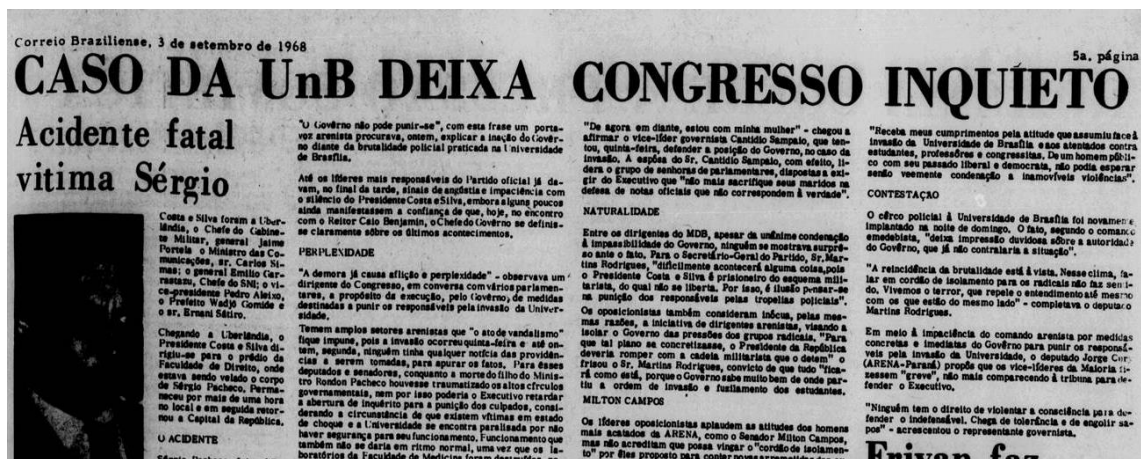


Figura 11 Reprodução *Correio Braziliense*, p. 5, 3/09/1968

Ela apresentava a cobrança dos parlamentares de uma atitude do Presidente Costa e Silva que ainda não tinha se manifestado, mesmo os que eram pró-governo viam com

<sup>165</sup> CASO DA UNB DEIXA CONGRESSO INQUIETO. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.673, p.5, 3 set. 1968.

Disponível

em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35710](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35710) Acesso em: 18/10/21



perplexidade a sua demora para punir os responsáveis pela invasão e vários ameaçavam vir a público para registrar seus protestos (CASO..., 1968, p.5). Os discursos realizados nas tribunas contra e a favor do governo também tiveram espaço nesta página por meio da reportagem “Governo apura invasão”<sup>166</sup>. O primeiro grupo continuava a exigir do governo um posicionamento, destacando que ele ao se manter calado tornava-se “cumplice dos criminosos”; os outros, a favor, buscavam colocar a responsabilidade das ações exclusivamente sobre os policiais.

No dia 4 de setembro, mais uma vez a UnB está presente na capa do jornal, desta vez com a manchete “Costa dá mão forte ao Reitor”, cujo principal assunto era a permanência do reitor Caio Benjamin na universidade e a designação do chefe do SNI Emílio Garrastazu Médici<sup>167</sup>, da alta patente militar, para investigar os acontecimentos.



Figura 12 Reprodução *Correio Braziliense*, capa, 4/09/1968

A análise das reportagens sobre a invasão de 1968 evidencia um ponto de virada na cobertura do jornal *Correio Braziliense*, que além de passar a utilizar o termo invasão, dá amplo destaque aos fatos não somente pela visão dos órgãos oficiais, mas também ouvindo a comunidade acadêmica e divulgando notas de diferentes instituições que condenaram o acontecido. A repercussão no Congresso também teve ampla abordagem,

<sup>166</sup> GOVERNO APURA INVASÃO. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.2.673, p.5, 3 set. 1968. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35710](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35710) Acesso em: 18/10/21

<sup>167</sup> Neste momento Médici ainda não era Presidente República, o seu mandato se deu partir de 1974.

a maioria das reportagens trouxeram os pronunciamentos integrais dos deputados, senadores, buscando sempre mesclar os que eram pró-governo e os que se manifestavam contra. A partir destas reportagens, podemos ter a dimensão dos embates e o clima de tensão entre o Legislativo e o Executivo. A pressão exercida pelos parlamentares era constante e o governo manteve-se em silêncio por quase uma semana, até designar o chefe do SNI para as investigações.

Embora tenha realizado ampla cobertura, o jornal manteve um distanciamento com relação aos fatos, poucas foram as matérias que buscaram questionar a legitimidade das invasões e as suas possíveis consequências para o futuro da UnB, os questionamentos realizados partiram de pessoas ouvidas pelos próprios jornalistas. Nesta perspectiva, é importante considerarmos que as mídias, neste caso específico o jornal, desempenham um papel de mediação entre os seus leitores e a realidade. Os seus textos não oferecem uma realidade, mas uma construção que permite àqueles produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta (GREGOLIN, 2007).

Notamos que a realidade construída pelo jornal, apesar de evidenciar os diferentes atores envolvidos na invasão e a violência da ação, não menciona em nenhum momento as crises anteriores enfrentadas pela UnB nem o quanto ela já era alvo de constantes intervenções desde o início da ditadura militar. Ao colher diferentes relatos, não observamos no jornal uma tendência investigativa com o intuito de esclarecimento dos fatos, não ocorreu uma apuração deles a partir das diferentes versões dadas pelo DPF e aqueles que testemunharam as ações. Assim, o que prevaleceu foi o seu caráter de registro jornalístico e não interpretativo.

### **5.5.A cobertura da invasão à UnB de 1977**

A cobertura da invasão de 1977 evidencia a mesma tendência das anteriores, ou seja, privilegiando notas oficiais, os discursos do reitor em detrimento das manifestações de professores e estudantes. No início do mês de junho tem-se em destaque tanto a mobilização dos estudantes com relação à greve<sup>168</sup>, como a presença da polícia nas imediações do campus. Na mesma página, logo abaixo, mais uma vez a presença da

---

<sup>168</sup> ALUNOS DECIDIRÃO SE CONTINUAM GREVE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.245, p.12, 3 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88937](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88937) Acesso em 20/10/2021

polícia é destacada na notícia “Polícia fica de prontidão”<sup>169</sup>, a qual cercou o entorno da UnB mesmo com a manifestação pacífica dos estudantes, policiais à paisana se misturavam entre os manifestantes para garantir a proteção do patrimônio da universidade.



Figura 13 Reprodução Correio Braziliense, p.12, 03/06/1977

No dia seguinte, 4 de junho, a reportagem “O poder mediador”<sup>170</sup>, afirma que os deputados do Arena e do MDB se ofereciam para dialogar com os estudantes. Mais uma

<sup>169</sup> POLÍCIA FICA DE PRONTIDÃO. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.245, p.12, 3 jun. 1977. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88937](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88937) Acesso em 20/10/2021

<sup>170</sup> O PODER MEDIADOR. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.246, p.3, 4 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88970](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88970) Acesso em 20/10/2021

vez seguiu-se um mesmo padrão na elaboração das notícias, ou seja, com diversos depoimentos de deputados sobre a situação.



Figura 14 Reprodução *Correio Braziliense*, p.3, 4/06/1977

Outro destaque é dado no dia 7 de junho, com uma página inteira dedicada a relatar a situação dos estudantes não só na UnB<sup>171</sup>, mas também em outras universidades. Sobre a situação da UnB, tem-se uma nota em que é mencionada a entrega de uma carta pelos estudantes à primeira-dama Rosalynn Carter sobre os abusos naquela instituição<sup>172</sup>. Logo abaixo desta, há uma outra nota do Assessor de Imprensa da Presidência da República questionando se realmente a carta tinha sido entregue<sup>173</sup>, evidenciando a existência suspeitas com relação aos estudantes.

<sup>171</sup> ESTUDANTES. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

<sup>172</sup> CARTA A CARTER. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

<sup>173</sup> CAMARGO NÃO ACREDITA NA ENTREGA DA CARTA. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

As prisões de estudantes e jornalistas também foram tema. Em “Prisões atingem na UnB até jornalistas”<sup>174</sup>, vemos que mais uma vez o jornal trata da ocupação da polícia militar no campus sem dar enfoque à legitimidade desta ação, estudantes continuaram não sendo ouvidos e a prisão das jornalistas que estavam cobrindo os acontecimentos, Rosângela Bivar, do *Estado de S. Paulo*; e Maria do Rosário Caetano, do *Jornal de Brasília*, é destaque por meio da nota da Associação Brasileira de Imprensa<sup>175</sup> (ABI).

Nos dias seguintes dois assuntos tiveram grande enfoque em duas reportagens: a possibilidade de os estudantes encerrarem a greve por meio de uma Assembleia autorizada pelo reitor<sup>176</sup> e o questionamento levantado pelo próprio *Correio Braziliense* de que a carta entregue pelos estudantes à primeira-dama Rosalynn Carter não fora escrita por eles, mas sim pela CIA<sup>177</sup>.

A primeira reportagem traz uma carta aberta à população de Brasília escrita pela Comissão Centralizadora da greve, sobre os abusos que aconteciam na universidade e o manifesto de um grupo de estudantes, que se intitulavam líderes do departamento de Direito, condenando a ação dos estudantes grevistas de entregar uma carta à primeira-dama americana, pois ela não representava a maioria dos estudantes. A resposta dos estudantes da Comissão Centralizadora a este manifesto também foi divulgada. Neste sentido, podemos destacar o enfoque dado às contradições dentro do ME, ao evidenciar a ruptura entre os próprios estudantes o jornal demonstra que eles não estavam unidos e aqueles que atuavam no movimento grevista agiam sem ter a representação da maioria.

A notícia sobre a veracidade da carta para Rosalynn Carter repercutiu entre Parlamentares e os próprios estudantes. Diante das desconfianças, o *Correio Braziliense* pediu que linguistas analisassem o texto do documento, a fim de identificar se ele havia

<sup>174</sup> PRISÕES ATINGEM NA UnB ATÉ JORNALISTAS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

<sup>175</sup> ABI FAZ PROTESTOS CONTRA PRISÕES. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

<sup>176</sup> ESTUDANTES VÃO DECIDIR SE A GREVE ACABA NUMA ASSEMBLEIA PERMITIDA. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.249, p.3, 9 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89218](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89218) Acesso em: 19/10/2021

<sup>177</sup> CARTA A ROSALYNN NÃO É BRASILEIRA. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.251, p.3, 9 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89218](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89218) Acesso em: 19/10/2021

sido escrito originalmente em língua inglesa. Assim, na edição de 11 de junho, na página 3 tem destaque a matéria “A Carta”<sup>178</sup>, que divulgou uma grande parte do laudo realizado pelos linguistas, a resposta do embaixador sobre esta hipótese que, segundo ele, seria inconcebível e a repercussão entre os próprios estudantes, que estavam em dúvida quanto à origem do documento. Neste sentido, esta reportagem deixava evidente que os próprios estudantes não concordavam com os termos em que a carta havia sido escrita.

A partir deste caso, é interessante observar o tratamento do jornal ao movimento estudantil da UnB. Diante de toda a mobilização impetrada pelo ME para que as punições dos 16 estudantes fossem revogadas, o *Correio* levanta questionamentos sobre a autenticidade da carta, ligando os estudantes a CIA. Os seus representantes não foram ouvidos pelo jornal, observamos somente relatos colhidos em Assembleias. No limite, ao tentar vincular um movimento que se definia essencialmente como anti-imperialista à CIA, o jornal buscou colocar em xeque a legitimidade de suas ações.

Nas reportagens seguintes<sup>179</sup> pode-se notar a defesa, mesmo que de modo sutil, do reitor Caio Azevedo. Este não teve nenhum questionamento à sua atuação, inclusive na edição do dia 25 de junho, na página 5 a matéria intitulada “Azevedo e a Crise”<sup>180</sup> destaca que a escalada repressiva não foi maior graças a sua conduta.

Em julho o impasse entre reitor e estudantes continua. A edição do dia 7/07 trouxe a seguinte notícia “DU confirma assembleia dia 25 na UnB”<sup>181</sup>, que divulgou a carta aberta dos estudantes do Diretório Universitário da UnB e a sua intenção de realizar uma Assembleia Geral no dia 25 de julho, data marcada para o retorno das aulas. A carta trazia críticas ao reitor que se utilizava de violência contra os estudantes e reivindicava que,

<sup>178</sup> A CARTA. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.253, p.3, 11 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89292](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89292) Acesso em: 19/10/2021

<sup>179</sup> RESENDE QUER PERMANÊNCIA DO REITOR. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.263, p.5, 21 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89783](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89783) Acesso em: 21/10/2021; REITOR BAIXA NOVO CALENDÁRIO. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.265, p.8, 23 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89868](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89868) Acesso em: 21/10/2021

<sup>180</sup> AZEVEDO E A CRISE. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.268, p.5, 25 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89963](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89963) Acesso em: 21/10/2021

<sup>181</sup> DU CONFIRMA ASSEMBLEIA DIA 25 NA UnB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.280, p.8, 7 julh. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=91823](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=91823) Acesso em 21/10/2021

para voltar à normalidade, deveria ocorrer a libertação dos presos, ausência de policiais no campus e o fim das prisões.

No dia 19 de julho de 1977 o jornal divulgou, na página 7, o resultado da Comissão de Inquérito da UnB<sup>182</sup>, que expulsou trinta alunos e suspendeu trinta e quatro.



Figura 15 Reprodução Correio Braziliense, p.7, 19/07/1977

Nela ocorreu uma explicação sobre o trabalho desenvolvido pela comissão, mais uma vez priorizando as notas do gabinete do reitor e dos membros do Conselho esclarecendo o porquê das punições. A lista com os nomes dos estudantes punidos está em destaque e separada em expulsões, suspensão por 90 dias, suspensão por 30 dias e suspensão por 5 dias. Nenhum dos representantes estudantis ou os punidos foram procurados para comentar o resultado.

<sup>182</sup> APROVADAS AS CONCLUSÕES DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DA UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.292, p.7, 19 julho, 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas% c3% a3o% 20UNB&pagfis=92346](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas% c3% a3o% 20UNB&pagfis=92346) Acesso em: 21/10/2021

O fato de o retorno das aulas ser requerido por meio de um *habeas corpus* pelos estudantes, foi tema de uma reportagem no dia 25 de julho. Sob o título de “Justiça garante aulas na UnB”<sup>183</sup> destacou-se que a maioria dos estudantes foram à Justiça para que lhes fosse assegurado o direito de comparecer ao campus universitário e ter aulas. O *habeas corpus* foi concedido, prevendo inclusive a requisição de força pública por parte da Justiça. Ao reitor também caberia assegurar a ordem e o acesso dos estudantes que desejassem comparecer às aulas. É interessante observar como o componente numérico é ressaltado por mais de uma vez nesta reportagem, assim os estudantes requerentes são denominados de “maioria” e os estudantes grevistas de “duas centenas”, reafirmando que os grevistas não representavam o todo.

O desdobramento desta ação se dá com a presença da polícia no Campus da UnB, relatada na capa “UnB volta às aulas”<sup>184</sup>, aqui identificamos que ela dá destaque a volta das aulas, mas também ressalta a existência de um confronto sem violência entre polícia e estudantes, como podemos notar na imagem a seguir

---

<sup>183</sup> JUSTIÇA GARANTE AULAS NA UnB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.298, p.5, 25 julho. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92628](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92628) Acesso em: 21/10/2021.

<sup>184</sup> UNB VOLTA ÀS AULAS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.299, p.8, 26 julho. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655) Acesso em 21/10/2021



**CORREIO BRAZILIENSE**  
 Órgão das "Dúvidas Assafoadas". Londres, 1808. Mandado José de Castro, Brasília, 1960. Assis Chateaubriand  
 Brasília, sexta-feira, 26 de julho de 1977 - Número 2299 - Edição de hoje: 3 cadernos - 40 páginas - CDE 438

Na quarta página verso do caderno um.  
 E em outra seção: Inverno, 24 páginas.  
 CANOBA n. VII e II.

ESTUDANTES E POLICIAIS EM CONFRONTO SEM VIOLÊNCIA

# UnB volta às aulas

**Geisel pede que banqueiro reduza juros**

O entendimento político entre o Governo e o representante de bancos é o principal resultado do Congresso de Bancos, realizado ontem em meio ao Presidente Geisel. Num discurso de 15 minutos o Presidente afirmou que dentro das regras de uma sociedade pluralista, a única solução que os entidades financeiras privadas tinham em garantir a ordem econômica de desenvolvimento. Geisel disse ainda que seu princípio que não dá para "bater" no do outro lado, quem cobra juros excessivos em meio ao processo de privatização. Juntamente com o Presidente foram a Manaus e Manaus Sul, Rio Branco, Igarapé, Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Goiás, e o Estado de Mato Grosso do Sul, Goiás e do Ceará. O Presidente da Confederação de Bancos do Brasil, José Carlos de Azevedo, respondeu o Presidente afirmando que "as bancas não podem na democratização do capital". Geisel e os Ministros mantiveram diversos minutos de diálogo com os empresários que foram a Brasília, visando ao acordo de contas entre Governo e bancos. (Páginas 8 e 7)

**Brasil aceita o debate com a Argentina**

O momento político internacional que se viveu nesta noite diplomática, assinado pelo Ministro Assafoado de Oliveira e entregue pelo Embaixador Carlos Soria de Sousa, no Chacabuco argentino Oscar Maza, há cerca de duas semanas em que o Brasil aceita sua disposição de discutir a Argentina sobre todos os temas de relacionamento bilateral, inclusive sobre o desenvolvimento do rio Paraná. Desde que a situação jurídica sobre o rio não se de fato está devidamente resolvida.

Segundo a parte - via Felipe Lampreia, o governo brasileiro se dá muito preocupação e entendimento de instrumentos jurídicos aplicáveis - especificamente do Tratado de Rio de Janeiro de 1929, assinado em 1934, com a Argentina. "A situação dos acordos internacionais existentes - e um dos pontos mais importantes da diplomacia brasileira -".

Essa posição assinada pelo momento e entendida por alguns entendimentos como um fim ainda que difícil, depois de ter o acordo assinado sobre propostas de concessões comerciais para Chacabuco argentino. (pág. 10)

**Festival de**

Infância por grupos estudantis argentinos e brasileiros para a cidade de Brasília.

Segundo depoimento do Reitor José Carlos Azevedo ao "Correio Braziliense", apenas no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, com cerca de 325 alunos, o comparecimento foi zero. De um modo geral, estiveram nas aulas mais de 40 por cento dos alunos da UnB, tendo sido integral a presença dos professores de todos os Departamentos. Considerando o grande número de alunos que não regressaram ainda das férias.




Figura 16 Reprodução *Correio Braziliense*, capa, 26/07/1977

A reportagem aborda a presença da polícia no campus com o intuito de garantir que nenhuma Assembleia fosse realizada, ressaltando tanto que não houve violência durante esta ação como a fala da reitoria sobre o seu sucesso que contou com mais 40% do corpo discente e 100% do docente. Na mesma edição, na página 8, a reportagem “Polícia dá garantia às aulas da UnB”<sup>185</sup>, mais uma vez destaca o papel da polícia na garantia das aulas.

<sup>185</sup> POLÍCIA DÁ GARANTIA ÀS AULAS DA UnB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.299, p.8, 26 julho. 1977. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%  
 fis=92655](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655) Acesso em 21/10/2021

**NACIONAL**

CORREIO BRAZILIENSE  
Terça - Fev. 26 de julho de 1977

ENTRE PESSOAS DETIDAS ONTEM, 40 NÃO SÃO ESTUDANTES

## Polícia dá garantia às aulas da UnB

Cerca de 140 pessoas foram detidas e liberadas cinco horas depois na Universidade de Brasília quando estudantes tentavam realizar, ontem, pela manhã, uma assembleia geral com a finalidade de discutir as recentes punições aplicadas pelo reitor José Carlos Azevedo, a 44 alunos (30 expulsões e 14 suspensões de até 90 dias), e sobre o encaminhamento à greve iniciada em 31 de maio, interrompido pelo recesso de 22 dias. Entre os detidos (96 homens e 56 mulheres), estavam o filho do Ministro das Comunicações, Rosa Quadi de Oliveira, quatro jornalistas, três filhos de um assessor especial do Ministro da Educação, um sobrinho do Ministro dos Transportes, um filho do Senador da Área, Catete Pinheiro e outro de um Senador do MDB (Marcos Freire).

As detenções foram efetuadas por agentes da Polícia Federal, Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública do DF, presentes em todo o campus desde as cinco horas de ontem, comandadas pessoalmente pelo secretário Almiré Lamaison e o comandante geral da PM, coronel Athaulpa de Albuquerque. As forças policiais foram requisitadas pelo Reitor da UnB, para garantir às aulas interessadas em assistir às aulas, cumprindo medida



A tarde, as atividades da UnB estavam quase normais

### Hugo Abreu revela estranhos no campus

O General Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, disse ontem que não houve violência policial na Universidade de Brasília e que somente foram presas pessoas que tentavam tumultuar o reinício das aulas. O General Hugo Abreu, que acumula a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, não viajou a Manaus com o Presidente Geisel para acompanhar os episódios na UnB e a noite esteve na Base aérea para fazer um relato dos acontecimentos ao chefe do Governo.

O General Hugo Abreu, através do Conselho de Segurança Nacional acompanha todos os problemas na área estudantil desde a época em que houve movimentos em vários estados brasileiros e a questão passou a ser encarada como de Segurança Nacional. Segundo explicou ontem quem coordenou as ações na UnB foi a Secretaria de Segurança do Distrito Federal, mas, por orientação da Presidência da República, os policiais estavam desarmados e tinham ordens

### Reitoria: 60% compareceram às aulas

A Assessoria de Imprensa da UnB divulgou nota relatando os acontecimentos, apontando a quantidade de alunos que compareceram ao campus e os que assistiram às aulas.

tamentos de Arquitetura, Urbanismo e Agronomia. A UnB possui 34 departamentos.

Cerca de 08:30 horas, um grupo de pessoas integrado por elementos es-

### Guazzelli chega a Brasília

Porto Alegre - O governador Sivaldo Guazzelli chegou hoje a Brasília onde tem audiência marcada com o presidente Ernesto Geisel, às 17 horas. Neste encontro, além de tratar de diversos e importantes assuntos relacionados com a economia do Estado, Guazzelli entregará o relatório elaborado pela Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul sobre o denúncia de discriminação racial num baile de estudantes em Capapava do Sul.

A sindicância foi solicitada ao Governador do Estado pelo próprio Presidente da República através do ministro da Justiça, Armando Falcão. Logo após receber o telegrama, Guazzelli passou a casa ao secretário da Justiça, Romeu Ramos, que hoje entregou um relatório não sigiloso, mas reservado ao governador. Segundo se trata de um caso público, mas a divulgação do relatório depende do governador. Guazzelli nada revelou antes de dar conhecimento ao presidente Geisel.

### Geisel no Congresso de Bancos

Manaus - Ao instalar hoje em Manaus o XI Congresso Nacional de Bancos, o presidente Geisel disse aos banqueiros que eles devem lembrar-se da velha máxima: quem cobra juros excessivos põe em risco o retorno do principal.

Afirmou o Presidente em seu pronunciamento que dentro dos princípios de uma sociedade pluralista, é indispensável que as entidades

Figura 17 Reprodução *Correio Braziliense*, p.8, 26/07/1977

Segundo ela, a reitoria solicitou a presença da polícia no campus prendendo cerca de cento e quarenta pessoas, dos quais quarenta não eram estudantes. A palavra invasão foi utilizada pelo próprio jornal no início do relato do Senador Catete Pinheiro<sup>186</sup>, que buscou não falar muito da crise na UnB, por ter um filho estudante e ser membro do partido do governo. O relato de outro parlamentar Magnús Guimarães (MDB-RS)<sup>187</sup>, ressaltando que desistiu de cursar relações internacionais na universidade pela constante presença da polícia no campus, também estava presente nesta página. Depoimentos de parlamentares e do militar Hugo Abreu<sup>188</sup>, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, afirmando que não houve violência policial na UnB foram apresentados. Além disso, mais uma vez o sucesso da operação é destacado por nota de Assessoria de Imprensa da UnB, segundo a qual 60% dos alunos compareceram às aulas<sup>189</sup>.

<sup>186</sup> CATTETE APONTA FALTA DE DIÁLOGO. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.299, p.8, 26 julho. 1977. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655) Acesso em 21/10/2021

<sup>187</sup> DEPUTADO CANCELA MATRÍCULA NA UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.299, p.8, 26 julho. 1977. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655) Acesso em 21/10/2021

<sup>188</sup> HUGO ABREU REVELA ESTRANHOS NO CAMPUS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.299, p.8, 26 julho. 1977. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655) Acesso em 21/10/2021

<sup>189</sup> REITORIA: 60% COMPARECERAM ÀS AULAS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.299, p.8, 26 julho. 1977. Disponível em:

A permanência da polícia na Universidade foi tema da reportagem “Policimento Ostensivo continua na UnB<sup>190</sup>, ressaltando que a presença da polícia ocorreria por tempo indeterminado. Numa pequena matéria na edição do dia 28/07, intitulada “Comparecimento às aulas da UnB é discreto e só dois alunos foram presos”<sup>191</sup>, podemos observar uma normalização das prisões dos estudantes, pois nela divulgou-se uma nota da reitoria dizendo que a instituição caminhava para a normalidade, as aulas estavam sendo ministradas e as faltas dos alunos anotadas. Não houve nenhum questionamento desta “normalidade” ressaltada pelo reitor, visto que o campus, segundo a própria reportagem, ainda se encontrava fortemente policiado.

Notamos que esta cobertura seguiu a tendência das anteriores, prevalecendo o tom oficial com declaração de Parlamentares, órgãos oficiais e reitoria, e pouco ouviu-se a comunidade acadêmica sobre os fatos. Repetiu-se a falta de questionamento por parte do jornal com relação à legitimidade das ações e presença da polícia no *campus*, por sua vez, foi normalizada.

No dia 3 de agosto, na página 11, destacou-se que a normalização estava de volta à UnB<sup>192</sup>, na qual até uma formatura da turma de Medicina já havia ocorrido. Embora frisasse a normalidade das atividades acadêmicas, a reportagem localizada logo abaixo, cujo título é “Conselho Diretor da UnB faz sua décima sétima reunião”<sup>193</sup>, evidencia que isto não acontecia, pois a nota da reitoria informava que toda e qualquer reunião nos limites do campus só poderia ser realizada com autorização prévia.

Na perspectiva de Kehl (2010) nem tudo do real pode ser dito e o recorte que a linguagem realiza deixa algo sempre por simbolizar. Ainda de acordo com esta autora

---

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655) Acesso em 21/10/2021

<sup>190</sup> POLICIAMENTO OSTENSIVO CONTINUA NA UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.300, p.8, 27 julho. 1977. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92695](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92695) Acesso em: 21/10/2021

<sup>191</sup> COMPARECIMENTO ÀS AULAS DA UNB É DISCRETO E SÓ DOIS ALUNOS FORAM PRESOS. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.301, p.5, 28 julho. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92732](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92732) Acesso em: 21/10/2021.

<sup>192</sup> NORMALIZAÇÃO DE VOLTA À UNB. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.307, p.11, 3 ago. 1977. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=90302](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=90302) Acesso em: 21/10/2021

<sup>193</sup> CONSELHO DIRETOR DA UNB FAZ SUA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO. *Correio Braziliense*, ano CLII, n.5.307, p.11, 3 ago. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=90302](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=90302) Acesso em: 21/10/2021

não há, diante de um trauma social, pior reação que a política do silêncio e do esquecimento, na qual as piores paisagens da história de uma sociedade são empurradas para fora da simbolização. Neste sentido, a observação das reportagens, excetuando-se as que tratavam a invasão de 1968, evidencia que prevaleceu o silêncio, principalmente ao não denominar como invasão as constantes intervenções da polícia no *campus* da UnB e ao não dar o devido espaço para a comunidade acadêmica se manifestar, sobretudo os estudantes. Assim, é importante considerar a perspectiva de Orlandi (2007) de que em face da história o silêncio tanto significa em relação ao futuro, ou seja, na multiplicidade de sentido, quanto em relação ao passado, no qual o já dito retorna na forma de um interdiscurso que se reformula.

Segundo Napolitano (2015;2017), a memória hegemônica da ditadura militar, construída com a ajuda da imprensa liberal conservadora foi a de resistência desta à ditadura. Contudo, pudemos observar que esta mesma imprensa também teve um papel na construção e apoio a esta ordem autoritária. Deste modo, deve-se ter em mente que lembrar e esquecer não são atos involuntários, mas estão condicionados aos usos que se faz no presente, os quais podem apagar, reforçar ou até suprimir um passado a partir de interesses particulares.

## Considerações Finais

A ditadura militar no Brasil promoveu um cenário de incertezas, violências e perseguições em diversos setores desde o início do golpe militar, em 1964. O decorrer dos anos marcou o aprofundamento de ações violentas, torturas, assassinatos e a repressão daqueles que ousavam contestar aquela ordem autoritária. Diferentes instituições foram alvos do regime militar, estando as universidades como umas das mais atingidas, principalmente por serem autônomas e possibilitarem a existência da crítica e contestação.

A universidade se constituiu tardiamente no Brasil, muitas vezes os cenários políticos tenderam a interferir de modo negativo na formação do ensino superior, enfraquecendo ações importantes de modernização. Podemos citar como exemplo, iniciativas como a Universidade do Distrito Federal, extinta no período do Estado Novo em 1939, e a Universidade de Brasília, inaugurada em 1962, e que sofreu, assim como outras universidades, com as invasões ocorridas no período da ditadura militar. Estas resultaram na interrupção do projeto representado pela recente universidade, concebida para ser um modelo diferente do que havia sido implantado até então na educação superior do país.

A atuação da imprensa também deve ser destacada, esta não foi homogênea e oscilou de acordo com os interesses que estavam em jogo. Como vimos, *O Correio Braziliense* defendeu o golpe militar de 1964, seguindo a mesma linha dos *Diários Associados* de apoio ao governo.

A UnB, com uma história recente entre as universidades, sofreu com pelo menos quatro invasões que ocorreram nas diferentes fases do regime. As de 1964 e 1965, tiveram o anticomunismo como um grande motivador, o regime militar a enxergava como um local de “subversivos”, e por isso precisava ser neutralizado. Em 1968, com o aumento das manifestações estudantis e dos conflitos, notamos um aprofundamento da violência que também reverbera na terceira invasão ocorrida neste mesmo ano. Este episódio foi emblemático e marcado pela violência, suas circunstâncias levaram a crer que ele foi premeditado por setores radicais, para justificar o fechamento do regime. Em 1977, embora houvesse a ideia de alguns setores do governo de implantar a abertura do regime, a violência continua e a quarta invasão à UnB ocorre, sobretudo para barrar as mobilizações estudantis que retornavam e estavam se espalhando pelo país.

A cobertura das invasões se deu principalmente pelos jornais, e ao voltarmos especificamente para a do jornal *Correio Braziliense*, notamos que sua posição estava alinhada com seu viés conservador, confirmando nossa hipótese.

As primeiras invasões de 1964 e 1965 não foram tratadas como tal pelo jornal, foram denominadas “ocupações para proteção do patrimônio da universidade” ou como “busca da polícia por material subversivo”. Somente em 1968 que a palavra invasão foi amplamente utilizada. Esta teve grande destaque na cobertura do jornal, tanto no aspecto local, como a repercussão nacional do caso. Os episódios de violência foram constantemente ressaltados, assim como a indignação do Congresso e da Câmara. Neste momento destacamos sua posição ambígua, pois em alguns títulos de reportagens observamos a defesa das atitudes tomadas pelo governo e o corpo da reportagem dava enfoque às críticas, principalmente dos parlamentares, pela demora na apuração dos fatos.

A cobertura da invasão de 1977, seguiu a tendência das de 1964 e 1965, com reportagens que traziam várias notas oficiais, a posição da reitoria e dos parlamentares. Apesar de observamos um elemento novo, ou seja, o fato de a mobilização dos estudantes ser agora um tema, a tendência de não ouvir os líderes estudantis permaneceu, eles foram mencionados em situações específicas, como na polêmica envolvendo a carta a primeira-dama Rosalynn Carter.

As diferenças entre os estudantes grevistas e os que não apoiavam a greve também estiveram presentes em algumas reportagens que davam ênfase, principalmente, ao fato de que os membros do movimento grevista não eram maioria entre os universitários. É importante ressaltar que neste momento o ME, depois de um período de pausa, estava retomando suas atividades no Brasil inteiro, e o fato do jornal enfatizar estes episódios demonstram uma tentativa do jornal de reduzir a ação e a importância deste movimento neste contexto.

Por fim, mesmo com a violência dos atos não houve questionamento da legitimidade das ações da polícia. A cobertura por ele realizada, privilegiou as fontes oficiais na reconstrução dos fatos, através de notas tanto dos órgãos do governo como da reitoria, que tinha grande proximidade com os militares.

Quando a comunidade teve espaço, reproduziu-se principalmente o que disseram os professores, os estudantes foram citados em determinadas situações, algumas falas foram retiradas de assembleias e os líderes do movimento não foram ouvidos, mesmo em

situações em que a contradição era flagrante, como a diferença entre o que foi divulgado pelo DPF e o relato dos professores que testemunharam a invasão de 1968.

Também é importante destacar, que o jornal dependia da publicidade oficial para sua sobrevivência e alguns dos seus diretores tinham estreitas relações com militares do governo.

Ao olharmos para este contexto do Brasil nota-se que, embora existiu uma transição para a democracia, não houve uma ruptura total com o autoritarismo do regime militar. Buscou-se muito mais uma conciliação, “virar a página” daquilo que havia ocorrido do que encarar os traumas deixados durante esse período. Muitos que deram seu apoio à instauração do regime militar estavam presentes na transição democrática e, apesar de atuantes nas manifestações contra o regime, os movimentos sociais, sindicatos e a oposição foram relegados ao segundo plano durante este momento.

Por muito tempo o período da ditadura militar foi tido como um tabu. Na perspectiva dos militares, a tentativa de trazer qualquer lembrança sobre este momento estaria violando o princípio da Anistia, portanto, esquecer era um imperativo. O Estado brasileiro começa a desenvolver uma política de memória somente em 1995, mas é no governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) que ocorreu de forma mais ativa a implantação das mesmas. Neste cenário, implantou-se a Comissão da Verdade, realizada em diferentes cidades, com o objetivo de esclarecer os casos de tortura e desaparecimento político de presos políticos; ocorreram discussões no Supremo Tribunal Federal para uma revisão da Lei de Anistia, pedido este que foi negado.

A memória está ligada a um campo de disputas de poder e no Brasil as relacionadas ao período da Ditadura Militar vêm se constituindo por meio de um embate, principalmente no plano político, em que alguns setores se mostraram contra a implantação de uma Comissão da Verdade, por esta tratar de situações do passado, um momento histórico que já foi “resolvido”. Para Rollemberg (2014, p.85) o encontro da sociedade com democracia, criou um fosso entre o passado e o futuro, “como se para compor o futuro fosse preciso esquecer o passado”. Desse modo, são relevantes contribuições que permitam a diminuição desse fosso e possibilitem a construção do passado, dando sentido à sociedade e ao presente.

Neste sentido, é importante ressaltar que para estabelecer uma democracia de fato o Estado deve estar comprometido com a construção de políticas de memória,

organizando reflexões que orientem as instituições. Apesar de algumas iniciativas, no Brasil não houve o desenvolvimento dessas políticas de uma forma consistente, concentraram-se apenas em determinados setores, não atingiram a sociedade de uma forma ampla, daí a dificuldade desta memória estar presente ao cotidiano das pessoas.

A análise das reportagens e a retomada da posição da imprensa, principalmente no apoio ao golpe de 1964, nos permite evidenciar que o seu comportamento é marcado pelo conservadorismo, sobretudo em momentos nos quais os protestos sociais tendem a abalar a ordem social e política. Este tipo de conduta se repetiu em algumas situações específicas da nossa história recente, como a atitude em relação à primeira fase das manifestações estudantis de 2013, na qual os estudantes foram tratados como vândalos e a intensa campanha contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Considerando o cenário nacional e as recentes ameaças à democracia, às instituições e às universidades, a presente pesquisa, ao trazer o contexto das invasões à UnB, discutir o modelo de universidade, os principais episódios que ocorreram durante a ditadura militar e o posicionamento da imprensa visa a contribuir nas discussões que busquem efetivar políticas de memória no país.



## Referências

- ADUSP. **O controle ideológico na USP: 1964 -1978**. São Paulo: Adusp, 2004
- ALMADA, P. E. 1968 e a teoria social contemporânea, 50 anos depois: rebelião social, fragmentação ou nova cultura política? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n.55, 2020, p.200-227.
- ALMEIDA, B. **Paixão de Honestino**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- APARECIDA, G. D. UnB em dois tempos. In:VÁRIOS AUTORES. **Carta**: falas, reflexões, memórias. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991, p. 37-53.
- AQUINO, M. A. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**: O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARQUIVO NACIONAL, Fundo Serviço Nacional de Informações. Título: Informação sobre vice-reitor da unb. Localização: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_64096158\_d0001de0002 Data: 10/08/1964
- ARQUIVO NACIONAL, Fundo Serviço Nacional de Informações. Título: Universidade de Brasília atividades comunistas. Localização: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_64095787\_d0001de0001. Data: 7/08/1964.
- ARQUIVO NACIONAL, Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Localização: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0008\_d0001de0001.pdf 1965a
- ARQUIVO NACIONAL, Fundo Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília. Título: Carta dos coordenadores da UnB - Razões da demissão das funções. Localização:BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0003\_d0001de0001.pdf Data: 30/09/1965b
- ARNS, P. **Brasil**: Nunca mais. 29º ed. São Paulo: Editora Vozes, 1998.
- BANDEIRA, M. **O governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil (1961-1964). 4ºed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1978.
- \_\_\_\_\_. A CIA e a técnica do golpe de Estado. In: VALLE, M. R. (Org.). **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014
- BARBOSA, M. C. Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2008, p. 91-109.

BENEVIDES, M. V. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BERNARDO, J. Estudantes e trabalhadores no maio de 68. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 19/20, 2008, p. 22-31.

BERNHEIM, C. T. La Reforma de Córdoba. Vientre fecundo de la transformación universitaria. In: SADER, E.; GENTILI, P.; ABOITES, H. **La reforma universitaria**: desafíos y perspectivas noventa años después - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2008, p. 16-20.

BIROLI, F. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009, p. 269-291.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-publicacao-97760-pe.html> . Acesso em: 21 maio 2020.

BRASIL. Deputado (1967 – 1968: Márcio Moreira Alves). Discurso no plenário por ocasião da invasão da Universidade de Brasília. Brasília, 2 de setembro de 1968. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/191631-discurso-historico-do-deputado-marcio-moreira-alves-completa-40-anos/> Acesso em 05/12/2021

BRASIL. Lei nº 3998 de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3998.htm) Acesso em: 7 maio 2017

BRASIL. Emenda Constitucional nº4 de 2 de setembro de 1961. Institui o sistema parlamentar de governo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 05 de julho de 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº4 de 2 de setembro de 1961. Institui o sistema parlamentar de governo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 05 de julho de 2020.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4464imprensa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464imprensa.htm) Acesso em 22 julh de 2020.

BROSSAT, A. Violência e política. In: GARCIA, M. A.; VIEIRA, M. (orgs). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 35-42.

CARDOSO, I. (1999). Há uma herança de 1968 no Brasil? In: GARCIA, M. A.; VIEIRA, M. (orgs). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 135-142.

CARDOSO, I. **Para uma Crítica do Presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARDOSO, M. L. **Ideologia e desenvolvimento: JK - JQ**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977

CARNEIRO, G. **Brasil, primeiro – História dos Diários Associados**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de direito administrativo**. 21. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009

CARVALHO, L. B. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 59, n. 1, 2014, p.79-100.

CHAGAS, C. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969**. Rio de Janeiro: Record [formato ePub], 2014.

CONGRESSO NACIONAL. SEÇÃO I DIÁRIO DO CONGRESSO. **Resolução nº156, 1965, 2 de setembro de 1965, ANO XX - Nº 122**. Capital Federal, 1965.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M.; FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

CUNHA, L. A. Autonomia universitária: teoria e prática. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v.10, n.1, 2005, p.31-49.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista 3.ed.** São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Editora UNESP, 2007 b.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.

D'AMORIM, J. S. Correio Braziliense: a força e a fraqueza de um jornal. In: VÁRIOS AUTORES. Sindicato dos jornalistas profissionais do distrito federal. **Jornalismo de Brasília: impressões e vivências**. Brasília: Lantana Comunicações, 1993, p.92-107.

D'ARAÚJO, M. **Sindicatos, Carisma & Poder**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DIAS, A.B. **O presente da memória**: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. 2012. 204f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012

DIAS, A. G. UnB em Dois Tempos. In: VÁRIOS AUTORES. **Carta**: falas, reflexões, memórias. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991, p.37-53.

DIAS, M. A. R. **UnB e comunicação nos anos 1970**: acordo tático, repressão e credibilidade acadêmica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

DURHAM, E. R. Autonomia, controle e avaliação. In: MORRHY, L. **Universidade em questão**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

FAGUNDES, P. E. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 295-316.

FÁVERO, M. L. A. Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, 2006, p.17-36.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade e Poder. Análise Crítica/Fundamentos Históricos**. Brasília: Plano, 2000.

FÁVERO, M. L. A. Anísio Teixeira e a UDF: que lições nos oferecem? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v.17, n. 1, 2001.

FÁVERO, M. L. A. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.8, n.2, mai/ago. 2008, p. 161-180.

FÁVERO, M. L. A autonomia universitária no Brasil: uma utopia? **The Education Policy Analysis Archives**, EPAA, México, v.7, n.24, 1999, p.42-53.

FERREIRA, J. **A democracia no Brasil**: (1945-1964). São Paulo: Atual, 2006.

FERREIRA, A. C. A Universidade nos tempos da Guerra Fria e da Ditadura militar: contestação e repressão. In: VALLE, M.R. [et al.] **Tenho algo a dizer**: memórias da Unesp na ditadura civil-militar (1964-1985). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p.27-40.

FICO, C. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, D. M. A ideia da Universidade de Brasília: uma análise do discurso. **Linhas Críticas**, Brasília, v.3, n.3-4, 1997, p.15-30.

FRANCO, M. S. C. " All the world was America."-John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico." **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 1993, p. 30-53.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório final da comissão de sindicância**. Brasília, 28 de setembro de 1968.

GÂNDARA, R. **Dossiê Globo**: uma biografia. São Paulo: Ed. do autor, 2021.

GARCIA, M. A. Em busca de 1968. In: GARCIA, M. A.; VIEIRA, M. (orgs). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 7-20.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, A. C.; FERREIRA, J. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, nov, 2007, p.11-25.

GROPPO, L. A. **Juventudes**: sociologia, cultura e movimentos. Alfenas: UNIFAL, 2016.

GUILHERME, C. A. S. A. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, Vitória, n. 40, 2018, p. 199-223.

HATOUM, M. **Pontos de Fuga**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOHLFELDT, A. Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro: comparações e influência. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2008, p. 12-26.

JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao dismantelamento. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P S. (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014, p. 157-169.

KEHL, M. R. Tortura e sintoma social. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial (Coleção Brasil 500 anos), 2000.

KUSHNIR, B. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. 2001. 428f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001

LANGLAND, V. **Speaking of Flowers**: Student Movements and the Making and Remembering of 1968 in Military Brazil. Durham: Duke University Press, 2013.

LAURENZA, A. M. A. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, A.L; LUCA, T. R. (orgs). **A História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2020, p.179-205.

LIMA, V.A. Jornalismo Oficial: A imprensa em Brasília. In: VÁRIOS AUTORES. Sindicato dos jornalistas profissionais do distrito federal. **Jornalismo de Brasília: impressões e vivências**. Brasília: Lantana Comunicações, 1993, p.14-23.

LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A.L; LUCA, T. R. (orgs). **A História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2020, p.149-175.

MARI, M. Improviso na periferia do capitalismo e universidade interrompida. In: MARI, M.; RUFINONI, P. (orgs). **Ditadura, modernização conservadora e universidade**: debates sobre um projeto de país. Goiânia: Editora UFG, 2015, p. 203-218.

MARTINS FILHO, J. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968**. Campinas: Papirus, 1987.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (orgs). **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: 2. Ed. Contexto, 2020.

MESQUITA, R. A imprensa e a História. Entrevista feita por ALVARO, J.; BENEVIDES, M.V. **Lua Nova**: Revista de Cultura e política, São Paulo, v.1, n.2, Set-1984, p.26-31.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Darcy Ribeiro e UnB: intelectuais, projeto e missão. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 25, 2017, p. 585-608.

MIGUEL, L.F. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 191-199.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A.L; LUCA, T. R. (orgs). **A História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2020, p.23 - 43.

MORELLI, ANA L. F. **Correio Braziliense**: 40 anos – do pioneirismo à consolidação. 2002. 164f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília Brasília, 2002.

MORIN, E. Ma (io)s (1978). In: MORIN, E.; LEFORT, C.; CASTORIADIS, C., **Maio de 1968: a brecha**. SILVA, A.L.; COSTA, M. C orgs e Trad. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p.176-215.

MOTTA, R. P. S. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2013, p. 62-85.

MOTTA, R. P. S. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, 2017, p. 367-379.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 372p. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2000.

MOTTA, R. P. S. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, J. R. (org). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: EdUFSCAR, 2014a, p. 9-26.

MOTTA, R.P.S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014 b. p.47 -61.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014c.

MOTTA, R. P. S. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.21, n°2, jul/dez 2008, p.43-66.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed. 8° reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

NAPOLITANO, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, maio-ago, 2017, p. 346-366.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, nov, 2015, p. 9-44.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. (org). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002, p. 31-42.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6° ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. **Discurso & Leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. **Terra à vista - Discurso do confronto**: Velho e Novo Mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PARUCKER, P. A UnB na teia de segurança e informações. In: MARI, M.; RUFINONI, P. R. (orgs). **Ditadura, Modernização conservadora e universidade**: debates sobre um projeto de país. Goiânia: Editora UFG, 2015, p.221-252.

PAULA, M. G. O legado de Frei Mateus Rocha: reflexões entre a fé, a política e a pesquisa acadêmica. In: MARI, M.; RUFINONI, P. (orgs) **Ditadura, modernização conservadora e universidade**: debates sobre um projeto de país. Goiânia: Editora UFG, 2015, p.253-266.

PAULA, M. F. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 14, n. 1, 2009, p. 71-84.

PAULA, M. F. USP e UFRJ. A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**, São Paulo, v. 14, n. 2, out. 2002, p. 147-161.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi – 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PERRONE, F. **Relatos de guerra**: Praga, São Paulo, Paris. São Paulo: Busca a vida, 1988

PILAGALLO, O. **História da Imprensa paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4.ed. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995.

RIBEIRO, L. M. Hipólito da Costa e seu tempo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2008, p. 27-39.

RIBEIRO, D. **UnB**: invenção e descaminho. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.

RIDENTI, M. Breve recaptulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, M. A.; VIEIRA, M. (orgs). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 55-60.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P S. (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014, p. 26-43.

ROLLEMBERG, D. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, J. R. (org). **O golpe de 1964 e o regime militar**. Novas Perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2014.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.



- ROTHEN, J. C. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, 2008, p. 453-475.
- SALGADO, C. Exposição de Motivos nº492. In: VÁRIOS AUTORES. **Carta**: falas, reflexões, memórias. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991. p. 245-250.
- SALMERON, R. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. 2.ed. revista conforme o novo Acordo Ortográfico - edição comemorativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- SEGISMUNDO, F. **Imprensa Brasileira**: Vultos e Problemas. Rio de Janeiro: Edição Albao, 1962.
- SENADO FEDERAL. DEBATES PARLAMENTARES. In: VÁRIOS AUTORES. **Carta**: falas, reflexões, memórias. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991, p.365-409.
- SGUISSARDI, V. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião. In: MOROSINI, M. **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio, 2006, p.275-290.
- SKIDMORE, T. **Brasil**: de Castelo a Tancredo 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, G. A. D. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, 1989, p. 21-43.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TEXEIRA, A. Plano de Construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos**, Rio de Janeiro, V.35, n.81, 1961, p.195-199.
- TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.47, 2004, p.13-28.
- UNE. I Seminário Nacional de Reforma Universitária - Declaração da Bahia, promovido pela União Nacional dos Estudantes, 1961, Salvador - Bahia. In: FÁVERO, M. L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p.III-XXXVII.
- UNE. II Seminário Nacional de Reforma Universitária – Carta do Paraná, promovido pela União Nacional dos Estudantes, 1962, Curitiba – Paraná. In: FÁVERO, M. L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p.XXXIX-XCIX.

UNE. Une: Luta atual pela reforma universitária – promovido pela União Nacional dos Estudantes, 1963, Rio de Janeiro. In: FÁVERO, M. L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p.CI-CXXXIV

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano orientador da Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 1962.

VALLE, M. R. **1968: O diálogo é a violência - movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2ªed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

VALLE, M. R. Lutas estudantis e ditadura militar: as invasões da UnB e 1968. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 47, p. 75-89, 2018.

VALLE, M. R. Tenho algo a dizer sobre a ditadura na Unesp. In: VALLE, M. R.; CARDOSO, C. M.; FERREIRA, A. C. **Tenho algo a dizer: Memórias da UNESP na ditadura civil-militar (1964-1985)**. Cultura Acadêmica Editora, 2014.

VASCONCELOS, A. [31/11/2021]. Entrevistadora: Juliana Marques de Carvalho Camargo. Entrevista concedida a autora por e-mail.

VENTURA, Z. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEBER, H. Um balanço de 1968. In: GARCIA, M. A.; VIEIRA, M. (orgs). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 21-26.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade – Relatório I Setembro 2015**. Brasília: Setembro, 2015.

### Reportagens Consultadas

180 PROFESSORES DEIXAM A UNB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.1.652, capa, 19 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20594](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20594) Acesso em 08/10/2021

2º NOTA DPF. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.670, p.6, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629) Acesso em 16/10/2021

ABI FAZ PROTESTOS CONTRA PRISÕES. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

A CARTA. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.253, p.3, 11 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89292](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89292) Acesso em: 19/10/2021

AFASTAMENTO DE PROFESSOR DA UNB GERA DEMISSÃO COLETIVA. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n.1.643, 1º caderno, p.3, 8 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20456](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20456) Acesso em: 06/10/2021

AGRESSÃO INTERNA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 1968, n.23.126, p.6, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&Pesq=UNB&pagfis=95083](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=UNB&pagfis=95083) Acesso em 27/01/2022

A INVASÃO DA UnB REPERCUTE NO PAÍS. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.672, p.3, 1 set. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35674](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35674) Acesso em: 17/10/2021

ALUNOS DECIDIRÃO SE CONTINUAM GREVE. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.245, p.12, 3 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88937](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88937) Acesso em 20/10/2021

AULAS DE DIREITO E BIBLIOTECONOMIA FUNCIONARAM NORMALMENTE NA UNB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.1.661, p.8, 28 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=20745](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=20745) Acesso em 08/10/2021.

APROVADAS AS CONCLUSÕES DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DA UnB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.292, p.7, 19 julho. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92346](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92346) Acesso em: 21/10/2021

AS VÉSPERAS DE UM ANIVERSÁRIO. **Correio Braziliense**. Brasília, ano CLII (2º fase), n.1.183, p.4, 31 mar. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=interven%c3%a7%c3%a3o%20militar&pagfis=13865](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=interven%c3%a7%c3%a3o%20militar&pagfis=13865) Acesso em: 21/12/2021

AZEVEDO E A CRISE. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.268, p.5, 25 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89963](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89963) Acesso em: 21/10/2021

BANDEIRAS NA UNIVERSIDADE. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n.1.194, p.5, 14 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%201966&pesq=%22invas%20UnB%22&pagfis=14000](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%201966&pesq=%22invas%20UnB%22&pagfis=14000) Acesso em: 01/10/2021

BASTA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 1964, n.21.775, p.1, 31 mar. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_07&pasta=ano%20196&pesq=Basta&pagfis=50167](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Basta&pagfis=50167) Acesso em 25/01/2022

BRASÍLIA PERMANECE TRAUMATIZADA COM AS OCORRÊNCIAS DESENROLADAS NA UNIVERSIDADE. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.671, p.6, 31 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35653](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35653) Acesso em: 16/10/2021

BRUTALIDADE. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano XLIV, n.12.981, p.1, 31 ago. 1968. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019680831> Acesso em: 11 dez 2021

CALENDÁRIO. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.265, p.8, 23 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89868](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89868) Acesso em: 21/10/2021

CÂMARA CONTINUA REAGINDO A INVASÃO. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.671, p.3, 31 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35650](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35650) Acesso em: 16/10/2021

CÂMARA TUMULTUA COM ACONTECIMENTOS. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.670, p.5, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35628](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35628) Acesso em: 16/10/2021

CAMARGO NÃO ACREDITA NA ENTREGA DA CARTA. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

CAMINHO, pacífico para crise. **Última Hora**. São Paulo, 13 de abr, 1964, p.1.

CARTA A CARTER. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

CARTA A ROSALYNN NÃO É BRASILEIRA. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.251, p.3, 9 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89218](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89218) Acesso em: 19/10/2021

CASO DA UNB DEIXA CONGRESSO INQUIETO. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.673, p.5, 3 set. 1968. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35710](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35710) Acesso em: 18/10/21

CASTELO CONFIA NA UNB E ESPERA SOLUÇÃO DA CRISE. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.1.650, p.2, 16 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20565](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20565) Acesso em 08/10/2021

CHEFE DE POLÍCIA LIBERTA PROFESSOR E ALUNO DA UNB. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.1.647, p.2, 13 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20521](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20521) Acesso em: 06/10/2021

COMPARECIMENTO ÀS AULAS DA UNB É DISCRETO E SÓ DOIS ALUNOS FORAM PRESOS. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.5.301, p.5, 28 julho. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92732](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92732) Acesso em: 21/10/2021.

CONSELHO APOIA O REITOR E RECOMENDA REABERTURA DA UNB. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.1.649, capa, 15 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20550](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20550) Acesso em 07/10/2021

CONSELHO DIRETOR DA UNB FAZ SUA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.5.307, p.11, 3 ago. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=90302](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=90302) Acesso em: 21/10/2021

CRISE PERSISTE. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.1.649, p.4, 15 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20553](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20553) Acesso em 07/10/2021

DEPUTADOS DO MDB DESCREVEM PARA O PARTIDO OS FATOS. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.2.670, p.3, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35626](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35626) Acesso em: 16/10/2021

DEPUTADOS E ESTUDANTES APANHAM NA UNIVERSIDADE. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.2.670, capa, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35624](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35624) Acesso em 16/10/2021

DU CONFIRMA ASSEMBLEIA DIA 25 NA UnB. **Correio Brasileiro**, ano CLII, n.5.280, p.8, 7 julh. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=91823](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=91823) Acesso em 21/10/2021

ESTÁ LATENTE CRISE NA UNIVERSIDADE. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.672, p.3, 1 set. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=35679](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=35679) Acesso em: 17/10/2021

ESTUDANTES. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

ESTUDANTES VÃO DECIDIR SE A GREVE ACABA NUMA ASSEMBLEIA PERMITIDA. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.249, p.3, 9 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89218](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=89218) Acesso em: 19/10/2021

FORA!. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 1964, n.21.776, ano LXIII, p.1, 01 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&Pesq=Basta&pagfis=50193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=Basta&pagfis=50193) Acesso em 25/01/2022

GAMA IGNORA QUEM DEU ORDEM DE INVADIR UnB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.671, capa, 31 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=35648](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=35648) Acesso em: 16/10/2021

JUSTIÇA GARANTE AULAS NA UnB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.298, p.5, 25 julho. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%20UNB&pagfis=92628](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%20UNB&pagfis=92628) Acesso em: 21/10/2021.

MANIFESTO DOS PROFESSORES. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.670, p.6, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=35629](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%20UNB%22&pagfis=35629) Acesso em 16/10/2021

MATERIAL DE PROPAGANDA COMUNISTA É APREENDIDO NA UNB. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n. 1.191, p.8, 10 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%20UnB%22&pagfis=13963](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%20UnB%22&pagfis=13963) Acesso em: 01/10/2021

NORMALIZAÇÃO DE VOLTA À UnB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.307, p.11, 3 ago. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%20UNB&pagfis=90302](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%20UNB&pagfis=90302) Acesso em: 21/10/2021

NOVO GOVERNO. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n.1.194, p.4, 14 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%20UnB%22&pagfis=13999](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%20UnB%22&pagfis=13999) Acesso em: 01/10/2021

O PODER MEDIADOR. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.246, p.3, 4 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88970](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88970) Acesso em 20/10/2021

O QUE A NAÇÃO DESEJA. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLIII (2º fase), n. 1.186, p.1, 04 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=interven%c3%a7%c3%a3o%20militar&pagfis=13894](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=interven%c3%a7%c3%a3o%20militar&pagfis=13894) Acesso em 27/01/2022

OS SUCESSOS DE BRASÍLIA. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 89, n.28.648, p.3, 31 ago. 1968. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680831-28648-nac-0003-999-3-not/tela/fullscreen> Acesso em: 11 dez 2021.

O SENADO PROTESTA **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.670, p.6, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35629) Acesso em 16/10/2021

PARLAMENTARES ABORDAM CRISE DA UNIVERSIDADE. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.1.646, 1º caderno, p.3, 12 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20506](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20506) Acesso em: 06/10/2021

POLÍCIA DÁ GARANTIA ÀS AULAS DA UnB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.299, p.8, 26 julho. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92655) Acesso em 21/10/2021

POLÍCIA FICA DE PRONTIDÃO. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.245, p.12, 3 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88937](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=88937) Acesso em 20/10/2021

POLÍCIA MANTÉM ORDEM E GUARDA PATRIMÔNIO DA UNB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.1.646, 1º caderno, p.2, 12 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20505](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20505) Acesso em: 06/10/2021

POLICIAMENTO OSTENSIVO CONTINUA NA UnB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.300, p.8, 27 julho. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92695](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=92695) Acesso em: 21/10/2021

POSIÇÃO HISTÓRICA. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n.1.192, p.4, 11 abr. 1964 Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%201964&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=13972](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%201964&pesq=%22invas%C3%A3o%20UnB%22&pagfis=13972) > Acesso em: 01/10/2021

PRIMEIRO, A UNIVERSIDADE. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.1.646, capa, 12 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20504](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20504) Acesso em: 06/10/2021

PRISÕES ATINGEM NA UnB ATÉ JORNALISTAS. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.249, p.8, 7 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=89143) Acesso em: 18/10/2021

SENADO PEDE AO GOVERNO SOLUÇÃO PARA CRISE: UNB. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.1.648, p.2, 14 out. 1965. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20537](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=20537) Acesso em 07/10/2021

RESENDE QUER PERMANÊNCIA DO REITOR. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.5.263, p.5, 21 jun. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89783](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=invas%c3%a3o%20UNB&pagfis=89783) Acesso em: 21/10/2021

RESSURGE A DEMOCRACIA. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano XXXIX, n.11.S25, p.1, 2 abr. 1964. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640402> Acesso em: 11 dez 2021.

SERVIR AO BRASIL. **Correio Braziliense**. Brasília, ano CLII (2º fase), n.1, p.1, 21 abr. 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=Hip%c3%b3lito%20da%20Costa&pagfis=17](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=Hip%c3%b3lito%20da%20Costa&pagfis=17) Acesso em: 11 dez 2021

UNB OUTRA VEZ TOMADA DE ASSALTO. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.670, p.12, 30 ago. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35635](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&Pesq=%22invas%c3%a3o%20UNB%22&pagfis=35635) Acesso em: 16/10/2021

VALDEMAR BEM. **Correio Braziliense**, ano CLII, n.2.673, capa, 3 set. 1968. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35706](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=%22invas%C3%A3o%20UNB%22&pagfis=35706) Acesso em: 18/10/21



